

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

LEONARDO PETRILLI

DEMOCRACIA AMBIENTAL EM PARAUAPEBAS-PA:
mecanismos participativos para promoção de direitos de acesso
em matéria ambiental

SÃO CARLOS -SP
2024

LEONARDO PETRILLI

DEMOCRACIA AMBIENTAL EM PARAUAPEBAS-PA:
mecanismos participativos para promoção de direitos de
acesso em matéria ambiental

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Ciências
Ambientais da Universidade Federal
de São Carlos, como parte dos
requisitos para a obtenção do título
de Doutor em Ciências Ambientais.

Orientador: Prof. Dr. Celso Maran
de Oliveira

São Carlos-SP
2024

Petrilli, Leonardo

Democracia ambiental em Parauapebas-PA: mecanismos participativos para promoção de direitos de acesso em matéria ambiental / Leonardo Petrilli -- 2024. 416f.

Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Celso Maran de Oliveira

Banca Examinadora: Celso Maran de Oliveira, Luzia

Cristina Antoniossi Monteiro, Vera Alves Cepeda,

Carolina de Albuquerque, Giulia Parola

Bibliografia

1. Democracia Ambiental. 2. Direitos de Acesso. 3. Democracia Participativa. I. Petrilli, Leonardo. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado do candidato Leonardo Petrilli, realizada em 19/06/2024.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Celso Maran de Oliveira (UFSCar)

Profa. Dra. Luzia Cristina Antoniossi Monteiro (UFSCar)

Profa. Dra. Vera Alves Cepêda (UFSCar)

Profa. Dra. Carolina de Albuquerque (UNIR)

Profa. Dra. Giulia Parola (UNITO)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais.

*Aos meus pais,
Leonardo e Silvia, (in memoriam), com amor.*

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos institucionais e acadêmicos

Agradeço à Universidade Federal de São Carlos e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCAM).

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Celso Maran de Oliveira, pela disponibilidade, orientação e entendimento, sempre que se fez necessário.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCAM), que tanto contribuíram para a minha formação.

Ao Secretário do PPGCAM, Vinícius, pela assistência e prontidão em sempre me auxiliar.

Aos colegas e amigos do PPGCAM que estiveram ao meu lado ao longo desta caminhada: Margarita, Raiana, Thaís, Priscila, Carolina, Maria Cecília, Elen, Sidney, Milena, Tatiana.

Agradeço especialmente à Regina, amiga que o PPGCAM me apresentou e construímos uma relação mútua de força, compartilhando alegrias, tristezas, ansiedade, diversão e muito trabalho.

Aos colegas do Centro de Estudos e Democracia Ambiental (CEDA) pelos diálogos e companhia nesta jornada.

Agradeço à Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), pela possibilidade de realização do curso de doutorado na condição de servidor afastado.

Aos membros avaliadores da banca do Exame de Defesa e do Exame de Qualificação, que produziram importantes contribuições e direcionamentos.

Agradeço aos participantes desta pesquisa, que viabilizaram a sua tessitura, tanto os cidadãos da sociedade civil como os representantes do Poder Público.

Agradeço especialmente ao Promotor de Justiça do Estado do Pará, Dr. Arthur Diniz Ferreira de Melo, que aceitou a propositura do projeto e facilitou as ações necessárias ao estudo.

Agradeço às minhas alunas e alunos que auxiliaram nos procedimentos de campo.

Agradecimentos Pessoais

O meu agradecimento mais sincero e profundo, imbuído de emoção e saudades, dirige-se aos meus pais, Leonardo e Silvia, que partiram precocemente. À eles, devoto esta tese, com a minha gratidão e reconhecimento pelo esteio e ensinamentos que me dedicaram.

Ao meu irmão Pedro, meu companheiro de vida, agradeço por me dar forças e acreditar em mim.

À minha irmã Camila, que me ensina com a sua determinação, retidão e profissionalismo.

À minha irmã Mariana, pela disponibilidade e exemplo de resiliência.

Com muito amor, aos meus sobrinhos, Júlia, Clara, Lucas e Luiz Eduardo, que me tiram o sorriso mais sincero e me permitem viver a leveza do amor mais puro que existe.

À minha afilhada Júlia (repetidamente), com amor, desejo que a materialização deste projeto a encoraje a lutar sempre pelos seus sonhos e construções.

À minha avó Laís (*in memoriam*) à quem eu tenho saudades e muito amor.

À Maria Céli, que me recebeu em seu abraço e em sua casa desde que eu não encontrei mais o colo dos meus pais.

Aos meus primos “Bibs” e “Fabinho”, pela companhia e leveza nesses últimos anos em que estive em São Carlos.

À amiga e companheira Josilene, com quem eu aprendo diariamente e tanto contribuiu para a construção desta tese, desde a concepção do projeto de pesquisa, até os compartilhamentos diários ao longo dessa jornada.

À amiga Juliana, que me acolheu em sua casa para as etapas de pesquisa de campo, pela sua amizade e parceria.

À amiga Daniela, que muito me ensinou e me acolheu em sua casa.

À amiga Raffaella, com quem eu sempre aprendo com o seu profissionalismo e amizade.

À amiga Tatiana Kimura, pela amizade e companhia ao longo desses 11 anos, desde que nos tornamos amigos no mestrado.

Agradecimentos Especiais

Agradeço à Deus [ao meu Deus, que muda de forma e definição em diferentes momentos da minha vida], à Nossa Senhora de Fátima e à Nossa Senhora de Nazaré, a “Nazinha” ou “Nazica”, padroeira do estado do Pará, que já fez muito por mim.

Agradeço especialmente à Amazônia e ao Estado do Pará, que me acolheram como profissional e pesquisador e me permitiram vivenciar, aprender e contemplar toda a sua complexidade e, assim, me construir. Muito obrigado ao povo amazônida e paraense.

Finalmente, a todas e todos que estiveram comigo nessa árdua e longa caminhada e que me apoiaram e contribuíram para a minha formação; muito obrigado!

“Meu Brasil que sonha
Com a volta do irmão do Henfil
Com tanta gente que partiu
Num rabo de foguete
Chora a nossa Pátria, mãe gentil
Choram Marias e Clarices
No solo do Brasil”.

O Bêbado e a Equilibrista (1979)
Canção de Aldir Blanc, imortalizada na voz de Elis Regina.

RESUMO

PETRILLI, L. **Democracia ambiental em Parauapebas-PA: mecanismos participativos para promoção de direitos de acesso em matéria ambiental.** 2024 – 414p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, São Carlos, 2024.

A democracia ambiental tem em seu escopo os direitos de acesso à informação, à participação e à justiça ambiental. Esses preceitos encontram-se no âmago do Estado Ecológico de Direito e estão imbricados na intersecção entre os direitos humanos e o direito ao meio ambiente. Neste sentido, a pesquisa realizou uma investigação sobre a democracia ambiental no município minerador de Parauapebas-PA, com a experimentação de um instrumento participativo mais popular e difuso, visando um novo arranjo em participação ambiental. Por meio de uma pesquisa-ação utilizou de alguns instrumentos para levantamento e produção de dados, que forneceram condições elementares para suscitar o debate principal estabelecido pelo estudo. Foi empreendida uma pesquisa junto à população local e entrevistas com o Poder Público Executivo - procedimentos que forneceram subsídios para a construção de um diagnóstico da participação social em nível local empregando a “Ferramenta C.L.E.A.R”, metodologia desenvolvida para a Comissão da Europa. Posteriormente, foram realizadas audiências públicas juntamente com o Ministério Público do Estado do Pará para debater os principais desafios ambientais apontados pela população. Os resultados da pesquisa demonstram que a ausência de estruturas formais legítimas para desenvolver e operacionalizar os direitos de acesso em matéria ambiental, assim como em nível federal, acontece igualmente no município de Parauapebas. O diagnóstico revelou que o município não possui espírito comunitário e cívico e programas para apoio à participação. Além disso, a pesquisa evidenciou que a informação ambiental é negligenciada e centralizada no chefe do poder executivo. Os resultados revelam ainda que o fórum estabelecido com a facilitação do Ministério Público e a participação do Poder Público especializado, além da sociedade civil e da academia, tem êxito como espaço de exercício da democracia participativa e forneceu condições para sugestões de políticas públicas necessárias para a garantia de acessos ambientais, como a criação de espaço para o fortalecimento de movimentos sociais e cultura comunitária, estabelecimento de comissões de articulação e representação de povos e comunidades, fortalecimento de organizações de bairros, estabelecimento de rotinas e espaços de escuta social e a criação de um programa de educação dos cidadãos e dos servidores para a participação social. Assim, a pesquisa evidenciou que a população nesse município da Amazônia paraense é mais responsiva à instituição democrática do que o poder público e que fóruns e espaços de participação social produzem narrativas importantes e contribuem para a construção de uma governança pública mais assertiva.

Palavras-Chave: Democracia Ambiental; Direitos de Acesso; Democracia Participativa; Amazônia; Parauapebas-PA.

ABSTRACT

PETRILLI, L. **Environmental democracy in Parauapebas-PA: participatory mechanisms to promote access rights in environmental matters** 2024 – 414p. Thesis (Doctorate) – Federal University of São Carlos, Center for Biological and Health Sciences, Graduate Program in Environmental Sciences, São Carlos, 2024.

Environmental democracy has within its scope the rights of access to information, participation and environmental justice. These precepts are at the heart of the Ecological State of Law and are intertwined at the intersection between human rights and the right to the environment. In this sense, the research carried out an investigation into environmental democracy in the mining municipality of Parauapebas-PA, with the experimentation of a more popular and diffuse participatory instrument, aiming at a new arrangement in environmental participation. Through action research, some instruments were used to collect and produce data, which provided elementary conditions to raise the main debate established by the study. A survey was carried out among the local population and interviews with the Executive Public Power - procedures that provided subsidies for the construction of a diagnosis of social participation at the local level using the “C.L.E.A.R Tool”, a methodology developed for the European Commission. Subsequently, public hearings were held together with the Public Ministry of the State of Pará to debate the main environmental challenges highlighted by the population. The research results demonstrate that the absence of legitimate formal structures to develop and operationalize access rights in environmental matters, as well as at the federal level, also occurs in the municipality of Parauapebas. The diagnosis revealed that the municipality does not have community and civic spirit and programs to support participation. Furthermore, the research showed that environmental information is neglected and centralized in the head of the executive branch. The results also reveal that the forum established with the facilitation of the Public Ministry and the participation of the specialized Public Power, in addition to civil society and academia, is successful as a space for exercising participatory democracy and provided conditions for suggestions of public policies necessary for the guarantee of environmental access, such as the creation of space to strengthen social movements and community culture, establishment of commissions for articulation and representation of people and communities, strengthening of neighborhood organizations, establishment of routines and spaces for social listening and the creation of an education program for citizens and civil servants for social participation. Thus, the research showed that the population in this municipality in the Amazon of Pará is more responsive to the democratic institution than the public authorities and that forums and spaces for social participation produce important narratives and contribute to the construction of more assertive public governance.

Keywords: Environmental Democracy; Access Rights; Participatory Democracy; Amazon; Parauapebas-PA.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Limitação geográfica do município de Parauapebas.....	31
Figura 2. Unidades de conservação federais e Terra Indígena pertencente ao município de Parauapebas.....	36
Figura 3. Estruturação da pesquisa.....	54
Figura 4. Delimitação da Amazônia Legal, com destaque do município de Parauapebas	93
Figura 5. – Anúncio do Banco da Amazônia e da SUDAM de incentivos fiscais para investidores	100
Figura 6. Capa da Revista SUDAM com ilustração de uma Amazônia em transformação	101
Figura 7. Anúncio da Construtora Andrade Gutierrez sobre a construção da Transamazônica.....	103
Figura 8. Anúncio da presença do Banco de Londres na Amazônia.....	104
Figura 9. Campos de forças projetados na Amazônia.....	109
Figura 10. Marcos históricos da construção do ambiente amazônico	116
Figura 11. Processo de aplicação da Ferramenta CLEAR	124
Figura 12. Projeção e tendência dos meios de difusão empregados na pesquisa	159
Figura 13. Distribuição dos respondentes por raça	162
Figura 14. Projeção da representação de cada região na origem dos moradores de Parauapebas-PA	163
Figura 15. Principais fluxos migratórios para o município de Parauapebas ...	165
Figura 16. Tempo de residência no município de Parauapebas	166
Figura 17. Locais adequados para processos participativos, segundo a população.....	170
Figura 18. Percentual dos entrevistados em relação a dificuldades em Participação em eventos digitais	171
Figura 19. Percentual dos entrevistados em relação a forma de participação	172
Figura 20. Meios de acesso às informações do município	173
Figura 21. Percentual dos entrevistados que enxergam oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional em Parauapebas	175
Figura 22. Setores em que percebe mais oportunidades	176

Figura 23. Setores que os respondentes enxergam oportunidade de desenvolvimento pessoal	176
Figura 24. Elementos de identificação pessoal em relação ao local habitado	179
Figura 25. Percepção acerca das relações entre os moradores do mesmo bairro em Parauapebas	180
Figura 26. Satisfação da população com o local em que reside	181
Figura 27. Confiança da população no Poder Público de Parauapebas	182
Figura 28. Percepção quanto à voz e força de alguns atores sobre outros junto ao Poder Público	183
Figura 29. Grupos sociais ou atores com mais força junto ao Poder Público de Parauapebas	184
Figura 30. Instituições que representam maior identificação e proximidade ..	185
Figura 31. Bairros apontados com ocorrência dos problemas ambientais	189
Figura 32. Conhecimento sobre canais para denúncia ambiental.....	190
Figura 33. Percentual dos entrevistados sobre o uso de espaços coletivos do município de Parauapebas.....	191
Figura 34. Percepção da população quanto à necessidade de novos espaços públicos em Parauapebas	191
Figura 35. Frequência de visita da população à Floresta Nacional de Carajás	192
Figura 36. Percentual dos entrevistados acerca do conhecimento de que a “Flona Carajás” é uma Unidade de Conservação protegida por lei	193
Figura 37. Conhecimento sobre a instituição que realiza a gestão da “Flona Carajás”	194
Figura 38. Natureza das atividades que os respondentes já participaram na “Flona Carajás”	195
Figura 39. Percentual dos entrevistados em relação à participação no Conselho da “Flona Carajás”	196
Figura 40. Percentual dos entrevistados em relação à participação em reuniões do Conselho da “Flona Carajás”	197
Figura 41. Percentual dos entrevistados que responderam se frequentam o Conselho de outra Área de Preservação Ambiental.....	198
Figura 42. Percentual dos entrevistados que conhecem ou frequentam Conselhos de outras Unidades de Conservação	199

Figura 43. Modelo de Participação Social de Arnstein	204
Figura 44. Procedimento de entrevista junto ao Departamento de Relações com a Comunidade (DRC) de Parauapebas.....	207
Figura 45. O pesquisador proferindo uma fala na abertura da Audiência Pública sobre Asfaltamento e Infraestrutura em Parauapebas	257
Figura 46. Encarte explicativo sobre o funcionamento do arranjo participativo proposto	258
Figura 47. Identidade visual e slogan do Fórum de Cidadãos Participantes de Carajás.....	261
Figura 48. Perfil do LAB-Participa no <i>Instagram</i>	263
Figura 49. Interface da página virtual do projeto	264
Figura 50. Divulgação do projeto e as suas redes sociais para outras instituições.....	265
Figura 51. Divulgação presencial das audiências públicas promovidas pela pesquisa.....	266
Figura 52. Divulgação do Fórum em parceria com o MPPA	269
Figura 53. Divulgação da audiência pública de Água e Saneamento em Parauapebas	286
Figura 54. Mesa diretiva da audiência pública sobre água e saneamento	294
Figura 55. Manifestação de cidadão na audiência sobre água e saneamento.....	295
Figura 56. Divulgação da audiência pública de Asfaltamento e Infraestrutura em Parauapebas	296
Figura 57. Asfaltamento próximo à Avenida Potiguar, no bairro dos Carajás	303
Figura 58. Asfaltamento com a presença de esgotamento sanitário no bairro “Cidade Jardim”	304
Figura 59. Asfaltamento com a presença de esgotamento sanitário no bairro “Cidade Jardim”	305
Figura 60. Manifestação de representante da sociedade civil durante audiência pública sobre asfaltamento e infraestrutura em Parauapebas	308
Figura 61. Mesa diretiva da audiência pública de asfaltamento e infraestrutura	309
Figura 62. Divulgação da audiência pública sobre Queimadas e Poluição Atmosférica em Parauapebas-PA	310
Figura 63. Mapa dos focos de queimadas no município de Parauapebas-PA.....	317

Figura 64. Explicação de Representante da Defesa Civil na Audiência Pública sobre Queimadas e Poluição Atmosférica	318
Figura 65. Mesa diretiva da Audiência Pública sobre Queimadas e Poluição Atmosférica em Parauapebas	319

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Projetos do Governo Civil-Militar para a Amazônia Legal	105
Tabela 2. Investigação quanto ao gênero, idade e escolaridade dos participantes	160
Tabela 3. Origem dos participantes da pesquisa	163
Tabela 4. Bairros com maior concentração de participantes da pesquisa	167
Tabela 5. Síntese da Seção de Participação Social do <i>survey</i> com a população	173
Tabela 6. Atividades que Causam Bem-Estar e Atividades que Causam Mal- Estar no município de Parauapebas	177
Tabela 7. Existência de locais públicos em que não consegue frequentar, acompanhado dos motivos.....	186
Tabela 8. Problemas Ambientais apontados pela população de Parauapebas	189
Tabela 9. Alcance do anúncio da pesquisa com a população por meio do <i>Instagram</i>	270

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Planos do Governo Militar para o Desenvolvimento Nacional	106
Quadro 2. Dimensão “Can do” da Ferramenta C.L.E.A.R aplicada ao município de Parauapebas	138
Quadro 3. Dimensão “Like to” da Ferramenta C.L.E.A.R aplicada ao município de Parauapebas	141
Quadro 4. Dimensão “Enable to” da Ferramenta C.L.E.A.R aplicada ao município de Parauapebas.....	144
Quadro 5.Dimensão “Asked to” da Ferramenta C.L.E.A.R aplicada ao município de Parauapebas	147
Quadro 6. Dimensão “Responded to” da Ferramenta C.L.E.A.R aplicada ao município de Parauapebas.....	149
Quadro 7. Perfil C.L.E.A.R do município de Parauapebas-PA.....	151
Quadro 8. Recomendações de Ações ou Políticas Públicas à partir do diagnóstico C.L.E.A.R	153
Quadro 9. Ações e políticas recomendadas para o município de Parauapebas-PA com base no diagnóstico C.L.E.A.R	154
Quadro 10.Estados de origem por região	164
Quadro 11. Bairros menos representativos na pesquisa.....	167
Quadro 12. Síntese da Seção Sociodemográfica do survey com a população	168
Quadro 13.Outros locais lembrados como facilitadores da participação social em Parauapebas	170
Quadro 14.Manifestações quanto à dificuldade de frequentar a “Flona” Carajás	187
Quadro 15. Fatores apontados como motivadores da não participação no âmbito do Conselho de Gestão da Floresta Nacional de Carajás	196
Quadro 16.Síntese dos resultados da Seção 4 – Dimensão Ambiental	199
Quadro 17. Categorias de análise do conteúdo das entrevistas	209
Quadro 18.Apresentação dos resultados das entrevistas junto ao Poder Público de Parauapebas, referente à categoria “Projetos e autonomia da Secretaria/ Órgão”	214

Quadro 19. Apresentação dos resultados das entrevistas junto ao Poder Público de Parauapebas no âmbito da categoria de políticas públicas ambientais	223
Quadro 20. Apresentação dos resultados das entrevistas junto ao Poder Público de Parauapebas, referente à categoria sobre o envolvimento dos servidores com a Participação Social.....	226
Quadro 21. Apresentação dos resultados das entrevistas junto ao Poder Público de Parauapebas, referente à categoria “Promoção da Participação Social” ..	231
Quadro 22. Apresentação dos resultados das entrevistas junto ao Poder Público de Parauapebas, referente à categoria “Metodologia e estruturação da Participação Social”	237
Quadro 23. Apresentação dos resultados das entrevistas junto ao Poder Público de Parauapebas, referente à categorias “Meios para a Participação Social ..	241
Quadro 24. Apresentação dos resultados das entrevistas junto ao Poder Público de Parauapebas, referente à categoria “Êxito e melhoria da Participação Social”	246
Quadro 25. Correlação entre respondentes da pesquisa eletrônica e a divulgação paga do instrumento no <i>Instagram</i>	271
Quadro 26. Temas e locais das Audiências Públicas realizadas pela Pesquisa juntamente com o MPPA.....	281
Quadro 27. Síntese dos questionamentos apresentados pela população na audiência de água e saneamento de Parauapebas	290
Quadro 28. Síntese dos questionamentos apresentados pela população na audiência de água e saneamento de Parauapebas	300
Quadro 29. Síntese dos questionamentos apresentados pela população na audiência de água e saneamento de Parauapebas	314

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGNIFICADOS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
ANA	Agência Nacional de Águas
ANM	Agência Nacional de Mineração
APA	Área de Preservação Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
ASCOM	Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Parauapebas
BID	Banco Internacional de Desenvolvimento
CALC	Cúpula da América Latina e do Caribe para a Integração e Desenvolvimento
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CDLR	Comitê para o Desenvolvimento Local e Regional
CEAP	Centro de Educação Ambiental de Parauapebas
CELAC	Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CEP	Comitê de Ética de Pesquisas com Seres Humanos
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CFEM	Compensação Financeira pela Exploração Mineral
CLEAR	<i>Can do, Like to, Enable to, Asked to, Responded to</i>
CMAC	Coordenadoria Municipal de Assuntos Comunitários
CMINP	Congresso de Mineração de Parauapebas
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONDCAP	Conselho Municipal dos Direitos da Criança, e do Adolescente de Parauapebas
COOTER	Coordenadoria de Terras do Município de Parauapebas
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI)
CRC	Centro de Recondicionamento de Computadores
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EA	Educação Ambiental
EFC	Estrada de Ferro Carajás
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
FCP	Fórum de Cidadãos Participantes
FEPACTI	Feira de Parauapebas de Ciência, Tecnologia e Inovação
FLONA	Floresta Nacional
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Mineração
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFPA	Instituto Federal do Pará
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados

MAM	Movimento pela Soberania Popular Frente à Mineração
MDR	Ministério de Desenvolvimento Regional
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas
MME	Ministério de Minas de Energia
MP	Ministério Público
MPPA	Ministério Público do Estado do Pará
MPSP	Ministério Público do Estado de São Paulo
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NGI	Núcleo de Gestão Integrada
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PIN	Programa de Integração Nacional
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMP	Prefeitura Municipal de Parauapebas
PND	Programa Nacional de Desenvolvimento
PNPS	Política Nacional de Participação Social
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
POLAMAZÔNIA	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PPA	Plano Plurianual
PPCDAM	Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
PPPEA	Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental
PROSAP	Programa de Saneamento de Parauapebas
PT	Partido dos Trabalhadores
RIO-92	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
RDR	Redução, Declassificação ou Reclassificação de Áreas Protegidas
SAAEP	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parauapebas
SEFAZ	Secretaria Municipal da Fazenda de Parauapebas
SEGOV	Secretaria Municipal de Governo de Parauapebas
SEMAS	Secretaria de Municipal de Assistência Social de Parauapebas
SEMAS-PA	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do estado do Pará
SEMED	Secretaria Municipal de Educação de Parauapebas
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEMOB	Secretaria Municipal de Obras
SEMPROR	Secretaria Municipal de Produção Rural de Parauapebas
SEMSI	Secretaria Municipal de Segurança Institucional e Defesa do Cidadão
SEMURB	Secretaria Municipal de Urbanismo
SEPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento de Parauapebas
SGPR	Secretaria Geral da Presidência da República
SNPS	Sistema Nacional de Participação Social
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPVEA	Superintendência para a Valorização Econômica da Amazônia

STF	Supremo Tribunal Federal
SUDAM	Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
UC	Unidade de Conservação
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
VALE	Empresa Vale S.A. de Mineração

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	22
1.1. Introdução	22
1.1.1. Objetivo Geral	28
1.1.2. Objetivos Específicos	28
1.2. Metodologia da Pesquisa	29
1.2.1. Local do Estudo: O município minerador de Parauapebas, região sudeste do estado do Pará.....	29
1.2.2. A Pesquisa-Ação no campo da Antropologia Jurídica.....	38
1.2.3. Instrumentos e Técnicas de Levantamentos de Dados.....	44
1.2.4. Survey com os munícipes de Parauapebas-PA	44
1.2.5. Entrevistas com o Poder Público Municipal	46
1.2.6. Ferramenta C.L.E.A.R de diagnóstico da participação social em nível local	49
1.2.7. Audiências Públicas	50
1.2.8. Análise dos dados	51
1.3. A Estrutura da Pesquisa	52
2. DEMOCRACIA E DIREITOS DE ACESSO EM MATÉRIA AMBIENTAL ...	55
2.1. Percurso Histórico da Democracia	55
2.2. Estado Ecológico de Direito e Direitos de Acesso em Matéria Ambiental	64
3. EVOLUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS E DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL PARA A AMAZÔNIA.....	90
4. DIAGNÓSTICO SOBRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL POR MEIO DA FERRAMENTA CLEAR.....	117
4.1. Ferramenta “C.L.E.A.R” para diagnóstico da Participação Social	119
4.1.1. “Can do” (As pessoas podem participar?).....	126
4.1.2. “Like to” (As pessoas gostam de participar?)	128
4.1.3. “Enable to” (As pessoas estão habilitadas a participar?)	130
4.1.4. “Asked to” (As pessoas são perguntadas/ informadas?).....	133
4.1.5. “Redponded to” (As pessoas recebem devolutivas sobre a participação?).....	134
4.2. Ações e Políticas Recomendadas a partir do diagnóstico com o uso da Ferramenta C.L.E.A.R	154
5. CONSULTA PÚBLICA VIRTUAL JUNTO À POPULAÇÃO DE PARAUAPEBAS – PA.....	157

5.1. Dimensão 01 – Informações Sociodemográficas	158
5.2. Dimensão 02 – Participação Social	169
5.3. Dimensão 04 - Dimensão Ambiental	185
5.4. Participação pública para defesa de direitos de acesso em matéria ambiental em Parauapebas.....	200
6. AS PERSPECTIVAS INSTITUCIONAIS DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL: ENTREVISTAS COM O PODER PÚBLICO MUNICIPAL	205
7. FÓRUM DE CIDADÃOS PARTICIPANTES DE CARAJÁS: Experimentação de mecanismo participativo na Amazônia	249
7.1. Escopo, estrutura e planejamento de um novo modelo para a participação	249
7.2. O Fórum como espaço de identificação comunitária: a construção de uma identidade visual com elementos regionais e simbologias	259
7.3. A informação no âmbito do arranjo participativo: experimentação do uso de redes virtuais para promoção de direitos de acesso	262
7.4. A Universidade Pública como agente estruturante e propositor do experimento em participação social	272
7.5. A adesão do Ministério Público do Estado do Pará à pesquisa	273
7.6. Audiências Públicas do MPPA e Fórum de Cidadãos Participantes no município de Parauapebas-PA.....	274
7.7. Audiência Pública de Água e Saneamento	285
7.7.1. Divulgação e Promoção da Audiência Pública	285
7.6. Audiência Pública sobre Asfaltamento e Infraestrutura	295
7.7. Definição do tema da audiência: “Asfaltamento e Infraestrutura”	296
7.7.1. Manifestações e solicitações realizadas pelos cidadãos.....	298
7.8. Resumo das solicitações ao Poder Público.....	300
7.9. Respostas dos representantes do Poder Público.....	301
7.10. Audiência Pública sobre Queimadas e Poluição Atmosférica	309
7.10.1. Divulgação e promoção da audiência pública	309
7.10.2. Definição do tema da audiência: “Queimadas e Poluição Atmosférica”	310
7.10.3. A audiência pública: questões e debates produzidos	311
7.10.4. Manifestações e solicitações realizadas pelos cidadãos.....	312
7.10.5. Resumo das solicitações ao Poder Público	314
7.10.6. Respostas dos representantes do Poder Público	314
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	320
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	328

APÊNDICES.....	340
APÊNDICE A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA.....	341
APÊNDICE B – TCLE DA PESQUISA JUNTO À POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESTUDO	342
APÊNDICE C – Instrumento de pesquisa junto à população de Parauapebas	345
APÊNDICE D – Instrumento de pesquisa junto ao Poder Público de Parauapebas	351
APÊNDICE E – Roteiro original da Ferramenta C.L.E.A.R	353
APÊNDICE F – Relatório de Audiência Pública de Água e Saneamento.....	360
APÊNDICE G - Relatório de Audiência Pública de Asfaltamento e Infraestrutura	379
APÊNDICE H - Relatório de Audiência de Queimadas e Poluição Atmosférica	395
ANEXOS	410
ANEXO I – OFÍCIO DO MINISTRO DA CASA CIVIL SOLICITANDO A REVOGAÇÃO DO SNPS	411
ANEXO II – INSTRUMENTO DE PESQUISA DO DRC PARAUAPEBAS.....	413

1. INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

1.1. Introdução

A Amazônia brasileira perpetuou-se como um ambiente de violências e campos de disputas pelo uso de seus recursos ecológicos e ocupação, em decorrência de políticas autoritárias do Estado brasileiro para favorecimento da indústria extrativista e do capital estrangeiro, que há décadas impõe controle sobre as dinâmicas amazônicas.

As políticas de ocupação e a dominação projetada sobre os territórios da Amazônia no processo de expansão das atividades econômicas são resumidas por Ioris e Schneider (2022):

“As experiências se definiram também pela consolidação do domínio político local por parte das tradicionais oligarquias regionais, pela consagração da grande propriedade rural e associada expulsão de pequenos proprietários, pelo aprofundamento da dependência econômica na produção de pouquíssimas atividades, com associado empobrecimento ecológico, aumento da desigualdade social e destruição de comunidades e ecossistemas nativos” (Ioris; Schneider, 2022, p.181).

A descrição de um ambiente amazônico sobre o qual reside grande complexidade ambiental, produzida pelas políticas de ocupação e avanço de atividades extrativistas, remete impecavelmente ao município de Parauapebas-PA, cenário desta pesquisa e do Projeto Grande Carajás, o qual Wanderley e Coelho (2021) definem como “Quatro décadas de fraturas do modelo mineral desigual na Amazônia”.

Impulsionada como uma promessa de salvação nacional pelo governo civil-militar para diminuição da dívida externa, a abertura da região aos empreendimentos industriais provocou arranhaduras profundas ao modo de vida e organização social no interior da Amazônia, assim como violações à princípios constitucionais e direitos fundamentais e coletivos, particularmente provocados por organizações empresariais, com aval do Estado e com correspondência até os dias atuais.

O militarismo que se impôs ao ambiente amazônico em diversos momentos da história, tanto como políticas do Estado para o desenvolvimento nacional, como no autoritarismo inquestionável de estratégias de ocupação, produziu sequelas sociais e antidemocráticas nos estados da Amazônia Legal,

cujos desdobramentos ocorrem tanto na gestão das cidades, como na violência gerada pelo avanço de atividades ilegais disseminadas em consequência de fragilidades e alianças políticas realizadas para a ocupação da região (Soares, 2021; Ioris; Ioris, 2022; Loureiro, 2019).

A atuação do governo nacional, de forma ditatorial, que contemplou o capital estrangeiro e grandes empresários brasileiros, forçando a ocupação de territórios amazônicos com projetos formulados sem nenhum indício de participação da população local ou apreciação no Congresso Nacional, formam elementos e subsídios para a complexidade amazônica, assim como para esta pesquisa.

É possível analisar essa complexidade por meio de diversos prismas, estabelecendo investigações em diferentes áreas do conhecimento, uma vez que os ecossistemas amazônicos são mútuos e correlatos e constroem-se [ou destroem-se] em resposta às políticas públicas e institucionais lançadas sobre a região. À esta pesquisa, no campo das Ciências Ambientais, interessam as dinâmicas sociais de ocupação do ambiente natural, assim como as violações de direitos causados neste processo.

Ao retroceder na história da Amazônia, a literatura evidencia que desde a colonização, com a chegada dos europeus à essa região, os povos originários e o modo de vida são atravessados e devastados em nome da acumulação de riquezas e centralização de poder, que foi exatamente o que fez o Estado Nacional já na República, mas com uma diferença: a acumulação de capital terceirizada, beneficiando oligarquias, empresas e agentes empresariais do setor privado.

Foi durante os anos de ditadura militar no Brasil que se acelerou a ocupação e povoamento da região amazônica, por meio dos planos de desenvolvimento regional, que estabeleceu “projetos desenvolvimentistas” para a região visando o aproveitamento dos recursos naturais abundantes, com destaque para a mineração e agropecuária, além das obras de infraestrutura, como a rodovia Transamazônica, as hidrelétricas, núcleos urbanos, ferrovias, portos e etc. Construindo assim, toda a estrutura para os projetos de expropriação dos recursos [apropriação e exportação sem garantias de benefícios sociais e desenvolvimento além do econômico]. O Estado incumbiu-se ainda dos dispositivos jurídicos, especialmente de incentivos fiscais e de

estímulo à migração populacional, construindo ambientes confortáveis e condições favoráveis à expansão do capital em territórios amazônicos, produzindo a sofisticação do neoextrativismo, que se observou em toda a América Latina (Ioris; Schneider, 2022; Wanderley; Coelho, 2021; Soares, 2021; Loureiro, 2019; Souza, 2019; Svampa, 2019; Cota, 1984; IBASE, 1982).

A Amazônia brasileira sempre esteve sob o domínio do autoritarismo e de políticas militares para ocupação do “grande espaço vazio improdutivo”, como era veiculado pela Presidência da República, por meio dos órgãos e secretarias especiais criadas nas décadas de 1960 e 1970 para gerenciamento da interiorização das fronteiras na região.

Um dos maiores exemplos de domínio, violações e “financeirização” absoluta da Amazônia é o “Programa Grande Carajás”, projeto especial para aproveitamento do potencial mineral da região sudeste do estado do Pará, na Amazônia Oriental, onde localiza-se o acirramento da degradação e avanço de fronteiras para o interior da região, em consequência das atividades minerais e extrativistas, como a agropecuária (Wanderley; Coelho, 2021)

O megaprojeto de mineração em Carajás tornou a região conhecida de todo o mundo, com interesse especial de países hegemônicos, que projetaram-se sobre a exploração da província mineral que detém o ferro de maior pureza do mundo, financiando as operações de instalação do parque industrial na savana “metalófila” de Carajás, cujo solo apresenta reservas de minério de ferro superiores a 18 bilhões de toneladas.

Por meio de acordos entre o governo brasileiro e países como Estados Unidos e Inglaterra, instituições e Estados internacionais fincaram a sua participação nas riquezas sob o solo de Carajás, por meio de condições e cláusulas aviltantes, aceitas e canceladas pela cúpula militar que decidia o destino da Amazônia (Loureiro, 2019; Cota, 1984; IBASE, 1982).

A descoberta da magnitude mineral de Carajás fez com que toda a burocracia estatal daqueles tempos de governo militar voltasse os seus esforços e investimentos para fazer da região a esperança do “milagre econômico”, injetando investimentos internacionais e capital externo e inserindo definitivamente a Amazônia na dinâmica global.

Sob liderança da Companhia Vale do Rio Doce, que fora privatizada em 1997, em outro capítulo da história nacional, o Programa Grande Carajás foi

responsável pela ocupação do território em torno do empreendimento, motivando a criação de diversos municípios, que passaram a existir em função do Programa, como Parauapebas – onde se localiza a “Floresta Nacional de Carajás”, Unidade de Conservação de Uso Sustentável, na qual ocorrem as atividades minerárias do “Sistema Norte da Vale S.A.”, nomenclatura atual para as atividades extrativistas da Mina de Carajás – ambiente de análise desta pesquisa.

Em apenas trinta e cinco anos desde a sua criação em função da concentração populacional no núcleo urbano de suporte às atividades da mineração, Parauapebas atingiu em 2022 uma população que ultrapassa de 260 mil habitantes (IBGE, 2023).

Além de uma receita estratosférica e uma desigualdade social pujante, com sérias violações de direitos fundamentais e coletivos, como é característico de territórios sujeitos às violências do extrativismo extremo, a urbanização do município reflete a evidente insuficiência do modelo mineral brasileiro, que arquiteta cidades com a vulnerabilidade e a injustiça ambiental consolidadas (Wanderley; Coelho, 2021; Santos, 2020; Secchi, 2019).

As dinâmicas políticas em torno do Programa Grande Carajás foram objetos de investigação e denúncias, especialmente sob o viés do autoritarismo e caráter centralizador de políticas de ocupação, sem nenhuma oportunidade ao debate nacional, plural e multilateral, sobretudo participativo (Klein, 1982; IBASE, 1982).

Os dispositivos legais impostos pelo regime civil-militar para Carajás esboçaram ainda nos anos de 1960-1980 os rumos desses territórios, sem diálogo com as populações locais, as quais nem se ouviu falar acerca da existência – era um “espaço vazio”.

Esse idealismo fatídico parece permear as políticas urbanísticas de expansão e estruturação de Parauapebas até os dias atuais, com prevalência da dicotomia atemporal entre extrativismo x sociedade, na qual se estabelecem os campos estratégicos¹ de coexistência e resistência de diferentes atores,

¹ A Teoria dos Campos, de Fligstein e McAdam, também desdobrada por Bourdieu, é adotada nessa pesquisa como premissa elementar para o entendimento claro sobre as disputas concomitantes que se estabelecem na Amazônia, particularmente em territórios com riqueza mineral e empreendimentos extrativistas. Silva (2021) ressalta que os campos de ação estratégica incorrem em relações entre atores dominantes e “atuam para manter a atual

cujas relações acontecem por atuarem sob mesmo entendimento ou regra estabelecida, ainda que isso não signifique concordância (Silva, 2021).

Com desigualdade aparente e a quase inexistência de serviços públicos qualificados, com bairros inteiros sem asfaltamento, saneamento e acesso à água, Parauapebas reproduz atualmente um modelo de gestão pública questionável, com nítido distanciamento entre poder público e sociedade. Com agravo, trata-se de um dos municípios com maior volume de operação e arrecadação mineral do país, com uma geração de riquezas totalmente conflitante com a situação em que vive a maioria de sua população.

Neste sentido, a pesquisa empreendeu uma investigação acerca da participação social, especialmente ambiental, no município minerador de Parauapebas – sede do Programa Grande Carajás – um dos mais rentáveis e audaciosos esforços do Estado brasileiro.

A proposição da pesquisa parte do questionamento sobre a efetividade dos instrumentos participativos instaurados pela Constituição Federal de 1988, que parecem espaços e mecanismos figurativos, uma vez que na prática, têm-se experimentado a esfera representativa da participação. Assim, os esforços desta pesquisa enveredam para a proposição de um instrumento popular e com força para transpassar a manipulação estratégica dos Conselhos Municipais, aproximando-se da população, que já é conformada com a injustiça social e desconhedora dos seus direitos no âmbito da participação ambiental.

A democracia ambiental tem o acesso à justiça, à participação e à informação, como princípios edificadores, necessitando de atenção ainda maior junto às populações mais vulneráveis.

Os princípios de acessos no âmbito do meio ambiente foram instituídos como tripé da democracia ambiental pelo Acordo de Aarhus, pouco difundido além da Europa, tendo apenas países daquele continente como signatários (Bello; Parola, 2017).

estrutura do campo” e aquelas que são dominadas e atuam na produção de transformações na estrutura do campo (Silva, 2021, p.77). Ainda, o autor esclarece que a Teoria Geral dos Campos assumiu novas contribuições recentes, nas quais admite-se que um campo recebe e depende de outros campos externos. Neste sentido, o Estado possui diversos campos que o compõem, que se alteram à medida que ele compete por recursos.

No Brasil e na América Latina, esse tripé foi reforçado pela Declaração da Conferência Rio 92, cujo princípio 10 destaca o acesso à informação, à participação e à justiça ambiental:

O melhor modo de tratar as questões ambientais é com a participação de todos os cidadãos interessados, em vários níveis. No plano nacional, toda pessoa deverá ter acesso adequado à informação sobre o ambiente de que dispõem as autoridades públicas, incluída a informação sobre os materiais e as atividades que oferecem perigo a suas comunidades, assim como a oportunidade de participar dos processos de adoção de decisões. Os Estados deverão facilitar e fomentar a sensibilização e a participação do público, colocando a informação à disposição de todos. Deverá ser proporcionado acesso efetivo aos procedimentos judiciais e administrativos, entre os quais o ressarcimento de danos e recursos pertinentes (BRASIL, 2017).

Para a disseminação e cumprimento do “Princípio 10”, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) assume papel importante, criando o “Observatório do Princípio 10 da América Latina e Caribe”, que atua na difusão da informação ambiental de forma digital, dentre outras atribuições (Bello; Parola, 2017; CEPAL s.n).

A pesquisa irrompe a voz e a reivindicação popular para garantias de direitos fundamentais e coletivos ignorados pela gestão municipal, com participação social quase inexistente e estruturas obsoletas e ociosas.

Em síntese, nos próximos capítulos, ao percorrer os caminhos da pesquisa, é possível deparar-se com esforços de investigação que buscaram conhecer a estruturação do determinismo político e o autoritarismo que se impôs à região estudada, com reflexos e heranças no funcionalismo público-privado de Carajás desde a dominação da região, se é que um dia essa dominação cessou.

A investigação empreendida por esta pesquisa, por meio dos resultados alcançados, revela que Parauapebas é um município com a reprodução de elementos clássicos do extrativismo profundo, com alienação territorial, desigualdade considerável e ineficiência da gestão pública, particularmente para a sua população mais vulnerável, sem garantias de direitos fundamentais, tão pouco o acesso à água encanada – em plena Amazônia.

Do ponto de vista da participação, as dificuldades não superadas remetem para uma complexidade comum aos municípios amazônicos, com produção de distorções na comunicação e no distanciamento inserido entre a população e a informação. Isso aconteceu nas políticas da ditadura militar para

a Amazônia, se reproduziram claramente no recente governo militarizado de extrema direita (2018-2022) e permeiam as constantes intenções para a região na tentativa de permissividade ao avanço dos interesses privados, privilegiados pela convivência do Estado e pela condizente gestão do Poder Público Executivo de Parauapebas (Vidal; Elis; Teixeira, 2022).

Tendo em vista os processos históricos de ocupação, as dinâmicas sociais e as políticas públicas ambientais estabelecidas nos municípios da Amazônia, a pesquisa estabelece uma inquietação motivadora – se novos arranjos participativos podem produzir mais garantias de escuta da população nas decisões ambientais de Parauapebas. Desta forma, a pesquisa busca o fortalecimento da participação ambiental na esfera deliberativa, por meio da proposição de um novo arranjo participativo.

1.1.1. Objetivo Geral

A pesquisa tem como objetivo central a experimentação de um instrumento participativo mais popular e difuso no município de Parauapebas-PA, por meio de um novo arranjo em participação ambiental.

1.1.2. Objetivos Específicos

- Levantamento da literatura especializada, tanto histórica como contemporânea, para resgate dos dispositivos legais ambientais e de ordenamento territorial, assim como de instrumentos participativos na Amazônia;
- Fortalecer o eixo da Democracia Ambiental por meio da participação social;
- Proposição e experimentação de um novo instrumento participativo;
- Realizar um diagnóstico sobre a participação social e acerca dos desafios ambientais no município de estudo;
- Investigar as estruturas e esforços dedicados à participação social pelo Poder Público de Parauapebas-PA;
- Incentivar ações participativas e a aproximação entre a população e o Ministério Público do Estado do Pará;

- Possibilitar a tomada de decisão popular para enfrentamentos ambientais;
- Investigar se os dados levantados junto à população local confirmam a formação de campos de forças estratégicas no município de estudo, conforme a corrente teórica que se faz uso na pesquisa.

1.2. Metodologia da Pesquisa

1.2.1. Local do Estudo: O município minerador de Parauapebas, região sudeste do estado do Pará

O município de Parauapebas-PA está localizado na mesorregião sudeste do estado do Pará, onde situam-se diversos municípios com características semelhantes, tanto pelos aspectos ambientais, econômicos - com prevalência absoluta da mineração e empreendimentos extrativistas, como também pelas dinâmicas sociais que acometem essa região, em decorrência de diversos ciclos migratórios em função de emprego na indústria mineradora.

O início do projeto de exploração mineral de Carajás, nos anos 1980, propiciou o surgimento de novos povoados, que se transformaram em cidades, entre elas Parauapebas e Curionópolis, que deram apoio respectivamente ao Projeto de Ferro Carajás e Garimpo de Serra Pelada, motivando desdobramentos territoriais e o surgimento de novos municípios, como Canaã dos Carajás e Água Azul do Norte (Mercês, 2009 *apud* Wanderley; Coelho, 2021, p.77).

Com extensão territorial de aproximadamente 6.885 km² (IBGE, 2023), dos quais, 86% do território é constituído por unidades de conservação federais, Parauapebas faz fronteira com os municípios de Curionópolis, Água Azul do Norte, Ourilândia do Norte, São Félix do Xingu, Canaã dos Carajás, município que atualmente possui atividades de extração ferrífera superiores às de Parauapebas, no complexo mineral S11D², também da Vale S.A. E

² A operação intitulada "S11D" responde pelo projeto de extração de minério de ferro instalado no município de Canaã dos Carajás, cujo minério possui pureza maior do que aquele de Carajás, passando a ser agora, o minério de ferro com maior qualidade já encontrado no mundo, além da reserva nos solos desse local. A Vale obteve a licença de operação em 2016 e desde então já conseguiu ampliar 34 vezes o volume de produção, repassando mais de R\$ 650 milhões apenas em CFEM para o município de Canaã em 2020. Desta forma, além da cidade fazer fronteira geográfica com Parauapebas, atualmente é responsável pela maior operação de

finalmente, faz fronteira com Marabá, município que administrava o vilarejo que originou o município de Parauapebas. As fronteiras entre esses municípios permeiam algumas unidades de conservação que integram o Mosaico de Carajás³ (IBGE, 2023; Parauapebas, 2021),

Salvo as diferenças entre a natureza dos minérios e as proporções de extração, as cidades que circundam Parauapebas são, em sua maioria, mineradoras, e constituem um *lócus* de atenção especial em políticas econômicas e desenvolvimentistas que se desenham sobre esta região, assim como um olhar da literatura especializada em territórios de mineração, com abordagem decolonial⁴, a qual muito se vale nesta pesquisa.

Na Figura 1 é possível observar a localização do município de Parauapebas e aqueles que fazem fronteiras, na mesorregião do Sudeste do Pará.

minério de ferro da Vale no Brasil: tanto em volume, como qualidade e investimento em tecnologias de produção (IBRAM, 2016; VALE, 2020).

³ O “Mosaico de Carajás” é a denominação criada pelo ICMBio para referir-se às unidades de conservação federais localizadas na macrorregião de Carajás e interligadas entre si pelas suas fronteiras, algumas pertencentes ao território imediato de Marabá e outras ao território de Parauapebas. As unidades de conservação que integram o “Mosaico de Carajás” e os municípios aos quais estão sob jurisdição, são: Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri (Marabá), Reserva Biológica do Tapirapé (Marabá), Floresta Nacional de Itacaiúnas (Marabá), Floresta Nacional de Carajás (Parauapebas), Parque Nacional dos Campos Ferruginosos (Parauapebas) e Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado (Parauapebas) (Vieira et. al. 2020).

⁴ O pensamento decolonial permite uma leitura sobre as violências territoriais produzidas por países hegemônicos colonizadores, cuja prática de apropriação e expropriação de bens e *commodities*, se assemelha até os dias atuais às dinâmicas estabelecidas pelo capital em territórios mineradores na América Latina em uma relação Norte-Sul (Martins, 2019).

Figura 1. Limitação geográfica do município de Parauapebas



Fonte: Elaborado para a pesquisa (2023).

O município surgiu como um povoado, com o nome de Rio Verde, no início do Programa Grande Carajás, à partir da chegada e aglomeração de pessoas que se estabeleciam no local para trabalhar nas operações de mineração entre o final da década de 1970 e início de 1980 (Parauapebas, 2021; Wanderley; Mansur; Cardoso, 2023).

O local, que começou a ganhar inchaço populacional nos anos 1980 e 1990, era constituído por pessoas pobres e operários, que não trabalhavam em cargos de nível estratégico e gerencial na mineração em Carajás e, que, portanto, não estavam aptas a habitar as casas do Núcleo Urbano de Carajás⁵, construído com toda a infraestrutura necessária para o bem estar mínimo dos

⁵ O Núcleo Urbano de Carajás está localizado no interior da “Flona” Carajás, onde situam-se as estruturas do complexo mineral de Carajás, a uma distância de 17 km do município de Parauapebas. O “Núcleo” e a cidade são interligadas por uma estrada construída pela CVRD, juntamente com outras obras de infraestrutura para o funcionamento desse parque industrial. Até os dias atuais prevalece a separação entre o “primeiro mundo” de quem mora no “Núcleo” e aqueles que moram em Parauapebas, e portanto, não têm livre acesso ao vilarejo, cujo ingresso à UC é controlado pela Vale na portaria. As casas do Núcleo abrigam trabalhadores da Vale que ocupam cargos como engenheiros, diretores e gerentes, e aqueles que não são do município e são transferidos ou contratados para trabalhar na unidade de Carajás. Contudo, desde a constituição do PGC, prevalece o distanciamento entre os serviços de excelência voltados para os moradores do Núcleo e o padrão de serviços encontrados em Parauapebas.

residentes e trabalhadores da CVRD, como asfalto, tratamento de esgoto, aeroporto, cinema, clube e etc. (Wanderley; Mansur; Cardoso, 2023; Malheiro, *et al.* 2021; Vieira, 2020; Coelho, 2015).

Com a finalidade de abrigar os trabalhadores que chegavam ao local para trabalhar na Mina de Ferro Carajás e na construção da Estrada de Ferro Carajás, a CVRD iniciou o erguimento de um núcleo urbano fora dos limites da Serra de Carajás. O núcleo popular para os operários da mineração foi construído na região mais próxima à portaria de acesso à UC, onde está localizado o empreendimento mineral, área que atualmente denomina-se como bairro “Cidade Nova”. A administração do núcleo e de toda a área urbana que se estruturava passou a ser realizada pelos municípios de Marabá e Parauapebas, após a sua promulgação, sendo reconhecido como município em 1988, por meio da Lei nº 5.433/1988, com posteriores alterações em seus limites geográficos até o ano de 1991 em função da criação de Canaã dos Carajás e Água Azul do Norte (Parauapebas, 2021).

Com o avanço das atividades extrativistas no interior do parque industrial de Carajás, Parauapebas começou a receber cada vez mais cidadãos que se fixavam no local em busca de trabalho, já que a região era vista como promessa de desenvolvimento. Após três décadas e diversos ciclos de fluxos migratórios, segundo o IBGE (2023), atualmente a população é estimada em 266.624 habitantes, estabelecendo-se como a 5ª cidade mais populosa do estado do Pará.

O crescimento acelerado do município deflagra a grandiosidade e os desafios em torno da região, especialmente no âmbito de social e ambiental e na estruturação de serviços públicos que atendam às necessidades populares.

Em apenas 35 anos de existência, Parauapebas ocupa atualmente a posição de 106º município mais populoso do país e a 5ª maior população do estado do Pará, atrás apenas de Belém e Ananindeua, na região metropolitana, Santarém na região Oeste e Marabá, na região sudeste.

A sua população concentra-se na faixa etária entre 20 e 29 anos, com uma representação quase inexpressível à partir dos 65 anos⁶.

⁶ Esses dados referem-se ao censo de 2010, sendo, portanto, passível de atualização.

Quanto à educação, um importante indicador social de um território, os dados referentes à 2021 disponibilizados pelo IBGE, demonstram que o município possui uma taxa de 95,8% de crianças de 6 a 14 anos na escola. Esse resultado garante o posicionamento de 4.692 entre os 5.570 municípios do país, ou seja, insere-se entre os 15% de municípios com os piores resultados do país.

Em relação ao Estado do Pará, esse resultado coloca Parauapebas em 61º lugar entre os 144 municípios, e ainda, em terceiro entre os quatro municípios da região imediata.

Quando é observado o resultado educacional segmentado por faixas etárias, Parauapebas tem um desempenho pior nos anos finais do ensino fundamental do que nos anos iniciais.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) revela uma piora de Parauapebas na série histórica em relação ao restante do Brasil.

Os dados de 2005 indicavam que o índice IDEB de anos iniciais do município era de 3,5, ocupando a posição 2.633 entre os municípios brasileiros. Já em 2021, mesmo com uma melhora no índice, houve uma piora em comparação ao contexto nacional, alcançando a nota de 5,4, caindo para a posição 2.921 em relação aos outros municípios do país.

Para os anos finais da educação básica, o município apresentava um indicador de 3,4 no ano de 2005, ocupando a posição de 2.177, caindo para 2.256 em 2021 em relação ao contexto nacional.

Estes resultados permitem afirmar que houve uma piora na educação básica no município de Parauapebas entre 2005 e 2021 em relação ao contexto brasileiro.

Os dados demonstram ainda que o município possui um ensino médio preocupante, com rendimento de 0,74 em 2021 e com baixas taxas de aprovação, com 76% no 1º ano, 66% no 2º ano e de 81% no terceiro ano do ensino médio.

Em relação à saúde pública do município, os dados que são empregados inclusive para computo do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), revelam que Parauapebas apresenta uma taxa de

mortalidade infantil de 11,78, ocupando a posição 2.362 entre os 5.570 municípios brasileiros. Em relação ao estado do Pará, classifica-se em 95º em mortalidade entre os 144 municípios, e ainda, o 2º entre os quatro municípios da região (IBGE, 2023).

Quanto à mortalidade de crianças de até 1 ano, o resultado é alarmante, pois, no ranking dos municípios do estado, Parauapebas ocupa o 5º lugar, com 55 mortes em 2020 (IBGE, 2023).

Adentrando à perspectiva ambiental, segundo dados do IBGE (2010), o índice de saneamento adequado chega a 45% na cidade.

Ainda em relação aos aspectos ambientais, o município possui 30,5% de arborização de suas vias (IBGE, 2010). Esse dado revela a urgência da gestão e governança ambiental pública, uma vez que trata-se de um município do bioma amazônico, cercado por seis unidades de conservação federais e frente ao avanço das fronteiras extrativistas.

A taxa de urbanização de vias públicas alcança o resultado de 21,8% (IBGE, 2010), e tal situação é reforçada ao longo desta pesquisa, uma vez que o asfaltamento foi um dos temas prioritários para a população local, e ainda, registrada pelo pesquisador.

Os dados do censo demonstram, ainda, a existência de uma população de quase 11 mil habitantes em áreas de risco, dado confirmado pelo Coordenador da Defesa Civil de Parauapebas na Audiência Pública sobre Queimadas e Poluição Atmosférica.

Voltando-se para o ambiente natural de Parauapebas, percebe-se grandes embates instituídos, reunindo elementos de grande complexidade, especificamente no tocante à dicotomia preservação *versus* atividade econômica, com o avanço de diversas fronteiras sobre o município e o sudeste do estado.

A luta pela conservação ocorre, principalmente, no âmbito das unidades de conservação e a integridade dessas áreas, estabelecendo disputa entre atividades extrativas e predatórias ao ambiente amazônico, tanto legais como ilegais.

A principal unidade de conservação, a Floresta Nacional de Carajás, foi criada em 1998, e possui 412 mil hectares, sendo uma área que difere-se das demais “Flonas” federais, pois, além da floresta densa, vegetação

característica do bioma amazônico, ela abriga uma área “descampada com vegetação aberta”, que ocorre sobre uma “imensa jazida de minério de ferro”, conhecida como uma das maiores províncias minerais do mundo (Giuletti; Souza; Zappi, 2017).

Essa área é conhecida como “canga” e abriga um solo pedregoso rico em ferro, uma vegetação arbustiva, o solo exposto e com a maioria das plantas com menos de dois metros de altura (Giuletti; Souza; Zappi, 2017).

Ainda, ao percorrer essas áreas na época chuvosa é possível observar a formação de lagoas que não possuem contato com os lençóis freáticos, cuja característica, dentre outras, demonstra o caráter especial deste ambiente localizado no “Parque Nacional dos Campos Ferruginosos”, criado por meio de Decreto Presidencial em 2017, por pressão da sociedade civil e pesquisadores.

Nas áreas de Cangas desta região, incluindo as serras de Carajás, desde a descoberta da Flona em 1967, já são conhecidas mais de 15 mil espécies, sendo 526 somente da Canga. Dentre as espécies endêmicas e com ocorrência em áreas de interesse de mineração, destacam-se a Castanha-do-Pará (*Bertollettia Excelsa*) e o Jaborandi (*Pilocarpus Carajensis*), além de outras espécies que só ocorrem em áreas com solo ferroso. O trabalho de catalogação das espécies endêmicas das áreas de Canga de Carajás, resultou em 12 espécies e 8 classificadas como raras, até 2017 (Zappi, 2017).

Nesta região há predominância da floresta ombrófila aberta, com dossel descontínuo (Zappi; Viana; Giuletti, 2017) e faz limite com o Cerrado, e por isso, possui uma mata mais aberta, com a presença de cipós entre as árvores emergentes.

A Figura 2 demonstra a importância ambiental do município, com a localização de Terra Indígena e a intersecção entre o território de Parauapebas e as unidades de conservação, como a Flona Carajás e o Parque Nacional dos Campos Ferruginosos, denominado cientificamente de “Savana Metalófila”, caracterizando-se como uma área de transição e endemismo, e ainda, com alta concentração de ferro em seu solo.

Figura 2. Unidades de conservação federais e Terra Indígena pertencente ao município de Parauapebas



Fonte: Elaborado para a pesquisa (2023).

A economia é outro eixo importante para a análise do município de Parauapebas, cuja atividade extrativista minerária produz a sobreposição do ambiente econômico sobre o desempenho social e ambiental.

Parauapebas apresentou o maior valor de operação mineral no Brasil em 2020, alcançando mais de R\$ 43 bilhões, seguido de Canaã dos Carajás, com R\$ 35 bilhões (Wanderley; Mansur; Cardoso, 2023).

A importância do município de Parauapebas e dessa região para a economia de mineração destaca-se, uma vez que, toda a região Norte, ou seja, toda a mineração realizada em 173 municípios amazônicos registrou o valor de operação mineral de R\$100 bilhões. Assim, somente Parauapebas responde a quase metade de toda a operação realizada na Amazônia brasileira em 2020, segundo o Atlas do Problema Mineral Brasileiro (Wanderley; Mansur; Cardoso, 2023).

No ano de 2018, o valor de operação mineral de Parauapebas ficou em aproximadamente R\$20 bilhões, superando o valor total do PIB, que registrou pouco mais de R\$15 bilhões. A relação entre o valor de operação mineral e o PIB naquele ano ficou em 1,27.

O desempenho da indústria de mineração em 2020 no município resultou na produção de mais de 433 milhões de toneladas de ferro (31% da produção nacional) e 1,5 milhões de toneladas de manganês (49% da produção nacional), dos principais minérios extraídos em Parauapebas (p.66, 76).

Esse resultado gerou a arrecadação de uma CFEM⁷ de R\$1,5 bilhões em 2020, ou seja, quase metade do total de CFEM arrecadado em toda a região Norte, que atingiu pouco mais de R\$3 bilhões. O imposto é a principal receita do município e uma importante referência sobre a atividade industrial de mineração.

A remuneração média dos trabalhadores do município é outro dado que merece atenção. Embora esse indicador tenha garantido um bom posicionamento entre os municípios mineradores, apresentando o valor médio de R\$5.046,00 no ano de 2019, ocupando o 8º lugar entre os 50 maiores municípios de mineração no Brasil⁸ (Wanderley; Mansur; Cardoso, 2023), esse valor é desproporcional ao PIB *per capita*.

Em 2018, dos 50 maiores municípios mineradores, apenas três apresentaram PIB acima de R\$ 10 bilhões, sendo: Parauapebas (PA), Nova Lima (MG) e Mogi das Cruzes (SP) (Wanderley; Mansur; Cardoso, 2023, p.99).

O Índice de Desenvolvimento Humano de Parauapebas (IDH-M) está acima da média nacional, registrando um valor de 0,715 em 2010, contra 0,699 no Brasil. Esse resultado, aparentemente positivo, se deve a diversos fatores, mas principalmente pela participação econômica no computo do indicador.

Outros indicadores também fornecem informações relevantes quanto aos aspectos sociais e de qualidade de vida no município, como o Índice de

⁷ A “Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM” é o principal imposto sobre atividade mineral, estabelecido pela Constituição de 1988 (Art.20). A União, os estados e municípios têm participação na arrecadação, com maior percentual para os municípios minerados, cuja alíquota é de 60% (ANM, 2023).

⁸ A remuneração média dos trabalhadores da mineração nos 50 maiores municípios mineradores é um ranking apresentado na publicação “Atlas do Problema Mineral Brasileiro” de 2023. No levantamento referente ao ano de 2019, o município com maior remuneração foi Nova Lima (MG), com remuneração média de R\$7.432,00. Destaca-se ainda a presença do município de Canaã dos Carajás com resultado superior ao de Parauapebas, com renda média de R\$5.137,00. O pior resultado é protagonizado pelo município de Porto Velho (RO), com remuneração média de R\$1.588,00 por trabalhador da atividade minerária (Wanderley; Mansur; Cardoso, 2023).

Gini, que calcula a desigualdade social por meio da concentração de renda. Neste indicador calculado pelo Instituto Atlas Brasil, Parauapebas apresentou o valor de 0,55 em 2010, acima da média brasileira (0,61), mas muito inferior aos municípios mineradores com menor desigualdade.

É importante uma ressalva neste quesito, pois, Parauapebas-PA é o 28º município do *ranking*, sendo o primeiro do estado do Pará. Ou seja, os 27 municípios mineradores com melhores resultados no índice de Gini são de outros estados, em sua maioria de Minas Gerais (Wanderley; Mansur; Cardoso, 2023).

Finalmente, a desigualdade e os conflitos ambientais produzidos no município, especialmente de natureza distributiva (Zhour, 2018) produz a estruturação de um território subordinado e obediente à lógica implementada pelo Projeto Grande Carajás.

1.2.2. A Pesquisa-Ação no campo da Antropologia Jurídica

Sob o enfoque metodológico, o ponto de partida e o aspecto mais esclarecedor para entender a natureza das ações empreendidas ao longo da pesquisa, é saber que, essencialmente, trata-se de uma investigação alicerçada sobre as bases da Pesquisa-Ação, revelando-se, portanto, como o método central do estudo.

Ainda que a pesquisa também possa ser percebida como um Estudo de Caso, uma vez que busca, além de realizar um diagnóstico da participação popular e da atuação da Administração Municipal para a promoção desse mecanismo, investigar a intersecção entre as dinâmicas do Poder Público – executivo e legislativo – e as dinâmicas sociais, ao final, é possível conhecer a participação social no município de Parauapebas, remetendo-se aos diversos espaços e mecanismos investigados.

Desta forma, ao adentrar em espaços múltiplos, como Secretarias Municipais, ICMBio e Conselho Municipal de Meio Ambiente, a pesquisa constrói uma clareza acerca do funcionamento da participação social nessas diversas esferas, coletando informações ao longo do percurso.

Portanto, na amplitude de seu escopo e na natureza de suas investigações, esta pesquisa está imbricada na Pesquisa-Ação. Sobretudo, é

possível notar ainda que o estudo permite um aprofundamento do objeto de pesquisa no município, característico do estudo de caso. Contudo, delimitar todos os passos da pesquisa aos limites mais estanques do estudo de caso seria diminuir a importância da riqueza de informações coletadas e de ações realizadas, e ainda, desconsiderar os registros do ambiente social e político de Parauapebas, que se insere a investigação, tão pertinente às cidades amazônicas.

A investigação empreendida, no âmbito de políticas públicas e esforços dedicados ao mecanismo investigado e, na objetivação de formulação de um novo instrumento participativo, incorre em uma pesquisa de “natureza política”, inevitavelmente.

O viés político da pesquisa é compreendido pela óptica da pesquisa-ação, cujo paradigma entre o método e a investigação política é ressaltado por Thiollent (2020), ao esclarecer que a política está arraigada na pesquisa-ação, ao carregar um compromisso com atores sociais e um cenário que busca a transformação da sua realidade, conforme defini o autor:

“Em pesquisa social aplicada, e em particular no caso da pesquisa-ação, os problemas colocados são inicialmente de ordem prática. Trata-se de procurar soluções para se chegar a alcançar um objetivo ou realizar uma possível transformação dentro da situação observada” (Thiollent, 2020. p.57).

Tomando aqui o exemplo citado pelo autor de que, a pesquisa-ação objetiva o entendimento e a denúncia de uma realidade social, visando a transformação do ambiente investigado, percebe-se com nitidez que este estudo, ao propor um novo instrumento participativo e a melhoria da participação popular em um município extrativista na Amazônia, está fincado no solo da Pesquisa-Ação.

Ainda neste sentido, Yin (2016) esclarece que estudar o contexto e as condições de vida das pessoas, com uso de diversas fontes de dados e evidências, são fatores de pesquisas de natureza social e essencialmente qualitativas. Assim, Yin (2016) corrobora o entendimento de Thiollent (2020) de que a pesquisa-ação ocorre com a intenção de investigar um ambiente real e as narrativas dos participantes, e esclarece adicionalmente que neste tipo de pesquisa, é relatado também os significados e percepções do pesquisador acerca do ambiente investigado.

A natureza desta pesquisa, no campo das Ciências Ambientais, ao estabelecer uma investigação acerca de direitos de acesso em matéria ambiental, produz a necessidade, imperiosamente, de inclusão de fatores e informações observados no ambiente da pesquisa, os quais são resgatados a partir da observação do pesquisador.

Uma vez que esses elementos não podem ser obtidos por meio dos instrumentos de coleta de dados, já que se trata de fatores evidenciados nas dinâmicas em torno das ações da pesquisa, especialmente as audiências públicas, os quais revelam-se imprescindíveis para o tecer da análise, a pesquisa adentra na “Antropologia Jurídica” ou “Antropologia do Direito”.

Esse campo recente das Ciências, ancorado principalmente no método da etnografia (Ortiz; Maciel, 2021) é desenhado em pesquisas nas quais, elementos do ambiente social e a subjetividade são necessários para o entendimento das dinâmicas, assim como as disputas e narrativas diversas que se estabelecem no ambiente investigado. E ainda, a sua importância é ressaltada em pesquisas nas quais a simbologia e a cultura de povos e comunidades tradicionais precisam ser resgatados para que seja possível conhecer a privação de direitos humanos e coletivos e a resistência desses povos em ambientes complexos, como é o caso de Carajás.

Visto que esta pesquisa incorre no emprego de procedimentos metodológicos que podem ser analisados sob a óptica da Antropologia Jurídica, apresenta-se aqui uma breve explanação sobre esse campo e a sua correlação com o presente estudo.

Trata-se de um campo do conhecimento que possibilita a inserção de elementos importantes a uma investigação, que muitas vezes são registros de diários de campo da pesquisa, como notas de falas importantes produzidas no ambiente que se investiga e que não são compreendidas pelos instrumentos adotados.

Em alguns momentos da leitura desta pesquisa será possível perceber que o pesquisador apresenta elementos da sua percepção ou escuta durante o decorrer das ações de campo, ou ainda, falas produzidas no ambiente das audiências públicas e que são relevantes para a construção do entendimento correto sobre as dinâmicas que circundam as relações entre o poder público de Parauapebas e os cidadãos.

Isso se torna evidente em algumas passagens da pesquisa, como por exemplo: a resistência do Promotor de Justiça em realizar audiências em bairros periféricos do município e fora do horário comercial; o fato de que na segunda audiência, na qual fora abordado um tema conflituoso no município, que é asfaltamento e infraestrutura urbana, o Procurador Geral de Parauapebas, que não havia sido oficiado para a participação, acompanhou os demais representantes do Poder Público e solicitou que ele compusesse a mesa dos especialistas em infraestrutura e urbanismo, ao lado do Secretário Municipal de Obras Públicas, que foi bastante questionado com falas bastante exaltadas – pois, como poderá ser visto no capítulo 7, o asfaltamento no município é de qualidade bastante inferior.

Outro fator envolvendo ainda a questão de asfaltamento e infraestrutura e que somente é inserida nesta pesquisa por meio de registro de campo do pesquisador, é que na ocasião da audiência de asfaltamento, o Secretário Municipal de Obras Urbanas dirigiu-se ao pesquisador e questionou qual foi o percentual de respondentes da pesquisa. Após o pesquisador informar o número de participantes, o Secretário então proferiu a seguinte fala em tom baixo “Certo, isso é, portanto, 0,00001% do município” – em uma tentativa de desqualificar a relevância da audiência pública e da pesquisa.

A inserção dessas falas no texto deste estudo, apesar de serem legitimadas pelo método de Pesquisa-Ação, que prevê a observação participante, sob a óptica da Antropologia Jurídica, permite que a observação do pesquisador, deixe de ser apenas uma observação e passe a fornecer subsídios para a construção da compreensão sobre as relações sociais e a interação da sociedade com o poder público, cujos elementos contribuem para a tessitura de políticas públicas, programas e métodos mais assertivos em relação à participação social e a garantia de direitos de acesso, que é aquilo que se objetiva neste estudo. .

Para Mota e Kant de Lima (2022), é no campo da Antropologia Jurídica que os registros da pesquisa, singularmente o caderno de campo, que é se dá a aproximação com o ponto de vista do outro, possibilitando uma análise de fenômenos sociais. Assim, a aproximação com os conteúdos que registram a forma de ser e existir dos cidadãos permite o desenho das categorias analíticas

necessárias ao estudo, possibilitando maior eficácia na produção do conhecimento do ambiente.

A antropologia jurídica permite exatamente isso, o resgate de percepções e fatores importantes que são determinantes para a construção de políticas e instrumentos mais adequados ao exame da realidade em estudo, sendo, portanto, campo estratégico do Estado Socioambiental de Direito (Mota; Kant de Lima, 2022; Ortiz; Maciel, 2021; Baptista *et al.* 2021).

Este campo possibilita a investigação sobre as influências e afetações do sistema jurídico pelas mudanças sociais e de que forma os processos sociais, políticos e econômicos produzem alterações no ordenamento jurídico (Ortiz; Maciel, 2021). Neste sentido, Baptista *et al.* (2021) ressaltam que o sistema jurídico brasileiro “especializou-se na distribuição desigual de direitos”, produzindo desigualdade jurídica para os cidadãos, fazendo com que os direitos civis não sejam iguais para todos.

A imbricação entre as Ciências Jurídicas e as Ciências Sociais, fundando o campo da Antropologia Jurídica se materializa na América Latina na Rede Latino-Americanas de Antropologia Jurídica (RELAJU), possibilitando a aproximação do Direito e do Estado com o ambiente social e os problemas até então distantes do campo jurídico, como as violações de direitos ambientais (Ortiz; Maciel, 2021).

Trata-se de um campo de estudo que tem a sua orientação alterada conforme o ambiente em que se encontra. Na América Latina, por exemplo, a Antropologia Jurídica está bastante voltada a investigação dos direitos indígenas e povos originários e tradicionais, na busca de elementos que possam contribuir com a reformulação do ordenamento jurídico de modo que contemple as reivindicações e direitos dessas populações (Ortiz; Maciel, 2021).

No estudo de Mota e Kant de Lima (2022), são analisados aspectos estruturais do ambiente jurídico e de arenas públicas, investigando as dinâmicas que se estabelecem no diálogo entre o Poder Público e a sociedade civil no Brasil – o que convém a esta pesquisa.

Para Baptista *et al.* (2021), a Antropologia encontra dificuldades no estudo de práticas jurídicas no Brasil pelo fato de haver uma oposição bastante demarcada entre a Antropologia e as Ciências Jurídicas em “função das suas relações com o poder”. As Ciências Sociais localizam-se no campo dos atores

que contestam e levantam as lutas políticas, enquanto o Direito “encontra-se tradicionalmente alinhado com políticas conservadoras” (Baptista *et al.* 2021).

Mota e Kant de Lima (2022) evidenciam que nas arenas de políticas públicas, o que se busca é a manutenção da ordem e a resolução do conflito, especialmente em seu abafamento como forma de resolução, sem que necessariamente seja extinguido ou resolvido. Outro fator importante de ser observado é a forma como os sujeitos que respondem a um interrogatório respondem à pergunta, devendo-se perceber as respostas mentirosas e o silêncio (Mota; Kant de Lima, 2022). Acorados nos estudos de Kant de Lima⁹, os autores ressaltam que nos ambientes de diálogos e debates com o Poder Público geralmente se evidencia a prevalência da “cisma”, que consiste em tentar convencer e vencer os participantes.

Os autores denominam de “cismocracia”, fazendo analogia a democracia, uma vez que, para eles, o debate no âmbito da Administração Pública incorre na cisma, ou seja, os participantes constroem as suas opiniões e verdades a partir de suas convicções. Isso interessa a esta pesquisa, pois, mais adiante, no capítulo 7, ao abordar as audiências públicas empreendidas nesta pesquisa, retoma-se a discussão sobre os fatores determinantes da arena participativa a partir da postura dos envolvidos e as técnicas deflagradas nos discursos do Poder Público de acordo com o estudo de Mota e Kant de Lima (2022).

Em síntese, as lentes da Antropologia Jurídica permitem perceber comportamentos determinantes e relações de força importantes no campo da gestão e governança pública, especialmente para esta pesquisa que acolhe narrativas da sociedade civil e do Poder Público no processo de investigação sobre a participação social e demais direitos de acesso em matéria ambiental em um município de mineração na Amazônia.

⁹ Roberto Kant de Lima é apontado como uma referência para a consolidação da Antropologia do Direito no Brasil. Os estudos do professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), ainda na década de 1980, inauguraram esse campo de investigação no âmbito brasileiro, com pesquisas, que por meio da etnografia, visavam compreender aspectos da sociedade brasileira e as formas de produção e administração de conflitos, especialmente em instituições jurídicas e policiais. Os estudos de Kant de Lima foram pioneiros e essenciais para a institucionalização da área de Antropologia do Direito na Academia Brasileira de Antropologia, a qual posteriormente recebeu a inscrição de diversos núcleos de ensino e pesquisa da área em universidades públicas brasileiras (Ortiz; Maciel, 2021).

Nesta perspectiva, Ortiz e Maciel (2021) ressaltam que as pesquisas no campo da Antropologia Jurídica possibilitam a compreensão do comportamento de instituições públicas e suscitam a mudança de conduta por parte do Poder Público, contribuindo para o aumento da transparência na interação com a sociedade e de fortalecimento da democracia.

A Antropologia Jurídica é, portanto, um campo em construção, cujo avançar propicia o fortalecimento dos direitos humanos, instituições democráticas, conhecimento sobre as dinâmicas da engrenagem pública e, portanto, do Estado Ecológico de Direito (Mota; Kant de Lima, 2022; Ortiz; Maciel, 2021; Baptista *et al.* 2021)

1.2.3. Instrumentos e Técnicas de Levantamentos de Dados

1.2.4. Survey com os munícipes de Parauapebas-PA

O decurso da pesquisa deparou-se com a necessidade de diversos levantamentos de dados, empregando técnicas e recursos diferentes. O primeiro levantamento realizado caracterizou-se como um *survey* junto à população local para conhecimento da percepção comunitária sobre duas variáveis de interesse para o estudo, sendo i) as dificuldades da sociedade civil em exercer a participação social; ii) os problemas ambientais e perspectivas do município na visão de seus munícipes.

A primeira variável investigada no *survey*, acerca dos empecilhos à participação, embasa-se na Ferramenta C.L.E.A.R. para diagnóstico de participação social. A segunda investigação, acerca dos desafios ambientais e municipais permitiu conhecer melhor o ambiente da pesquisa na perspectiva de sua população, aproximando o presente estudo dos enfrentamentos ambientais presentes na cidade.

Para aplicação desta pesquisa, foi utilizada a ferramenta virtual “Google Formulários”, pelo fato de se tratar de uma ferramenta conhecida da população em geral, além de possuir uma interface simples e com possibilidade de personalização, permitindo a inclusão da logomarca do projeto.

A adoção de um instrumento virtual, com acesso exclusivamente pela internet, exigiu a adoção de alguns cuidados, especificamente em relação ao

sigilo e proteção dos dados, obedecendo aos parâmetros da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), conforme solicitação do Comitê de Ética de Pesquisas com Seres Humanos (CEP-UFSCar). Além das diretrizes para armazenamento dos resultados da pesquisa, que restringiram-se exclusivamente ao computador pessoal do pesquisador, o Comitê recomendou ainda a adoção de alguns mecanismos para conforto e segurança do respondente, sendo: a) a obrigatoriedade de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) na primeira página do questionário da pesquisa; b) a descrição prévia de cada seção da pesquisa, antes do contato com o conteúdo; c) a não obrigatoriedade de responder à todas as questões da pesquisa. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido do *survey* junto à população pode ser visualizado no Apêndice B.

O instrumento semiestruturado de pesquisa junto à população dividiu-se em quatro seções, sendo: 1) Informações sociodemográficas; 2) Participação social; 3) Oportunidades e desenvolvimento pessoal; 4) Dimensão ambiental.

As perguntas levantadas na primeira seção permitiram conhecer o perfil das pessoas que estão mais propensas à exercer a participação social ou que se engajam em questões relacionadas ao município.

A segunda seção, especificamente da participação social, investigou as dificuldades dos respondentes para exercerem a participação e, embora seja a centralidade da investigação, esta dimensão não é extensa devido ao fato de que a maior parte das questões investigadas pela pesquisa foram direcionadas ao poder público, contando ainda com outras fontes de dados, como levantamentos em órgãos oficiais e governamentais e registros da pesquisa de campo.

A terceira seção levantou questões referentes à percepção da população quanto às oportunidades pessoais e profissionais proporcionadas e presentes no município.

Finalmente, a dimensão ambiental investigou os problemas e desafios ambientais e urbanísticos no tocante aos bairros onde residem os respondentes. Este instrumento de levantamento de dados foi planejado tomando por base as perguntas que a pesquisa precisava responder por meio da população que reside no município, voltando-se a conhecer as narrativas populares sobre as questões de investigação.

Uma vez que a intenção era promover o maior alcance possível, pretendendo a participação de toda a população de Parauapebas, especificamente para conhecer o perfil daqueles que estão engajando-se em questões municipais e a região em que essas pessoas residem, adotou-se apenas dois critérios de exclusão: a) residir no município da pesquisa; b) Possuir mais de 18 anos – por exigência do Conselho Nacional de Saúde (CNS) em pesquisas que aplica-se o TCLE, já que para menores de idade, há a necessidade de adoção de outro instrumento de segurança e consentimento de participação em pesquisas, envolvendo outros processos adicionais para a pesquisa junto à população com menos de 18 anos.

O questionário de pesquisa foi disponibilizado virtualmente por um período de aproximadamente 5 meses, no período compreendido entre maio e outubro de 2023, adotando diversas estratégias para divulgação do instrumento. Neste sentido, a primeira pergunta da pesquisa indagava “Como você chegou a esta pesquisa?”, justamente para que a análise dos resultados permitisse observar os meios e canais que estão proporcionando maior alcance e retorno. A estratégia central para difusão do instrumento foi por meio de promoção paga na rede social *Instagram*, associada à adoção de outras formas de divulgação, cuja análise desdobra-se no capítulo de apresentação dos resultados do *survey*. O questionário do *survey* realizado virtualmente junto à população pode ser visualizado no Apêndice C.

A pesquisa obteve o retorno de 227 respondentes, com exclusão de três, uma vez que não atendia aos critérios da pesquisa (residência e idade). Assim, a amostra da pesquisa junto à população de Parauapebas representa 224 participantes.

Os resultados encontram-se no capítulo dedicado à esta etapa da pesquisa, assim como também foram pulverizados em outras seções, quando necessário para retratar a visão do cidadão de Parauapebas.

1.2.5. Entrevistas com o Poder Público Municipal

A etapa de entrevistas junto aos governantes locais foi realizada para levantamento de dados estabelecidos para a construção da matriz de diagnóstico da ferramenta C.L.E.A.R, tendo em vista que grande parte dos

dados requeridos cabem ao Poder Público, investigando competências da Administração Pública no desenvolvimento da participação social.

De forma a organizar a condução das entrevistas, e ainda, pensando nas dimensões anteriormente planejadas de *survey* junto à Sociedade Civil, chegou-se à uma divisão do Roteiro de Entrevistas, com perguntas que, além dos esforços da gestão na promoção da Participação Social, investiga ainda a experiência profissional e a visão da sua Secretaria.

As vinte e nove perguntas do Roteiro de Entrevistas estão divididas em três dimensões, sendo: 1) Perfil profissional e experiência na Prefeitura e no cargo que ocupa; 2) Conflitos, desafios e enfrentamentos socioambientais municipais; 3) Participação Social.

A Prefeitura Municipal de Parauapebas-PA possui a sua estrutura definida entre Secretarias, Coordenadorias e “Outros órgãos”. Dentre as 19 Secretarias Municipais, foram selecionadas cinco para a realização das entrevistas, utilizando-se basicamente dois critérios de seleção, sendo: 1) As áreas mais relacionadas à pesquisa; 2) Àquelas que mais cabem consultas, audiências públicas e processos participativos.

Além das Secretarias, foram selecionadas ainda uma coordenadoria e um órgão municipal. A seguir constam os departamentos municipais convidados para a realização das entrevistas, seguidos do elemento analisado para inclusão nesta amostra de participantes.

- Secretaria Municipal de Desenvolvimento (SEDEN): Responsável pela Política de Diversificação Econômica do Município
- Secretaria da Fazenda Municipal (SEFAZ): Responsável pelo Plano Plurianual (PPA) e Lei Orçamentária Anual (LOA), instrumentos participativos
- Secretaria Municipal de Meio Ambiental (SEMMA): Responsável pelo Licenciamento Ambiental municipal e fiscalização, objetos de investigação desta pesquisa.
- Secretaria Municipal de Mineração, Energia, Ciência e Tecnologia (SEMMECT): Atuação junto às atividades mineradoras no município, atividade de investigação desta pesquisa.

- Secretaria de Urbanismo (SEMURB): Responsável pelas premissas de urbanismo, além das diretrizes de crescimento urbano e elaboração do Plano Diretor, que mapeia a população urbana e rural e o crescimento do município.
- Coordenadoria de Regularização Fundiária: Pelo fato do município do estudo localizar-se no interior da Amazônia, com a presença de povos do campo, comunidades tradicionais, como quilombolas, indígenas e assentados, faz-se imprescindível conhecer os esforços e ações participativas para inclusão desses atores nas políticas públicas locais.
- Departamento de Relações com a Comunidade: Esta divisão é responsável por realizar uma aproximação entre o Poder Público e a Sociedade Civil, especialmente as comunidades em situação de vulnerabilidade.

Entretanto, nem todas as Secretarias e órgãos acima elencados responderam às solicitações de participação na pesquisa. Foi enviado convite por e-mail em duas tentativas e, registra-se que somente a SEMURB e a SEMMECT responderam voluntariamente. Quanto à SEMMA e o DRC, a participação foi obtida após contato via *WhatsApp* com servidores indicados. Registra-se que, mesmo com o reforço na solicitação, as demais Secretarias não viabilizaram a participação na pesquisa.

Outro fator importante de ser observado é que, inicialmente, previu-se a realização das entrevistas de forma virtual, meio do *software Google Meet*, já que a pesquisa se propõe também a testar o uso de tecnologias para a participação social. Sobretudo, ressalta-se que os representantes do Poder Público Executivo sinalizaram que preferiam que as entrevistas ocorressem presencialmente. Isso demonstra uma inclinação da gestão municipal em não fazer uso de tecnologias para a diversificação de meios para promoção da participação social.

Desta forma, as entrevistas aconteceram de forma presencial nas Secretarias correspondentes, no período de uma semana, entre 22 e 29 de maio de 2023.

Efetivamente, participaram desta etapa da pesquisa: Departamento de Relações com a Comunidade (DRC), Secretaria Municipal de Mineração,

Energia, Ciência e Tecnologia (SEMMECT), Secretaria Municipal de Urbanismo (SEMURB) e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), com três divisões diferentes, haja vista a complexidade ambiental do município, sendo: Licenciamento Ambiental Rural, Educação Ambiental e a Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM).

As informações levantadas foram agrupadas em quadros, permitindo a visualização comparativa entre os participantes, com a apresentação dos elementos principais das respostas, destacando os fatores que são mais importantes para a investigação desta pesquisa. Os resultados das entrevistas são apresentados na seção reservada à esta etapa do estudo e integram a matriz C.L.E.A.R aplicada ao município de Parauapebas.

1.2.6. Ferramenta C.L.E.A.R de diagnóstico da participação social em nível local

A “Ferramenta C.L.E.A.R” traduz-se como um instrumento de diagnóstico da participação social, essencialmente em nível local. A sua elaboração consiste no trabalho de levantamento de informações que respondam as questões estipuladas no roteiro elaborado pelo “Comitê para o Desenvolvimento Local e Regional” (CDLR), da Comissão da Europa, responsável pelo desenvolvimento do instrumento.

Quando finalizada a reunião de dados e aplicação na matriz da ferramenta, o resultado expressa-se em um quadro que elenca as fragilidades da participação evidenciadas na pesquisa e, por isto, prevê pesquisa junto à população e à gestão pública, com o uso de técnicas eleitas pelo pesquisador, além de dados oficiais, por meio de levantamento documental.

Portanto, a matriz da ferramenta C.L.E.A.R neste estudo foi construída como resultado de um processo investigativo em nível local, no âmbito do município de Parauapebas-PA. Além disso, utilizou-se deste diagnóstico para fomentar uma discussão, juntamente com outras etapas da pesquisa, permitindo, assim, o embasamento para responder à hipótese da pesquisa, contribuindo com os objetivos deste estudo.

Desta forma, a ferramenta C.L.E.A.R, por si só, não se trata de uma técnica de levantamento, mas da reunião de dados em quadros descritivos,

produzindo a possibilidade entendimento das dinâmicas de participação social no contexto de Parauapebas.

São cinco dimensões investigativas, enunciadas pela nomenclatura da ferramenta, sendo:

C – Can do/ Podem participar?

L – Like to/ Gostam de participar?

E – Enable to / Estão habilitadas a participar?

A – Asked to/ São convidadas a participar?

R – Responded to/ Obtém retorno da participação?

Para obtenção dos dados que foram empregados na matriz C.L.E.A.R do município de Parauapebas, adotou-se um protocolo de levantamento, diferenciando a fonte das informações e à qual público se destinaria a investigação. O protocolo de levantamento dos dados necessários ao preenchimento da matriz do instrumento foi definido da seguinte forma:

- Sociedade Civil: por meio de *survey*/ consulta à população
- Poder Público: por meio de entrevista semiestruturada
- Levantamento de Dados: levantamento documental junto à órgãos oficiais e Prefeitura Municipal de Parauapebas.

1.2.7. Audiências Públicas

Uma outra etapa da pesquisa refere-se à realização de audiências públicas para discussão dos problemas ambientais apontados pela população no *survey* empreendido na etapa anterior, que produziu o conhecimento dos principais desafios do município, sendo: a) Água e saneamento; b) Asfaltamento e infraestrutura; c) Poluição atmosférica por queimadas urbanas.

As audiências tinham ainda o objetivo de investigar as dinâmicas da participação circundantes à essas ações, cujos registros constam na seção que desdobra os resultados produzidos nos eventos, além do conteúdo integral nos relatórios das audiências públicas, nos Apêndices D, E e F.

Esta etapa foi realizada juntamente com o Ministério Público do Estado do Pará (MMPA), por meio da Promotoria de Justiça da Vara de Parauapebas, que aceitou o convite desta pesquisa para assumir o papel de agente facilitador

das ações, contribuindo com as investigações e conferindo a legitimidade necessária.

As audiências públicas receberam um planejamento quanto às dinâmicas de sua realização, cujas ações estruturantes assumem um caráter metodológico. Neste sentido, definiu-se os atores e funções, assim como as responsabilidades e, ressalta-se que o MPPA assumiu o papel de agente facilitador, realizando as convocações ao Pessoal Especializado do Poder Público para responder às questões e manifestações da população. Assim, a Promotoria de Justiça de Parauapebas convocou os representantes do Poder Público Executivo pertinentes à cada temática, conforme é possível observar no capítulo reservado às audiências públicas.

Ainda no tocante aos aspectos metodológicos, é importante esclarecer que diversos veículos de comunicação, tanto oficiais como privados, divulgaram a realização das audiências devido ao caráter inovador no município, uma vez que trata-se da proposição de um arranjo participativo pensado junto à população.

As audiências, no âmbito da pesquisa-ação, segundo Thiollant (2020), podem ser exemplos de eventos entendidos como “seminários” nos fundamentos da metodologia científica. “Os seminários reúnem a equipe de pesquisadores e atores de interesse para observação, examinação, discussão e tomada de decisões sobre aquilo que se discute” (Thiollant, 2020). O autor esclarece ainda que os seminários em pesquisa-ação produzem informações e materiais reunindo aquilo que foi discutido e sinalizado pelos grupos de interesse em torno do contexto analisado, cujos eventos partem de uma questão de pesquisa ou hipótese, que é debatida e testada nos eventos, sendo, portanto, a retratação das audiências públicas promovidas por esta investigação.

1.2.8. Análise dos dados

Foram utilizadas mais de uma técnica de análise de dados, visto que a pesquisa praticou algumas etapas para levantamento de informações. A

primeira pesquisa, o *survey* junto à população, recebeu tratamento dos dados no software *Microsoft Excel*, contemplando, sobretudo, uma análise quantitativa.

As informações levantadas na etapa de entrevistas junto ao Poder Público possuem natureza qualitativa e foram analisadas empregando a técnica de análise de conteúdo, embasado em Bardin (2017). A técnica possibilita uma aproximação expressiva com os fatos apontados.

O preenchimento da matriz C.L.E.A.R consistiu basicamente na seleção dos dados já coletados com instrumentos planejados para obtenção das informações necessárias. Assim, o fator de análise nesta etapa da pesquisa se deu em relação à definição da fonte de dados que seria utilizada, podendo ser por meio da pesquisa realizada junto à população, às entrevistas com o Poder Público, ou dados oficiais, como do IBGE e do Município, por meio do Plano Diretor e do Plano Plurianual.

1.3. A Estrutura da Pesquisa

O capítulo 2 apresenta uma discussão sobre a democracia e a democracia ambiental no Brasil. Para esse debate, resgatou-se estudos e conceitos elementares da teoria democrática, perpassando pelas principais contribuições históricas, até o atual cenário da democracia brasileira, especialmente as estruturas institucionais da participação social. Esta seção aborda ainda os direitos de acesso em matéria ambiental e esmiúça especificamente o “Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe”, ou “Acordo de Escazú”, uma vez que esse instrumento contempla parte dos objetivos e esforços desta pesquisa.

No terceiro capítulo, é possível conhecer as dinâmicas históricas de ocupação da Amazônia, particularmente as políticas do governo militar para o avanço das fronteiras econômicas sobre a região por meio dos grandes projetos extrativistas, alcunhados de “desenvolvimentistas”. Nesse cenário, volta-se para o estabelecimento de campos de disputas por uso e ocupação do solo e recursos naturais na Amazônia, especialmente no complexo mineral de Carajás. Esta seção auxilia a compreensão sobre as violações de direitos

produzidas nos territórios em disputa pelo próprio Estado brasileiro e a forma de dominação que o capital estrangeiro produz, tecendo desigualdades evidentes em municípios estruturados em função do extrativismo.

O quarto capítulo apresenta os resultados do diagnóstico sobre a participação social realizado no município da pesquisa, assim como os procedimentos estruturantes e a metodologia da Ferramenta C.L.E.A.R, desenvolvida por pesquisadores europeus para o Comitê Europeu para o Desenvolvimento Local e Regional (CDLR) que trabalha mecanismos democráticos em âmbito local para os países membros da Comissão da Europa.

No quinto capítulo é possível conhecer o perfil da população do município de Parauapebas, assim como a percepção dos cidadãos quanto aos desafios ambientais e os fatores críticos à participação social.

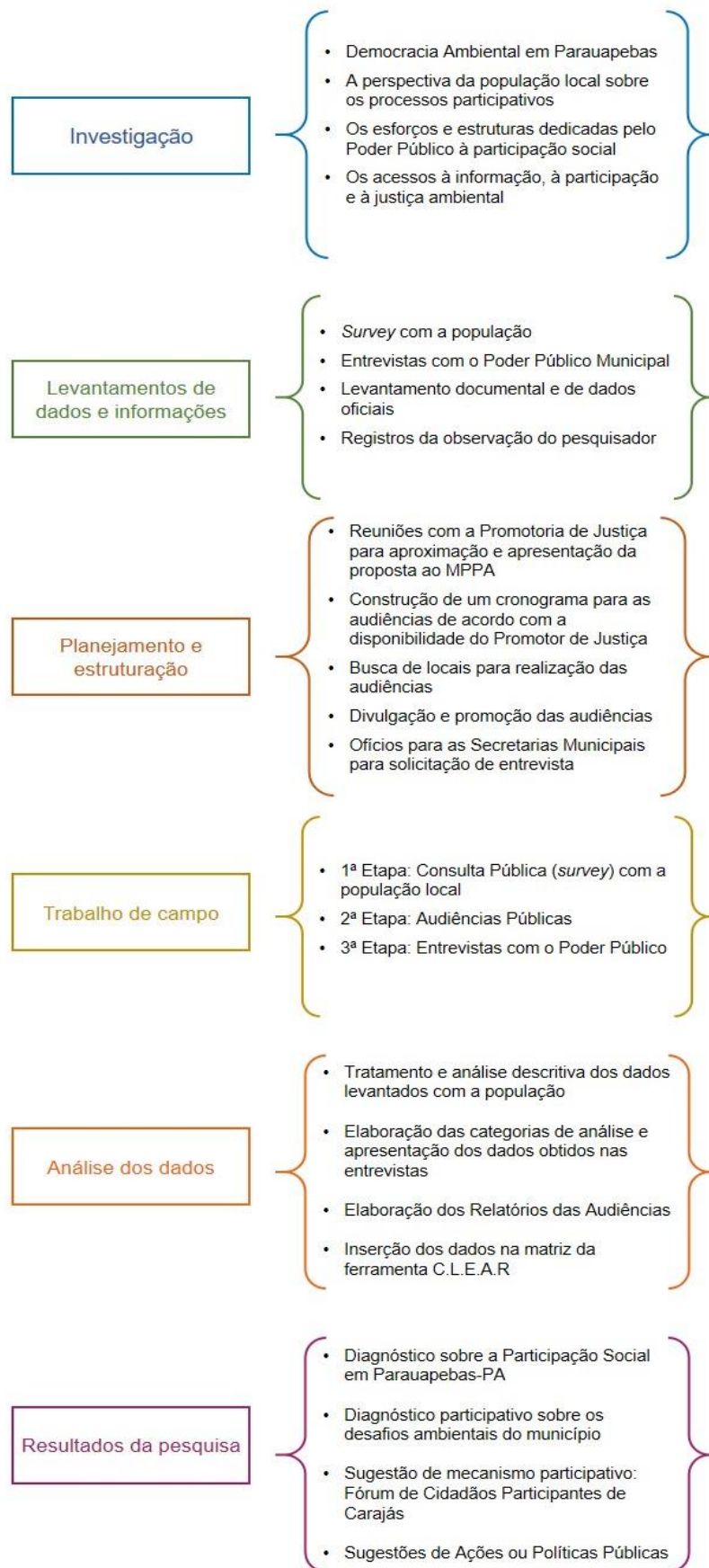
O sexto capítulo constitui-se das entrevistas realizadas junto ao Poder Público Executivo, demonstrando a perspectiva institucional sobre a participação social no município e os entraves estruturais.

O sétimo capítulo aborda a experiência participativa empreendida pela pesquisa, intitulada de “Fórum de Cidadãos Participantes de Carajás”. Nesta seção é possível conhecer as audiências públicas realizadas juntamente com o Ministério Público do Estado do Pará para debater sobre os principais problemas ambientais apontados pela população na pesquisa realizada. As deliberações produzidas para encaminhamento ao Poder Público Executivo são apresentadas como os resultados desse espaço no âmbito da democracia participativa.

Finalmente, o oitavo capítulo apresenta as considerações finais, com a síntese de toda a pesquisa e aponta para aquilo que foi possível inferir e as contribuições produzidas para a democracia ambiental do município de Parauapebas.

A seguir, a Figura 3 retrata a estruturação e as etapas da pesquisa.

Figura 3. Estruturação da pesquisa



2. DEMOCRACIA E DIREITOS DE ACESSO EM MATÉRIA AMBIENTAL

2.1. Percurso Histórico da Democracia

Nesta seção, percorrer-se-á os principais marcos conceituais, com observação dos alicerces da teoria democrática, análise esta que fornecerá ferramental para que mais adiante se possa compreender a vulnerabilidade a que se expõe a democracia no jogo político, sobretudo, em regimes de governos centralizadores e totalitários. E ainda, como os movimentos da sociedade civil se fazem necessários no fortalecimento do Estado Democrático de Direito e Estado Socioambiental de Direito, singularmente no ambiente desta pesquisa: os territórios minerários da Amazônia.

A democracia atravessou a história e revestiu-se de complexidade à medida que recebeu múltiplas interpretações e atribuições, transformando-se juntamente com a sociedade, resistindo à eventos contrários à sua natureza, como o autoritarismo e golpes de Estado em diferentes contextos. Assim, conceituar a democracia não é uma tarefa simples a tampouco é possível defini-la de forma singular, o que poderia inibir um olhar para a sua multiplicidade e dinamismo (Belinot; Gomes, 2019; Ficarra, 2021).

Para Ficarra (2021), todas as dificuldades encontradas pela teoria democrática ao longo da história produziram adversidades à sua evolução, tanto que a autora afirma acreditar que a democracia tenha atingido a sua maior expressão ainda durante a antiguidade, na Grécia.

Reconhecida como uma instituição, tanto no campo jurídico, como das Ciências Sociais, o estudo da democracia originou as “Teorias Democráticas”, as quais reconhecem o obscurantismo histórico sobre sujeitos e atores até então marginalizados à luz do direito tradicional, como comunidades e povos tradicionais e originários, assim como o direito ao ambiente e trazem contribuições práticas para a participação popular na defesa de seus direitos.

Neste sentido, Habermas (1997)¹⁰ questiona sobre a limitação imposta ao sistema jurídico com o fechamento do direito em seu próprio campo, sem

¹⁰ A obra “Direito e Democracia: entre facticidade e validade” de Jurgen Habermas, publicada em 1997, apresenta uma importante contribuição para a hermenêutica do direito, sob a óptica das teorias democráticas, em particular a “Teoria da Ação Comunicativa”, reconfigurando as possibilidades das relações entre Estado, cidadãos democracia – razão pela qual se recorre ao resgate da obra nesta pesquisa.

dialogar com outras realidades. Para Habermas, a abertura do campo significa a possibilidade de integração com outras áreas e campos, agregando elementos sociais ao construtivismo jurídico.

A ampliação do escopo e a busca pela inserção de novos direitos é justamente o que Ficarra (2021) define como democracia, dizendo que “não existe democracia sem direitos humanos e não existem direitos humanos sem democracia” e destaca ainda que a busca pelo respeito aos direitos fundamentais do homem e a pacificação de ideias opostas são estruturantes para a instituição (Ficarra, 2021).

Além disso, a autora vê na obra de Norberto Bobbio, filósofo político, outro ponto crucial da democracia: um mecanismo de delimitação da ação estatal, justamente em decorrência da obrigação do Estado de contemplação dos direitos humanos: “Para Bobbio a democracia é delimitadora das ações estatais, uma vez que quebra com o modelo autoritário, restringindo os poderes dos governantes com normas jurídicas vinculantes. Por outro lado, o sistema possui outra particularidade fundamental, sua íntima ligação com os direitos humanos definidos após as revoluções burguesas (Ficarra, 2021; Bobbio, 2017)”.

O movimento de anexação de princípios de direitos humanos, direitos coletivos e direitos da natureza, em consequência ao reconhecimento da limitação, parcialidade e exclusão provocadas pela prática do direito clássico, que desalinha-se com a complexidade social e com os ambientes produzidos à partir do avanço das fronteiras do capitalismo sobre ambientes naturais e populações locais e com a regulamentação do Estado, como ocorreu em diversos países da América do Sul, em especial nesta pesquisa - a Amazônia, implicou em uma reorganização jurídica da modernidade.

Neste ponto inicial do debate sobre a democracia, que será produzido neste estudo, expande-se a atenção sobre o direito e a construção de um campo da antropologia jurídica, pertinente às teorias democráticas, como reconhecimento da importância das dinâmicas sociais e das narrativas dos atores populares na tessitura dos ordenamentos jurídicos e políticas públicas – e, portanto, na identificação dos direitos humanos no campo jurídico e do ativismo dos cidadãos e da sociedade civil na construção democrática.

Para Habermas (1997, 2022), apenas a narrativa filosófica da justiça não apresenta precisamente a dimensão institucional – essencial para o discurso jurídico. É necessário que se insira a perspectiva do participante da análise, com a anexação dos valores e ideias do substrato normativo. Assim, é possível recorrer à Max Weber, que difere a representação sociológica da jurídica, pois “enquanto um tem a ver com o conteúdo significativo objetivo de proposições jurídicas, o outro trata de uma prática regulada pelo direito, para a qual são importantes, entre outras coisas, as representações do homem sobre o sentido e o valer de determinadas proposições do direito”. Neste sentido, Habermas apresenta a explicação sobre o pensamento de Weber, que aqui faz-se importante no sentido de qualificar tal formulação para emprego nesta pesquisa.

Para Weber, a dominação burocrática do Estado em uma perspectiva do direito moderno produz anulação sobre a função social e integradora do direito. Assim, Weber entende que o Estado de Direito – em sua perspectiva alemã – sofre a “dominação elitista de partidos políticos”, obtendo assim, a legitimação (Estado de Direito) não da forma democrática, mas da construção racional da Administração (Habermas, 1997).

Essa passagem da democracia, pela disfunção [ou dominação] causada pelos interesses burocráticos do próprio Estado e pela dominação elitista na lógica partidária muito se assemelha ao que é percebido até o atual momento, requerendo um olhar atento para detecção das intenções que se lançam sobre a democracia.

Outro pensador, Parsons produz outra alteração no campo do direito ao posicionar a legitimação democrática ancorada na sociedade civil, na esfera pública e no papel de cidadãos. Para Parsons, uma “comunidade societal”, ou seja, uma sociedade com princípios comunitários é a fonte de um sistema superior de sociedade. Habermas ressalta os princípios observados por Parsons nessa sociedade, na qual aparecem de um lado as práticas simbólicas de integração e solidariedade, de outro lado “instituições de segundo nível” que mediam conflitos de ação – sendo a moral e o direito (Habermas, 1997; Pateman, 1992).

Parsons produz ainda um apontamento inquietador sobre o desenvolvimento do direito – de que um sistema liderado pelo poder

administrativo, ou seja, a do aparato estatal, que demonstra-se como um sistema econômico dirigido por uma ordem de dominação política (Habermas, 1997).

Nesse ponto, percebe-se que a formulação realizada por Parsons de um poder administrativo é reproduzido atualmente, revelando-se como formas de governação. Isso fica bastante evidente em territórios constituídos essencialmente em torno de um capital dominante, como o minério de Carajás. A forma de administração pública concebe-se por meio de dois fatores ou ordens dominantes: o capital e o poder.

Para Santos (2019), a democracia é ameaçada justamente pelo capitalismo global, uma vez que as duas instituições têm forças desiguais. Neste sentido, segundo Boaventura, a democracia pode perder o significado para as pessoas, representando o seu enfraquecimento, à medida em que ela não consiga contornar os limites impostos pelo capitalismo.

O autor afirma ainda que, conforme já experimentado em alguns contextos, o capitalismo consegue derrubar governos democráticos ao instalar o autoritarismo (Santos, 2019, p. 66), tal qual aconteceu no Brasil, cuja ditadura militar remete, inclusive, ao início do Projeto Grande Carajás, cenário desta pesquisa.

Para Habermas (1997), toda essa complexidade exigiu a uma renúncia da teoria normativa do Estado na sociedade moderna, a qual, segundo o autor, “administra-se democraticamente”, observando uma fusão do Estado com a economia capitalista.

Nessa perspectiva de modernização do campo jurídico, Habermas lembra que, mesmo em um sistema imperativo do capitalismo, o olhar sobre o modo de vida e organização das sociedades demonstra que constituições são “intransparentes” e que a comunicação no Estado de Direito, como a legislação e jurisprudência, são fragmentos de um processo de racionalização da vida moderna, que sofre pressão do capitalismo (Habermas, 1996).

Habermas (1996) destaca que o distanciamento entre os conceitos de um direito clássico e teorias mais práticas e modernas não é simples de ser explicado, pois as teorias modernas, ainda que busquem a vivência e empirismo, apresentam necessariamente uma ligação com a teoria clássica, o que Habermas entende como uma “contradição”.

O autor entende ainda que se produziu um “desencantamento sociológico do direito”, com uma delicada relação entre o capital, Estado e o equilíbrio de interesses e direitos para os quais o campo jurídico recebe a engenhosa tarefa de gerir, cuja crise do direito reforça as bases da teoria de Habermas, baseada na comunicação para a democracia, a qual será examinada mais a frente (Habermas, 1996)

Para Ficarra (2021), a democracia sofreu mudanças ao considerar os períodos, entre o clássico e o moderno e também em seu modelo, deixando de ser apenas representativo, recebendo natureza participativa. No entanto, para a autora, ainda que tenha sofrido modificações, o seu sentido continua inalterado.

Até chegar na contemporaneidade e sofrer as influências mais diretas do capitalismo sobre o ambiente e o Estado e, portanto, sobre a democracia, o surgimento dessa instituição na História Antiga¹¹ guarda algumas semelhanças com a atualidade.

Da mesma forma que os princípios democráticos são atemporais, é possível dizer aqui que eles são igualmente desafiadores, uma vez que, a garantia de tais práticas é um dos grandes obstáculos da democracia. Ora, se a liberdade de enunciação e de acesso à participação não fossem ainda hoje

¹¹ Voltando à alvorada da democracia, especialmente na Antiguidade, a literatura evidencia as formas de governo ou regimes políticos dessas cidades-estados da antiga civilização, com enfoque principal sobre Atenas, apontada como o regime mais democrático ao que se conhece nos dias atuais. Na Atenas democrática observava-se um processo decisório aberto aos diferentes cidadãos, independente de classe social, cujo regime foi reconhecido como “o governo de muitos”. Porém, nem todos os indivíduos eram considerados cidadãos na Grécia Antiga e, portanto, não eram autorizados a participar da vida política, especificamente de espaços deliberativos (Ficarra, 2021; Singer *et al.* 2021).

Ainda que Atenas tenha sido o maior exemplo de democracia, apenas homens livres e possuidores de patrimônio eram considerados cidadãos. Somente 10% da população habilitava-se a participar das decisões políticas, com um número ainda menor daqueles que realmente frequentavam assembleias deliberativas (Ficarra, 2021).

Neste cenário, uma importante instituição democrática é a “*Ekklesia*”, que tratava-se de uma assembleia em praça ou outro local público para debater as decisões políticas da cidade, cujas decisões eram tomadas pela maioria dos participantes. Na *Ekklesia* havia também um líder, o qual era sorteado entre os cidadãos presentes, com a função única de conduzir os trabalhos daquela sessão (Ficarra, 2021). A *Ekklesia* guarda alguma semelhança com as audiências públicas empreendidas nesta pesquisa, que serão esmiuçadas no capítulo 7.

No entanto, percebe-se, por meio do exemplo de Atenas, que desde a antiguidade, o Poder Público reforça a categorização social, essencialmente classificando indivíduos em pessoas aptas a participarem da vida política ou não, de acordo com a sua situação socioeconômica, semelhante ao que ainda é praticado atualmente, com algum grau de dissimulação (Ficarra, 2021; Singer *et al.* 2021).

um desafio, especialmente em locais com relações conflituosas, não teria razão de existir um campo investigativo tão necessitado no tocante a esses princípios democráticos, e ainda, sendo justamente a razão investigativa desta pesquisa.

Sobretudo, é interessante ressaltar que esses princípios da democracia, por vezes encontram-se sob ameaça ou manipulação, numa engenhosa batalha de interesses entre megaprojetos extrativistas e população local. Um emblemático exemplo de manipulação de audiências e consultas populares é destacado por Avritzer (2016), nos megaprojetos hidrelétricos da Amazônia, como Belo Monte.

Ao passo que alguns pesquisadores defendem que a democracia é constituída pela participação direta de todos os grupos sociais, independente de *status* e condição socioeconômica, nas decisões comuns (Singer *et al.* 2021), a história demonstra que a democracia equilibra-se entre os interesses, influências e ações de uma oligarquia e “população comum”. Por um lado, um pequeno grupo detentor de interesses em função do capital, e por outro, os interesses populares, como o reconhecimento dos direitos fundamentais e coletivos.

Assim, a Ciência Política verifica ao longo dos tempos que a divisão de classes sociais no acesso aos espaços políticos e de influência sobre as decisões é um fato incontestável, criando uma vertente de conceitos que define os termos “oligarquia” e “democracia” como polos diferentes de influência sobre a gestão daquilo que é público (Ficarra, 2021; Singer *et al.* 2021).

A discussão entre oligarquia e democracia, tal como é estabelecido historicamente, de forma conflitante e divergente em relação aos interesses de cada grupo (Ficarra, 2021; Singer *et al.* 2021; Santos, 2019; Pateman, 1992) reforça, que, desde sempre os interesses de ricos são conflitantes com os interesses dos pobres, que representam a população mais numerosa (Ficarra, 2021), em contraste àqueles que são minoria: os ricos.

Para Singer (2021), recorrendo ainda aos estudos clássicos sobre democracia, volta-se à Aristóteles, que reafirma tal divisão de classes e interesses, contudo, um ponto específico ressaltado pelo filósofo deve ser lembrado aqui. Para Aristóteles, o entendimento de democracia sob o prisma de grupos de interesses (oligarquia e democracia – entende-se aqui como democracia um grupo popular e progressista) são formas “degradadas” de

governo (Singer, 2021), pois ricos e pobres governam para si, ou seja, para os interesses próprios dos seus grupos.

Aristóteles já defendia que a democracia tal como estabelecida e resguardando o jogo de interesses entre ricos e pobres, não funcionava. Para o filósofo, um governo tinha que garantir a participação mista de interesses – tanto da pequena parcela de pessoas que detinha o poder, como da população maior, cujos anseios entendia-se mais como “democracia” (Singer *et al.* 2021). Assim, Aristóteles sugere a “Politeia”, traduzida do latim como “República” (Singer *et al.* 2021), como regime de governo, o qual combina elementos da oligarquia com a democracia. Embora o próprio Aristóteles reconhecesse que ainda não seria a democracia ideal, era o reconhecimento da necessidade de combinar interesses opostos que poderia se aproximar mais de democracia (Singer *et al.* 2021).

Em vista disso, à partir da leitura das instituições e dinâmicas democráticas da Antiguidade, ancorado na definição de Aristóteles e outros filósofos e da literatura especializada, é possível sentenciar que “oligarquia” e “democracia” tornaram-se, até hoje, termos paradigmáticos. Neste sentido, oligarquia entende-se como o governo em que predominam os ricos e a democracia é a forma de governo em que predominam os pobres - uma vez que são os mais numerosos (Singer *et al.* 2021).

Esse entendimento, entretanto, carrega uma dubiedade de difícil resolução e passível de atenção especial nesta discussão. Questiona-se se a democracia seria, portanto, compatível com o anseio da oligarquia? Ou a compatibilidade reside nos limites impostos pela democracia aos interesses de uma minoria que detém o capital e o controle, e assim, direciona as fronteiras extrativistas e econômicas? A busca por estas respostas nesta seção é a própria reflexão que se constrói aqui. Como a democracia é orientada em lugares em que a força econômica é pujante em relação às demais dinâmicas, como ocorre em Parauapebas-PA, município com um dos maiores volumes de produção mineral em quantidade e valores e com uma população que não tem direitos de acesso ambiental.

Pateman (1992) apresenta uma revisão histórica da literatura e uma súmula dos estudos centrais e relata que diversos teóricos, desde o início do

século XX já apontavam que a democracia é incompatível com a organização de uma “sociedade industrial”, em que se orienta pelo capitalismo.

Portanto, se diversos autores da teoria democrática desenham um conflito latente e profundo entre os interesses da democracia e do capital, - o que aliás, os próprios termos possuem natureza e conotação antagônica – aqui há uma divergência arraigada na própria concepção de Carajás, que surgiu para atender ao capital e aos interesses do empresariado internacional sobre a Amazônia, financiando o “Programa Grande Carajás”, assim como outros projetos neoextrativistas fincados na perversão que o neoliberalismo propicia.

Para Assis (2022), no Brasil, alinhado ao resto do mundo, se observa como o poder estrutural do capitalismo produz uma política autoritária que avança sobre a democracia, criando retóricas que passam a ser validadas para enfraquecer os espaços democráticos e o exercício da cidadania.

Assim, o que se viu no Brasil recentemente é que ao passo que atores progressistas tendem a ganhar força, por outro lado, avança a oposição à democracia, ancorada nos interesses dos “cidadãos de bem” – figura que se criou num populismo autoritário que produz [e produziu fatidicamente] a “derrocada da democracia e a fragilização dos direitos”, que são abordados nesta pesquisa na perspectiva ambiental e de direitos fundamentais e coletivos sob a chancela de um “Estado Ecológico de Direito”.

Furtado (2007) faz uma correlação entre o processo de dominação e apropriação ocasionados pela colonização brasileira, o modelo de economia predominantemente extrativista, a mão de obra de baixo valor e regimes de governo e orientação democrática perpetuados no Brasil.

Cepêda e Pinto (2021) analisam a obra de Furtado¹² e sublinham que ela apresenta uma contribuição relevante ao projeto de desenvolvimento brasileiro. Na obra de Furtado, a democracia deve ser um resultado daquele

¹² A partir da teoria de Furtado, os autores destacam que a democracia assumiria três papéis. No primeiro, em um parâmetro empresarial, a democracia seria essencial para transpor a lógica do capitalismo buscando o máximo lucro com mão de obra mais barata, mas se mostra não sobrevivente em longo prazo. O segundo papel seria na perspectiva de desenvolvimento nacional, na qual a democracia atuaria na formação de um campo social de pressão para direcionar os investimentos nacionais. O terceiro papel de atuação da democracia brasileira sob a óptica de Furtado é justamente constituir-se como meio para superação do subdesenvolvimento à medida que propiciaria a substituição dos interesses do mercado pelos interesses da nação. (Cepêda; Pinto, 2021)

desenvolvimento que se pretende alcançar. A inserção da democracia no projeto nacional transpassaria, assim, o autoritarismo típico do liberalismo brasileiro.

Ao invés daquilo que postulou Furtado, Cepêda e Pinto (2021), assim como outros autores, ressaltam que o projeto de desenvolvimento nacional foi inviabilizado pelo liberalismo, ou neoliberalismo, uma vez que são projetos de avanço do capital com aparato e recursos estatais, justificando tais projetos como idealizadores do “desenvolvimento nacional”. Para operacionalizar os planos do capital no avanço sobre territórios e recursos naturais, contou-se com o autoritarismo e totalitarismo político do regime militar, que defendeu os interesses do capital e de uma minoria de empresários, especialmente aquilo que se observou nos projetos de “desenvolvimento da Amazônia”, os quais aproxima-se mais no capítulo 3 (Cepêda; Pinto 2021; Svampa 2019; Araoz, 2019; Ibase 1983; Klein, 1982)

Para alguns estudiosos, o governo representativo exercido por elites, era o que a sociedade necessitava para uma boa administração. Esse ponto é bastante divergente, pois a maioria dos estudos e pesquisadores da teoria democrática aponta uma inevitável polarização entre interesses de uma oligarquia e a sociedade, ou seja, os pobres e operários, entendida como a face mais real da “democracia”. Desta forma, é entendível, portanto, que a escolha pela representação do povo é incondizente com os desejos da oligarquia.

Pateman (1992) revisitou estudos clássicos da teoria democrática e apresenta as suas similaridades e distanciamentos com aquilo que é percebido atualmente como democracia. A teoria desenvolvida por Michels, voltada aos partidos da oligarquia na Alemanha, defende que é inevitável que se faça uma escolha entre democracia e organização - abordagem que teve especial enfoque na teoria democrática na era industrial, na qual alguns pesquisadores defendiam que o local de trabalho é um importante recinto para o desenvolvimento de uma educação para a participação. Já Eckstein contribui ao dizer que certas “estruturas de autoridade não podem ser democratizadas, mesmo que elas finjam ser democráticas” (Pateman, 1992).

Ao reafirmar que a oposição entre a democracia e interesses da oligarquia [ou de organizações], requer o posicionamento entre uma dessas

duas orientações de governo, volta-se aqui para o ambiente desta pesquisa, que investiga os fatores da participação social em um município originado à partir da orientação para a lógica industrial e econômica. Esse entendimento pode auxiliar na compreensão de fatores democráticos levantados pelos procedimentos empíricos empreendidos aqui.

Carajás, região povoada a partir dos projetos de expansão da indústria minero-metalúrgica sobre a Amazônia paraense, retrata muito bem um ambiente de campos em confronto na fracassada busca pela democracia, especialmente ambiental.

A poderosa Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), posteriormente Vale S.A. recebeu prioridade de investimentos do governo militar para o desenvolvimento do maior projeto de mineração já visto, em uma região pouco conhecida e povoada.

Neste momento, voltar-se à Carajás é necessário para enveredar na discussão acerca do autoritarismo que se impôs nas políticas de ocupação sobre a região, para posteriormente avançar sobre dois fatores importantes no tocante a democracia ambiental na região desta pesquisa, são eles: 1) As bases autoritárias e totalitárias de um governo militar que deram origem às políticas públicas para Carajás; 2) A perpetuação da lógica econômica e industrial como premissas primordiais de desenvolvimento local na Amazônia, produzindo um ambiente de vulnerabilidades, desigualdades e marginalização - que deflagra a emergência de mecanismos populares de democracia e de arranjos para além dos institucionais.

A seção a seguir adentra na discussão sobre os direitos de acesso ambientais no Brasil e a conceituação de Estado Ecológico de Direito.

2.2. Estado Ecológico de Direito e Direitos de Acesso em Matéria Ambiental

Ao empreender uma investigação sobre participação popular em matéria ambiental na Amazônia, esta pesquisa está imbuída pela investigação sobre a democracia ambiental e pela busca de instrumentos de acessos.

Assim como a teoria democrática exigiu um reordenamento jurídico para além do normativismo clássico, a abordagem socioambiental, carregada de

uma “hermenêutica jurídica” (Assis, 2021), para a construção de soluções justas e constitucionais levaram ao estabelecimento do ‘Estado Ecológico de Direito’ ou “Estado Socioambiental de Direito”.

A construção dessa nova ordem jurídica, portadora de direitos da natureza, de povos e comunidades originários e tradicionais, com o reconhecimento da diversidade sociocultural e condições ecológicas, levou à desconstrução da racionalidade voltada simplesmente à uma economia industrial, na qual imperava apenas a racionalidade econômica e jurídica de processos de produção e propriedade privada. Esse processo, ao percorrer caminhos forçadamente entreabertos pela sociedade civil organizada e pelos movimentos sociais, faz surgir uma ordem pautada na sustentabilidade ecológica e justiça ambiental (Leff, 2021). Ainda, é preciso entender se os instrumentos democráticos em uso têm capacidade de implementar transformações para a sustentabilidade e se as práticas e instrumentos democráticos classificados como capazes de oferecer respostas às mudanças ambientais que emergem precisam de reformulação ou reestruturação (Pickering *et al.* 2022).

Segundo Assis (2021), a desinformação sobre a indissociabilidade entre os direitos ambientais e os direitos humanos perpetua a exclusão e faz com que povos vulneráveis deixem de se mobilizar para reivindicar os seus direitos e exercer uma voz política na defesa do ambiente. Isso acontece como consequência de uma retórica construída em que a natureza é separada do ambiente social, reduzindo a necessidade de um ordenamento jurídico mais ampliada e coletivo.

Esse campo fundado entre os direitos humanos e ambientais abre espaço – especialmente jurídico – para investigações e meios de reparos à violações e injustiças causadas ao meio ambiente e comunidades tradicionais, especialmente aqueles que vivem na e da floresta, assim como a produção de instrumentos de reconhecimento de direitos até então renegados e também de escuta de sujeitos invisibilizados.

Neste sentido, são robustecidos movimentos sociais e narrativas dos referidos atores, que contribuem para a construção de políticas públicas e para o reconhecimento de direitos difusos e coletivos, e ainda, revelam uma imbricação inegável dos direitos humanos e ambientais.

Essa nova ordem, com o acoplamento de novos direitos – tanto humanos como ecológicos – especialmente na perspectiva jurídica, Leff (2021) entende que surge para gerir os problemas ambientais, que decorrem de um “transbordamento da racionalidade tecnológica e econômica”, o que o autor denomina de “crise da civilização”. Para Leff, o processo de industrialização e avanço das fronteiras econômicas ocorreu em função da permissividade de um regime jurídico que privilegia os interesses privados, que operacionalizou o avanço do capital sobre os ambientes naturais.

Nessa racionalidade de ordem hegemônica capitalista, o autor destaca que os direitos da natureza são direitos privados e de domínio e, assim, a conservação da natureza não encontra “expressão e defesa” (Leff, 2021).

A racionalidade jurídica da nova ordem econômico-ecológica mundial surge em resposta à mecanismos internacionais, como acordos e protocolos, mas também em resposta ao ativismo de movimentos sociais, especialmente em âmbito nacional, assim como regional e local.

O processo de reconfiguração jurídica dos direitos que circundam o meio ambiente e a utilização dos recursos naturais, assim como os seus limites, encontram-se em manifestos do campo e indígenas para o reconhecimento de valores simbólicos e culturais transcritos em direitos, assim como o acesso e uso de áreas e territórios (Leff, 2021).

Para Leff (2021), as reivindicações de povos e comunidades frente às atividades econômicas, grandes projetos e o avanço do capital sobre ambientes naturais revelou as lacunas no sistema jurídico até então estabelecido e se reverberam na demanda por justiça [social e ambiental].

As lutas desses povos ao longo da história pelo reconhecimento de direitos fundamentais revelam a emergência do enfrentamento da crise ambiental, na qual irrompeu a discussão sobre os novos direitos, na qual percebeu-se que os direitos ambientais são considerados alheios aos direitos humanos – o que explica a produção de injustiça ambiental e, portanto, o ferimento à democracia (Assis, 2021).

O reconhecimento dos direitos ambientais proporcionou ao Estado uma compreensão mais aprofundada do meio ambiente e a reformulação da consciência ambiental e a institucionalização de mecanismos e instrumentos de

proteção ambiental, assim como a adoção de tais instrumentos pelo sistema jurídico.

Esses processos são compreendidos pelo “Estado Socioambiental de Direito”, que viabiliza-se por meio da atuação conjunta entre o Estado e uma sociedade civil participativa (Assis, 2021). Para a autora, a participação popular é condição necessária para a efetivação do Estado Socioambiental, que efetiva a transparência e legitimidade nas decisões ambientais, cujo processo decisório deixa de ser exercido apenas pelo Poder Público.

Narciso e Bernardi (2021) destacam que o Estado socioambiental ou Ecológico de Direito, além de ser operacionalizado conjuntamente entre Estado e sociedade, é estabelecido ainda pelo fato de ser o Estado o agente garantidor e responsável pela proteção ao meio ambiente e aos demais direitos, que são, portanto, pela efetividade de sua atuação. O Poder Público tem a responsabilidade de tutela sobre a integridade ambiental, cuja obrigação é eleita pela Constituição Federal.

Leff (2021) destaca que a atuação da sociedade civil junto ao Estado na reivindicação e construção dos direitos coletivos implica na reconfiguração das relações de poder. Enquanto Assis (2021) ressalta que essa reorganização reverbera-se no controle social das decisões políticas e econômicas. Nessa forma de controle, os cidadãos são coautores e também “destinatários” das decisões e direitos ambientais.

O Estado Ecológico, apresenta, portanto, a intersecção entre a atuação da sociedade civil organizada, por meio de ativismo e movimentos sociais, em uma democracia direta e participativa, na qual a deliberação ocorre de forma conjunta entre atores atingidos por injustiças ambientais e o Estado, à partir da reconfiguração jurídica e o devido reconhecimento dos novos direitos.

Narciso e Bernardi (2021) entendem que a defesa da democracia ambiental acontece por meio da democracia deliberativa, à partir da participação popular na busca de decisões mais justas ao meio ambiente.

Nesse mesmo entendimento, Assis (2021) ressalta que a democracia, que se traduz no “regime de governo que se legitima na vontade popular e no respeito aos direitos fundamentais” reveste-se de uma face ambiental ao “projetar a reciprocidade do fazer democrático para dentro das deliberações

sobre meio ambiente, e, ao mesmo tempo, “ecologiza a democracia” e, por conseguinte, estabelece a democracia ambiental.

Silva, Barbosa, e Hanai (2021) esclarecem que a participação popular deliberativa na defesa ambiental é condição necessária, no que diz o Artigo 1º da Constituição Federal, onde se estabelece que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Assim, para os autores, é imprescindível fomentar a participação popular na defesa ambiental.

A participação popular se deflagra, portanto, como elemento central no Estado Ecológico, contribuindo para uma limitação da ação econômica sobre o meio ambiente e a busca pela reparação, justamente pelo fato de que as populações mais vulneráveis socioeconomicamente (Narciso; Bernardi, 2021) são aquelas mais atingidas.

As fronteiras avançam sobre povos e comunidades situadas em ambientes naturais, revestidos de alta complexidade ambiental, dado as violações aos direitos, aos modos de vida e à dignidade dessas pessoas. De acordo com Assis (2021), a resistência e os movimentos dos povos vulneráveis são também importantes elementos políticos, que escancara a “complacência estatal” com a degradação ambiental.

Para Assis (2021), o Estado Socioambiental de Direito tem em seu cerne a diligência da justiça ambiental, que se alcança por meio de uma política de meio ambiente que inclui elementos, desafios e enfrentamentos que são levados ao conhecimento da justiça por meio das narrativas populares e experiências históricas.

Nesse processo, reconhece-se que a injustiça ambiental inclui as desigualdades sociais, não permitindo a separação entre ambiente e sociedade. É na busca pela justiça ambiental que procura-se eliminar a discriminação ambiental, fazendo com que não se reproduza seletividade ou exclusão na tutela do ambiente (Assis, 2021). Para transpassar a realidade do racismo ou seletividade ambiental, a participação popular em matéria ambiental torna-se, portanto, um mecanismo essencial no processo.

Na perspectiva nacional, a participação popular é contemplada por diversos instrumentos do ordenamento jurídico, especialmente pela

Constituição Federal de 1988, que é alcunhada como “Constituição Cidadã” por ampliar a importância da participação social (Silva; Barbosa; Hanai, 2021).

No tocante à participação ambiental, Silva, Barbosa e Hanai (2021) destacam o Artigo 225 da Constituição Federal, o qual, além de reconhecer que todos os brasileiros têm o direito ao meio ambiente saudável, ainda estabelece a cotutela entre o Estado e sociedade civil, como se observa:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (Brasil, 2024).

Além da tutela compartilhada, Silva, Barbosa e Hanai (2021) destacam ainda que o referido Artigo estabelece duas medidas no tocante à participação, sendo: o dever de educação ambiental (art. 225, § 1º, inc. VI) e o dever de publicidade dos estudos prévios de impacto ambiental 52 (art. 225, § 1º, inc. IV).

Os autores lembram também a importância das Conferências Nacionais de Meio Ambiente na promoção da participação em matéria ambiental. As conferências foram realizadas entre os anos de 2003 e 2013 para discussão de temas ambientais importantes na perspectiva nacional, como mudanças climáticas e resíduos sólidos (MMA Brasil, 2024; Silva; Barbosa; Hanai, 2021).

Outro mecanismo significativo de gestão participativa do meio ambiente é o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), órgão colegiado de ação consultiva e deliberativa (MMA Brasil, 2024). Sobre o CONAMA, Silva, Barbosa e Hanai (2021) alertam que o conselho encontra-se em processo de esvaziamento, contando atualmente com apenas seis cadeiras para a sociedade civil. Anteriormente, com 108 conselheiros, dos quais 20% eram da sociedade civil, o CONAMA teve a sua expressividade reduzida drasticamente, possuindo atualmente 23 cadeiras (Silva; Barbosa; Hanai, 2021). A diminuição da força e expressividade desse fórum ambiental participativo foi um dos projetos de sufocamento da participação social e da democracia durante o governo de extrema direita, entre 2018 e 2022, cujos desdobramentos serão retomados mais à frente.

Na ordem global, a participação ambiental é reforçada por meio de tratados internacionais, na forma de acordos e protocolos, que são discutidos por meio de conferências e eventos internacionais, liderados pelas Nações Unidas¹³.

As conferências internacionais em meio ambiente ganham importância aqui uma vez que tais eventos traduzem-se como espaços de debates globais, entre Estados de todo o mundo sobre os desafios ambientais. Historicamente, esses eventos produziram importantes instrumentos de ordenamento jurídico ambiental [ou com intenção de].

No âmbito das conferências internacionais de meio ambiente, Acosta (2016) destaca que, ainda que sejam importantes espaços de diálogo global, os seus resultados são limitados. Contudo, as contribuições produzidas, vagarosamente vêm provocando modificações nas abordagens ambientais e na produção de conhecimento e um arcabouço para os desafios do meio ambiente. Neste sentido, sublinha-se a evolução do Direito e ordenamento jurídico e as políticas e instâncias do Poder Público em relação à sua atuação no enfrentamento da problemática (Acosta, 2016, p.135).

Passados vinte anos de Estocolmo-72, em 1992 ocorreu no Rio de Janeiro a conferência intitulada de “Cúpula da Terra”, Eco-92 ou “Rio-92”. Além da importância histórica pelo fato do evento ter ocorrido no Brasil, inserindo o país definitivamente na liderança das discussões ambientais, é de máxima relevância a aproximação com o instrumento de diretrizes ambientais produzido pela conferência – a “Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento” (PNUMA, 2020; Barbieri, 2020; RIO-92, 2024; CETESB, 2024).

A Rio-92 realizou uma revisão dos princípios estipulados em Estocolmo e apresentou 27 princípios norteadores na busca de melhor desempenho ambiental, dentre os quais, destaca-se o princípio 10, que estipula a

¹³ O primeiro evento internacional, consagrado como “Conferência de Estocolmo” foi realizado em 1972, com a presença de 113 países e tem a sua importância histórica justamente pelo fato de ser a primeira com essa magnitude e ter sido nesse evento que originou-se a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), inserindo as discussões internacionais sobre o desenvolvimento sustentável e os direitos ambientais. (Nações Unidas, 2024). A conferência produziu o documento “Declaração de Estocolmo”, que apresenta 26 princípios comuns às nações participantes para a promoção do equilíbrio ecológico (ONU, 2024)

participação popular como mecanismo necessário para a gestão dos recursos naturais, assim como o acesso à informação e à justiça ambiental:

“O melhor modo de tratar as questões ambientais é com a participação de todos os cidadãos interessados, em vários níveis. No plano nacional, toda pessoa deverá ter acesso adequado à informação sobre o ambiente de que dispõem as autoridades públicas, incluída a informação sobre os materiais e as atividades que oferecem perigo a suas comunidades, assim como a oportunidade de participar dos processos de adoção de decisões. Os Estados deverão facilitar e fomentar a sensibilização e a participação do público, colocando a informação à disposição de todos. Deverá ser proporcionado acesso efetivo aos procedimentos judiciais e administrativos, entre os quais o ressarcimento de danos e recursos pertinentes” (Nações Unidas, 2024; CEPAL, 2024; Brasil, 2017).

Nota-se que o princípio 10 da Declaração da Rio-92, além de inserir a sociedade civil na tutela do meio ambiente juntamente com o Estado, ressalta ainda os três elementos centrais da democracia ambiental, sendo: 1) Acesso à informação; 2) Acesso à participação; 3) Acesso à justiça. A inserção da participação popular como elemento indispensável para a gestão ambiental, segundo Ruviero (2023), demonstra uma governança ambiental baseada na participação de todos os cidadãos, que exige mais transparência dos Estados, podendo contribuir para a construção de uma confiabilidade pública, que atualmente é o ponto crítico da democracia – a falta de confiança dos cidadãos no Poder Público. A pesquisa empreendida junto à população local em Parauapebas revela que a população não confia no Poder Executivo Municipal, sendo 55,35% dos respondentes e, ainda, 11,61% veem com indiferença, o que também é alarmante.

Essas diretrizes inscritas no instrumento gerado pela conferência do Rio de Janeiro receberam destaque e importância, uma vez que estabelecem a necessidade de atuação em direção à justiça e à democracia socioambiental. O “Princípio 10” encorajou a criação de outros instrumentos e mecanismos para ampliação da defesa da democracia ambiental, especialmente pelos países da América Latina e Caribe, que reuniram-se para a elaboração de um instrumento regional e condizente com as suas realidades à partir da Conferência Rio +20.

A “Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”, documento que sintetizou os debates e providências da Conferência, apresentou também a “Declaração sobre a aplicação do Princípio 10”,

marcando o início da construção do “Acordo de Escazú”, como ficou amplamente conhecido o instrumento de institucionalização e operacionalização do Princípio 10 (Rank; López, 2023).

Foi na ocasião da Rio+20, em 2012, que os países membros da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) ¹⁴ iniciaram os diálogos sobre a necessidade de construção de um instrumento comum para a efetivação de ações no âmbito do desenvolvimento sustentável, pautado na justiça ambiental. Dentre os resultados do evento, consta o compromisso de dez países, com o apoio da Comissão Econômica para a América Latina CEPAL ¹⁵ na elaboração de um instrumento regional que permitisse a execução do “Princípio 10” (Nalegach, 2023).

Ainda nessa conferência, alguns países da América Latina e Caribe, sem a participação do Brasil, elaboraram uma carta de intenção na construção de um instrumento regional de direitos ambientais. A partir disso, desenvolveram o “Plano de Ação 2012-2014” e solicitaram a participação da CEPAL e um levantamento das necessidades da região. Em 2014 iniciaram formalmente a construção do Acordo de Escazú, com finalização em 2018, recebendo a denominação formal de “Acordo Regional sobre Acesso à

¹⁴ A Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) é composta por 33 países e foi criada em 2010 na Cúpula da América Latina e do Caribe (CALC) ocorrida na Venezuela, cujo produto, a “Declaração de Caracas” definiu a estruturação da CELAC, que foi criada com o objetivo de construção de uma identidade própria e de realizar representação política dos países membros em diálogos internacionais com outros blocos políticos, como União Europeia e outros Estados, atuando, sobretudo, no fortalecimento da identidade regional da América Latina e Caribe como bloco sociopolítico (Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe, 2024; ME Brasil, 2024).

¹⁵ A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) foi criada pelas Nações Unidas em 1948, no período pós segunda guerra mundial para fortalecimento econômico e social dos países da América Latina, com sede estabelecida em Santiago-Chile e escritórios nacionais, com unidade em Brasília. Inicialmente, era composta pelos países da América Latina, com posterior anexação dos países caribenhos em 1984. A CEPAL realiza um trabalho constante de pesquisa e diálogo entre os seus membros na busca e desenvolvimento de instrumentos para o decrescimento da desigualdade, que é marcante nos países do Sul Global, buscando avançar na diminuição da distância entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas. Para a CEPAL, a busca pelo desenvolvimento regional na América Latina e Caribe reside na “abordagem estruturalista, com crescimento equitativo, o progresso técnico e a justiça social”. Esses aspectos estão enraizados na produção científica própria e intelectual, avançando no conhecimento sobre os obstáculos regionais, incluindo questões como mudanças climáticas, discussões de gênero e inclusão e outros aspectos sociais e ambientais no âmbito do desenvolvimento sustentável. Neste sentido, a publicação “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus principais problemas” é apontada pela CEPAL como um dos primeiros diagnósticos socioeconômicos realizados, sendo, portanto, marco histórico em sua atuação que reconheceu que a economia global é polarizada entre centro e periferia (CEPAL, 2024).

Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe” (CEPAL, 2024; Barroso e Mello, 2023).

Embora a sua estruturação apresente bastante similaridade com alguns pontos da Convenção e a Declaração de Aarhus¹⁶, esse instrumento é considerado um marco nas discussões socioambientais na América Latina, uma vez que reúne elementos para o fortalecimento da democracia, com mecanismos para garantias de acessos em matéria ambiental, considerando as condições desses países.

Barroso e Mello (2023) ressaltam que trata-se do primeiro instrumento no mundo a incluir diretrizes de proteção à ativistas ambientais, coadunando com uma preocupação do Estado de Direito Socioambiental. Além disso, o Acordo apresenta um conjunto de direitos processuais como direitos de acesso em questões ambientais. Ao pormenorizar os acessos em matéria ambiental, o Acordo promove a responsabilização democrática e o controle dos atos do poder público, propiciando a democracia ambiental e uma “institucionalidade multinível” (Barroso e Mello, 2023).

Para Ruviaro (2023), o Acordo de Escazú apresenta um novo parâmetro em governança ambiental, com maior transparência sobre as reivindicações de povos tradicionais, uma vez que estes povos participam do processo. Para o autor, a importância desse instrumento ambiental é melhor compreendido se atentado para ambientes de alta complexidade, como territórios de mineração na América Latina.

Rank e López (2023) lembram que os países da América Latina sofreram controles austeros pela iniciativa privada na exploração extrativista, com falha na fiscalização por parte do Estado, assim como na elaboração de políticas públicas mais adequadas.

Outros autores reforçam esse pensamento de que as políticas ambientais na América Latina foram insuficientes, deflagrando convivência do Poder Público no avanço sobre direitos de povos e da natureza, especialmente

¹⁶ Em 1998 foi realizada na cidade de Aarhus, Dinamarca, a “Conferência sobre Acesso à Informação, Participação, Pública na Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria Ambiental”, promovida pela Comissão Econômica para a Europa das Nações Unidas (UNECE), cujo evento ficou consagrado como “Conferência de Aarhus”. O evento elaborou o primeiro tratado internacional sobre direitos de acesso ambiental, ratificado por países da Europa e Ásia, cujo instrumento entrou em uso à partir de 2001 e serviu de inspiração para o Acordo de Escazú (UNECE, 2024; Barroso; Mello, 2023; Ruviaro, 2023).

em economias minerais (Acsrald, 2022; Svampa, 2019;). Assim, é possível resgatar aqui o emblemático município da pesquisa, onde o modelo de “desenvolvimento” baseia-se nas premissas predatórias da companhia Vale S.A. Neste sentido, Furtado (2022) ressalta o caso de Brumadinho-MG, também clássico cenário da mineração e da inescrupulosa política mineral.

Ainda que o Acordo de Escazú não seja o instrumento central deste estudo, e tão pouco pretende-se enveredar em uma análise mais aprofundada, os seus eixos estruturantes, ou o “tripé da democracia ambiental” são perspectivas investigativas desta pesquisa.

Ademais, o Brasil, além de possuir condições ambientais complexas, como o avanço das fronteiras econômicas sobre a Amazônia e outros domínios fitogeográficos, é um dos países que participou da elaboração do instrumento e membro da CEPAL – fatores que serão retomados mais adiante.

Posto isso, a seguir apresenta-se um esboço sobre a estrutura do “Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe – O Acordo de Escazú”.

É interessante notar que o espaço virtual dedicado à promoção do Acordo de Escazú intitula-se “Observatório do Princípio 10”, gerido pela CEPAL, aponta a essência do instrumento, alicerçado sobre a diretriz da Declaração da Rio-92 que institui a participação e os acessos em matéria ambiental como centrais na defesa do meio ambiente. O instrumento original, assim como os documentos suplementares e demais informações pertinentes ao processo de implementação são disponibilizados na página virtual criada pelo comitê para a difusão da informação e conhecimento.

O documento original divide-se em 26 artigos¹⁷, que esclarecem todas as diretrizes necessárias de serem observadas para a efetivação do

¹⁷ O documento oficial do Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe” encontra-se publicado na página do “Observatório do Princípio 10”, gerida pela CEPAL, instituição eleita como gestora dos trabalhos na elaboração do instrumento na ocasião da Rio+20. A sua estrutura compreende: Artigo 1: Objetivos; Artigo 2: Definições; Artigo 3: Princípios; Artigo 4: Disposições gerais; Artigo 5: Acesso à informação ambiental; Artigo 6: Geração e divulgação da informação ambiental; Artigo 7: Participação pública nos processos de tomada de decisões ambientais; Artigo 8: Acesso à justiça em questões ambientais; Artigo 9: Defensores dos direitos humanos em questões ambientais; Artigo 10: Fortalecimento de capacidades; Artigo 11: Cooperação; Artigo 12: Centro de intercâmbio de informações; Artigo 13: Implementação nacional; Artigo 14: Fundo de contribuições voluntárias; Artigo 15: Conferência das partes;

instrumento. Assim, além dos mecanismos necessários e sugeridos para a facilitação dos acessos em matéria ambiental, elenca as condições estruturais necessárias para garantia de implementação, assim como as responsabilidades institucionais e capacidades, e ainda, apresenta no artigo 9 a responsabilidade de proteção aos ativistas e defensores de direitos humanos, que historicamente é um fator crítico na Amazônia e no contexto brasileiro.

Sobre o acesso à informação ambiental, o Artigo 5º estabelece que cada país tem a responsabilidade de transparência, com “máxima publicidade”, garantindo que a população consiga acessar os dados. O Artigo precisa o prazo máximo de trinta dias para resposta às solicitações de informações ambientais pela população e a necessidade de justificação caso a solicitação demande um tempo maior para resposta ao cidadão.

O Artigo 6º, que trata da geração e divulgação da informação ambiental, esclarece que é responsabilidade de cada Estado parte garantir, por meio das autoridades competentes, a geração, coleta, disponibilização e difusão da informação ambiental, assim como a sua atualização periódica. Ressalta-se aquilo que consta no item 1 do Artigo 6º, no qual expressa-se a importância de descentralização da informação ambiental, especialmente em nível subnacional e local, com a coordenação do Estado nacional. (CEPAL, 2024). Neste sentido, percebe-se que cabe ao governo federal uma vigilância pelo cumprimento da disponibilização da informação ambiental.

O Artigo 7º trata da participação popular nos processos ambientais, cujo item 1 expressa que cada Estado deve assegurar o direito de participação, comprometendo-se a implementar uma participação “aberta e inclusiva”. O item 4 do Artigo 7º estabelece que cada Estado parte deverá proporcionar a informação necessária para viabilizar a participação e, para isso, a informação deve ser clara, oportuna e compreensível. E ainda, estabelece que o processo de manifestação popular deve ser considerada antes de ser proferida a decisão. O item 10 do referido artigo ressalta ainda que o processo de participação social deverá atentar-se às condições estruturais da população, ou

Artigo 16: Direito a voto; Artigo 17: Secretariado; Artigo 18: Comitê de apoio à implementação e ao cumprimento; Artigo 19: Solução de controvérsias; Artigo 20: Emendas; Artigo 21: Assinatura, ratificação, aceitação, aprovação e adesão; Artigo 22: Entrada em vigor; Artigo 23: Entrada em vigor; Artigo 24: Denúncia; Artigo 25: Depositário; Artigo 26: Textos autênticos (CEPAL, 2024).

seja, às características sociais, econômicas, culturais, geográficas e, inclusive, de gênero. O item 14 ressalta uma a obrigação dos Estados de atuar na superação de um problema clássico de acesso em países com economia extrativista, que é a necessidade de envolver os públicos mais vulneráveis e garantir a sua “efetiva” participação. Para isso, espera-se a adoção de diferentes meios e mecanismos, com a finalidade de eliminar as barreiras existentes (Nações Unidas, 2024; CEPAL, 2024).

O Artigo 8, que estabelece as diretrizes de acesso à justiça em questões ambientais, expressa que os Estados parte deverão assegurar o acesso às instâncias judiciais e administrativas para recursos de processos e impugnações de decisões. O Artigo garante ainda a observância do direito de acesso às pessoas em vulnerabilidade, com a disponibilização de assistência judicial e técnica. Ainda, o instrumento ressalta a importância de disponibilização de meios de acordos extrajudiciais.

Guanipa e Parola (2023) ressaltam que o acesso à justiça ambiental [amparado no acesso à justiça] é o “ pilar” ou “a espinha dorsal” da democracia ambiental, que garante mecanismos e instrumentos judiciais para que comunidades e a sociedade civil possam buscar a defesa dos seus direitos, especialmente no caso de violações que são causadas pelo próprio Poder Público – como no âmbito desta pesquisa, cujos resultados deflagram a violação de direitos de acesso, especialmente no quesito informação ambiental, conforme será abordado nas seções 5, 6 e 7.

Os autores destacam a importância que o Acordo de Aarhus no âmbito da Europa, instrumento este que foi precursor do Acordo de Escazú, teve para o fortalecimento do acesso à justiça, inserindo pela primeira vez o “Princípio 10” de forma vinculativa no ordenamento jurídico e fazendo com que cada Estado-Parte assumisse o compromisso na garantia de que ordenamentos de “*Soft Law*”. Isto é, as diretrizes estabelecidas no campo de Acordos e Tratados internacionais devem ser internalizados na “*Hard Law*”, ou seja, no ordenamento jurídico de cada país (Guanipa; Parola, 2023).

No Artigo 10 do Acordo, destaca-se o “Fortalecimento de capacidades”, que reforça a responsabilidade de cada país na criação de estruturas e esforços para a implementação nacional, no qual ressalta “A fim de contribuir para a implementação das disposições do presente Acordo, cada Parte

compromete-se a criar e fortalecer as capacidades nacionais, com base em suas prioridades e necessidades”.

Entre os esforços nacionais destacados no Artigo 10, é importante observar que o instrumento reforça a necessidade de fortalecimento de movimentos sociais e atores da sociedade civil, que sabidamente, são defensores dos direitos de acesso e agentes de difusão. Isso expressa-se em “reconhecer a importância das associações, das organizações e dos grupos que contribuem para formar ou conscientizar o público sobre os direitos de acesso”.

E ainda, o Artigo 13 “implementação nacional” determina que cada país deverá se comprometer com a facilitação de meios de implementação em nível nacional para cumprimento das obrigações do Acordo (CEPAL, 2024).

No âmbito da implementação desse importante instrumento de garantias de acessos em matéria ambiental, é importante notar que 25 países assinaram o Acordo quando da sua finalização, em 2018 e meados disso, incluindo o Brasil.

Entretanto, nem todos os países ratificaram a sua adesão, assim como não efetivaram a aderência e entrada no Acordo. Dez países não ratificaram a sua adesão e não ainda não aderiram ao instrumento, entre eles, o Brasil, conforme apontado pelo “Observatório do Princípio 10” (CEPAL, 2024).

Embora o Brasil tenha sido um dos países que participou das mesas de elaboração do instrumento, o governo federal não ratificou a sua adesão, tão pouco prosseguiu com a criação de estrutura e esforços para a sua implementação e efetivação.

Passados mais de cinco anos da assinatura do Acordo, em maio de 2023, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) noticiou o envio do Acordo de Escazú para aprovação do Congresso Nacional. Na matéria publicada em sua página na internet, o Ministério anunciou: “Assinado pelo Brasil em 2018, primeiro tratado regional com foco em meio ambiente e direitos humanos foi paralisado no governo anterior”. A publicação inclui ainda uma declaração da Ministra de Meio Ambiente, Marina Silva: “O Brasil sairá de “observador passivo” nos últimos quatro anos para “implementador ativo” do tratado.

Nesta fala, após citar o aumento de crimes contra ativistas ambientais, a ministra observa a postura do governo federal sob a gestão de Jair Bolsonaro especificamente no tocante ao Acordo de Escazú, o qual fora preterido. Atualmente, o tratado tramita no Congresso Nacional, registrado no sistema como “prioridade” e encontra-se em apreciação pelos ministérios envolvidos¹⁸.

É importante lembrar que não é acaso ou fato isolado que um tratado internacional de fortalecimento de garantias de direitos de acesso em matéria ambiental tenha sido negligenciado e esquecido pelo governo federal após a assinatura do Acordo em 2018.

A omissão do Poder Público nesse caso não se trata de inação, e sim de mais uma prática de desregulamentação ambiental, como tantas outras que marcaram o governo de extrema direita ao qual o Brasil esteve submetido entre 2018 e 2022.

Barros (2022) ressalta que após a posse de Bolsonaro em 2018, o Brasil assistiu “numa velocidade impressionante ao desmoronamento do pacto de direitos edificado na Constituição Federal”, referindo-se à atuação do governo federal na desmobilização de direitos ambientais e direitos humanos. A autora reforça a atuação do governo no campo ambiental, para o que ela chama de “abandono completo de referências legais e institucionais” do Estado brasileiro, em oratórias contra o meio ambiente.

Para a lógica do governo bolsonarista, os controles de fiscalização ambiental são “indústria de multagem” e o desmatamento se legaliza como sendo sinônimo de atividade de “homem do campo”, (referindo-se aos latifundiários e nada tinha a ver com o homem do campo), no qual entende-se como pequenos e médios produtores.

Barros (2022) ressalta ainda que a atuação do mandatário de extrema direita seguiu na negação às mudanças do clima e no rebate às críticas internacionais à política ambiental brasileira, cuja ação mais eficaz produzira

¹⁸ O processo de aprovação do Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe foi aberto pelo Poder Executivo em 12/05/2023 classificado como “prioridade” no sistema de tramitação da Câmara dos Deputados. O processo foi designado para apreciação dos ministérios interessados, sendo: Ministério das Relações Exteriores, Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania e Ministério dos Povos Indígenas. A última tramitação do processo ocorreu em 06/12/2023 com a retirada de pauta pelo setor de “Relações Exteriores e Defesa Nacional” (Brasil, 2024).

aumento do desmatamento na Amazônia, acusando a mídia estrangeira e outros países de “conspiracionistas”.

A implausível atuação do [des]governo federal entre 2018-2022 incluiu ainda a negação de direitos indígenas e quilombolas e a estratégia de ocupação dos órgãos indígenas e ambientais por ruralistas, pastores e militares. Assim, nesse período, aumentaram as violências e homicídios de lideranças indígenas (Barros, 2022).

Em meio à pandemia de Covid-19, o ministro do meio-ambiente do governo de Jair Bolsonaro, em reunião oficial, proferiu a célebre expressão: “é hora de passar a boiada”, referindo-se ao momento de atenção à saúde pública para providenciar a desregulamentação ambiental e aprovação de medidas ilegais, pois, para eles aquele seria o momento para aprovação de legislações, decretos e dispositivos jurídicos controversos sem a atenção da mídia e da sociedade (Barros, 2022; Alessi, 2020; Menegassi, 2021).

A lógica da ilegalidade e de desregulamentação na atuação do Governo Federal, com pano de fundo de uma orientação do neoliberalismo permeou o ataque ao projeto nacional de participação popular.

A participação social enquanto instituição democrática foi planejadamente enfraquecida em diversas ações. A atuação sistemática do governo federal na desconstrução de mecanismos de participação permite afirmar que se tratou de um plano orquestrado de desconstrução da democracia [tentativa].

Em 2020, em meio à uma crise sociopolítica que já se agravava (Santos, 2021), a postura negligente do governo federal com a saúde pública e o meio ambiente corroborou para um cenário tenso, com relações institucionais de alta complexidade e instabilidade no combate à pandemia de covid-19.

Com o agravamento deste ambiente, em decorrência do aumento da letalidade de covid-19, e considerando ainda as polêmicas envolvendo a regulamentação ambiental, com iniciativas de afrouxamento das medidas de fiscalização, além da tensão entre o governo federal e as universidades públicas, com sistemáticos cortes orçamentários.

O governo de extrema direita desse período destacou-se na história do Brasil pelos ataques às instituições democráticas e o perigo produzido ao Estado Democrático e Direito, ainda que tenha sido eleito democraticamente.

A sociedade civil organizada e os movimentos sociais tiveram importante atuação no enfrentamento às medidas antidemocráticas produzidas pelo [des]governo [militar] de Jair Bolsonaro (Barros, 2022).

Tatagiba (2022) ressalta que a literatura e estudos sobre participação e movimentos sociais emergem nos anos pós ditadura militar e evidenciam as lutas dos atores que reivindicam direitos sociais e ambientais, período que marca a transição para o regime democrático e a “desestabilização” do autoritarismo, que foi possível por meio do ativismo desses movimentos

A campanha denominada de “Brasil pela Democracia, Brasil pela vida” representou um manifesto que contou com a assinatura de mais de 70 organizações do terceiro setor, incluindo movimentos sociais, ONGs e sindicatos (OAB Nacional, 2020; Campos, 2020; Ethos, 2020; Behs, 2020; Programa Cidades Sustentáveis, 2020; Arcanjo, 2020).

Segundo Mariana Campos, representante do Greenpeace Brasil, o manifesto, que se posicionou de forma contundente contra as ações negacionistas do governo federal, denunciou “o ataque permanente e inconcebível às instituições, à imprensa, ao Estado Democrático de Direito e aos direitos dos cidadãos e cidadãs garantidos pela Constituição Federal”. Neste sentido, os movimentos sociais tiveram papel determinante na defesa da democracia e dos direitos constitucionais frente às ações de violações do Estado. Para ela, passados mais de 30 anos da promulgação da Constituição Federal, em 2020 observou-se o desrespeito aos direitos constitucionais, como aos povos originários e ao meio ambiente.

O manifesto foi motivado ainda pela “incompetência e insensibilidade” do governo federal no combate à pandemia do Coronavírus, causando agravamento da situação crítica de povos e comunidades tradicionais em relação aos direitos fundamentais e coletivos (Santos, 2021).

Na carta de lançamento, as organizações afirmaram que o Brasil “deve se pautar pela legalidade, moralidade e eficiência na gestão pública e pelos objetivos fundamentais de construir uma sociedade livre, justa, sustentável e solidária, garantindo o desenvolvimento nacional, erradicando a pobreza e a marginalização, reduzindo as desigualdades sociais de gênero e regionais, promovendo o bem de todos e todas, sem violência e preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação”.

Segundo Santos (2021), a democracia é “condição indispensável” para a luta pela preservação ambiental e da vida. “Sem a democracia, não é possível o trabalho das organizações na luta ambiental, que sofreu grandes retrocessos no governo de Jair Bolsonaro, como a fragilização dos órgãos de preservação e proteção ambiental, com redução da autonomia de servidores e desmobilização do controle e fiscalização.

Marques (2020) enfatiza a força dos movimentos sociais, representada no manifesto “Brasil pela Democracia, Brasil pela vida”, afirmando que “onde há retrocesso, há resistência”. E pondera ainda “o nosso direito de existir em uma sociedade multiétnica e multicultural, e nosso direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, valem qualquer esforço”.

O levantamento documental desta pesquisa incluiu um ofício datado de abril de 2019 e assinado pelo Ministro da Casa Civil solicitava a extinção de colegiados no âmbito do Poder Público Federal, alegando a racionalização administrativa e para “controlar a incrível proliferação de colegiados”. O documento cita ainda que os colegiados criam “problemas muito mais graves”, como a apreciação e aprovação de pautas que não seriam de interesse do governo, exemplificando que “grupos de pressão, tanto internos como externos à administração, que se utilizam de colegiados, com composição e modo de ação direcionado, para tentar emplacar pleitos que não estão conforme a linha das autoridades eleitas democraticamente”.

Um ponto ainda mais crítico do referido ofício é evidenciado na solicitação de revogação da Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS), que haviam sido criados pelo Decreto nº 8.243 de 2014, no governo de Dilma Rousseff.

Segundo o Ministro da Casa Civil, o SNPS visava estimular o “fortalecimento de colegiados por grupos políticos específicos para se contrapor ao poder das autoridades eleitas [...]”. Nessa sentença, evidencia-se que o governo federal elegia a participação social, por meio de seus mecanismos e instrumentos, como perigo eminente para os seus objetivos.

Encerrando o incrível ofício destinado à Presidência da República, o Ministro da Casa Civil denomina de “verdadeira aberração” os colegiados no âmbito federal, e que, o Decreto que criou o Sistema Nacional de Participação Social tornara-se conhecido como “Decreto Bolivariano”. O documento original

com o desacertado conteúdo que insere a participação social como inimiga do governo federal pode ser visualizado no Anexo I.

A Política Nacional de Participação Social, anteriormente criada pelo Decreto nº8.243/2014, o qual consta integralmente disponível¹⁹, reconheceu no seu artigo 3º que a participação social é um direito do cidadão, e ainda “expressão de sua autonomia”. O Artigo destaca ainda que a democracia participativa e direta é complementar e transversal à democracia representativa, além de prever explicitamente o aumento do controle social. É importante ressaltar ainda que, o Decreto de 2016, anterior à formulação do Acordo de Escazú, já previa no seu artigo 3º, alínea IV o direito à informação e transparência nas ações públicas. O artigo 4º define como objetivo da PNPS, em sua alínea I, “consolidar a participação social como método de governo” e na alínea III “Aprimorar a relação do governo federal com a sociedade civil, respeitando as autonomias das partes”, muito diferentemente do governo posterior que extinguiu a criação do PNPS, o qual vislumbrava a participação popular como ameaça ao totalitarismo e autoritarismo praticado.

A PNPS previa ainda em seu artigo 4º, alínea VI, o uso de redes virtuais e internet para incentivo da participação social, cujo ambiente virtual é reconhecido como fórum de participação no Artigo 6º.

Ao enveredar pela leitura do Decreto nº8.243/2014, o qual instituiu a Política Nacional de Participação Social, percebe-se que muitas questões levantadas por essa pesquisa encontram respaldo em tal instrumento, aprovado pela Presidenta Dilma Rousseff e posteriormente revogado por meio do Decreto nº9.759 de 11/04/2019, pelo Presidente Jair Bolsonaro, veiculando como justificativa o ofício do Ministro da Casa Civil, que alertava sobre os perigos que mecanismos participativos poderiam causar ao governo centralizador e autoritário.

Após a revogação da PNPS e do SNPS em 2019, somente no ano de 2023 o governo federal veio a editar atos para a retomada de iniciativas de participação social no âmbito nacional.

Em janeiro de 2023, logo após assumir a Presidência da República em seu terceiro mandato, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou os

¹⁹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8243.htm

Decretos²⁰ nº11.406 e nº11.407 de 31/01/2023, que institui a criação do Conselho e do Sistema de Participação Social, respectivamente.

Em uma publicação breve, sem detalhamento e com conteúdo vago, o Decreto nº11.407 em seu Artigo 2º institui: “O Sistema de Participação Social tem por finalidade estruturar, coordenar e articular as relações do Governo federal com os diferentes segmentos da sociedade civil na aplicação das políticas públicas”.

O Decreto designa a Secretaria Geral da Presidência da República²¹ como órgão gestor da política, sem nenhuma alteração ou aditamento de informações até o início de 2024, o que pode levantar questionamentos sobre a efetividade ou intenção de tal ação.

No evento de lançamento do Conselho de Participação Social e assinatura dos decretos, o Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República em seu discurso²² reafirmou o enfraquecimento da participação

²⁰ Os Decretos nº11.406 e nº11.407 de 31/01/2023 que instituem a criação do Conselho de Participação Social da Presidência da República e o Sistema de Participação Social, respectivamente, podem ser acessados nos links a seguir: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/decreto/D11406.htm e https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/decreto/d11407.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.407%2C%20DE%2031,o%20Sistema%20de%20Participa%C3%A7%C3%A3o%20Social.

²¹ Uma matéria publicada na página da Secretaria Geral da Presidência da República em 31/01/2023, mesma data de publicação do Decreto, afirma que o órgão intitulado como “Conselho de Participação Social” será presidido pelo Presidente da República e reunirá 68 representantes de movimentos sociais, cujas reuniões ocorrerão a cada três meses [transcorrido mais de um ano do Decreto de criação, nenhuma ação adicional foi encontrada por esta pesquisa, além de um calendário de Conferências Nacionais, em diversas áreas]. Na mesma data, em 31/01/2023, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou os decretos 11.406 e 11.407, criando o Conselho Nacional de Participação Social e o Sistema de Participação Social Interministerial, respectivamente.

²² O Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, órgão encarregado pelo Sistema de Participação Social por meio dos Decretos nº11.406 e 11.407 de 31/01/2023, em seu discurso na solenidade de assinatura dos decretos e criação do Conselho e do Sistema de Participação Social frisou os atos antidemocráticos do governo anterior (2018-2022) em sua fala: “O governo que se encerrou em dezembro de 2022 destruiu, neutralizou ou desvalorizou o alcance de todo o sistema nacional de participação social, legado da Constituição de 1988 e implantado pelos governos Lula e Dilma. Isso se expressou já no começo do governo, com o Decreto 9.759 de 2019, que extinguiu e limitou os colegiados, e se firmou por meio da inexistência de conferências nacionais e, ainda, pela ausência de qualquer tipo de participação social na elaboração e no monitoramento dos instrumentos de planejamento orçamentário. Nos últimos quatro anos não houve participação social alguma na Presidência da República. Conferências e fóruns interconselhos foram desmobilizados, plataformas digitais foram extintas, consultas e audiências públicas deixaram de ser realizadas, com consequências danosas para as políticas públicas. Casos emblemáticos foram a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), criado em 1993, ou o esvaziamento do Conselho

social no governo anterior e lembrou ainda dos ataques à democracia brasileira à partir de 2016, com o Golpe de Estado sofrido pela presidente Dilma Rousseff. Ainda, o Ministro encarregado pelo desenvolvimento da Política de Participação Social ressaltou o trabalho que deverá ser empreendido para a participação “interministerial”, sinalizando a criação de uma “Assessoria de Participação Social” em cada ministério.

O discurso do Ministro apresenta poucos elementos que permitem entender o funcionamento do novo sistema instituído para internalizar e institucionalizar a participação social na gestão federal. Nota-se ainda que a sua fala traz elementos políticos partidários e utiliza da solenidade para pontuar a rivalidade com o governo anterior, no que se observa: “Depois de termos derrotado Bolsonaro nas urnas, vamos derrotar o bolsonarismo na sociedade. Vamos derrotar o fascismo. Precisamos discutir as políticas públicas de inclusão, distribuição de renda e diminuição da desigualdade no curso da implementação.”

De fato, a ideologia de extrema direita cultuada por Bolsonaro é uma ameaça real ao Estado Democrático de Direito e, portanto, aos direitos humanos e direitos ambientais. Contudo, aquilo que se invoca nesta reflexão é que parece, à partir do discurso do Ministro e da falta de clareza e de informações nos decretos e na página institucional sobre o novo sistema voltado à participação, é que a participação social até o momento não desdobrou-se em ações mais concretas e em um plano de como a participação popular deverá se operacionalizar além de Conferências Nacionais e de uma “Participação Interministerial”, que também pouco diz sobre o alcance dessa estrutura à sociedade civil. É importante atentar-se também ao caráter

Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), criado em 1981. A volta do Brasil ao Mapa da Fome e a uma situação de pária internacional em matéria ambiental são consequências diretas desse desmonte, com graves repercussões para a vida do nosso povo”. O fala do Ministro enalteceu ainda a indispensabilidade da participação social no Estado Democrático de Direito: “Participação social é essencial para o Estado Democrático de Direito, a qualidade do serviço público e o exercício da cidadania. Enquanto direito fundamental, a participação social deverá ser orientada pelo princípio da democracia direta, controle social e transparência, envolvendo de forma ampla os setores organizados e, principalmente, os mais vulneráveis que necessitam de uma atuação sensível do Estado”. O Ministro cita rapidamente a participação social interministerial: “Para fins de gestão transversal da política de participação social foi criada, por meio da Medida Provisória de reorganização da Administração Federal, uma Assessoria de Participação Social em cada ministério, responsável pelo recebimento de demandas de movimentos sociais, bem como pela gestão das instituições participativas relacionadas àquela pasta específica. Esses e essas assessores serão referência para que a Secretaria-Geral atue de forma transversal na política de participação junto aos Ministérios [...]” (Brasil, 2023).

centralizador dessa nova estrutura de participação social, que institui a SGPR como órgão executor.

Em relação àquela política anterior de participação social, desenvolvida no governo Dilma Rousseff em 2014, por meio do Decreto nº8.243 de 23/05/2014, percebe-se que quase nada se aproveitou daquela que apresentava um rico detalhamento sobre o funcionamento da extinta Política Nacional de Participação Social, que esclarecia os seus objetivos, mecanismos de interlocução e os papéis de cada setor da sociedade no funcionamento da política.

Anteriormente, a revogação de colegiados e conselhos no âmbito federal e da Política Nacional de Participação Social são apenas dois exemplos de uma miríade de atos contra o Estado Democrático de Direito cometidos pelo chefe autoritário do Poder Executivo que esteve à frente do governo federal entre 2018-2022.

A revogação de colegiados e conselhos no âmbito federal e da Política Nacional de Participação Social são apenas dois exemplos de uma miríade de atos contra o Estado Democrático de Direito cometidos pelo chefe autoritário do Poder Executivo que esteve à frente do governo federal entre 2018-2022.

No recente governo de extrema direita, os movimentos sociais tiveram papel fundamental na defesa da democracia, que fora ameaçada sistematicamente, com intenção que seria evidenciada mais tarde, no episódio de 08 de janeiro de 2023, com os atos criminosos que acometeram Brasília-DF²³, na tentativa de ruptura do Estado Democrático de Direito, após a eleição

²³ Uma semana após a posse presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores) em 01/01/2023, que fora eleito democraticamente no pleito de 2022, em 08/01/2023 o Brasil viveu aquilo que seria um dos maiores episódios de violência contra o Estado Democrático, conforme declarou o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional. A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) concluiu que 5.500 manifestantes acamparam em Brasília no Setor Militar Urbano, região onde proíbe-se ocupação (Decreto-Lei nº 3.437/1941, ainda em vigência). Com aval dos militares (Costa, 2024) e conhecimento da Agência Brasileira de Informações (ABIN), as manifestações ganharam força e a multidão, convocada principalmente por meio das redes sociais, tomou o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal e o Palácio do Planalto, atacando os três poderes, em uma ação histórica e criminosa, que destruiu e vandalizou o patrimônio público, obras de arte e peças históricas do acervo da União.

A motivação para os ataques de “08 de Janeiro”, como ficou conhecido o episódio, reside na não aceitação do resultado das eleições para presidência da república pelo candidato não eleito, que levantou questionamentos sobre a seguridade do resultado do pleito e por uma parte de seus eleitores de extrema direita, e assim, a tentativa de ruptura da democracia e instalação de um Golpe de Estado. As eleições de 2022 dividiu a população em uma acentuada polarização, entre aqueles que não desejavam o retorno do Partido dos

presidencial de um partido democrata de esquerda, o Partido dos Trabalhadores (PT).

A partir de 2018, além de ameaças e desregulamentação ambiental, Athayde Motta, diretor do IBASE, importante organização brasileira na luta pela democracia, fundada em 1981, em decorrência da luta de ativistas pela redemocratização, que estampa em sua página na internet o slogan “Só a participação cidadã é capaz de mudar o país”, ressalta que o Brasil viveu um período de “desmoralização do Estado Democrático de Direito” no qual a forma de agir no “jogo da democracia” foi muito além da defesa de interesses diversos da sociedade, como deveria ser.

O governo foi marcado, como destaca Motta (2021) por ameaças ao Supremo Tribunal Federal, incentivo à desordem pública, pedido de fechamento das instituições democráticas, intervenção militar e fechamento do Congresso Nacional. Essas manifestações, alguns defenderam como “liberdade de expressão”, o que, na verdade, são crimes contra o Estado Democrático de Direito, como prevê a Constituição Federal, inclusive ordenando o seu “absoluto cumprimento” (Motta, 2021). Segundo Motta, o IBASE entende que “um país não existe como nação se não for pela democracia”. Ele lembra ainda o papel das ONGs e movimentos sociais, engajadas em uma rede de ação no combate aos malefícios da pandemia de

Trabalhadores ao Planalto e aqueles que não apoiavam a reeleição do candidato de extrema direita.

O ataque aos poderes da república foi viabilizado em 08/01/2023, pois, segundo apontaram as investigações, o planejamento da tentativa de ruptura do Estado Democrático contava com a participação de apoiadores antidemocráticos dentro das forças armadas e segurança institucional.

Um ano após o fato histórico, em janeiro de 2024, em um evento alusivo à data, os presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, além do Presidente da República, declararam que os “Poderes da República seguem vigilantes e que o Congresso Nacional é esteio seguro da Democracia”. O Procurador-Geral da República enfatizou que a correta investigação e as responsabilizações é a forma de prevenir que “um passado que se lamenta volte a acontecer”, em referência ao Golpe Militar de 1964.

A investigação dos envolvidos na execução e no financiamento dos atos antidemocráticos possibilitou a condenação de centenas de pessoas que tiveram alguma participação e a prisão daqueles que lideraram as ações. O STF condenou mais de 174 pessoas com penas entre 3 e 17 anos de prisão e homologou mais de 102 acordos para aqueles que foram enquadrados como “crime menor”, no qual não houve prisão em flagrante, apesar de estarem no acampamento no Quartel General em Brasília. Para essas pessoas, os acordos envolvem o pagamento de multas de 1 a 5 mil reais, proibição de uso de redes sociais e a participação de um curso sobre “Democracia, Estado de Direito e Golpe de Estado” (Senado Federal, 2024; Câmara dos Deputados, 2024; Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2024; Agência Brasil, 2024; Jornal da USP, 2024; Carta Capital, 2024; BBC, 2023; Folha de São Paulo, 2023).

covid-19, especialmente em regiões periféricas e vulneráveis, uma vez que, nesse cenário de emergência de saúde pública, o Brasil passava com uma instabilidade política severa, que exigiu força para lutar contra o negacionismo. Nessa atuação, o diretor do IBASE destacou o uso das redes sociais e espaços virtuais para fortalecimento dos movimentos sociais com as restrições impostas pelas condições sanitárias.

Assis (2022), em uma leitura comparativa e crítica sobre o comportamento centralizador e totalitário de Jair Bolsonaro, particularmente na militarização de órgãos civis que marcou a sua gestão e, especialmente no âmbito desta pesquisa, na denegação pelos direitos de acesso ambientais, faz o seguinte questionamento: “O passado é uma roupa que não nos serve mais?”.

A frase, que remete à uma canção do compositor Belchior²⁴, é trazida nesse contexto pela autora para suscitar a comparação entre a atuação do governo federal entre 2018 e 2022 e o regime de Ditadura Militar ao qual o Brasil esteve sujeito de 1964 a 1985.

Tomando parte na analogia empregada por Assis, a ascensão da extrema direita à presidência da República em 2018 lembra que o passado [da ditadura é militar] é uma roupa que ainda serve, e vez ou outra, no percurso da história da democracia brasileira, pode ameaçar a revestir de fascismo o Estado Democrático de Direito.

O cenário desta pesquisa – a mineração de Carajás – desenvolveu-se em meados da década de 1970 e consolidou-se em 1980 à partir de um projeto do governo civil-militar que estava instalado no Brasil.

Revestido de um “projeto nacional de desenvolvimento”, retórica criada pela desfaçatez dos militares, que tentava produzir uma vestimenta enganosa

²⁴ A música “Velha roupa colorida” foi lançada pelo cantor e compositor Antônio Carlos Belchior em 1976 no álbum “Alucinação”, no período do Regime de Ditadura Militar. Por meio de linguagem intertextual, apresenta elementos de resistência contra o regime de governo instalado. Segundo Alencar *et al.* (2021), “uma velha roupa colorida” refere-se às vestimentas do movimento *hippie*, que foi marcado pela busca da liberdade de expressão, cultural e social, com roupas coloridas características do movimento. Assim, durante o regime ditatorial brasileiro, o compositor emprega a expressão “o passado é uma roupa que não nos serve mais” referindo-se à impossibilidade de exercer a liberdade tão almejada e batalhada pelos movimentos sociais, cuja autonomia ficara no passado, antes do Golpe Militar de 1964. Portanto, as vestimentas coloridas de um movimento social libertário não cabiam mais naquele momento de tolhimento absoluto da liberdade de expressão e dos movimentos culturais (Alencar *et al.* 2021; Oliveira *et al.* 2017).

para o Programa Grande Carajás [assim como todos os desdobramentos posteriores], que foi sancionado por Decreto-Lei da cúpula militar durante o recesso do Congresso Nacional, sem aventar nenhuma possibilidade de participação da população brasileira e, muito menos da população local, que seria atingida pelo empreendimento que projetou-se alicerçado sobre as bases do neoliberalismo, com o desenho do Estado brasileiro e se viabilizou com a força do capital estrangeiro, permitindo que a fronteira do extrativismo avançasse sobre territórios e populações locais.

Na época, pesquisadores, instituições do terceiro setor, movimentos sociais e órgãos de representação política publicizaram aquilo que seria o ápice do autoritarismo militar para a região amazônica. Agindo com indiferença à população brasileira e com o princípio de consulta popular, que já era previsto na Constituição de 1967, a cúpula militar decidiu pela não realização de consulta popular e participação sobre um projeto de tamanhas proporções e consequências, que mudaria as dinâmicas e ecossistemas da Amazônia em definitivo. Assim, o maior projeto extrativista no Brasil foi implementado, no perverso modo de agir de uma ditadura e continuado pela democracia liberal brasileira, orientada pelos interesses do capital e de poucos (Klein, 1982)

A publicação “Carajás: o Brasil hipoteca o seu futuro” de 1983, de autoria do IBASE foi um marco histórico e trouxe à luz da sociedade brasileira os traços do absolutismo e da tirania militar para os territórios amazônicos e a produção da injustiça ambiental, denunciando o modo de agir centralizador no desenho dos empreendimentos e grandes projetos extrativistas, sem o emprego de nenhum instrumento de consulta ou participação popular. A obra é uma referência na literatura especializada no território mineral de Carajás, especialmente pelo seu caráter de delação de um projeto de atravessamento de direitos ambientais.

O IBASE noticiou que para a execução do Programa Grande Carajás foi criado um “Conselho Interministerial”, no qual, “não se prevê, nem se admitiu a participação de quaisquer membros, sejam eles representantes de outros Poderes do Estado (Legislativo e Judiciário), sejam eles representantes de outros setores (empresariado, trabalhadores, etc)” (IBASE, 1983, p.64).

A publicação lembrou ainda a ausência de participação da sociedade civil, para a qual “não foi atribuído qualquer papel, nem é deixado qualquer

espaço para participar da formulação e implementação do Programa Grande Carajás (IBASE, 1983, p.66)”.

Uma outra publicação que remete ao cenário em questão, datada de 1982, intitulada de “Salvar Carajás”, de autoria de Odacir Klein, deputado federal pelo PMDB, partido que fez oposição ao governo civil-militar, apresenta o detalhamento de uma denúncia impetrada pelo deputado ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para a qual solicitou representação junto à Procuradoria Geral da República na denúncia do caráter antidemocrático do Programa Grande Carajás.

A representação de Klein na forma de denúncia crime sobre a inconstitucionalidade²⁵ do PGC, que posteriormente fora publicado na forma de livro reside na ausência de participação popular no projeto de importantes impactos ambientais e sociais, como pode ser visto em trecho de sua explanação:

“Até hoje, o destino das riquezas da maior província mineral do mundo foi decidido nos gabinetes a portas fechadas, sem um grande debate nacional, e as leis que regulamentam a exploração de Carajás têm se constituído por decretos-leis da Presidência da República, sem que os representantes eleitos pelo povo tenham sequer a possibilidade de emendá-los, ou de modifica-los, pois são inemendáveis, por força constitucional e chegam ao Congresso com o famigerado decurso de prazo – findo o qual são aprovados sem votação [...]. Com a arguição de inconstitucionalidade de dois decretos-leis, pretendemos não apenas denunciar à nação a forma pela qual estão sendo tomadas as decisões sobre as nossas maiores riquezas, mas também sustar a execução do Programa, de modo que todo o povo brasileiro participe efetivamente da discussão que apontará os rumos de Carajás. É necessário, portanto, que não se transforme, como está ocorrendo, num empreendimento de propriedade do governo ou de cinco ou seis pessoas que detém as decisões nesse Estado autoritário” (Klein, 1982, p.38).

²⁵ A Emenda Constitucional de 17 de outubro de 1969 foi promulgada pela cúpula militar do governo, especificamente os Ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. A Junta Militar ocupou o Poder Executivo e alterou alguns artigos da Constituição Federal de 1967, e ainda, declarou vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República por meio do Ato Institucional (A.I. 16) até a escolha do General Emílio Médici como Presidente. A Carta Constitucional de 1969 manteve o Ato Institucional nº 5 e reforçou medidas autoritárias dos Atos Institucionais e impôs intervenção federal aos Estados, além de ampliar restrições ao Poder Legislativo. Ainda assim, a Emenda Constitucional de 1969 manteve a divisão dos Poderes da República e o papel do Congresso Nacional, inclusive na sanção de Programas e Planos Nacionais e Regionais de Desenvolvimento (Art.43, Inciso IV), como o Programa Grande Carajás, cuja implementação ocorreu por meio de Decreto-Lei da Presidência da República, sem apreciação do Congresso Nacional, como teoricamente estabelecia a Carta Constitucional (Brasil, 2024; ALESP; Klein, 1982)

3. EVOLUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS E DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL PARA A AMAZÔNIA

O município de Parauapebas localiza-se na região sudeste do estado do Pará, na faixa da Amazônia Oriental, onde acelera-se nas últimas décadas o avanço das fronteiras econômicas e extrativistas, impulsionando a interiorização do desmatamento e ocupação à partir desta área.

À vista da importância e contribuição do município ao crescimento de atividades industriais e de agropecuária, esta seção se debruça sobre o histórico das políticas de ocupação do Estado brasileiro para a Amazônia, investigando as violações produzidas e acumuladas nestes territórios.

A Amazônia, também chamada de “Hileia Amazônica”, é a maior floresta tropical úmida do mundo e é constituída por nove países localizados ao norte da América do Sul, estendendo-se pelo Brasil, Bolívia, Colômbia, Peru, Guianas, Venezuela, Suriname e Equador. A maior parte dessa floresta encontra-se no Brasil, que detém 68% da Amazônia internacional, correspondendo a quase 60% do território nacional, área equivalente à metade do continente europeu (MMA, 2021; Souza, 2019; Marques, 2019).

A Amazônia brasileira atende por “Amazônia Legal” desde 1953, nomenclatura criada como um instrumento político para a organização e planejamento regional²⁶ e abrange todo o território dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, e parte do Maranhão (Abramovay, 2020; Souza, 2019; Loureiro, 2019).

Os inúmeros ecossistemas em seu interior, como matas de terra firme, florestas alagadas, áreas de várzea, igarapés, campos e faixas de cerrado, faz com que esse domínio fitogeográfico, devido a sua pluralidade de formações responda pela maior riqueza da diversidade biológica mundial, com atenção especial para a preservação, por meio das 128 Unidades de Conservação (Brocardo; Giacomini, 2022; MMA, 2021; ICMBio, 2021; ANA, 2020;).

²⁶ Em 1953, o Presidente Getúlio Vargas sancionou a Lei Federal nº1.806/1953 para criação da “Amazônia Legal”, agrupando os estados da região norte nessa identidade comum como um instrumento político para a administração e planejamento de políticas de ocupação (Loureiro, 2019; Souza, 2019; Abramovay, 2019).

Ao total, perfazendo toda a extensão nacional e internacional, são mais de 8 milhões de km² de território, contendo mais de 520 bilhões de árvores, aproximadamente 1,5 milhão de espécies animais e vegetais catalogadas, que respondem por até 20% das espécies de todo o mundo, sendo mais de três mil espécies de peixes, e uma riqueza hídrica inestimável, com produção diária de 26 trilhões de litros de água e a mais extensa rede hidrográfica do planeta, com destaque para o rio Amazonas, que ocupa uma área superior a 6 milhões de km² (MMA, 2021; ANA, 2020; Brocardo; Giacomini, 2022; FIOCRUZ, 2021 Malheiro, 2021;).

A floresta tropical úmida chega a realizar o sequestro de 70 bilhões de toneladas de carbono por ano (MMA, 2021), o que, juntamente com as outras funções ecossistêmicas, confere à Amazônia o papel central para a conservação florística e faunística, recursos hídricos, regulação do clima e, consequentemente, preservação da vida humana.

A sua grandeza, portanto, é revelada pelos superlativos, de forma estimada, já que o ambiente de floresta densa e difícil acesso, guarda espécies ainda não conhecidas, que são frequentemente descobertas e catalogadas por meio de atividades científicas, como o trabalho pioneiro do Museu Paraense Emílio Goeldi, que expandiu o conhecimento sobre a biota amazônica – uma das mais obscuras e desconhecidas até hoje [talvez intencionalmente] (Galúcio; Prudente, 2019).

A amplidão da região é tamanha, que recebeu ainda a divisão política²⁷, que classifica parte do território em “Amazônia Ocidental”, compreendendo 42% da Amazônia Legal e constituída pelos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. E outra fração de “Amazônia Oriental”, abrangendo os estados do Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso.

É na Amazônia Oriental que cresce aceleradamente as alterações mais impactantes na cobertura vegetal, em consequência dos processos intensos de ocupação e diferentes atividades econômicas, como mineração e agropecuária.

A extensão territorial e a riqueza da diversidade biológica e sociocultural revelam imagens diversas da Amazônia brasileira, com diferenciação nas características físicas, de acordo com a latitude, incorrendo em diversos tipos

²⁷ A divisão política da Amazônia Legal em Amazônia Ocidental e Oriental ocorreu em 1967, por meio do Decreto-Lei nº291/1967 (BRASIL, 2021).

de solos, climas, índices pluviométricos e cobertura vegetal, produzindo ambientes específicos e delicados, com altas taxas de endemismo.

Da mesma forma que o ambiente natural, a dimensão social também recebe atenção na história da Amazônia, pois a presença de povos de distintas etnias e movimentos de ocupação em decorrência de empreendimentos econômicos, criam uma Amazônia Social, denominada de Pan-Amazônia, alterando o conceito de biodiversidade para “sociobiodiversidade”.

Desta forma, os ecossistemas amazônicos, além da importância ecológica, são fundamentais para a vida humana, prestando serviços ambientais, como: trocas gasosas, regulação da temperatura, fornecimento de alimentos, produção de energia elétrica, dentre outros. Na perspectiva socioeconômica, estabelecem-se os ecossistemas econômicos, alicerçados nos recursos naturais desse bioma. A interpretação de que a Amazônia impulsiona ecossistemas econômicos, com intersecção junto aos ecológicos [necessariamente] é bastante recente. Assim, desenha-se uma Amazônia natural, social e econômica, com imensos desafios e enfrentamentos perante a agressividade com que o mercado vem avançando nas últimas décadas a imposição da lógica do capital sobre a floresta tropical.

Sobretudo, com o apoio do aparato estatal, as atividades econômicas que avançam a sua imposição sobre a Amazônia, geram fronteiras entre a conservação e o extrativismo.

. Em alguns casos, como no estado do Pará, a extensão territorial é tão grande, que segmentam-se diferentes dinâmicas econômicas, como a mineração e agropecuária no interior e na região sudeste, na economia de serviços e pesca na região da costa, próximo a Belém; cidades com economias voltadas ao funcionamento de hidroelétricas, dentre outras.

A Figura 4, por meio de imagem de satélite, demonstra a delimitação político-geográfica da Amazônia Legal, evidenciando também a extrapolação do território nacional, com a ocorrência da floresta tropical nos outros países detentores deste domínio, além de destacar o território imediato do município de Parauapebas-PA. A imagem captura ainda a heterogeneidade da paisagem, com nítidas áreas de transição da vegetação e diferenciação ao norte e leste, causadas pela ocupação e atividades econômicas, principalmente agropecuária e mineração.

Figura 4. Delimitação da Amazônia Legal, com destaque do município de Parauapebas



Fonte: Elaborado para a pesquisa (2023).

Além do panorama geral e dos números impressionantes, ao adentrar no ambiente, constata-se que, na região amazônica, com predominância da floresta ombrófila densa, há formação de outros domínios, como as faixas de cerrado, registradas na literatura como “Savana Amazônica”.

Aproximadamente 267 mil km² de áreas de cerrado amazônico diferenciam-se da cobertura vegetal da floresta equatorial, incorrendo em espécies endêmicas não encontradas no restante da Amazônia, tão pouco no cerrado brasileiro. Entre as espécies exclusivas da canga amazônica, há mais de 400 plantas registradas, com 23 conhecidas apenas no estado do Pará (Devecchi *et al.* 2020; Santana *et al.* 2017).

Além disso, o solo amazônico, em toda a sua extensão internacional, abriga grandes reservas minerais, dos mais diversos elementos, desde ouro, cobre, ferro, manganês, carvão, dentre outros.

É nesse cenário de extrativismo mineral, emblematicamente classificado por Eduardo Galeano como “as veias da América Latina”, que desencadeia a nossa atenção, cuja atividade possui profundos impactos socioambientais e

carrega de forma incrustada uma violência territorial comum à exploração de qualquer recurso natural nesta região, significando a expressão de Galeano.

Tendo em vista todos os fatores levantados até aqui, investigar a Amazônia implica, necessariamente, em enveredar para uma análise de todo o ambiente, resgatando fatores históricos de povoamento, exploração [tanto da biodiversidade, como dos povos], atividades industriais e econômicas, assim como ações e políticas do Estado Nacional para essa região.

A presença ancestral de povos originários e nativos é outra dimensão que denota a importância amazônica. Esses povos, que, detêm conhecimento tradicional da biodiversidade, tiveram e têm os seus direitos preteridos face à atividade econômica que invade o ambiente natural, inserindo-os na lógica capitalista.

Além da presença desses povos, é preciso atentar-se a formação de novas sociedades, ou recentes movimentos de povoamento, revelando um ambiente em modificação e ocupação constante, à partir do aumento de dinâmicas humanas nessa região, especialmente em função das dinâmicas empresariais.

Desta forma, fica mais fácil enveredarmos para uma investigação que conflua naquilo que embasa a história dessa região: disputas e dominação, dado o valor econômico dos recursos encontrados em seu território.

Neste sentido, adentramos adiante a uma análise econômica da Amazônia, já que a própria história desses territórios se imbrica na finalidade utilitarista, revelada pela apropriação de espécies endêmicas valiosas para a indústria, como cacau, seringas (borracha), pau-brasil, madeiras nobres, etc.

A história da Amazônia guarda algumas curiosidades que se assemelham com eventos da história do Brasil e de países da América Latina, e não por mera coincidência, mas porque a Amazônia deve ser retratada como uma região que foi alvo de disputas entre países europeus e grandes potências mundiais na época da colonização do continente americano, que disputaram os territórios da nova América, buscando as riquezas naturais pertencentes à uma diversidade tropical desconhecida e não dominada pela Europa até então.

Voltar aos tempos antigos e revisitar o território amazônico na época da colonização e pouco depois, entre 1600 e 1700, se faz de grande valia aqui,

pois, parece que desde sempre, as relações foram conflituosas e violentas na Amazônia, embasadas na dominação de povos e da natureza.

Assim, para entender as disputas e a complexidade estabelecidos no interior da Amazônia brasileira, voltamo-nos aos tempos que remontam ao conhecimento do território pelos colonizadores portugueses, os quais Souza (2019, p.87) apelida de “empresas desbravadoras”, com disputa entre os países eu visavam a dominação do Brasil e as riquezas naturais: Espanha, Holanda e França.

Esses países enviaram expedições aos territórios amazônicos na época em que disputavam a região para fincarem suas bandeiras, instalando o regime colonial e aumentando o domínio do Norte Global sobre a rica América Latina.

O conhecimento dessa região tropical teve grande repercussão na Europa, já que tratava-se de uma realidade completamente divergente dos moldes culturais, raciais e sociais daquele continente.

Os europeus encontraram nos países da América Latina, um cenário exótico totalmente desconhecido, com espécies diferentes de animais, plantas e frutas, além dos povos. Assim, a missão dos desbravadores era a dominação deste ambiente, buscando o sucesso que as monarquias e o mercado europeu ansiavam na conquista da região (Souza, 2019 p.111).

Nesta época, os países europeus enviaram pesquisadores para conhecimento da biodiversidade de suas metrópoles, cujos registros e dados chamavam a atenção da Europa acerca da riqueza de recursos naturais nos países tropicais.

A França foi pioneira nos registros da biodiversidade amazônica com uma expedição liderada pelo célebre cientista Charles Marie de La Condamine, que juntamente com uma equipe de pesquisadores, estiveram nesta região por quase dez anos e foram os primeiros a percorrer a foz do rio Amazonas (Souza, 2019; Galúcio; Prudente, 2019).

Um dos registros publicados na Europa em 1736 dizia que encontrava-se na Amazônia uma árvore conhecida pelos nativos, que “escorria um leite branco”, o qual se transformava em uma “resina elástica” a partir da elevação da temperatura (Santos, 2019 p.59).

Os europeus navegaram por entre os rios da Amazônia, na busca de descobertas e catalogação de riquezas naturais que pudessem servir à Coroa, às suas indústrias e lhes gerassem riquezas.

Logo, a descoberta da borracha ganhou a atenção de empresas estrangeiras, que ainda não detinham uma técnica para o emprego industrial daquele látex recém descoberto. A utilização industrial se tornou possível após o desenvolvimento da técnica de “vulcanização” pela Goodyear, o que culminou na exportação para os Estados Unidos. Em seguida, uma indústria de calçados de Boston (EUA) testou o emprego da borracha para a cobertura de sapatos, enviando os seus produtos para teste no Pará (Santos, 2019).

Assim, a Amazônia tornava-se desde então um grande laboratório para estudos de empresas estrangeiras em busca da dominação dos extraordinários recursos naturais. A região, a natureza e os povos eram dominados pela Europa, fazendo explodir conflitos em decorrência da invasão e violência exercida contra os povos nativos, que tinham a sua organização de vida e produção, com sociedades estruturadas, ainda que de forma “primitiva”.

O modo de vida dos nativos, organizado ao longo de mais de 10 mil anos, foi abruptamente cerceado e transformado pelos colonizadores em pouco tempo. O homem natural da região tropical passou a sofrer violências e escravização, trazendo portanto, a dominação territorial, apropriação de recursos e saques à Amazônia, característicos do imperialismo europeu sobre países da América Latina, que desde então é subserviente aos anseios capitalistas do Norte global.

Para além da colonização, a violência na Amazônia perpassa os dias atuais, com a perseguição constante sofrida pelos povos da floresta por aqueles que invadem terras indígenas para a caça e extração ilegal, a luta pelo uso da terra por diversos atores, e ainda, as violações propiciadas [ou exercidas] pelo próprio Estado brasileiro, com agravamento no Regime Militar.

Na década de 1950, a borracha ainda era um produto de importância econômica desde as grandes missões colonizadoras e chamava a atenção do Estado, época em que percebe-se uma intensificação da inserção do governo federal nesta região a partir da instalação da ditadura militar, quando a região norte passa a ser prioridade da manipulação estatal em favor de empresários e oligarquias. Em vista disso, a cúpula do governo militar situada no Sudeste

passa a traçar diretrizes para a região, ignorando as especificidades e organização da vida amazônica.

Juntamente com a criação da Amazônia Legal, o Estado inicia naqueles anos da década de 1950 a aplicação dos seus planos para a região, equivocadamente chamados de “desenvolvimentistas”. Assim, tinha início o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, executado inicialmente pelo governo de Getúlio Vargas.

Consequentemente, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), já prevista pela Constituição de 1946, mas oficializada em 1953²⁸. Justificava-se como uma política de desenvolvimento regional, a qual fora fracassada tanto na intenção, sem muitas obras e serviços públicos relevantes para a população, além daqueles básicos de suporte aos empreendimentos industriais, quanto na duração, já que em 1966 a SPVEA foi extinta sem grandes feitos, por meio da Lei nº 5.173 de 27/10/1966 (Loureiro, 2019; Brasil, 2020).

É importante observar ainda que, mesmo descontinuada, a SPVEA foi responsável pelas primeiras obras de infraestrutura básica de suporte na região norte. Contudo, a principal razão de ter sido abandonada pelo governo de Getúlio Vargas está em seus objetivos traçados na Constituição de 1946, que visava fortalecer o capital nacional e políticas públicas sociais. Eram objetivos da SPVEA: a) Assegurar a ocupação da Amazônia em um sentido brasileiro; b) Constituir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista, capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução de suas tarefas sociais; c) Desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira (Brasil, 2020)

A proposta de política econômica regional não obteve êxito, já que havia interferências isoladas da União, dos governos estaduais, de grupos empresariais locais e do capital estrangeiro (Loureiro, 2019; Souza, 2019).

A SPVEA deu lugar à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), sob a coordenação do Ministério do Interior, com sede em

²⁸ A SPVEA foi criada pela Lei nº1806/1953, o mesmo que instituiu a Amazônia Legal, ambos fazem parte do Plano de Valorização da Amazônia (Brasil, 2020).

Belém-PA, justificada como um plano para “povoar a Amazônia e integrá-la ao resto do Brasil” (Loureiro, 2019).

Criada em 1966²⁹, naqueles anos históricos de um golpe de Estado e a instauração do Regime Militar, a SUDAM consistiu em uma divisão responsável por executar obras de infraestrutura e viabilização de grandes projetos industriais na Amazônia, buscando investimentos nacionais e, especialmente, internacionais.

Não por coincidência com o regime ditatorial em que o país encontrava-se, a execução dos empreendimentos para o “desenvolvimento” da região gerou uma série de imposições e violações de comunidades e povos locais.

Diferentemente da SPVEA, que buscava a aplicação e fortalecimento do capital nacional e políticas sociais para a Amazônia, a SUDAM, por meio da “Operação Amazônia” intencionava a atração de investidores externos e capital estrangeiro para a região. Os seus objetivos diferenciam-se substancialmente daqueles do Plano de Valorização da Amazônia, como é possível observar: a) Transformar a economia da Amazônia; b) Fortalecer suas áreas de fronteiras; c) Fazer a integração do espaço amazônico no todo nacional (Brasil, 2020).

As fronteiras elencadas nos objetivos do novo plano que se executava, referiam-se àquelas físicas, mas também as fronteiras do capital, ou seja, as atividades econômicas e empreendimentos que se desejava para a Amazônia.

A SUDAM colocou em prática a “Operação Amazônia” traçada pelos militares, buscando satisfazer as expectativas e necessidades de investidores que tingam o apoio do governo. Esse momento é um divisor de águas na história da Amazônia, com a interiorização de empreendimentos econômicos em diversas localidades, construindo rodovias, portos, ferrovias e diversas obras por toda a região, para justificar a atuação do governo na criação de infraestrutura para os investidores.

O discurso do Superintendente da SUDAM, Coronel João Walter de Andrade, na sessão de abertura da “Operação Amazônia” em 1968, deflagra a intenção do governo de pulverizar grandes empreendimentos em toda a Amazônia com o capital estrangeiro, a saber:

²⁹ A SUDAM foi criada pela Lei nº5.173/1966, sancionada pelo Presidente Castelo Branco (Brasil, 2020).

“O primeiro passo para que aceitemos de bom grado a colaboração estrangeira na Amazônia será dar a ela uma infraestrutura necessária e suficiente e, vê-la habitada por nossos irmãos do Nordeste e de outras regiões do país que queiram vir colaborar com o esforço do governo para desenvolver esta região... Nós que conhecemos e lidamos com os problemas da Amazônia, sabemos que toda a sua perspectiva de desenvolvimento se choca numa barreira até hoje praticamente insolúvel: a ausência de capitais... Compete-nos, portanto, abrir as portas ao capital estrangeiro, de maneira inteligente [...]” (Trecho do discurso do coronel João Walter de Andrade, Superintendente da SUDAM, durante a solenidade de instalação do Conselho Deliberativo, em sessão de 05/02/1968 em Belém)”³⁰.

Com afincos, a região era promovida em rodadas de negócios e chamamento público de investidores, inserido finalmente, a Amazônia na lógica global. Soares (2021) corrobora com essa discussão esclarecendo que na ocupação da Amazônia, percebe-se que a atuação das elites locais favoreceram a “diluição” da região, coniventes com o projeto do governo militar. Assim, o autor ressalta que parte da própria população local no interior da Amazônia preferiu o projeto econômico do que oferecer resistência ao avanço e dominação do capital [especialmente internacional, não excluindo os financiamentos de grandes empresários brasileiros, como será visto adiante].

É importante atentar-se aqui, portanto, que a expansão do capital sobre dinâmicas regionais foi possível pelo fato do projeto de ocupação ter encontrado apoiadores no interior da região. Sobretudo, políticos locais se aproximaram e aderiram aos projetos militares para a região. Contudo, os agentes políticos da Amazônia vieram a perceber tardiamente que os grandes projetos representaria, na verdade, a perda do controle político e das dinâmicas amazônicas (Soares, 2021).

A Figura 5 retrata um anúncio da SUDAM para investidores, fazendo uma analogia às lendas amazônicas, a publicação diz “Chega de lendas, vamos faturar!”, evidenciando as violações socioculturais que seriam propiciadas [e causadas] pelo Estado Brasileiro aos territórios da Amazônia com a imposição de uma dinâmica industrial e capitalista. A publicação apresenta ainda a ilustração de atividades econômicas como indústria e pecuária desenhadas sobre a Amazônia Legal. É imprescindível atentar-se ainda ao conteúdo da mensagem escrita, como se observa:

³⁰ Fonte: Loureiro (2019, p. 82).

“Muitas pessoas estão sendo capazes, hoje, de tirar proveito das riquezas da Amazônia. Com o aplauso e o incentivo da SUDAM. Com o aplauso e incentivo do Banco da Amazônia. O Brasil está investindo e oferecendo lucros para quem quiser participar desse empreendimento. A Transamazônica está aí: a pista da mina de ouro. Comece agora, faça sua opção pela SUDAM. Aplique a dedução do seu imposto de renda num dos 464 projetos econômicos já aprovados pela SUDAM. Ou então apresente seu próprio projeto (seja ele industrial, agropecuário, ou de serviços). Você terá todo o apoio do Governo Federal e dos governos dos Estados que compõem a Amazônia. Há um tesouro à sua espera. Aproveite. Fature. Enriqueça junto com o Brasil. Informe-se nos escritórios da SUDAM e nas agências do Banco da Amazônia”.

O anúncio esclarece que os possíveis investidores teriam vantagem fiscal, com a dedução do investimento no Imposto de Renda, além de todo o apoio do Governo Federal e estaduais. A mensagem finaliza reafirmando a o caráter utilitarista e mercadológico da ocupação amazônica, incentivando: “Fature e enriqueça junto com o Brasil”.

Figura 5. – Anúncio do Banco da Amazônia e da SUDAM de incentivos fiscais para investidores

Muitas pessoas estão sendo capazes, hoje, de tirar proveito das riquezas da Amazônia. Com o aplauso e o incentivo da SUDAM. Com o aplauso e o incentivo do Banco da Amazônia. O Brasil está investindo na Amazônia e oferecendo lucros para quem quiser participar desse empreendimento. A Transamazônica está aí: a pista da mina de ouro. Comece agora. Faça sua opção pela SUDAM. Aplique a dedução do seu imposto de renda num dos 464 projetos econômicos já aprovados pela SUDAM. Ou então apresente seu próprio projeto (seja ele industrial, agropecuário, ou de serviços). Você terá todo o apoio do Governo Federal e dos governos dos Estados que compõem a Amazônia. Há um tesouro à sua espera. Aproveite. Fature. Enriqueça junto com o Brasil. Informe-se nos escritórios da SUDAM e nas agências do Banco da Amazônia.

Chega de lendas, vamos faturar!

MINISTÉRIO DO INTERIOR
SUPERINTENDÊNCIA
DO DESENVOLVIMENTO
DA AMAZÔNIA SUDAM

BANCO DA AMAZÔNIA S.A.

Fonte: Revista Piauí (2022).

A SUDAM realizou propagandas da Amazônia de forma intensiva, sempre comunicando a possibilidade de rentabilidade com a ocupação da região pelos empreendimentos industriais. A expressão histórica “abertura da Amazônia” revela uma dominação, como se os militares tivessem a chave da sua propriedade e estivessem naquele momento abrindo o seu bem para a venda. De fato, foi isso que aconteceu, a Amazônia era comercializada pelo Estado Brasileiro (Loureiro, 2019).

A capa da “Revista SUDAM” em 1971 estampava uma Amazônia em transformação, deixando no passado a floresta em pé e direcionando um futuro industrial, com a supressão vegetal. Com isto, o Governo Federal explicitava os planos da “Operação Amazônia”. A Figura 6 demonstra a publicação de 1971 em mais uma campanha do Estado Brasileiro.

Figura 6. Capa da Revista SUDAM com ilustração de uma Amazônia em transformação



Fonte: Revista Piauí (2022).

Loureiro (2019) esclarece que os subsídios, com incentivos fiscais para investidores foram regulamentados pela Lei nº5.175/1966, buscando capital e revelando-se como um fator crucial para o sucesso dos empreendimentos buscados para a Amazônia. Inicialmente, concedidos para a indústria, os incentivos foram estendidos para a agropecuária e outros setores, que poderiam obter isenção sobre as exportações de produtos regionais e para importação de maquinário e créditos no Imposto de Renda.

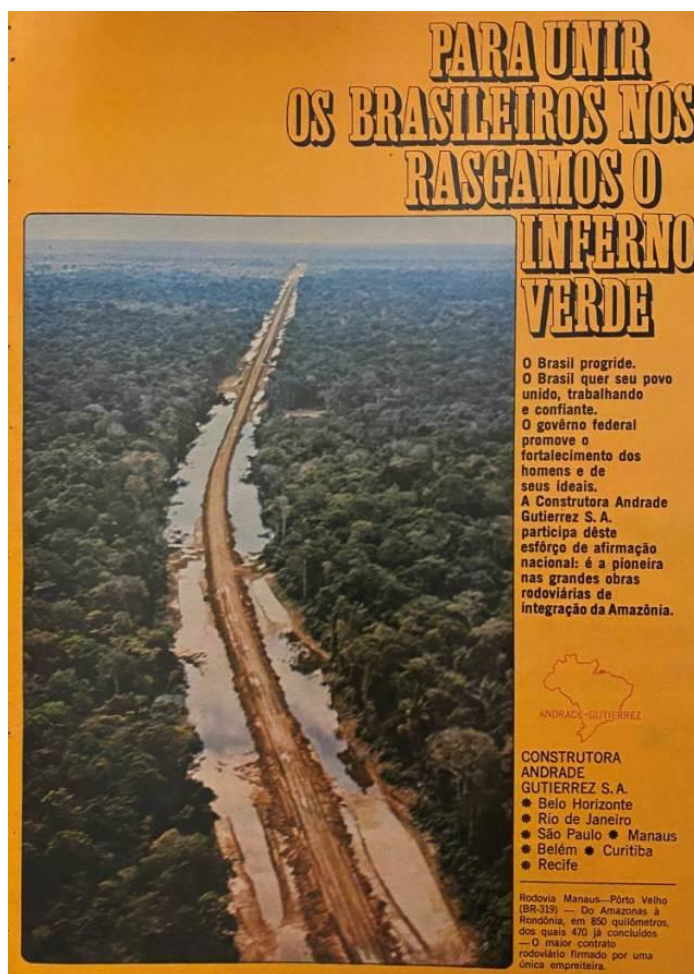
Os incentivos fiscais revelaram-se atrativos para o mercado empresarial, pois, além das vantagens fiscais, o Estado responsabilizou-se pela construção da infraestrutura necessária, possibilitando um lucro líquido para as empresas sobre as operações desse novo mercado.

A Figura 7 apresenta uma publicação da construtora “Andrade Gutierrez”, que veicula um conteúdo de natureza semelhante àqueles difundidos pela SUDAM, classificando a Amazônia como “inferno verde”, anunciando:

“Para unir os brasileiros, rasgamos o inferno verde. O Brasil progride. O Brasil quer o seu povo unido, trabalhando e confiante. O governo federal promove o fortalecimento do homem e de seus ideais. A construtora Andrade Gutierrez participa deste esforço de afirmação nacional: é pioneira nas grandes obras rodoviárias de integração nacional”

A presença do capital estrangeiro na Amazônia como financiadores dos planos estatais, e conseqüentemente, a participação no controle das dinâmicas locais, era uma certeza responsiva aos chamamentos dos militares. Grupos empresariais internacionais de países hegemônicos encontravam no Estado Brasileiro a correspondência que desejavam para conquista, participação e apropriação dos recursos naturais da maior floresta tropical do mundo, com ajuda do Governo para tal.

Figura 7. Anúncio da Construtora Andrade Gutierrez sobre a construção da Transamazônica



Fonte: Instituto “O Eco” (2020).

De certo, os países hegemônicos se fizeram presentes no controle dos territórios amazônicos desde a colonização, quando o europeu adentrou esse ambiente até então conhecido somente pelos residentes nativos – os indígenas. O ideal colonizador de outrora revivia nos instrumentos legais para ocupação empresarial da Amazônia dos anos 60 e 70 uma nova possibilidade de fixar-se e desenvolver a acumulação de capital.

A Figura 8, com a imagem de uma retroescavadeira realizando a supressão da vegetação, demonstra um anúncio empresarial em nome do “desenvolvimento” da região, agora de um agente internacional – o Banco de Londres. O texto publicado utilizando-se o retrato da destruição vegetal, revela a presença da organização na Amazônia desde 1901, ou seja, muito antes do próprio Estado Nacional sob a atual organização. Isso deflagra que o controle internacional sobre a região nunca cessou, em outra perspectiva, não precisa de estímulos para a sua instalação, pois sempre esteve presente na Amazônia,

perfazendo o seu controle. Assim, o Banco de Londres manifesta o seu apoio aos novos projetos:

“Esta estrada vai passar por uma agência do Banco de Londres. Quando a Transamazônica chegar a Manaus, ela vai encontrar uma agência bancária que já estava lá desde o dia 6 de novembro de 1901. Naquele tempo, os apelos para o desenvolvimento eram feitos pelo então Presidente Campos Sales. O Banco de Londres atendeu ao apelo e compareceu à região para incentivar o progresso e a exportação que começavam a florescer. Hoje os tempos mudaram. As novas medidas do Governo Médici para a integração definitiva da Amazônia, principalmente a Transamazônica, criaram novas responsabilidades para os setores de crédito e financiamento. Mas estamos preparados para acompanhar o novo ritmo de desenvolvimento que contagia a região. Afinal, não é isto que vai assustar um Banco que tem 70 anos de experiência na Amazônia”.

Figura 8. Anúncio da presença do Banco de Londres na Amazônia



Fonte: Instituto “O Eco” (2022).

Os projetos do Regime Militar espalharam-se por todos os estados da região norte, revelando o sucesso nos planos da “Operação Amazônia”.

Por um lado, a inserção de capital e investimentos para a economia nacional e infraestrutura básica na Amazônia era bastante salutar, mas a literatura demonstra que o período revela a omissão do Estado quanto ao seu papel para com a população brasileira, especialmente em regiões mais vulneráveis, como o ambiente em questão. Ao invés disso, buscava melhorias e condições para o desenvolvimento do setor industrial, ou seja, de uma minoria de empresários da elite da época. Desta forma, no período do Regime Militar (1964-1985) a SUDAM obteve êxito na instalação de empreendimentos, com incentivos fiscais. A Tabela 1 demonstra o número de projetos atendidos nessa época, entre aprovados e aqueles já existentes que foram beneficiados pelas isenções.

Tabela 1. Projetos do Governo Civil-Militar para a Amazônia Legal

Unidade Federativa	Indústria	Agropecuária	Mineração	Serviços	Total
Amazonas	142	36	02	133	296
Acre	09	22	-	04	35
Roraima	08	08	-	02	18
Rondônia	16	13	-	06	35
Amapá	07	33	-	06	46
Maranhão	51	41	-	06	98
Goiás	06	64	-	06	76
Mato Grosso	14	344	04	11	373
Pará	186	303	06	57	532
Total	439	864	12	103	1.418

Fonte: Adaptado de Loureiro (2019 p.192).

A distribuição dos projetos econômicos contemplados pela “Operação Amazônia” revela que o estado do Pará foi, de longe, o que recebeu mais beneficiados. Entre os setores, percebe-se que a agropecuária obteve largamente mais desenvolvimento, seguida da indústria. Outro dado que merece atenção é a atividade de mineração, com seis projetos subsidiados no estado do Pará, ambiente desta pesquisa.

Por meio de inúmeros programas e planos de atração de investidores e capital para a Amazônia, o Governo Militar prometia a modernização da região, fazendo a população acreditar que obras estratosféricas de infraestrutura básica [para a indústria] e a implantação de grandes empreendimentos

industriais eram sinônimo de desenvolvimento e progresso (Malheiro, 2015; Loureiro, 2019).

O Quadro 1 demonstra os principais planos traçados e executados para o desenvolvimento nacional, com desdobramentos na região amazônica.

Quadro 1. Planos do Governo Militar para o Desenvolvimento Nacional

Programas	Anos	Ações na Amazônia
Operação Amazônia		
Plano de Valorização Econômica da Amazônia	Constituição de 1946	
1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento	1967 - 1971	
1º Plano Nacional de Desenvolvimento - PND	1972-1974	Ocupação e Incentivos Fiscais
Programa de Integração Nacional - PIN		Rodovias e Proterra – Programa de Distribuição de Terras
2º Plano Nacional de Desenvolvimento - PND	1975-1979	

Fonte: Adaptado de Loureiro (2019 p.192).

Nos últimos anos do período militar, entre 1975 e 1979, foi realizado o 2º Plano Nacional de Desenvolvimento (2º PND), colocando em prática o “Programa de Polos Agropecuários e Minerais da Amazônia – Polamazônia”, cujo programa buscava fortalecer o desenvolvimento de negócios, organizados como polos, em regiões propícias às atividades de agropecuária, agroindústria e mineração, principalmente. Para isso. Como resultado, foram criados 12 polos na Amazônia, com destaque dos seguintes: a) No Pará: Polo de Carajás, Trombetas, Altamira e Marajó; b) No Maranhão: Polo Pré-Amazônia Maranhense; c) No Amazonas: Polo de Juruá, Solimões e Médio-Amazonas (Loureiro, 2019).

Com o fim do período de intervenção militar, na década de 1990 a SUDAM perde a sua força executiva, que antes centralizava as decisões territoriais da Amazônia. Contudo, a restauração do Estado Democrático de Direito freia o militarismo, mas não o avanço do capital sobre a Amazônia. Pelo contrário, os “Grandes Projetos” em operação e os diversos movimentos de ocupação, com aumento gradativo, intensificaram as atividades econômicas na floresta tropical, expandindo as fronteiras amparadas no extrativismo.

Malheiro (2015) ressalta que as fronteiras [especialmente amazônicas] revelam-se como espaços em que ocorrem, simultaneamente, a acumulação

de capital, exploração e violências do trabalho, controle de recursos naturais e a formação de latifúndios. Reforçadas com conflitos de diversas naturezas, as fronteiras se sobrepõem aos territórios.

A formação de espaços com reprodução de violações em face da acumulação do capital, revelando o caráter do utilitarismo extremo da região, é classificado por Lima e Silva (2017) como “territórios do pessimismo”, nos quais prevalecem a exploração econômica e expropriação territorial. Neste sentido, é sabido que a formação desses espaços ocorreu com apoio e ação direta do Estado, por meio dos diversos programas e planos desenvolvidos para construção da infraestrutura necessária e exigida pelas grandes hegemonias econômicas presentes na Amazônia brasileira.

Assim, os territórios amazônicos eram desenhados primeiramente pelo capital internacional, por povos dominados e pelas ações de ordenamento traçadas por agentes políticos externos a estes territórios, na forma de planos e programas de desenvolvimento, como lembra Saquet (2020):

O Estado ordena vastos espaços por meio da soberania e das relações internacionais. Há também externalidades econômicas estabelecidas pelas empresas, facilitadas pelas tecnologias e redes. O espaço é reordenado historicamente, envolve empresas, sindicatos, igrejas, partidos políticos, associações, Estado, revelando múltiplos jogos de poder e diferenciação espacial. As redes de relações ultrapassam as células, fronteiras e nações, significando mobilidade na geografia do poder que envolve o Estado e relações internacionais, hierarquias, controles e regulações (Saquet, 2020, p.26).

Desta forma, diferentes dinâmicas humanas e ecológicas foram suprimidas por aquelas advindas do capital – as dinâmicas econômicas – que em todo o curso temporal se impuseram de forma prevalente sobre a região. Sob o domínio das forças do capital no ordenamento territorial, o ambiente foi construído por relações de poder entre os atores ali inseridos, com diferentes perspectivas e intenções sobre o espaço, relacionando-se de formas distintas com o ambiente e entre si. Irrefutavelmente, os ocupantes do ambiente possuem forças diferentes, produzindo embates [invisíveis e visíveis, sob a forma de conflitos violentos] quanto ao uso dos recursos territoriais e dos limites de cada agente, resultando na complexidade, própria da Amazônia.

O embate resultante das diferentes projeções e forças entre os atores sobre o território propicia a formação daquilo que entende-se como “campos de

forças”, que é a luta pela dominação e imposição sobre as dinâmicas locais. O sociólogo Pierre Bourdieu, ilustra o processo de formação dos campos na “Teoria dos Campos”³¹.

Sem o aprofundamento merecido, se faz necessário aqui lembrar as contribuições de Bourdieu ao entendimento das forças que se estabelecem em um território, especialmente pelo fato de o sociólogo investigar o papel e atuação do Estado, assim como as relações por ele estabelecidas. Para o autor, a obediência às imposições, assim como o que esperamos do Estado, se dão pela nossa crença em seu papel.

Para Bourdieu, o espaço público também é influenciado por essa crença - o que confere clareza entre o público e o privado, são formas simbólicas. Isso permite com que o Estado exerça uma de suas funções, que é a produção das classificações sociais.

Posto isso, é possível expandir a cognição sobre as formas de atuação estatal no ambiente amazônico, e entendermos ainda que, possivelmente Estado não é neutro e nem age pelo bem-estar social (essa concepção pode ser simbólica). Um exemplo claro de ato do Estado é “a autoridade com que são dotados, que, gradualmente, por uma série de delegações em cadeia, remete a um lugar último” (Bourdieu, 2014 p.40).

Em sua visão, o ambiente social é entendido como um campo, no qual os participantes estipulam uma competição devido a desigualdade de recursos entre eles, projetando o poder medido com base na quantidade de “capital” de cada ator.

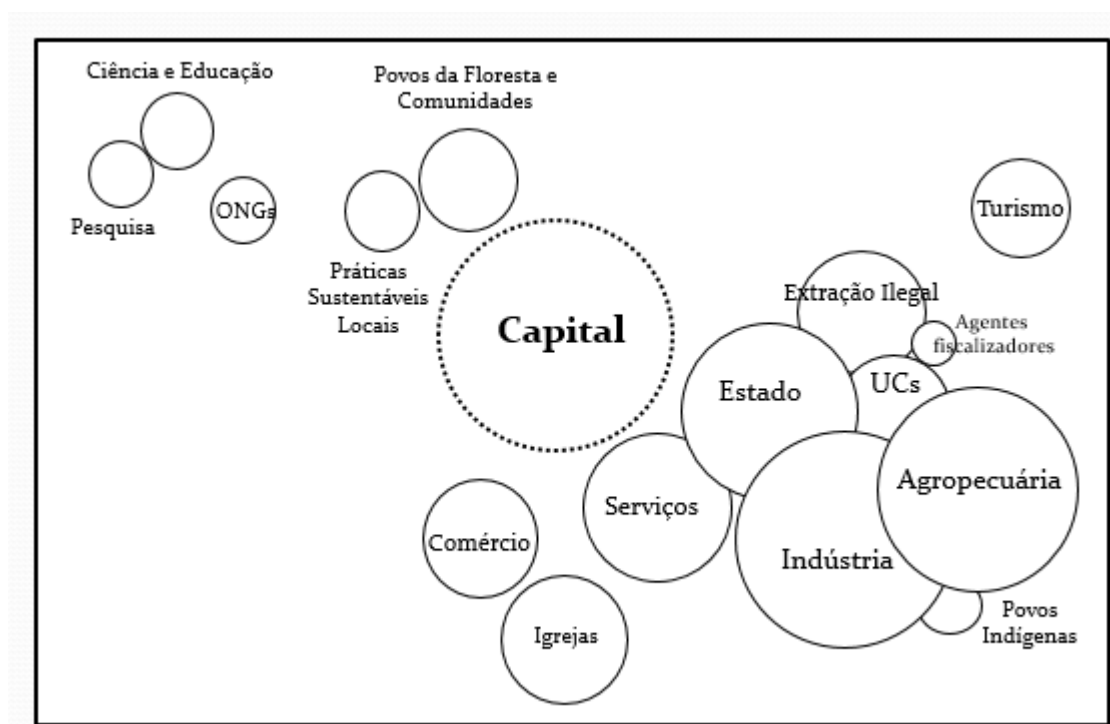
Sob essa óptica, é possível compreender com maior clareza como se estabeleceram as dinâmicas e os territórios amazônicos, assim como as violências inerentes aos processos de formação desse ambiente em decorrência das políticas de ocupação territorial, com povoamento em função do capital.

A Figura 9 demonstra a projeção dos campos de forças estabelecidos na Amazônia sob a leitura do autor. É necessário um olhar atento e a observação acerca das fronteiras que se desenham nesse ambiente, assim como as

³¹ A Teoria dos Campos escrita por Pierre Bourdieu, sociólogo e filósofo francês, esclarece, à luz da realidade observada em Paris, a configuração do espaço ocorre em função do capital “econômico” e “cultural”, produzindo uma disputa no espaço, sendo dominado por aquele que possui mais recursos, a classe dominante.

diferentes intensidades das forças exercidas pelos atores, com projeções em tamanhos proporcionais às suas forças. Em uma imagem comum à toda a Amazônia, percebe-se o capital em destaque sobre a agropecuária e indústria, setores que são protagonistas do desenvolvimento territorial, diminuindo o campo do Estado e da conservação da sociobiodiversidade. Outros campos produzidos com forças muito inferiores àsquelas em torno do capital, são representados soltos no ambiente, como “Ciência e Educação” e “Pesquisa”. Essa representação apresentada aqui foi concebida pelo pesquisador à partir de sua observação como agente participante e inserido no contexto em que se levantou os dados da pesquisa. Ressalta-se que o cenário projetado, embora guarde especificidades do ambiente estudado, pode ser percebido como comum à toda Amazônia, no qual se observa a centralidade do capital ordenando as disputas e os próprios campos que se estabelecem pelo uso dos recursos e territórios.

Figura 9. Campos de forças projetados na Amazônia



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Souza (2019), Bourdieu (2014, 2020).

Souza (2019) ressalta que o poder inerente aos ambientes sociais pode estabelecer fronteiras com demarcações diferentes, mais fortes ou mais fracas, sem a possibilidade de subordinar totalmente as forças. Os ambientes divididos entre o ecológico e o social, ou seja, a inserção da sociedade em ambientes

naturais, abarcando as dinâmicas humanas, é classificado como “geo(ecossistemas)”, onde as relações de poder podem estar ligadas à dominação, ou independentes, quando observa-se uma democracia radical (Souza, 2019 p.79).

Para Santos (2021), a história do Brasil apresenta-se como a compilação das histórias de cada região, sendo necessário uma separação por períodos para entender a formação dos seus territórios, que têm a industrialização como vetor principal, cujo capital estrangeiro adentra o país em consequência de estímulos governamentais na busca do aumento de indústrias em seu território. As fases e períodos elencados são:

- Cenário externo estável, com capacidade de importar; entrada de capital estrangeiro e reduzidos investimentos do governo: Entre 1903 e 1913; 1920 e 1929.
- Encolhimento do comércio mundial, sem muito investimento interno do governo, mas com busca de crédito de fomento: Entre 1933 e 1939.
- Processo intensificado de industrialização e substituição das importações e planos econômicos: Entre 1946 e 1964.
- Fase de desenvolvimento associado dependente: Intensificação a partir de 1964 (Muescu, 1985 *apud* Santos; Silveira, 2021).

A industrialização foi vetor de acesso do capital estrangeiro à Amazônia, por meio de investimentos internacionais, o que fez com que o Brasil consagrasse o controle da região aos seus financiadores. Isso aconteceu com e por meio do aval estatal, que na década de 60 apostava nos recursos externos uma salvação para o almejado desenvolvimento brasileiro, que encontrava-se estagnado.

Obstante do desenvolvimento nacional buscado com os planos de modernização da região, na prática instalaram-se atividades pontuais e espaçadas, com infraestrutura mínima e escassa mão de obra. O projeto desenvolvimentista com maior êxito foi o início dos arranjos produtivos locais, sob a denominação de “polos”, como a mineração.

A aposta na indústria como “molas propulsoras” do desenvolvimento acabou fortalecendo o caráter e natureza financeira da região, seja com a apropriação e expropriação de recursos naturais, exploração da força de trabalho local, ou pela geração de receitas aos municípios. Assim, formavam-

se os territórios amazônicos em torno de uma forma inescrupulosa do capital: apropriação dos recursos naturais e bens comuns, uso de incentivos fiscais, trabalho escravo ou sob condições degradantes, exportações crescentes, aumento gradativo de riquezas e capital, com evasão de fronteiras nacionais, ou seja, o capital era investido em outros países. Essa dominação das dinâmicas locais e imposição da lógica produtivista à região, constituiu os chamados “Territórios Econômicos”, nos quais o “capital” passou a gerenciar o “social” (Acseirad, 2018).

O avanço das atividades econômicas e a formação de territórios de diferentes naturezas acontece em intersecção com o aumento gradativo do desmatamento como resultado do processo de destruição ocasionado pelo erguimento das fronteiras internacionais sobre a Amazônia.

Nos últimos anos, alarga-se o uso do solo para pecuária e monoculturas, especialmente a soja, e as atividades ilegais [criminosas], especialmente de extração de madeira, resultando na retomada do desmatamento, que teve aumento de 50% entre 2015 e 2016 em relação à 2014, deixando para trás o resultado positivo que o Brasil havia alcançado nas taxas de desmatamento em 2012. O período compreendido entre 2004 e 2012 foi marcado por um grande avanço na redução da supressão vegetal na Amazônia, saindo de um patamar de 27 mil km² em 2004 para 4 mil km² em 2012, feito que foi considerado pelo ONU como a maior medida já alcançada internacionalmente para o combate às mudanças climáticas, feito que fora alcançado por meio da implementação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm)³², programa do governo federal com parcerias e captação de recursos externos para a preservação do bioma amazônico (Abramovay, 2020; Coelho-Júnior, 2022).

Entretanto, nos anos seguintes, até 2016, houve um aumento de 75% do desmatamento na região, como consequência da aliança realizada pelo governo progressista, cuja Presidente governou entre 2011 e 2016, com

³² O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) foi criado na forma de Grupo Permanente de Trabalho Interministerial (GPTI) por meio de Decreto s/nº de 03/07/2003 sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República até 2013, passando posteriormente a ser chefiado pelo Ministério de Meio Ambiente (MMA) conjuntamente com as Forças Armadas, cuja alteração foi regulamentada pelo Decreto nº7.957 de 12 de Março de 2013.

ruralistas e do processo de revisão do Código Florestal³³, que apresentou anistia aos crimes de desmatamento anteriores.

O período compreendido entre o último mandato do Presidente Progressista do Partido dos Trabalhadores e o primeiro mandato da Presidente do mesmo partido, foi desastroso para o meio ambiente – no tocante à preservação e proteção de áreas naturais, com especial ameaça à região amazônica. Nesse período, uma área de 45 mil km² perdeu o estatuto de Área Protegida por meio de Medidas Provisórias do Governo Federal que promoveu processos de RDR – Redução, Declassificação ou Reclassificação de Áreas Protegidas (Marques, 2018).

Esses processos atingiram a bacia do rio Tapajós, no oeste do Pará, onde o governo reduziu oito Unidades de Conservação, para atender planos de construção de novas hidrelétricas, atividade que é responsável, historicamente, por inúmeros processos de RDR na Amazônia³⁴.

No sentido oposto do cenário recente de desregulamentação de áreas protegidas, entre 2003 e 2009, o Brasil havia ampliado em 75% as áreas de proteção em comparação ao resto do mundo. Em tempo, é importante lembrar que as Unidades de Conservação tiveram o seu papel e [garantias – como deveria ser] ampliadas no Brasil a partir da regulamentação em 2000, com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da natureza³⁵, que orienta as unidades federais, estaduais e municipais (Abramovay, 2020).

O combate ao desmatamento, com especial atenção às atividades ilegais, devem pautar o projeto de governo dos países que abrigam a floresta

³³ A Lei nº 12.651 de 2012 realizou a revisão do Código Florestal, com afrouxamento de medidas e sanções, em decorrência de exigências do agronegócio. Entre outras alterações, o instrumento diminuiu em 58% os passivos ambientais do Brasil, ou seja, desobrigando áreas desmatadas ilegalmente de serem restauradas pelos proprietários de Reservas Legais e entornos de cursos de água (Marques, 2020 p.119-120).

³⁴ Entre 2008 e 2018, foram reduzidos 12.400km² de Áreas Protegidas por declassificação e 31.700 km² por redução, com expectativas de perda de mais 21 mil km² na Amazônia por projetos que tramitam no Congresso Nacional. A exemplo disso, o PL 3682/2012 solicita 10% de áreas estritamente protegidas para destinar à mineração, e ainda, proibição de decretação de novas áreas protegidas em locais de alto potencial mineral ou hidrelétrico (Marques, 2018).

³⁵ Lei nº9.985 de 18 de Julho de 2000 – Sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), definindo as categorias das Unidades em dois tipos: a) De Proteção Integral, b) De Uso Sustentável. A lei esclarece também os agentes responsáveis pela gestão e fiscalização das áreas, sendo: Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) na esfera federal, além dos órgãos ambientais estaduais e municipais.

tropical úmida, especialmente o Brasil, que possui a maior parte desse bioma em seu território.

Para Abramovay (2020), a concepção do SNUC é um modelo, no entanto, ele não garante a preservação ambiental devido ao abandono dessas áreas pelo Estado, de forma “nefasta”, comprometendo o papel do país no panorama internacional de gestão ambiental.

Para o cientista, é importante notar dois fatores que contribuem para a desmobilização do SNUC, sendo: 1) Econômico, com ausência de orçamento suficiente e 2) Social, sem a inserção satisfatória da população nas áreas protegidas. Esses elementos revelam-se como determinantes na desarticulação da gestão ambiental em áreas de proteção, criando uma infraestrutura incapaz para cumprir a regulamentação ambiental, ampara ainda pela falta de informação, que reforça a distância entre a sociedade civil e a preservação ambiental no Brasil.

À vista disso, o enfraquecimento da preservação da Amazônia, assim como de todos os outros biomas brasileiros, revela-se por um projeto intencional do Estado para fazer avançar o uso do solo para atividades predatórias, fortalecendo as fronteiras extrativistas.

Os dados mais recentes são alarmantes e revelam a emergência no reforço da fiscalização ambiental e instrumentos de regulamentação, os quais perderam força nos últimos anos (entre 2018 e 2022) sob a gestão de um governo de extrema direita, que operou ações escandalosas para o campo da preservação ambiental, especialmente da Amazônia.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) revelou que entre 2020 e 2021, em apenas um ano, o desmatamento alcançou mais de 13 mil km², a maior taxa em 15 anos (Coelho-Júnior, 2022)

Os relatórios do Instituto Imazon alarmam para a escalada da extração ilegal de madeira em toda a Amazônia, como se observa pelas publicações em seu *site*:

- a) Mais da metade da área de exploração madeireira no Pará não foi autorizada pelos órgãos ambientais (14/09/2021).
- b) Aumento de 13% de desmatamento no interior e no entorno das áreas protegidas na Amazônia em um ano (16/09/2021).

- c) Área com exploração madeireira não autorizada no Amazonas chegou a pelo menos 18 mil campos de futebol em apenas um ano (08/10/2021).
- d) Ilegalidade da exploração madeireira em Mato Grosso chega a 38% (22/10/2021).
- e) Extração ilegal de madeira cresce 11 vezes em terras indígenas no Pará (21/09/2022)

Os planos federais mais recentes para a Amazônia, bastante caracterizados pelos “Grandes Projetos”, feito maior do Estado Nacional para a região, revelaram-se como ditatoriais, característica da gestão militar e perpetuados na história do país.

O aparato estatal, por meio de decretos e leis, impunha modificações e determinações e o desenvolvimento da Amazônia prosperava à luz de novas oportunidades de um mercado em formação e com produtos naturais valiosos para todo o mundo. Enormes parques industriais eram instalados e entravam em operação na “selva” agora dominada, com gradativas chegadas de populações vulneráveis em busca de oportunidades de emprego, cujos movimentos migratórios constituíam-se por pessoas saídas de lugares ainda mais pobres: o Nordeste.

Se por um lado, os anúncios do exitoso Plano de Valorização da Amazônia, prometiam ouro, lucros e oportunidades de acumulação de capital para investidores, o outro lado da mesma história consistia em uma população miserável, sem educação e condições dignas de vida, e sem acesso aos serviços básicos, que agora povoava a região para operar os grandes projetos do capital estrangeiro na Amazônia, estabelecendo-se à margem de tais empreendimentos.

É verdade que o sucesso dos “Grandes Projetos” dinamizou a ocupação e o mercado local, regional e nacional, transformando-se na base do desenvolvimento econômico da Amazônia, mas é igualmente verdadeiro o fato de que esses empreendimentos instalaram-se em áreas naturais, de vegetação nativa e muitas vezes com espécies endêmicas, provocando o desmatamento e a fragmentação da cobertura vegetal, como no caso dos castanhais no Sudeste do Pará, localizados em terras indígenas e suprimidos para a abertura de áreas de mineração.

As consequências da ocupação imediatista e presunçosa foram desastrosas também no campo social, em vista de imposições e alterações na vida da população amazônica: nativos, povos originários, ribeirinhos, comunidades tradicionais e homens do campo perdiam as terras e tornavam-se despejados, por meio de decretos de desapropriação, obrigando-os a buscar emprego nos novos empreendimentos.

Sobretudo, ao adentrar na história da ocupação da Amazônia, especialmente no Brasil, e se aproximar da relação Estado-homem-natureza (Loureiro, 2019), depara-se com uma complexidade construída por diversos fatores e impulsionada por um Poder Público que afasta-se do “Estado de Bem Estar Social”, privilegiando o capital face às populações vulneráveis.

Esse panorama geral revela desdobramentos oriundos dos movimentos de povoamento, demonstrando uma Amazônia complexa, tanto no estabelecimento de fronteiras econômicas, como em suas relações delicadas entre homem-natureza, portanto, as fronteiras sociais, invisibilizadas pela ordem dominante – a acumulação e reprodução do capital – que encontrou na Floresta Tropical Úmida as condições ideais para assentar as fronteiras do extrativismo [e neoextrativismo, com a fabulação da modernização e progresso].

Assim, chega-se a uma “Amazônia do século XXI”, que é muito bem descrita por Ioris e Ioris (2022) no que segue:

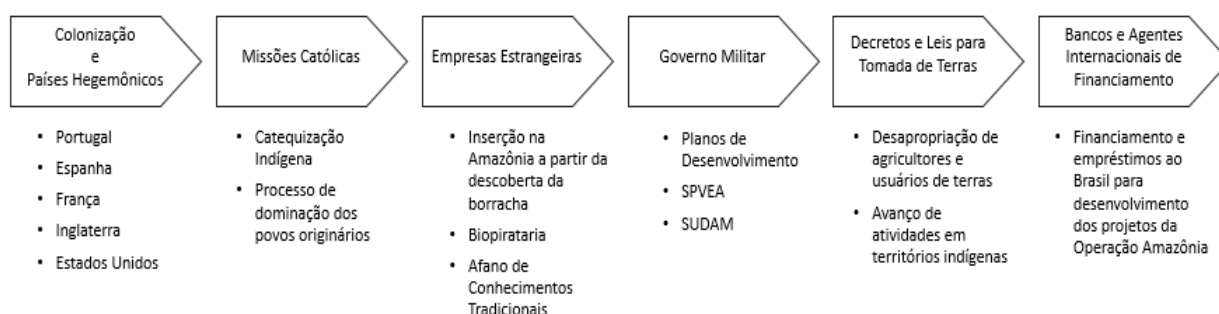
“Muito além das imagens estereotipadas de fragilidade e incomensurabilidade, a Amazônia ocupa o centro das controvérsias globais contemporâneas sobre desenvolvimento, democracia, estado de direito e desavença entre as dimensões humanas e mais-do-que-humanas da natureza. Ao invés de ser um mundo à parte, a Amazônia foi, desde sempre, *locus* privilegiado da história do capitalismo e área de cobiça de sociedades estrangeiras que ali se dedicaram a explorar as vidas e riquezas locais” (Ioris; Ioris, 2022 p.15).

A Figura 10 demonstra os principais marcos temporais e determinantes na história da Amazônia brasileira, os quais foram abordados neste capítulo. Pelo olhar do pesquisador, os fatos históricos, decorrentes de ações antrópicas, podem ser organizados em uma linha de sucessão, ainda que alguns sejam concomitantes e estendem-se para além da sua delimitação, como por exemplo, a presença de agentes e empresas internacionais, que

sempre estiveram presentes no controle das fronteiras, não ocorrendo pontualmente.

Outro fator que precisa ser pontuado é que a colonização do território, embora tenha sido Portugal o país colonizador, em um sentido mais epistemológico, entendemos que a região tropical foi colonizada por cada país que ingressou em suas terras com intento de apropriação dos recursos da biodiversidade e de conhecimento tradicional, escravização dos povos locais, e por fim, biopirataria de espécies que eram saqueadas de território brasileiro e comercializadas em seus países.

Figura 10. Marcos históricos da construção do ambiente amazônico



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

As fronteiras do extrativismo foram determinantes para o estabelecimento das relações na Amazônia, sobretudo, para o engendramento da sua complexidade ambiental, baseada nas atividades predatórias, na expropriação e na disseminação da desigualdade entre as populações.

Os próximos capítulos avançam para a continuidade dessa discussão no tocante ao ambiente amazônico e os aspectos da democracia ambiental.

4. DIAGNÓSTICO SOBRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL POR MEIO DA FERRAMENTA CLEAR

A pesquisa fez uso da ferramenta “C.L.E.A.R”, uma metodologia internacional de investigação desenvolvida pelo Conselho da Europa, que permite a construção de um diagnóstico da participação social em nível local.

O método, em sua concepção, foi desenhado de forma que estipula perguntas de diferentes naturezas, as quais devem ser respondidas para chegar-se a um diagnóstico assertivo sobre o estágio de participação social no contexto em que se aplica o instrumento.

Segundo Evans *et al.* (2013) *apud* Oliveira *et al.* (2016), a ferramenta “capacita os governos locais a diagnosticar os pontos fortes e fracos de suas iniciativas de participação pública”. E ainda, segundo os autores, “a ferramenta oferece a oportunidade de identificação das falhas estruturais referentes à participação popular nas políticas aplicadas, possibilitando à partir do diagnóstico, a adoção de medidas corretivas, visando a melhoria da participação.

O instrumento vem sendo testado em diversos países europeus, e entre 2005 e 2006, foi aplicada em 23 municípios de cinco países (Finlândia, Países Baixos, Noruega, Eslováquia e Espanha) com o objetivo de identificar a qualidade da participação e do engajamento comunitário nesses países, além de realizar uma avaliação da ferramenta para o seu aperfeiçoamento (Evans *et al.* 2013 *apud* Oliveira *et al.* 2016).

De acordo com Oliveira *et al.* (2016), o desenvolvimento da ferramenta C.L.E.A.R é um “marco importante”, pois, segundo os autores:

“Mais do que tentar aproximar a administração pública das demandas da sociedade, torna-se relevante por buscar aproximar a sociedade da gestão pública. Afinal, a participação social e o protagonismo da sociedade civil são essenciais para o aperfeiçoamento da atuação das entidades públicas, pois asseguram maior convergência entre a ação governamental e as demandas sociais, algo essencial para a efetividade das políticas públicas” (Oliveira *et al.* 2016. p.46-47).

A ferramenta apresenta cinco dimensões de questões que devem ser levantadas e respondidas de forma a resultar em um estudo sobre as condições estruturais e conjunturais, ou seja, fatores que facilitam ou dificultam

com que a população exerça a participação, e assim, o município consiga promover uma democracia participativa.

Para obtenção das informações necessárias, os pesquisadores podem recorrer à diferentes técnicas de levantamento de dados, dentre os quais, o autor da presente pesquisa entende que a centralidade do diagnóstico encontra-se em alcançar a população e conhecer a concepção de participação para a sociedade civil. Sobretudo, de forma que objetiva-se esclarecer, ou aprimorar uma relação entre cidadãos e o poder público local, percebe-se que tão essencial quanto a escuta da sociedade civil, se faz também o levantamento de informações junto aos governantes, já que estes são os principais responsáveis pelo processo de formulação de políticas públicas e de promoção de instrumentos participativos. Para isto, a presente investigação contemplou a realização de entrevistas com representantes do Poder Público Executivo de Parauapebas.

Desta forma, a Ferramenta C.L.E.A.R possibilita a fundamentação adequada a esta pesquisa e foi escolhida pelos critérios a saber: a) é um instrumento que exige dados de várias camadas, necessariamente. Tendo que escutar a sociedade civil, o Poder Público e fazer uso de dados oficiais; b) Consiste em uma investigação específica à participação social; c) Permite uma liberdade de escolha quanto aos métodos de levantamento de dados e as adaptações necessárias a cada contexto; d) A sua estrutura estabelece uma investigação de diversas causas para a fragilidade da participação; e) Trata-se de um instrumento elaborado por uma instituição voltada à promover a participação, especialmente no âmbito de municípios europeus, ou seja, é adotada, testada e validada em um contexto internacional; f) A aplicação de um instrumento europeu, que já encontra-se em estágio avançado nessa discussão, ao contexto amazônico, permite a aprendizagem no processo e a inovação no uso da ferramenta no município de estudo.

4.1. Ferramenta “C.L.E.A.R” para diagnóstico da Participação Social

O Conselho da Europa³⁶, órgão que trata de políticas públicas para os seus países membros vem realizando ações e esforços para fortalecer a democracia, especialmente por meio de expansão da participação social, objetivando uma democracia participativa. Para tal, um órgão denominado como “Comitê para o Desenvolvimento Local e Regional” (CDLR) foi instituído com a finalidade de aprimorar a governança local e a inclusão da população em espaços deliberativos (Conselho da Europa, 2008).

A ferramenta C.L.E.A.R foi desenvolvida por pesquisadores do Reino Unido a pedido do Comitê Europeu para Democracia Local e Regional (CDLR), e a publicou em 2008 no formato de um guia com as diretrizes para a sua implementação, as quais são abordadas nessa pesquisa.

Antes de adentrar nos aspectos técnicos e operacionais da Ferramenta C.L.E.A.R, registra-se aqui que o instrumento para a participação social em

³⁶ O Conselho da Europa foi fundado em 1949, com sede em Estrasburgo, surgindo no período pós segunda guerra mundial por iniciativa de seis chefes de Estado com o propósito de fortalecer a democracia entre os seus membros, no âmbito da União Europeia, ainda que sejam instituições diferentes. Atualmente possui 46 Estados membros, sendo a principal organização política daquele continente em números de países associados. O Conselho da Europa surgiu em função da democracia, cidadania, direitos humanos e justiça e vêm atuando no desenvolvimento de instrumentos, mecanismos e estudos para a institucionalização e difusão de melhores práticas para a Europa. O Conselho da Europa intitula-se como “guardião da democracia” e a sua estrutura e atuação refletem esforços neste sentido. A sua estrutura divide-se em: Secretário Geral; Comitê de Ministros; Assembleia Parlamentar e o Congresso de Poderes Locais e Regionais. Essa última divisão refere-se à uma estrutura que reúne mais de 150 mil órgãos locais no âmbito de seus países membros, em uma perspectiva de fortalecimento da descentralização dos processos de tomada de decisão e de autonomia local. A sua atuação acontece ainda por meio de seus diversos grupos de trabalho de monitorização em direitos humanos e governança pública, os quais promovem encontros e conferências internacionais anualmente. Entre os temas debatidos no âmbito de seus Estados membros, constam as garantias à informação, à justiça e especialmente a participação, que desdobra-se em uma estrutura especificamente para fortalecer a participação social em nível local e regional. Para isso, o Conselho da Europa criou o “Comitê Europeu sobre Democracia Local e Regional (CDLR), cuja atuação busca fortalecer as bases de mecanismos de autonomia e de fortalecimento da democracia em nível local. Os estudos deste comitê deram origem à “Ferramenta CLEAR” de autodiagnóstico de participação social, a qual emprega-se nesta pesquisa. A importância do Conselho da Europa no fomento à democracia desdobra-se ainda em frequentes publicações de cartilhas, manuais e ferramentas que são traduzidas para diferentes contextos e públicos, como a cartilha “Jovens na Democracia”. A expressividade deste Conselho na internalização de parâmetros de direitos humanos, justiça e Estado de Direito desdobra-se no Tribunal Europeu de Direitos Humanos, órgão criado sob a sua atuação, com a função de receber denúncias que violações de direitos humanos que não tenham sido sanadas em seu país de origem. Neste sentido, foi criada a “Convenção Europeia sobre Direitos Humanos”, ratificando a importância que o Conselho da Europa assumiu na institucionalização de parâmetros de democracia no continente europeu (Conselho da Europa, 2024).

nível local consta nos estudos do governo brasileiro sobre mecanismos e práticas participativas internacionais, quando, em 2013, durante o governo de Dilma Rousseff, que posteriormente criaria o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS) em 2014, estipulou a busca por casos exitosos em participação social³⁷. O detalhamento dos movimentos institucionais da participação social no Brasil em nível federal foram anteriormente apresentados no capítulo 2.

O governo federal, por meio do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão e da Secretaria Geral da Presidência da República, estabeleceu cooperação técnica internacional com a União Europeia e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) para troca de experiências em participação social, especialmente para que o Brasil pudesse conhecer práticas e casos exitosos de participação pública (Garbelotto, 2017; Antero; Salgado, 2013). A cooperação permitiu a troca entre o Brasil, conhecido mundialmente pela implementação inovadora do orçamento participativo na década de 1990 e a União Europeia, que possui uma avançada atuação em instrumentos e mecanismos participativos por meio da Comissão da Europa e de seus comitês internos. A cooperação resultou em uma série de publicações institucionais, cujos documentos eletrônicos compõem uma coletânea, com caráter de manual e estudos de práticas bem sucedidas de participação pública, intitulada de “Inovação na Gestão Pública”.

A coletânea dedica uma capítulo para estudo da ferramenta C.L.E.A.R, a qual segundo IPEA (2013) “possibilita com que as organizações públicas possam identificar pontos fortes e problemas relacionados a participação, e assim, selecionar estratégias mais abrangentes para melhorar a participação pública”.

A concepção desta ferramenta é histórica, já que consiste no desenvolvimento de uma matriz de orientação para levantamento de dados e construção de um diagnóstico específico acerca da Participação Social. Intitulada como “Ferramenta C.L.E.A.R”, do nome original em inglês “C.L.E.A.R Tool”, o método consiste em cinco dimensões de perguntas, pensadas para

³⁷ O Sistema Nacional de Participação Social (SNPS) foi criado por meio do Decreto nº 8.243 de 23 de Maio de 2014 e posteriormente revogado por meio do Decreto nº 9.759 de 11 de Abril de 2019.

possibilitar a investigação dos desafios e complexidades reais da participação encontrados no ambiente estudado.

De forma sucinta, a sigla que confere identidade ao método responde pela natureza das perguntas de cada dimensão. Ou seja, cada inicial traduz aquilo que se pretende conhecer em cada dimensão, e a numeração corresponde à posição de cada elemento/ dimensão na matriz, a saber:

1. C – *Can do*/ Podem participar?
2. L – *Like to*/ Gostam de participar?
3. E – *Enable to*/ Estão habilitadas a participar?
4. A – *Asked to*/ São convidadas a participar?
5. R – *Responded to*/ Obtém retorno da participação?

O instrumento diferencia-se de outros pelo fato de possuir o caráter de autoavaliação ou autodiagnóstico, uma vez que pode ser empregado pelo próprio Poder Público para identificação dos pontos críticos e entraves à participação, e uma vez que permite identificar as dificuldades e entraves, isso significa evidenciar aquilo que precisa ser melhorado na atuação dos gestores para garantir que a população tenha a “capacidade e oportunidade” de participação (Conselho da Europa, 2008).

Garbeloto (2017) ressalta que a ferramenta atende a duas premissas: 1) identificação e compreensão dos fatores que influenciam a participação no território estudado; 2) oportunidade de reflexão sobre as características relativas à participação local, e de considerar estratégias para contornar as falhas detectadas.

Os estudos de Lowndes; Pratchett; Stoker (2006) tornaram a C.L.E.A.R uma referência positiva de participação popular, cuja pesquisa observou que a desigualdade social e a força comunitária afetam os níveis de participação, ainda que não sejam determinantes para a sua existência ou inexistência (Garbelotto, 2017; Conselho da Europa, 2023; Lowndes; Pratchett; Stoker, 2006).

Em artigo publicado em 2006 pelos autores da ferramenta C.L.E.A.R, os pesquisadores levantam o questionamento sobre as motivações para a participação ou não participação da população, questionando se o não envolvimento reflete processos de exclusão. Ao levantar essa questão, os autores esclarecem ainda que uma preocupação central do estudo é

disponibilizar um instrumento que possibilite ao poder público oferecer suporte e condições para a participação, quando constatado que o processo está cercado de desigualdade de acesso a recursos para a participação (Garbelotto, 2017; Lowndes; Pratchett; Stoker, 2006).

No Apêndice E consta a matriz com o roteiro original, apresentando as dimensões detalhadas e os elementos que foram observados na aplicação da ferramenta e, portanto, no processo de construção do diagnóstico da participação social em nível local. Ressalta-se que a matriz é sugestiva, elencando as questões centrais, permitindo a adaptação para cada contexto.

O roteiro de perguntas para preenchimento da matriz C.L.E.A.R, por meio das cinco dimensões levanta questões investigativas de diferentes naturezas em relação aos entraves da participação social, como por exemplo as dificuldades econômicas e materiais de uma comunidade, que podem impedir os cidadãos de exercitarem a sua cidadania e participação. Desta forma, a seguir estão descritas as diferentes perspectivas imbricadas nas dimensões investigativas da ferramenta. São elas:

- Social: refere-se à força social de uma comunidade e a capacidade/vontade das partes interessadas individuais para se envolverem na vida e nas atividades sociais;
- Econômica: diz respeito à situação econômica de uma comunidade, bem como à economia recursos/capacidade de cada parte interessada;
- Política: refere-se tanto ao envolvimento político dentro da comunidade em geral e ao envolvimento de intervenientes individuais na vida política;
- Humana: refere-se ao conhecimento/habilidades da comunidade em geral, bem como às capacidades de cada parte interessada em determinados em participação e comunicação (IPEA, 2013).

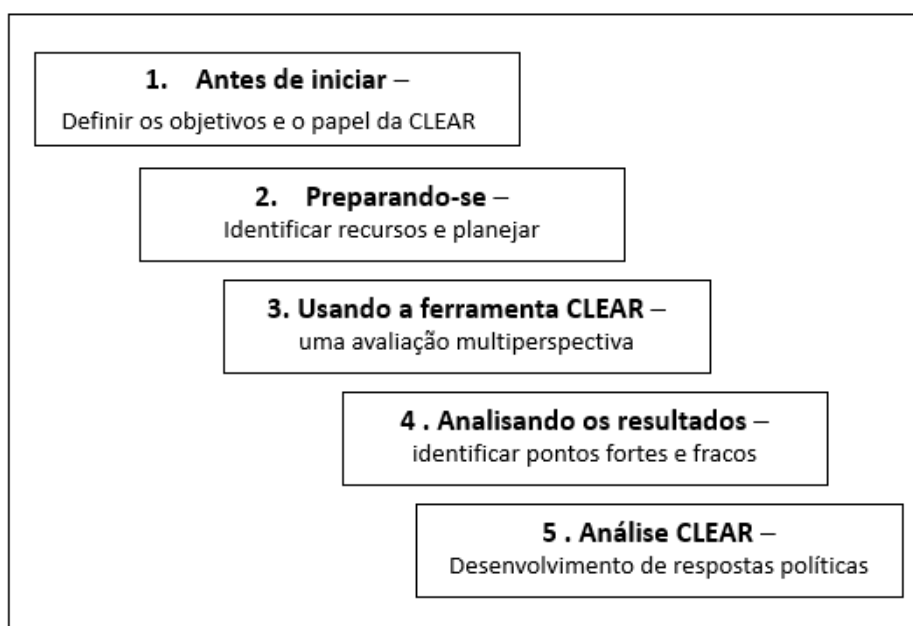
As cinco dimensões que compõe a “Ferramenta C.L.E.A.R” apresentam questões de diferentes naturezas, incorrendo na necessidade de direcionamento à diferentes “camadas” ou públicos de respondentes, de modo que a pesquisa consiga obter êxito e maior confiabilidade em sua conclusão. Ou seja, há perguntas que devem ser direcionadas à população - a sociedade civil - outras que referem-se ao ambiente em geral devem ser respondidas por meio de dados oficiais do município utilizando-se de levantamentos junto a

órgãos e institutos de pesquisa. Uma terceira “camada” da investigação utilizando a ferramenta C.L.E.A.R é o Poder Público, o qual foi escutado por meio de entrevistas semiestruturadas.

Os autores esclarecem que a aplicação da ferramenta C.L.E.A.R envolve três etapas. A primeira refere-se à formulação e lapidação das questões e os desafios que serão investigados no ambiente de pesquisa. A segunda etapa consiste no estabelecimento e certificação de que as perguntas a serem levantadas estão estabelecidas em uma perspectiva “multivariada”, ou seja, preveem obrigatoriamente o levantamento junto a diferentes públicos de interesse: poder público, cidadãos, organizações da sociedade civil, ativistas e grupos comunitários. A terceira etapa refere-se ao estabelecimento de prioridades dos temas que precisam ser abordados (Lowndes; Pratchett; Stoker, 2006).

O caráter “multicamadas”, com diferentes fontes de dados para o preenchimento da matriz C.L.E.A.R, permite que ela seja uma ferramenta destinada a diferentes atores. Desta forma, podem fazer uso da metodologia: a) servidores públicos responsáveis pelo envolvimento de cidadãos; b) funcionários eleitos ou nomeados de governos locais; c) outros órgãos públicos interessados em apoiar iniciativas de participação; d) organizações da sociedade civil de determinada localidade; e) cidadãos interessados em melhorar as oportunidades de participação em suas localidades. A seguir, a Figura 11 ilustra o processo de planejamento para aplicação da ferramenta.

Figura 11. Processo de aplicação da Ferramenta CLEAR



Fonte: Conselho da Europa (2008); Garbelotto (2017).

No âmbito desta pesquisa, foram observadas e executadas principalmente as quatro primeiras etapas, uma vez que a última etapa é de responsabilidade maior do poder público. Contudo, o mecanismo testado – o Fórum de Cidadãos Participantes de Carajás – produziu demandas e permitiu avançar parcialmente nesta etapa, indicando ao poder público passos mais apropriados e esperados e possíveis políticas públicas para sanar as demandas apresentadas e os desafios em direitos de acesso detectados com a aplicação da ferramenta.

Na primeira etapa se pensou naquilo que era pretendido pela pesquisa ao avançar na construção de uma matriz C.L.E.A.R para o município de Parauapebas. Neste sentido, o objetivo era identificar quais recursos para a participação são mais críticos e se os obstáculos maiores encontram-se entre a população, seja em uma resistência ou não educação para a participação, ou na insuficiência de esforços do poder público na promoção de tais espaços e na importância conferida à participação social.

A segunda etapa está entrelaçada com a terceira, pois, à medida que planejou-se os recursos e ações necessárias para os levantamentos de dados, estipulou-se que os dados pretendidos eram pertencentes à diferentes camadas. Nesta perspectiva, é sabido que algumas informações pretendidas

poderiam ser reveladas pela população, enquanto outras somente o poder público poderia fornecer um conhecimento mais preciso, justamente por tratar-se de questões relativas à atuação dos gestores. Ainda, alguns dados caberiam ao pesquisador investigar e levantar, com imparcialidade, como por exemplo, as condições de acesso aos dados e informações ambientais.

Em síntese, é importante ressaltar que a terceira etapa, estipular a condição multiperspectiva e multivariada de dados é condição necessária para o alcance do resultado pretendido na investigação e intrínseca à ferramenta.

O Roteiro adotado neste estudo foi planejado de modo que responda àquelas perguntas que a população em geral não consegue responder, e ainda, cujos dados oficiais e secundários também não respondem.

A ferramenta C.L.E.A.R para diagnóstico da participação social assume nesta pesquisa uma ação central, com caráter de metodologia. Esse entendimento é possível, uma vez que a sua construção exige diferentes fontes de dados e informações, envolvendo, necessariamente, os diferentes atores presentes no local de estudo, os quais são “escutados” por meio de instrumentos diversificados, de acordo com o participante ou dado investigado.

A matriz, ou quadro da ferramenta C.L.E.A.R apresenta, portanto, o empenho desta pesquisa na investigação da estrutura e esforços dedicados à participação social, e ainda, as dificuldades encontradas pela população local em exercer o seu direito de participação em políticas públicas do seu município.

Visto que o processo de obtenção de informações e preenchimento assertivo da ferramenta exige múltiplas fontes de dados, foi realizado um protocolo de direcionamento das questões constantes no roteiro da ferramenta para cada ator agregado ao processo investigativo.

Seguindo a sugestão da Instituição responsável pela propositura desta ferramenta de participação social, foram utilizadas diferentes fontes, as quais traduziram-se como os esforços necessários para preenchimento da matriz C.L.E.A.R aplicada a Parauapebas. A divisão com os esforços de levantamento de dados estão elencados a seguir:

- Sociedade Civil: Survey/ consulta virtual à população
- Poder Público: Entrevista com roteiro semiestruturado

- Levantamento de Dados: Consulta à diferentes bases de dados oficiais e levantamento documental
- Registros da Pesquisa: Anotações do diário de campo (durante as audiências públicas e entrevistas)

Tendo como base a ferramenta C.L.E.A.R, os roteiros para a realização do *survey* junto à população e de entrevistas com o Poder Público, além de fornecer os elementos necessários para esta seção, na culminância do diagnóstico no âmbito da participação popular, possibilitou ainda o desdobramento das seções desta pesquisa dedicadas às narrativas e perspectivas da sociedade civil e também do poder público.

Inclinando-se para os objetivos desta seção de realizar a leitura e compreensão da matriz C.L.E.A.R do município de estudo e a consolidação do diagnóstico proposto, a seguir é dissertado sobre os resultados alcançados em cada dimensão da ferramenta, com análise do contexto da participação, cidadania e engajamento em Parauapebas.

4.1.1. “Can do” (As pessoas podem participar?)

Esta primeira dimensão é subdivida em cinco aspectos investigativos, de forma a evidenciar se os cidadãos têm condições de exercer a participação, ou seja, se possuem instrução e recursos para isto.

O aspecto “Educação” revela que a população divide-se entre aqueles que possuem educação básica e aqueles que têm ensino superior. Dados oficiais revelam uma educação pública (ensino fundamental e médio) precária, com baixo rendimento e menor do que a média nacional. Como é sabido, o nível de escolaridade pode influenciar diretamente no comportamento cidadão. Quanto ao “Emprego e classe social” os resultados demonstram que, de forma geral, a população possui renda baixa e alto índice de desemprego, além de revelar também que o emprego formal concentra-se em duas instituições: na mineradora Vale S.A e na Prefeitura Municipal de Parauapebas.

O aspecto “Demografia” retrata uma população relativamente jovem, entre 20 e 30 anos e poucos idosos, com baixíssima representatividade de pessoas com mais de 59 anos. Além disso, há presença de três grupos

minoritários, com baixa expressividade quantitativa, são eles: população indígena, assentados do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e ribeirinhos nas mediações do rio Parauapebas. Ainda sobre a demografia e pluralismo sociocultural, constata-se a presença da língua indígena *Kayapó*, sendo o idioma dessa população, com parte de sua população que não fala a língua portuguesa, especialmente as mulheres do povo Xikrin.

É percebido ainda outro fator demográfico que é significativo para a participação, trata-se do caráter flutuante de boa parte da população, ou seja, cidadãos que estabelecem moradia temporária em Parauapebas em função de projetos e atividades na mineradora, os quais são alocados no município por tempo determinado e depois regressam às unidades e estados de origem. Esse é um fator territorial importante, já que dificulta a construção de uma identidade própria do município, uma vez que essas pessoas não desenvolvem uma “topofilia” com o município, ou seja, o relacionamento mais aprofundado com o local e, por fim, o pertencimento.

Quanto aos recursos, esse aspecto demonstra-se como um entrave para a facilitação da participação, sendo um elemento dificultador. Não há espaços de suporte aos cidadãos com disponibilidade de acesso à internet e fotocopiadoras, dentre outros recursos. Os locais de ações participativas resumem-se à Câmara Municipal, com sessões tradicionais, e ainda, os auditórios do IFPA e do CEUP, mas a população não tem conhecimento de que esses locais podem ser requeridos para o desenvolvimento de ações da comunidade.

Ainda em relação aos recursos, evidenciou-se que as mídias locais possuem alcance e espaços que podem ser utilizados para a difusão e chamamento público de ações no âmbito de políticas públicas locais, mas a população não tem conhecimento, tão pouco a comunidade acadêmica conhece esta possibilidade.

Outro aspecto é o tempo pessoal disponível para participação, que demonstra-se mais assertivo aos finais de semana ou no período noturno, após o horário comercial, conforme respondido pelos munícipes.

O último aspecto investigado por esta dimensão refere-se às habilidades e conhecimento dos cidadãos. A escolaridade da maioria da população local deflagra uma certa dificuldade de organização, com parcial competência para

utilizar recursos digitais. Apesar da amostra de participantes ter evidenciado um nível satisfatório de educação superior, as populações localizadas em bairros mais vulneráveis de Parauapebas não tem acesso aos espaços políticos e condições de articulação.

4.1.2. “Like to” (As pessoas gostam de participar?)

A dimensão intitulada de “*Like to*” investiga os fatores intrínsecos aos cidadãos que os fazem [ou não] exercer a participação no seu município. O primeiro aspecto refere-se ao principal fator de identificação dos munícipes, cuja pesquisa junto à sociedade civil revela que a população se identifica mais com a região de “Carajás” do que com o município de Parauapebas. Ainda, os registros da pesquisa demonstram que os cidadãos são mais atentos às ruas que habitam e os seus bairros do que com o município como um todo.

Não há uma identidade territorial forte e um senso de pertencimento dos cidadãos, devido a diversos fatores constituintes dos processos de ocupação e das dinâmicas sociais em função do capital e trabalho, pois Parauapebas é entendido como um território industrial/ econômico.

Ainda neste sentido, percebe-se que os cidadãos não têm apego suficiente para mobilizarem-se em direção à busca de soluções para os problemas ambientais que os afetam.

A pesquisa evidenciou que as pessoas pouco se conhecem em seus bairros e possuem relações pontuais, revelando a inexistência de um caráter comunitário.

Outro aspecto quanto ao pertencimento diz respeito aos fatores significativos para exercer influência no comportamento dos cidadãos. Neste quesito, aponta-se a religião evangélica como uma territorialidade importante. Na entrada do município, por exemplo, encontra-se a seguinte frase estampada sobre o pontilhão por onde passa a Estrada de Ferro Carajás (EFC): “Parauapebas é uma cidade do Senhor Jesus”, frase esta que gera polêmica, uma vez que alguns cidadãos não se sentem representados, e ainda, gera um entrelace entre política e religião, segundo registros de campo da pesquisa.

Destaca-se também a ausência de pertencimento e fortes elementos dos seus estados de origem, como dialetos, música e gastronomia, especialmente do Maranhão, Tocantins e Goiás.

O aspecto “homogeneidade”, ao investigar a estabilidade da população nos locais que residem, percebe-se que existem duas vertentes comportamentais em relação à isto, pois, observa-se que há uma estabilidade naquela população que se fixou há alguns anos, geralmente juntamente com familiares, em um dos fluxos migratórios históricos em função de trabalho na mineradora, deixando os seus estados de origem.

Por outro lado, há uma população que reside de forma temporária em Parauapebas, apenas em função de projetos específicos, sendo alocados na cidade pela mineradora. Neste sentido, alguns bairros, como o loteamento “WTorre” é constituído significativamente por trabalhadores da Vale S.A, além do bairro Cidade Nova, localizado próximo à portaria da Vale na Unidade de Conservação, que deu origem ao núcleo de trabalhadores em Parauapebas, embora atualmente seja um bairro também com aspecto comercial.

Portanto, há parte da população e bairros com estabilidade e outra parte com uma população flutuante, inferindo, portanto, que a estabilidade é relativa. Esse relativismo demonstra também que não há um forte senso de história e tradição, especialmente por dois motivos: 1) fundação recente do município, 2) constituição da população à partir de migrantes em função da mineração.

Assim, observa-se que não há uma identidade comum envolvendo a comunidade como um todo, exceto, a permanência na cidade em decorrência de atividade laboral. Isso ocorre principalmente devido ao empreendimento mineral, mas também pelo emprego na Prefeitura Municipal de Parauapebas.

No aspecto “confiança”, evidenciou-se que isto ocorre de forma parcial, com aumento da desconfiança em relação às lideranças políticas e em relação ao poder executivo e legislativo. Em relação à população, os respondentes manifestaram que existe pouco relacionamento com pessoas do mesmo bairro e vizinhos.

As relações pontuais, conforme apontado pelos respondentes, não permitem com que exista uma ajuda mútua entre os munícipes, apontando pouco vínculo comunitário.

O aspecto “cidadania” é um quesito que merece atenção nesta investigação, já que evidencia um ambiente com fatores negativos para as questões estipuladas pela matriz C.L.E.A.R. A pesquisa inferiu que não existe um espírito comunitário forte para as ações coletivas no município, assim como

não é evidenciado um forte senso de responsabilidade individual para com a responsabilidade.

Ainda mais importante nesta análise, chama-se a atenção para o fato de que a população local apontou que alguns grupos são mais ouvidos do que outros pelo poder público e, sobretudo, há aqueles que sentem-se excluídos.

A dimensão “*Like to*” revela que não há uma estabilidade forte na população local e pertencimento, com dinâmicas sociais em decorrência das atividades de mineração industrial, com prevalência de influência da Vale S.A. nas dinâmicas territoriais, assim como não há valores comunitários bem sedimentados. A população não confia no Poder Público e sente que existem grupos de atores com maior favorecimento. Esses fatores corroboram a falta de vontade em exercer a participação em políticas públicas e na esfera deliberativa, uma vez que a população não acredita em seus gestores e percebe desigualdades no tratamento dispensado às demandas populares.

4.1.3. “*Enable to*” (As pessoas estão habilitadas a participar?)

O primeiro aspecto da dimensão que investiga se existe capacidade estrutural para a participação e se os cidadãos são apoiados para tal, estabelece a pesquisa sobre os “tipos de organização civil” atuantes no município. Os dados da pesquisa observam que existem poucas organizações cívicas com representatividade e difusão no município. Entrevistados do Poder Público relataram que algumas lideranças de bairros são “de difícil relacionamento” e conflituosas, inclusive na própria comunidade. Há ainda a presença de dois movimentos sociais que possuem representantes em Parauapebas, são eles: i) Movimento pela Soberania Popular Frente à Mineração (MAM), ii) Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

Uma organização local com alguma expressividade é a “Feira de Agricultura Familiar”, organizada e apoiada pela Secretaria de Produção Rural do município, contemplando diversos agricultores familiares, organizados em Associações e Cooperativas.

É possível ainda citar a existência de um movimento artístico cultural intitulado de “Movimenta Pebas”, o qual reúne artistas locais de diversas modalidades, como música e dança, artes plásticas e outros.

Ainda no âmbito de organização civil, o município possui cooperativas e associações de produção sustentável, como Cooperativa de Extrativismo de Carajás (COEX), apoiada pela empresa Vale, Associação Filhas do Mel, Cooperativa Mulheres de Barro, também apoiada pela Vale por meio da Lei Rouanet, Associação das Mulheres Produtoras de Biojoias, Cooperture, entre outras.

As organizações cívicas e as do terceiro setor existentes em Parauapebas estão mapeadas de forma difusa, pois não há um documento único e homogêneo de uso comum a todo o Poder Público, sendo que cada Secretaria possui um cadastro próprio de contatos das lideranças de interesse. É importante ressaltar que o cadastro dos atores cívicos e do terceiro setor não é público e de difícil acesso.³⁸

Em relação à representatividade cívica em espaços políticos, conforme estipula a matriz C.L.E.A.R neste aspecto, o decorrer da pesquisa, por meio de seus registros, permite inferir que não existe um pareamento de forças populares junto ao poder público, ou seja, as representações da sociedade civil são insuficientes para contrapor as decisões da gestão municipal, pois a mobilização social é tímida e acontece pontualmente em pautas de interesse em sessões da Câmara Municipal.

Outro aspecto estipulado pela metodologia para a dimensão “*Enable to*” refere-se às atividades das instituições cívicas e de terceiro setor. O preenchimento desta seção da matriz demonstra que as organizações cívicas são pouco ativas e representativas, sem conseguir mensurar se elas estão aumentando quantitativamente, tão pouco foi possível mensurar se essas organizações exercem influência sobre decisões municipais.

Os registros das entrevistas relatam que a forma mais comum de influência nas decisões municipais em Parauapebas ocorre por aproximação com apoiadores políticos ou aqueles investidos em cargos de confiança do

³⁸ No decorrer desta pesquisa, foi solicitado duas vezes por meio de ofício ao Departamento de Relações com a Comunidade (DRC) a lista de associações e instituições cívicas cadastradas junto ao DRC, mas as solicitações não foram atendidas.

Poder Legislativo. Essa forma de agir [aproximação com vereadores] é forte no município.

O último aspecto investigado dessa dimensão é intitulado de “infraestrutura cívica”, cuja primeira questão levanta a existência de agências ou coordenação de apoio ao desenvolvimento de organizações cívicas. O município possui uma divisão específica para esta finalidade, o Departamento de Relações com a Comunidade (DRC). Contudo, a pesquisa, por meio dos procedimentos de entrevista e de registros de campo, deflagra que este departamento possui autonomia relativa e ações esporádicas e promocionais³⁹, diferentemente do que é esperado de relações com as comunidades em um município com desigualdade latente na Amazônia.

O departamento não possui orçamento para atendimento de demandas da população, que geralmente apresentam-se como problemáticas complexas e estruturais, como fornecimento de água e saneamento adequado, conforme relatado.

O DRC está ligado ao “Gabinete”, ou seja, está subordinado ao prefeito municipal, reforçando a percepção de que esta pasta não possui autonomia, além de reafirmar o seu papel figurativo.

Finalmente, observa-se que trabalhos comunitários [e até um senso de comunidade] são desenvolvidos, especialmente, pela Igreja evangélica, influente no local.

Esta seção da investigação, por meio de informações obtidas nas entrevistas com representantes do Poder Público e dos registros de campo, conclui que a estrutura que deveria estar voltada ao fomento de engajamento cívico, promoção da cidadania, capacitação dos servidores e Secretarias para promoção da participação popular em seus projetos, e finalmente, a difusão e fortalecimento de mecanismos de participação popular, é propositalmente enfraquecida e controlada pelo Gabinete do Prefeito e pela Secretaria de Governo (SEGOV).

³⁹ O Departamento de Relações com a Comunidade volta-se mais para ações esporádicas de datas comemorativas, realizando abordagens e intervenções festivas nas comunidades e bairros vulneráveis.

4.1.4. “*Asked to*” (As pessoas são perguntadas/ informadas?)

Esta dimensão da matriz envereda para uma questão fundamental em processos participativos – a informação. O primeiro aspecto, denominado de “formas de participação” pergunta sobre as formas de divulgação e veículos de comunicação utilizados pela Gestão Municipal.

Neste sentido, percebe-se um esforço maior com a finalidade promocional, como *outdoors* com anúncios validando a gestão municipal. É comum também o uso desses espaços para promoção pessoal de políticos, especialmente vereadores, característico das cidades do interior do Pará.

Quanto ao envolvimento da população nos processos decisórios, os dados da pesquisa demonstram que as informações referentes aos Conselhos, geralmente, permanecem em conhecimento de seus conselheiros.

Sobre o uso de *internet* para envolvimento dos cidadãos, os respondentes demonstraram que o seu uso volta-se para divulgação de informações essenciais (pontualmente), além do fato de que toda a divulgação nas redes sociais das Secretarias têm que passar pela aprovação superior e há uma seleção das informações que são disponibilizadas aos munícipes.

Quanto ao aspecto “estratégia”, o município de Parauapebas não possui uma estratégia de engajamento, recorrendo eventualmente à empresas de consultoria ou instituições de pesquisas para aumentar o engajamento da população, na promoção de instrumentos participativos exigidos por lei, como o Plano de Mobilidade Urbana, que contou com a contratação de uma instituição de pesquisa e a construção do Código Ambiental Municipal, oportunidade em que contratou uma empresa de consultoria.

Quanto aos incentivos para a participação, em geral, não são praticados. Porém, nas audiências do PROSAP – Programa de Saneamento de Parauapebas - são disponibilizados monitores de recreação para as crianças e lanches, eventualmente.

Sobre os locais em que são realizadas as ações participativas, inferiu-se que geralmente acontecem na Câmara Legislativa. Porém, na ocasião da construção do Plano de Mobilidade Urbana, por meio de metodologia da instituição de pesquisa contratada, foram realizadas ações em locais menos comuns, como pesquisa em pontos de ônibus e no interior do transporte

público e no shopping. Ainda, no âmbito do PROSAP, as ações acontecem em escolas nos bairros e comunidades afetados. Essas experiências aconteceram empregando diretrizes do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), financiador do PROSAP e de instituição de pesquisa no Plano de Mobilidade Urbana de Parauapebas⁴⁰

O aspecto “alcance e diversidade” investigou se as formas de engajamento existentes são suficientes para alcançar os diferentes setores da comunidade e percebeu que alcança, mas sem produzir a estratificação ou representatividade desejada. Os indígenas, por exemplo, foram alcançados pela consulta virtual instituída por esta pesquisa, mas com apenas um respondente. Contudo, não é possível mensurar se já foram utilizadas formas particulares de participação para atingimento destes grupos.

A última questão deste aspecto busca conhecer se o Poder Público prioriza algumas formas de participação, especialmente aquelas preferidas pela população, para a qual responde-se negativamente, pois ainda prevalece o formato tradicional de audiências e sessões na Câmara Legislativa, no formato tradicional e presencialmente [com transmissões eventuais]. Assim, as experiências diferentes disto, refere-se aqui especificamente ao PROSAP e ao Plano de Mobilidade Urbana, são exceções, alicerçadas por instituições externas.

4.1.5. “Redponded to” (As pessoas recebem devolutivas sobre a participação?)

Nesta dimensão, investiga-se o processo participativo, no âmbito das experiências existentes e realizadas, buscando identificar a assertividade e segurança das ações, assim como a postura dos agentes públicos na tomada de decisão e a legitimidade do processo. Para isto, o primeiro aspecto, intitulado de “ouvindo”, evidencia que os procedimentos de garantia de inclusão da voz dos cidadãos na tomada de decisão são a sua participação em audiências públicas, quando da sua realização.

⁴⁰ Tanto o PROSAP, quanto o Plano de Mobilidade Urbana, são instrumentos urbanos obrigatórios para municípios do porte de Parauapebas.

Contudo, além do âmbito do PROSAP, entrevistados relataram que não é comum a realização de audiências para tratar desafios e enfrentamentos municipais. Corroborando, o Promotor de Justiça de Meio Ambiente, relevou que a sua experiência nas audiências realizadas em decorrência desta pesquisa, era a sua primeira participação em audiências públicas no município desde que havia assumido o cargo na Promotoria de Segunda Entrância em Parauapebas, onde atuava há aproximadamente um ano e meio.

Ressalta-se ainda a resposta de alguns dos entrevistados do Poder Público, afirmando que a forma mais garantida de consideração de voz dos cidadãos nas tomadas de decisão, é por aproximação com agentes políticos, especialmente vereadores.

O aspecto “equilíbrio e priorização” investiga a opinião pública e a sua incorporação aos trabalhos da gestão municipal e, para isto, questiona como a manifestação dos cidadãos é equilibrada, especialmente quando há divergência. As audiências públicas, tanto aquelas promovidas pelo Poder Público, como pelo Fórum de Cidadãos Participantes de Carajás juntamente com o MPPA, acontecem com a participação do pessoal técnico especializado no assunto discutido e representantes da gestão municipal. A presença de servidores especialistas no assunto permite com que o poder público possa manifestar-se de forma técnica e oferecer uma devolutiva imbuída de capacidade real de atendimento da demanda apresentada nas audiências, embora perceba-se que os representantes do Poder Público pouco se comprometem e tentam legitimar a sua atuação em suas falas.

Nas audiências realizadas por esta pesquisa, percebe-se que os cidadãos e o Poder Público divergem, sobretudo, no conhecimento de ações, prazos e planos de serviços públicos. Portanto, o maior ponto de contestação é que a população não conhece o planejamento da gestão municipal para atendimento dos problemas ambientais e municipais, tão pouco a perspectiva de atendimento de seus bairros no tocante à asfaltamento, água e saneamento e etc.

Sobre a investigação acerca dos tomadores de decisões considerarem o ponto de vista dos cidadãos, ressalta-se que há poucas garantias de que isso aconteça no município. As narrativas populares, especialmente de comunidades vulneráveis, não são tratadas como prioridades na tomada de

decisão. Isto é evidente ao deparar-se com os problemas profundos e latentes em bairros periféricos, como a ausência de saneamento, fornecimento de água por meio de caminhão pipa, sem previsão de solução e um posicionamento assertivo do Poder Público.

Ainda, nos relatórios das audiências realizadas por esta pesquisa, assim como na seção em que se apresenta a análise destes procedimentos, é possível observar a indignação dos presentes, assim como o posicionamento do Poder Público. Somando-se a isto, a falta de autonomia e de ação do DRC, que insere-se em bairros periféricos, demonstra como as demandas populares não são prioridades para a gestão pública.

O aspecto “*feedback* e educação”, o último da matriz C.L.E.A.R, investiga a relação entre as decisões políticas e o retorno oferecido à população, para o qual a pesquisa evidencia que, geralmente, não há devolutivas ou ações para difusão das decisões dos gestores. No âmbito do PROSAP, a sua página na internet disponibiliza alguns documentos e informações, mas não há relatórios ou conteúdo com devolutivas sobre as audiências e as manifestações populares⁴¹.

É possível mencionar ainda que os munícipes não compreendem as decisões da gestão, uma vez que relatam diversos problemas ambientais importantes e demonstram discordar de seus representantes políticos. Porém, a não aceitação também não produz uma mobilização social suficiente em direção à busca pela resolução dos impasses.

Quanto aos esforços em melhorar a comunicação, a Prefeitura Municipal de Parauapebas vem aumentando o uso das redes sociais, contudo, mais especificamente no sentido de promoção da gestão, com caráter comercial. Quando a comunicação se faz na esfera de serviços públicos, essa não passa de informações básicas e essenciais.

O município não possui um programa de educação cidadã em relação à participação social. No sentido de educação cívica, o esforço máximo que é desenvolvido refere-se à educação ambiental para escolas do ensino

⁴¹ A página do Programa de Saneamento de Parauapebas (PROSAP), desenvolvido com investimentos mistos, com capital do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) e do Município de Parauapebas, pode ser conferida por meio do endereço prosap.parauapebas.pa.gov.br, onde é possível consultar alguns documentos, dentre os quais destaca-se as diretrizes e políticas sociais e ambientais do BID, internalizadas no projeto pelo fato de serem condicionantes à contemplação de recursos ao desenvolvimento do projeto.

fundamental, por meio do Centro de Educação Ambiental de Parauapebas (CEAP).

Finalmente, a metodologia questiona se o município oferece apoio ou capacitação aos servidores sobre participação social, cuja resposta dos entrevistados é negativa. A gestão nunca disponibilizou ações, treinamentos, cursos ou abordagem sobre participação social, nem mesmo por meio do DRC.

Isto demonstra que a participação social não é trabalhada pelo Poder Público de Parauapebas, tanto com os seus servidores, como junto à população.

A seguir, constam os quadros da matriz C.L.E.A.R de Parauapebas-PA, com o detalhamento dos resultados de cada dimensão no município.

Quadro 2. Dimensão “Can do” da Ferramenta C.L.E.A.R aplicada ao município de Parauapebas

Dimensão/ Fator	Variável	Aspectos a serem levantados	Número/ Posição na matriz
1 “Can do” Podem participar?	Nível Educacional	• Quais os níveis de ensino da localidade? Educação básica (ensino fundamental e médio) com fraco desempenho em relação ao contexto brasileiro e baixo rendimento do ensino médio (0,74 em 2021). Educação superior e pós-graduação atinge mais pessoas ocupando cargos na gestão pública e na mineradora • A maioria das pessoas tem educação básica ou educação superior? Educação básica Há diferentes níveis de educação, em diferentes grupos	1.1
	Emprego e Classe Social	• Qual a composição social da localidade? População de baixa renda. Em 2010, 38,5% da população ganhava meio salário mínimo. Em 2021, a média salarial é de 3 salários mínimos. • Qual a proporção entre pessoas desempregadas, exercendo atividade informal, e aquelas que estão empregadas? 31% da população ocupada em 2021 • Quais os principais empregadores da área? Mineradora Vale S.A e Prefeitura Municipal de Parauapebas, com crescimento recente do Setor de Serviços. • Existe um problema de desemprego na área? O desemprego está concentrado em	1.2 – 1.3

Dimensão/ Fator	Variável	Aspectos a serem levantados	Número/ Posição na matriz
		partes específicas da comunidade? Sim e concentra-se na população que não possui qualificação profissional – sem ensino superior e ensino técnico. Fonte: Levantamento de Dados (IBGE) e Registros da Pesquisa de Campo	
	Demografia	• Qual o perfil etário da população do município? Entre 20 e 40 anos • Que proporção da população pertence a um grupo étnico minoritário? Menos de 1% da população total- Indígenas – povo Xikrins do Rio Kateté, com 2 mil indígenas (Instituto Socioambiental) • Quantos grupos étnicos minoritários significativos existem no município? Indígenas, Assentados (MST) e Ribeirinhos (Rio Parauapebas) • Quais são as línguas faladas na localidade? Português e Kayapó (Indígenas Xikrins do Rio Kateté) • Existem outros fatores demográficos que podem ser significativos para a participação (por exemplo, estrutura familiar, concentração estudantil, passageiros)? Sim, população flutuante devido à rotatividade na mineradora e senso de pertencimento e referência da população com os seus estados de origem/ miscigenação da população. Dificuldade de construção de uma identidade própria do município.	1.4 – 1.7
		• Os cidadãos têm fácil acesso a recursos apropriados para participação política? Por	

Dimensão/ Fator	Variável	Aspectos a serem levantados	Número/ Posição na matriz
	Recursos	exemplo, há muitos locais de reunião acessíveis? Não, resume-se basicamente às audiências na Câmara Legislativa. O transporte também é indicado como dificultador para a participação. • Os cidadãos podem ter acesso a computadores, fotocopiadoras ou telefones para ajudá-los participar? Não há disponibilidade, segundo o DRC. • Esses recursos estão disponíveis para aqueles que não têm acesso a eles por meio do trabalho ou em casa? Não há disponibilidade • A mídia local fornece canais de informação e comunicação (por exemplo, TV local, jornal ou rádio)? Sim, porém não há conhecimento suficiente de que a mídia local pode ser usada para políticas públicas. • Os cidadãos têm tempo para participar? Não têm tempo em horário comercial e durante a semana útil.	1.8 – 1.10
	Habilidades / Conhecimento	• Os cidadãos têm as habilidades necessárias para participar da vida política (por exemplo, a capacidade escrever cartas, falar em público, organizar reuniões etc)? Não, a população tem pouca capacidade de organização e articulação devido à educação e ausência de senso comunitário. • Os cidadãos têm competência para utilizar os recursos em sua comunidade (por exemplo, para usar computadores, Internet etc.)?	1.11 – 1.14

Dimensão/ Fator	Variável	Aspectos a serem levantados	Número/ Posição na matriz
		Parcialmente Quais habilidades estão em falta? Capacidade de organização, articulação e representação, sobretudo, de mobilização em torno de políticas do município. Associações de bairro e movimentos sociais demonstram capacidade de organização, mas sem muita expressividade. Alguns grupos de cidadãos têm mais acesso a recursos e mais habilidades para usar os recursos do que outros? Sim, aqueles que são apoiadores políticos e exercem cargos de confiança do Poder Executivo, o que é muito forte no município.	

Fonte: Levantamento de dados (INEP, IBGE, Instituto Socioambiental), Survey com a população, Entrevistas com o Poder Público (2023).

Quadro 3. Dimensão “Like to” da Ferramenta C.L.E.A.R aplicada ao município de Parauapebas

Dimensão/ Fator	Variável	Aspectos a serem levantados	Número/ Posição na matriz
2 “Like to” Gosta de Participar?	Identificação/ Pertencimento	Qual é o foco principal da identidade para as pessoas – o bairro local, a cidade ou cidade como um todo, ou a região em que vivem? Quão bem as pessoas no mesmo bairro se conhecem? Os participantes declararam que se identificam mais com a região, com “Carajás”, mas a percepção é maior em relação às ruas que moram e aos seus bairros. Os cidadãos identificam-se com o município? Não há uma identidade e pertencimento territorial forte.	2.1 – 2.4

Dimensão/ Fator	Variável	Aspectos a serem levantados	Número/ Posição na matriz
		Quão apegadas são as pessoas à área em que vivem? Parcialmente, pois são apegadas a ponto de identificar os problemas localizados que as incomodam diretamente, não o bastante para mobilizarem-se em direção à busca de uma solução. Quão importantes são as fontes de identidade não geográficas – como culturais, étnicas, identidade religiosa ou outra identidade filosófica, classe social ou “comunidades de interesse” (entre os jovens, ou gays, ou aqueles com um interesse particular – como esporte)? Os cidadãos do município são bastante influenciados pela religião, especialmente a evangélica. A influência ocorre também em relação às suas origens, com destaque para o Maranhão, Goiás e Tocantins, incorporando elementos como dialetos, música e gastronomia à cultura local.	
	Homogeneidade	Quão estável é a população – as pessoas moram no mesmo endereço há muito tempo ou há muita mobilidade? Em geral, há estabilidade no local e tempo de residência daqueles que migraram nos primeiros anos, ainda que, em muitos bairros esta estabilidade aconteça em áreas de risco e vulnerabilidade. Contudo, há bairros em que prevalece a moradia de pessoas cuja permanência ocorre apenas em função do trabalho na mineradora, ocasionando grande fluxo e rotatividade. A comunidade tem um forte senso de história e tradição? Não – pertencimento/ identidade/ território constituído em função do capital e trabalho. Até que ponto existe uma semelhança de identidade em toda a comunidade (ou seja,	2.5 – 2.7

Dimensão/ Fator	Variável	Aspectos a serem levantados	Número/ Posição na matriz
		são pessoas em grande parte as mesmas – e se não, onde estão as principais clivagens)? Não existe, especialmente pela formação territorial à partir de fluxos migratórios de diferentes regiões do país, e ainda, há bairros que prevalecem moradores flutuantes, com alta rotatividade em função do emprego na mineradora. Os valores e prioridades são os mesmos em toda a população – e se não, onde estão os grandes clivagens? Não, pois há aqueles cidadãos que valorizam mais a cidade à partir da sua fixação e de suas famílias, que consideram o município melhor para residir do que aqueles de sua origem. Em geral, são pessoas que se estruturaram [parcialmente] por meio do trabalho ofertado no município. Por outro lado, há aqueles cidadãos, em geral com mais qualificação profissional e de origem de regiões mais desenvolvidas, que não criam senso de pertencimento.	
	Confiança	Quanto os cidadãos confiam uns nos outros? Parcialmente. A desconfiança é aumentada em relação à lideranças políticas e pessoas em cargos de confiança e lideranças apoiadas politicamente. Adicionalmente, as pessoas têm pouca relação entre si em seus bairros. As pessoas geralmente ajudam umas às outras ou tendem a colocar o interesse próprio em primeiro lugar? Não há relações suficientes para ajuda mútua entre os cidadãos, devido ao pouco vínculo comunitário. O comportamento anti-social é um problema? Quanto os cidadãos confiam no município para tomar decisões que sejam do interesse da comunidade como um todo?	2.8 – 2.12

Dimensão/ Fator	Variável	Aspectos a serem levantados	Número/ Posição na matriz
		Os cidadãos não confiam no Poder Público (83% dos participantes da Amostra) • Quanto os cidadãos confiam no governo nacional para tomar decisões que estão como interesse da comunidade como um todo? Não confiam (VERIFICAR)	
	Cidadania	• Existe um forte espírito comunitário que apóia a ação coletiva? Não, as relações são pontuais. • As pessoas sentem um senso de responsabilidade para com a comunidade? Não • Existem grupos ou setores da comunidade que provavelmente se sentirão excluídos? Sim • Existe uma sensação no município de que as vozes de alguns grupos são mais legítimas do que outros? Sim, para 71,56% da Amostra	2.13 – 2.16

Fonte: Levantamento de dados, *Survey* com a população, Entrevistas com o Poder Público (2023).

Quadro 4. Dimensão “Enable to” da Ferramenta C.L.E.A.R aplicada ao município de Parauapebas

Dimensão/ Fator	Variável	Aspectos a serem levantados	Número/ Posição na matriz
		• Que tipos de organizações cívicas existem e são ativas na localidade (por exemplo, organizações de jovens, grupos, campanhas ambientais, organizações de bem-estar social, pais e professores, associações, grupos desportivos ou de hobbies,	3.1 – 3.4

Dimensão/ Fator	Variável	Aspectos a serem levantados	Número/ Posição na matriz
3 “Enable to” Estão habilitados?	Tipos de Organização Civil	associações étnicas, entidades culturais)? Poucas organizações, algumas associações de bairros com lideranças conflituosas Há Movimentos sociais presentes no município • • Existe uma lista completa desses órgãos? Quais organizações têm mais membros? Quais têm mais influência na tomada de decisão municipal? Existem listas diversificadas e de diferentes naturezas para uso dos órgãos municipais, as quais não são públicas. Foram citadas nas entrevistas as listas das lideranças comunitárias. Nem todos estão mapeados • A gama de grupos existentes é suficiente para abordar toda a gama de (políticos) questões em que os cidadãos desejam se envolver? Não, pois não existe pareamento ou forças populares suficientes para contrapor as decisões da gestão municipal. Há uma desmobilização social.	
	Atividades	• Quão ativas são as organizações cívicas? Observa-se que as organizações cívicas são pouco ativas e representativas • Eles estão aumentando em número? A adesão está aumentando? Não mensurado • Esses órgãos procuram influenciar as decisões a nível municipal, ou envolver-se em serviços locais? Não mensurado • Quais são as principais maneiras de fazer isso?	3.5 – 3.7

Dimensão/ Fator	Variável	Aspectos a serem levantados	Número/ Posição na matriz
		Por meio de aproximação daqueles que são apoiadores políticos e exercem cargos de confiança do poder legislativo, o que é muito forte no município.	
	Infraestrutura Cívica	• Existem agências de “guarda-chuva” ou de coordenação que existem especificamente para apoiar o desenvolvimento ou crescimento de organizações cívicas na área? Sim, no âmbito da estrutura da prefeitura – DRC, sem capacidade estrutural para tal. • Eles têm recursos e capacidades suficientes para alcançar uma série de organizações? Não • Que apoio o município dá às organizações cívicas (por exemplo, doações, instalações ou equipamentos, apoio do pessoal, acesso às instalações, oportunidades para conhecer tomadores de decisão)? Pouco apoio. As cooperativas, por exemplo, declaram que a Prefeitura não os apoia (relato oral em Audiência Pública). • Quais são as principais fragilidades do setor voluntário e comunitário na área? A mídia local apoia o trabalho dos órgãos cívicos (por exemplo, divulgando seus Atividades)? Trabalhos comunitários são desenvolvidos de forma expressiva pelas Igrejas.	3.8 – 3.12

Fonte: Levantamento de dados, *Survey* com a população, Entrevistas com o Poder Público (2023).

Quadro 5. Dimensão “Asked to” da Ferramenta C.L.E.A.R aplicada ao município de Parauapebas

Dimensão/ Fator	Variável	Aspectos a serem levantados	Número/ Posição na matriz
4 “Asked to” Perguntados	Formas de Participação	• Como o município procura informar os cidadãos e envolvê-los em processos de tomada de decisão (por exemplo, pesquisas, consultas, grupos focais, júris ou painéis, conselhos consultivos, conselhos escolares e juvenis, fóruns regulares? Apenas informação e uso comercial de espaços de promoção, como <i>outdoors</i> e etc, sempre com viés de promoção de políticos específicos e partidos. As informações referentes aos Conselhos, geralmente, permanecem no âmbito de seus conselheiros. • O município procura usar a internet para o envolvimento do cidadão (por exemplo, colocar informações on-line, consultas on-line ou fóruns de discussão, uso de e-mail ou SMS? Não, a internet é usada meramente para divulgação de informações (pontualmente) e toda a divulgação nas redes sociais das secretarias têm que passar pela aprovação dos Secretários. Há uma seleção das informações que são disponibilizadas para os cidadãos.	4.1 – 4.2
	Estratégia	• O município tem uma estratégia de engajamento ou são iniciativas mais tímidas? Não possui estratégia de engajamento. • O município colabora com outras organizações na consultoria para envolver o público? Eventualmente há contratação de empresas de consultoria ou grupos de pesquisadores externos para promoção de instrumentos exigidos por lei, como o Plano de Mobilidade de Urbana e a construção do Código Ambiental do Município. • Os cidadãos são incentivados a participar (por exemplo, honorários, presentes, equipamentos de TI, melhorias de serviço, descontos nos encargos)?	4.3 – 4.6

Dimensão/ Fator	Variável	Aspectos a serem levantados	Número/ Posição na matriz
		Em geral, não. Nas audiências promovidas pelo PROSAP há disponibilização de monitores para as crianças e lanches. • As atividades de participação são normalmente realizadas em instalações oficiais? O município experimentou com locais incomuns para incentivar a participação (por exemplo, residências, escolas, supermercados)? Na Câmara de Vereadores. Houve experiências em locais menos comuns, como pesquisa em pontos de ônibus e dentro do transporte público, no shopping, nas escolas e comunidades, mas essas experiências não são práticas comuns e generalizadas da gestão municipal, restringem-se ao âmbito do PROSAP e do Plano de Mobilidade Urbana, quando da sua construção.	
	Alcance e Diversidade	• As formas de engajamento existentes são suficientes para alcançar todas os diferentes setores da comunidade (jovens/idosos, grupos étnicos minoritários, etc.)? Alcança, mas não produz a estratificação desejada, com pouca representatividade dos indígenas, por exemplo. • São utilizadas formas particulares de participação para atingir grupos específicos de cidadãos? Não foi mensurado. • Os tomadores de decisão dão maior prioridade às descobertas de algumas formas de participação sobre outros (por exemplo, aqueles que são preferidos pela população)? Não, priorizam o formato tradicional de audiência e sessões presenciais (algumas vezes com transmissão) na Câmara Legislativa.	4.7 – 4.9

Fonte: Levantamento de dados, *Survey* com a população, Entrevistas com o Poder Público (2023).

Quadro 6. Dimensão “Responded to” da Ferramenta C.L.E.A.R aplicada ao município de Parauapebas

Dimensão/ Fator	Variável	Aspectos a serem levantados	Número/ Posição na matriz
5 “Responded to” Devolutiva (Feedback) à Participação	Ouvindo	• Quais são os procedimentos para garantir que a voz do cidadão seja considerada na tomada de decisão? Há a realização de audiências públicas, ainda que insuficientes. A voz do cidadão se dá por influência e proximidade com políticos. • Que mecanismos são usados para alimentar os resultados de consultas ou iniciativas de participação no processo de tomada de decisão? • Não se tem conhecimento.	5.1 – 5.2
	Equilíbrio e Priorização	• Como as opiniões dos cidadãos são equilibradas com as opiniões dos profissionais e membros eleitos, especialmente onde eles divergem? Com a participação de pessoal técnico especializado nas audiências, que informa os limites e dificuldades do Poder Público. A divergência ocorre principalmente quanto à publicação de planos e cronogramas. • Quão bons são os tomadores de decisão em entender e levar em conta os pontos de vista dos cidadãos? As narrativas e perspectivas populares, especialmente de comunidades vulneráveis, não são prioridades e consideradas importantes na tomada de decisão. (INSERIR SOBRE O PONTO DE VISTA DO DRC)	5.3 – 5.4
		• Quão bom é o município em explicar aos cidadãos as razões para uma determinada decisão e as formas como as opiniões dos cidadãos foram tidas em conta? Geralmente não há devolutivas ou processo de difusão acerca dos fatores de decisão.	

Dimensão/ Fator	Variável	Aspectos a serem levantados	Número/ Posição na matriz
	Feedback e Educação	• Até que ponto os cidadãos compreendem e aceitam as decisões do município? Não compreendem e pouco reivindicam. • Que esforços o município está fazendo para melhorar sua comunicação com os cidadãos? Aumentando o uso de redes sociais. Contudo, com aspecto de promoção da gestão, com caráter comercial e meramente informativo, quando há informação que interessa no âmbito de serviços. • O município possui um programa de educação cidadã em relação à participação? Não • O município oferece apoio aos políticos e/ou funcionários para aprender como responder mais eficazmente à participação? Não, ao contrário, o DRC não tem capacidade institucional para oferecer retorno à população.	5.5 – 5.8

Fonte: Levantamento de dados, *Survey* com a população, Entrevistas com o Poder Público (2023).

Em seguida, com a finalidade de facilitar a visualização, apresenta-se o Quadro 07 que sintetiza os resultados do diagnóstico C.L.E.A.R sobre a participação social no município de Parauapebas-PA.

Quadro 7. Perfil C.L.E.A.R do município de Parauapebas-PA

Dimensão	Características identificadas no município
C	Diferentes níveis educacionais, com educação básica de baixo desempenho e poucos cursos superiores em universidade pública. Importante desigualdade na distribuição de recursos econômicos. Há diferentes grupos étnicos e mais de uma língua (indígena <i>Kayapó</i>), além de diferentes comunidades tradicionais. A população tem dificuldades de acesso aos recursos para participação e não possui um espaço de apoio aos movimentos sociais e étnicos. População com pouca capacidade de articulação e organização social Ausência de representatividade e mobilização suficiente de bairros vulneráveis junto ao poder público Há diferença de acessos e de tratamento para aqueles que são apoiadores do prefeito e de vereadores municipais.
L	Não há identidade e pertencimento territorial forte. As pessoas se reconhecem mais com “Carajás” do que com “Parauapebas”. A população tem uma percepção maior em relação a rua do que o bairro como um todo. Não existe um reconhecimento mutuo e coletivo em relação ao município, devido ao aspecto migratório recente e constante em função de trabalho e renda A confiança mútua e coletiva é parcial e a desconfiança aumenta em relação aos políticos. Os cidadãos não confiam no poder público Não há relações sociais fortes entre moradores do mesmo bairro/ região Existe a sensação de injustiças e diferenças de tratamento por parte do poder público
E	Não há organizações cívicas fortes Há movimentos sociais, cuja expressividade não se consegue mensurar A força das organizações governamentais são prevalentes às não governamentais Há prevalência da economia mineração como uma força que molda o município A estrutura voltada ao apoio à mobilização, cidadania e relacionamento com a população (DRC) não possui força e representatividade Os meios de comunicação, mais rádios, apoiam as ações governamentais e não aquelas de organizações cívicas.

Dimensão	Características identificadas no município
A	Informação no âmbito do Poder Público é voltada à promoção do governo e políticos. Informações sobre o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM) não têm ampla divulgação. Informação centralizada, controlada pelos Secretários e pela Secretaria de Governo. Não possui estratégias de engajamento. Não há incentivos à participação em sessões e eventos que requerem tal mecanismo. Há alcance e estratificação na participação, mas abaixo do esperado. Não há emprego de técnicas e instrumentos diferenciados.
R	A voz do cidadão não tem garantia de efetividade A população não tem conhecimento de cronogramas e planos de trabalho de serviços públicos As narrativas e necessidades de pessoas em locais de vulnerabilidade não são prioridade para o governo municipal Não há processos de devolutivas à população Uso de redes sociais com aspecto comercial e autopromoção Não há programas de educação cívica ou participação Os servidores não recebem treinamento ou incentivos para a participação

Fonte: Elaborado à partir dos dados da pesquisa, com base em Garbelotto (2017).

A partir da consolidação dos resultados do diagnóstico para o município estudado, com a obtenção de um perfil sobre as condições e estruturas voltados para a participação social, a metodologia da Ferramenta C.L.E.A.R sugere ainda a construção de um quadro com possíveis ações, as quais têm potencial para se transformar em políticas públicas. Assim, as sugestões produzidas pela pesquisa podem contribuir para que o município transpasse as lacunas e desafios identificados no âmbito da participação cidadã. A seguir, o Quadro 8 demonstra o modelo sugerido pelo Comitê Europeu de Desenvolvimento Local e Regional (CDLR).

Quadro 8. Recomendações de Ações ou Políticas Públicas à partir do diagnóstico C.L.E.A.R

Fator	Política pública ou ação pública correspondente
<i>Can do</i> (Pode fazer)	Desenvolvimento comunitário, capacitação e desenvolvimento, apoio prático para centros e recursos comunitários, buscando fortalecer grupos ou comunidades que precisem de ajuda para reforçar a sua voz.
<i>Like to</i> (Gosta de fazer)	Criar um sentido comunitário ou de vizinhança. As pessoas devem sentir que fazem parte de uma comunidade para sentirem-se motivadas a participar. Desenvolver estratégias para construir a coesão social ou comunitária que ajudem na criação de um ambiente apropriado à participação.
<i>Enable to</i> (Tem os meios)	Instituições cívicas podem fornecer confiança necessária ao cidadão para expressar as suas opiniões. Poderá haver necessidade de monitorar, questionar e administrar a fim de que sejam canais de interesses mais amplos e não apenas das posições privilegiadas de poucos. Investir em infraestrutura cívica e redes comunitárias, melhorando os canais de participação.
<i>Asked to</i> (É convidado)	Os modelos de participação que são variados e reflexivos oferecem a melhor opção em termos de fazer a convocação funcionar. Grupos diferentes requerem formas diferentes de mobilização.
<i>Responded to</i> (Obtém respostas)	Um sistema de políticas públicas capaz de dar respostas por meio de resultados específicos, aprendizado e feedback constantes.

Fonte: Comissão da Europa (2008).

Desta forma, a próxima seção apresenta recomendações de ações e possíveis políticas públicas que podem contribuir para suprir as fragilidades em direitos de acesso em matéria ambiental diagnosticadas pela pesquisa.

4.2. Ações e Políticas Recomendadas a partir do diagnóstico com o uso da Ferramenta C.L.E.A.R

Quadro 9. Ações e políticas recomendadas para o município de Parauapebas-PA com base no diagnóstico C.L.E.A.R

Demandas identificadas pela pesquisa na construção da Matriz C.L.E.A.R	Direcionamento	Ações ou Políticas Sugeridas	Barreira de Acesso
Dimensão C.L.E.A.R “Can do” – Podem participar?			
Dificuldade de alcance de minorias étnicas: Indígenas <i>Xikrins</i> , Assentados, Ribeirinhos	Departamento de Relações com a Comunidade (DRC) Secretaria Municipal de Governo (SEGOV) Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) – Educação Ambiental	Criação de comissão de articulação e representação de povos e comunidades nas políticas públicas	Acesso à Informação Acesso à Participação
Ausência de um espaço do cidadão, com recursos disponíveis e salas de reuniões para movimentos sociais Dificuldades de organização social, articulação e mobilização	Departamento de Relações com a Comunidade (DRC) Secretaria Municipal de Governo (SEGOV) Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS)	Criação ou Adaptação de Espaço de Apoio aos Movimentos Sociais e à População de Parauapebas Criação de Comissão Permanente de Apoio aos Movimentos Sociais	Acesso à Participação
Dimensão C.L.E.A.R “Like to” - Gosta de Participar?			
Falta de identidade e pertencimento territorial forte Não há um pertencimento/ identidade/ território constituído em função do capital e trabalho.	Departamento de Relações com a Comunidade (DRC) Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA)/ Educação Ambiental	Fortalecimento de Organizações de Bairros – estender a todos os bairros	Acesso à Participação

Demandas identificadas pela pesquisa na construção da Matriz C.L.E.A.R	Direcionamento	Ações ou Políticas Sugeridas	Barreira de Acesso
Não há confiança no Poder Público A desconfiança é aumentada em relação às lideranças políticas e pessoas em cargos de confiança e lideranças apoiadas politicamente	Secretaria Municipal de Governo (SEGOV) Departamento de Relações com a Comunidade (DRC)	Fortalecimento da atuação dos Conselhos Municipais e a sua imagem institucional Ampliação da participação social nos Conselhos Criação de Conselho Participativo de Acompanhamento e Negociação permanente	Acesso à Informação Acesso à Participação
Dimensão C.L.E.A.R ““Like to” - Gosta de Participar?			
As pessoas têm pouca relação entre si em seus bairros	Departamento de Relações com a Comunidade (DRC)	Fortalecimento de Organizações de Bairros – estender à todos os bairros Desenvolvimento de Ações nos bairros	Acesso à Informação Acesso à Participação
Poucas organizações cívicas, algumas associações de bairros com lideranças conflituosas Existem listas diversificadas e de diferentes naturezas para uso dos órgãos municipais, as quais não são públicas. Organizações cívicas são pouco ativas e representativas	Departamento de Relações com a Comunidade (DRC)	Criação ou Adaptação de Espaço de Apoio aos Movimentos Sociais e à População de Parauapebas Criação de Comissão Permanente de Apoio aos Movimentos Sociais	Acesso à Informação Acesso à Participação
Setor voltado às relações comunitárias sem capacidade institucional e com estruturas enfraquecidas Pouco apoio ao terceiro setor	Departamento de Relações com a Comunidade (DRC) Secretaria Municipal de Desenvolvimento (SEDEN) Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS)	Reformulação do Departamento de Relações com a Comunidade Desenvolvimento de um plano estratégico de atuação e desenho das estruturas internas voltadas aos Direitos de Acesso da população	Acesso à Informação Acesso à Participação Acesso à Justiça

Demandas identificadas pela pesquisa na construção da Matriz C.L.E.A.R	Direcionamento	Ações ou Políticas Sugeridas	Barreira de Acesso
Dimensão C.L.E.A.R “Asked to” - Perguntados			
Ausência de estratégias de engajamento da população com questões do município	Departamento de Relações com a Comunidade (DRC)	Desenvolvimento de um plano estratégico de atuação e desenho das estruturas internas voltadas aos Direitos de Acesso da população Desenvolver um Programa Permanente de Escuta da Sociedade	Acesso à Informação Acesso à Participação
Ações participativas em locais pouco diversificados – geralmente na Câmara de Vereadores Ausência de diversificação de formatos e mecanismos para a participação popular	Departamento de Relações com a Comunidade (DRC)	Desenvolvimento de um plano estratégico de atuação e desenho das estruturas internas voltadas aos Direitos de Acesso da população Incluir ações periódicas em cada região administrativa do município	Acesso à Informação Acesso à Participação Acesso à Justiça
Dimensão C.L.E.A.R “Responded to” - Retorno à Participação			
Ausência de mecanismos de retorno à população de consultas e audiências	Departamento de Relações com a Comunidade (DRC) Secretaria Municipal de Governo (SEGOV)	Criação de Página Institucional do Setor de Apoio aos Movimentos Sociais	Acesso à Informação
Não possui programa de educação cidadão e à participação Não oferece formação em participação social aos servidores Não, ao contrário, o DRC não tem capacidade institucional para oferecer retorno à população.	Departamento de Relações com a Comunidade (DRC) Secretaria Municipal de Governo (SEGOV)	Criação de Programa de Educação de Direitos Ambientais e Sociais Programa Institucional de Capacitação em Participação e Envolvimento da Sociedade Civil	Acesso à Informação Acesso à Participação Acesso à Justiça

Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir dos dados da pesquisa (2024).

5. CONSULTA PÚBLICA VIRTUAL JUNTO À POPULAÇÃO DE PARAUAPEBAS – PA

Este capítulo apresenta os resultados do *Survey* realizado de forma virtual junto à população do município do estudo com o objetivo central de realizar um diagnóstico da participação social, buscando conhecer as dificuldades dos munícipes em exercer a participação, assim como o levantamento de dados que possam contribuir para a construção de estratégias de superação dos empecilhos à uma participação efetiva, atendendo às características de sua população. Estes são os objetivos da ferramenta C.L.E.A.R, empregada neste estudo, cuja metodologia de pesquisa apresenta um instrumento estruturado em quatro dimensões. Para aplicação do questionário, foi utilizado o *software* gratuito Google Formulários

Três participações foram excluídas por não atenderem aos critérios de inclusão, já que a pesquisa direcionava-se à maiores de dezoito anos e residentes do município, como esclarecido no TCLE. Assim, duas respostas não estavam de acordo com o critério de idade, pois um participante informou possuir 16 anos e o outro deixou em branco, não respondendo a sua idade. Um terceiro respondente excluído informou que não era morador de Parauapebas, mas que conhecia a cidade. Logo, a amostra definitiva passou a ser de 224 participantes.

Este capítulo apresenta os resultados do *Survey* realizado de forma virtual junto à população do município do estudo com o objetivo central de realizar um diagnóstico da participação social, buscando conhecer as dificuldades dos munícipes em exercer a participação, assim como o levantamento de dados que possam contribuir para a construção de estratégias de superação dos empecilhos à uma participação efetiva, atendendo às características de sua população. Estes são os objetivos da ferramenta C.L.E.A.R, empregada neste estudo, cuja metodologia de pesquisa apresenta um instrumento estruturado em cinco dimensões.

Para aplicação do questionário, foi utilizado o *software* “Google Formulários”. Três participações foram excluídas por não atenderem aos critérios de inclusão, já que a pesquisa direcionava-se à maiores de dezoito

anos e residentes do município, como esclarecido no TCLE. Assim, duas respostas não estavam de acordo com o critério de idade, pois um participante informou possuir 16 anos e o outro deixou em branco, não respondendo a sua idade. Um terceiro respondente excluído informou que não era morador de Parauapebas, mas que conhecia a cidade. Logo, a amostra definitiva passou a ser de 224 participantes.

5.1. Dimensão 01 – Informações Sociodemográficas

A primeira dimensão estabeleceu uma investigação sóciodemográfica para conhecer, por meio de oito questões, o perfil dos respondentes e o público que está mais propício a exercer a participação em processos de consulta pública, especialmente virtuais. Além disso, pode tratar-se daquelas pessoas que estão mais comprometidas com fatores e decisões acerca do município.

A primeira pergunta diz respeito ao convite e acesso ao questionário, ou seja, por meio de qual canal os participantes tomaram conhecimento da pesquisa, investigando qual forma de disseminação é mais propulsora. Nessa categoria de investigação reside um fator de grande importância para a pesquisa, já que investiga os meios mais eficazes para a disseminação de convite às consultas públicas.

Os dados demonstram que os participantes chegaram à pesquisa, principalmente, por meio das redes sociais que embasaram o processo, impulsionado pela divulgação paga. Desta forma, mais de 65% dos participantes tomaram conhecimento da pesquisa por meios dessas mídias (*Facebook* e *Instagram*), com bastante discrepância das demais formas de promoção.

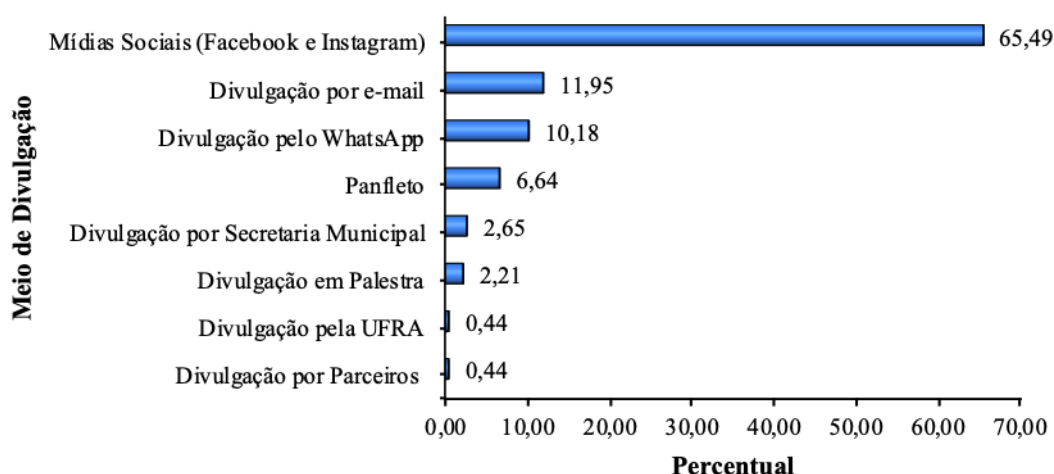
A divulgação da pesquisa também foi realizada por e-mail, direcionada às listas de e-mails dos servidores do *campus* da Universidade Federal local (aproximadamente 90 pessoas, entre docentes e técnicos administrativos) e alunos egressos (aproximadamente 100 egressos). Assim, a divulgação por e-mail foi enviada para aproximadamente 200 pessoas, por duas vezes. Essa categoria de divulgação revelou-se como 11,9% dos participantes da amostra. Em terceiro lugar, atrás da disseminação por e-mail, encontra-se a difusão pelo aplicativo de mensagens *WhatsApp*, que representa 10,18% dos respondentes.

A divulgação por meio de panfletos foi a única forma física de disseminação do convite à consulta pública, contabilizando cerca de 6,6% dos respondentes. Em tempo, é importante ressaltar que a panfletagem restringiu-se à comunidade acadêmica do *campus* da Universidade Federal, por falta de recursos materiais, logísticos e humanos para a expansão da divulgação impressa.

A opção “divulgação de alguma Secretaria Municipal” foi incluída pelo fato de que, no grupo focal da pesquisa, havia uma discente da Universidade e também servidora da Prefeitura Municipal de Parauapebas, logo, ela auxiliou na difusão para outros servidores. De forma pouco representativa registra-se a divulgação em palestra na Universidade para apresentação da pesquisa, assim como publicação em sua página virtual, e finalmente, divulgação por parceiros.

A Figura 12 apresenta a projeção acerca do retorno propiciado por cada meio de difusão testado, observando que os três primeiros canais (mídias sociais, E-mail e *WhatsApp*) representam, somados, 87,6% dos participantes da pesquisa, evidenciando a assertividade das tecnologias e comunicação digital.

Figura 12. Projeção e tendência dos meios de difusão empregados na pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

Em relação ao gênero dos participantes, constatou-se que houve uma paridade, ainda que ligeira predominância do público feminino, que soma 50,67%, ou 114 mulheres participantes em termos absolutos, enquanto os homens representam 49,33%, ou seja, 108 respondentes. A pesquisa resguardou o direito de não identificação de gênero e obteve a sinalização de

um participante. Desta forma, percebe-se que tanto homens como mulheres estão propensos a participar desse tipo de consulta, não sendo o gênero um entrave no engajamento.

A terceira categoria investiga a idade dos participantes, cujos resultados foram agrupados em faixas etárias para apresentação dos dados. A maioria situa-se na faixa entre 29 e 38 anos, com 84 respondentes, ou seja, 37,50% da amostra, seguidos daqueles que possuem idade entre 39 e 48 anos, com 70 respondentes, ou seja, 31,25%. A próxima faixa etária (de 49 a 58 anos) teve uma queda acentuada, com apenas 23 participantes, pouco mais de 10%. As pessoas com idade mais avançada, ou seja, com mais de 59 anos são pouco representativas para a amostra, com 2,23%.

Outro fator investigado é a escolaridade dos participantes, cuja categoria apresentou opções que pudessem contemplar a todos, desde aqueles sem alfabetização, até o nível de pós-graduação. Os dados demonstram que os respondentes, em sua maioria, possuem ensino superior ou pós-graduação, revelando uma participação mais qualificada. Somente no nível superior, entre graduação completa e aqueles que possuem pós-graduação, encontram-se mais de 63% dos respondentes.

Merece especial destaque para o fato de que não houve participantes sem acesso à educação ou apenas com a educação infantil, e ainda, com baixíssima incidência daqueles que possuem apenas ensino fundamental ou médio incompleto. Assim como baixa expressividade de pessoas que possuem ensino médio ou técnico, conforme demonstra a Tabela 2. Os dados demonstram ainda que aqueles que finalizaram o ensino superior iguala-se àqueles que não finalizaram, com importância em torno de 23% cada nível. A maioria dos participantes, com 72 respondentes, possui pós-graduação completa.

A Tabela 2 demonstra a investigação quanto ao gênero, idade e escolaridade dos participantes.

Tabela 2. Investigação quanto ao gênero, idade e escolaridade dos participantes

Sexo	Masculino	108	49,33
	Feminino	114	50,67
	Total	222	100,00

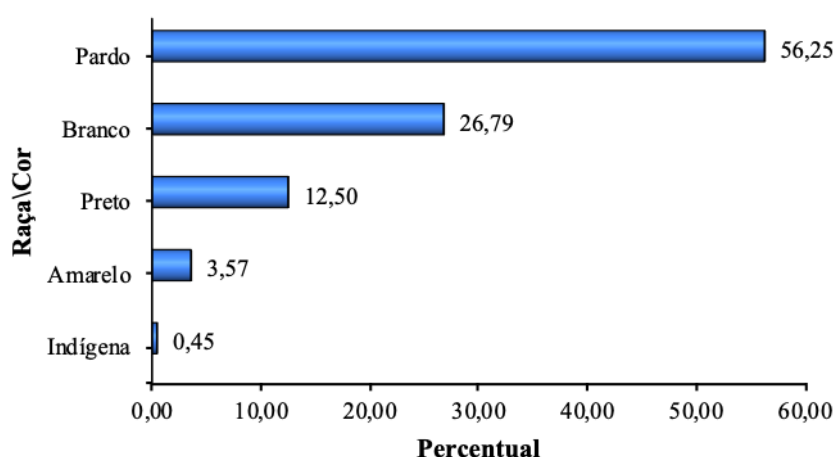
Faixa Etária	18 a 28	42	18,75
	29 a 38	84	37,50
	39 a 48	70	31,25
	49 a 58	23	10,27
	59 ou mais	5	2,23
	Total	224	100,00
Escolaridade	Ensino Fundamental Incompleto	1	0,44
	Ensino Fundamental Completo	3	1,33
	Ensino Médio Incompleto	5	2,22
	Ensino Médio Completo	13	5,78
	Ensino Superior Incompleto	53	23,56
	Ensino Superior Completo	53	23,56
	Pós-Graduação Incompleta	17	7,56
	Pós-Graduação Completa	72	31,99
	Ensino Técnico	8	3,56
	Total Geral	224	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

Outro aspecto importante no tocante à investigação acerca da estratificação da participação é a raça daqueles que estão sendo atingidos ou incluídos em processos de consulta pública. Nesta pesquisa, a amostra demonstra que a maioria absoluta considera-se como pardo, com 126 respondentes (56,25%), seguidos de brancos, com 60 participantes (26,79%). Aqueles que se consideram pretos respondem por 28 participantes (12,5%), seguidos daqueles que consideram-se da raça amarela, com 8 participantes (3,57%), e apenas 1 indígena, ou seja, 0,45%. Esse dado é alarmante, pois é necessário ampliar a participação dos indígenas, visto que a pesquisa ocorre em um município amazônico, com território indígena da etnia Xikrin no interior da Unidade de Conservação, ocupando uma área que faz fronteira com áreas de atividade de mineração industrial.

A Figura 13 permite evidenciar a divisão dos participantes pelo quesito racial, com especial atenção para a ínfima representação dos respondentes que se identificam como indígenas.

Figura 13. Distribuição dos respondentes por raça



Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

Outra categoria estipulada para o estudo refere-se à origem dos participantes e justifica-se pelo fato do município de Parauapebas possuir apenas 35 anos e sua promulgação ter ocorrido em função do empreendimento mineral. Assim, essa investigação permite conhecer a diversidade de sua formação territorial, e ainda, confirmar o que retrata a literatura acerca dos movimentos migratórios para a região amazônica em função da atividade de mineração e dos grandes projetos industriais.

Pela amostra dos participantes, é possível perceber que a maioria dos residentes no município é proveniente da região nordeste, com mais de 25% dos respondentes, percentual superior àqueles com origem em outras cidades do estado, na capital e quase o dobro daqueles que são nascidos em Parauapebas-PA, que obteve apenas 14% dos participantes. Esse dado era esperado, uma vez que a maioria dos participantes declarou uma idade superior ao do município. O território recebeu ainda migrantes da região sudeste, com 12,95% da amostra, outros estados da região norte com menor representatividade e poucos da região centro-oeste (4,46%) e apenas 1 participante declarou possuir origem na região sul do país, ou seja, pouco significativo. A Tabela 3 demonstra detalhadamente a origem dos participantes.

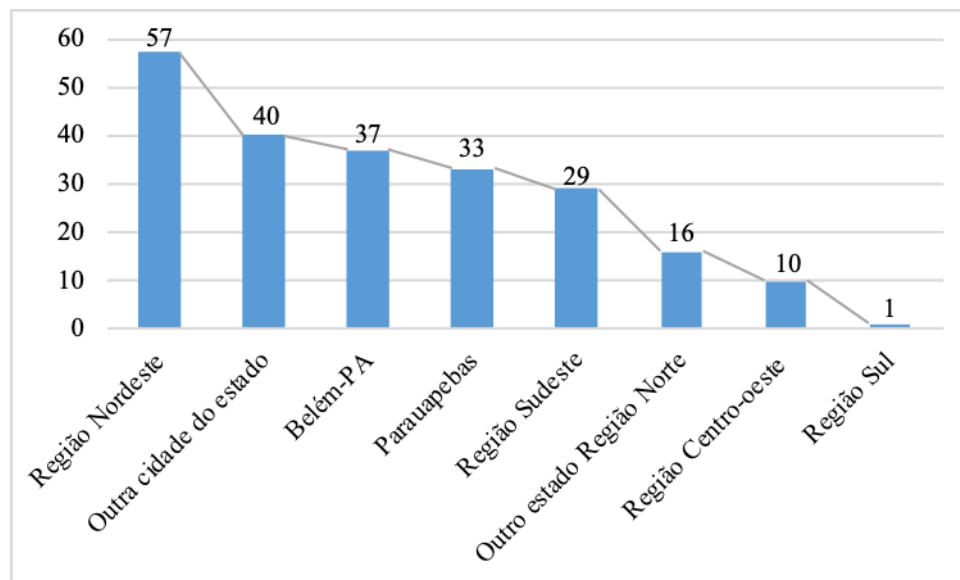
Tabela 3. Origem dos participantes da pesquisa

Região	Nº Absoluto	Nº Percentual
Região Nordeste	57	25,45%
Outra cidade do estado	40	17,86%
Belém-PA	37	16,51%
Parauapebas	33	14,73%
Região Sudeste	29	12,95%
Outro estado Região Norte	16	7,14%
Região Centro-oeste	10	4,46%
Região Sul	1	0,45%
Não respondeu	1	0,45%
Total	224	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

A Figura 14 apresenta os dados projetados em gráfico, para melhor comparação sobre as regiões e localidades de origem dos participantes da pesquisa.

Figura 14. Projeção da representação de cada região na origem dos moradores de Parauapebas-PA



Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

O Quadro 10 apresenta o detalhamento acerca dos estados de origem dos participantes. Aqueles que migraram da região nordeste, têm origem principalmente no estado do Maranhão, com 45 dentre os 57 respondentes, ou seja, mais de 78% daqueles que saíram dessa daquela região para morar em

Parauapebas, são do Maranhão, estado fronteiriço com o Pará. É necessário lembrar ainda que a Estrada de Ferro Carajás (EFC), que estende-se de Parauapebas até São Luís do Maranhão, materializa a ligação entre os dois estados em torno do empreendimento mineral.

Aqueles advindos do centro-oeste são, majoritariamente, do estado de Goiás, com 8 entre as 10 pessoas da região. A maioria dos respondentes naturais do sudeste têm origem em Minas Gerais, com índice de 58%.

Entre os participantes que são de outros estados da região norte, 75% das pessoas, ou seja, 17 entre os 29 respondentes são do estado do Tocantins, que faz fronteira ao Sul e Sudeste do Pará.

Quadro 10.Estados de origem por região

Total Nordeste	Nº respondentes Maranhão	% do MA dos advindos do NE
57	45	78,94%
Total Centro-oeste	Nº respondentes Goiás	% de GO dos advindos do CO
10	8	80%
Total Sudeste	Nº respondentes Minas Gerais	% de MG dos advindos do Sudeste
29	17	58,62%
Total Outros Estados Região Norte	Nº respondentes Tocantins	% do TO dos advindos da Região Norte
16	12	75%

Fonte Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

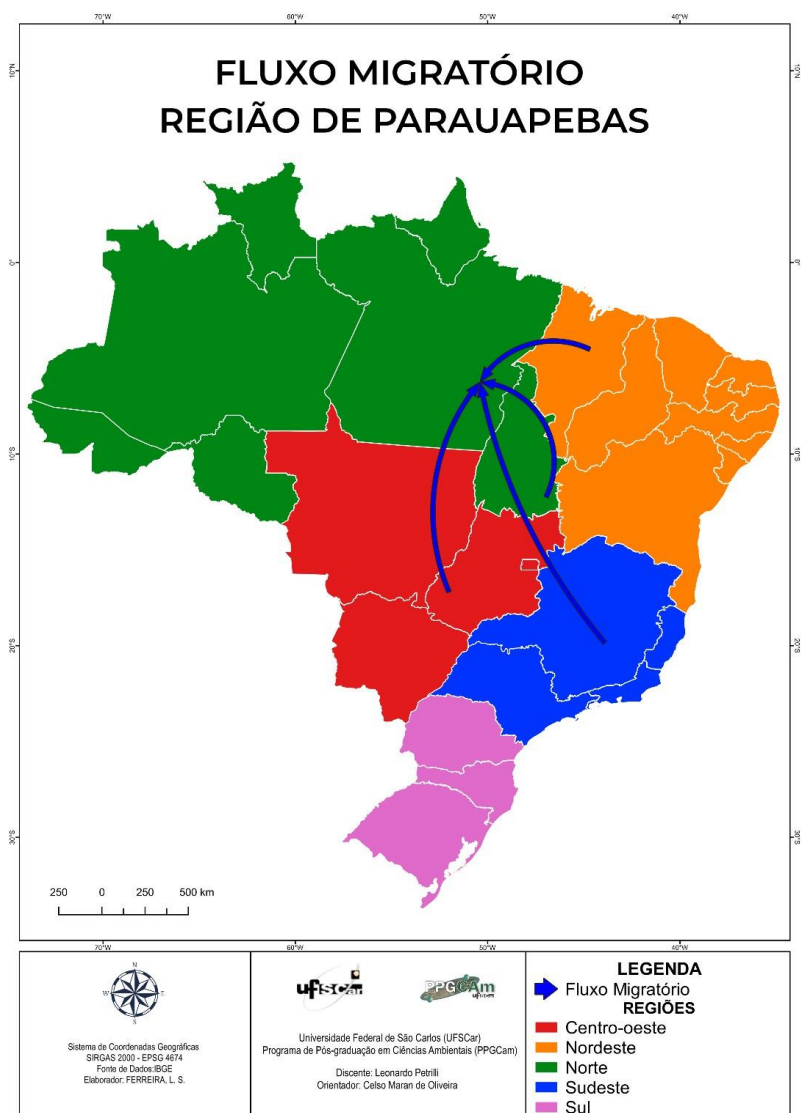
Em outra perspectiva, quando comparado entre aqueles que são naturais do município do estudo, apenas 33 entrevistados (14,7%) são nativos, e os migrantes de outras cidades e regiões correspondem à maioria, 190 (85,3%). Essa análise se faz importante para investigar o pertencimento territorial, e consequentemente, o envolvimento com questões e decisões locais.

Santos (2020) ressalta que o modelo econômico de grandes projetos e em atividades extrativistas, concentrados em regionalmente gerou a criação de territórios com “grandes e brutais” migrações (p. 27). Para ele, o jogo do mercado configura territórios com desigualdades e injustiças, além de produzir espaços sem cidadãos (p.59). Nessas migrações, ainda de acordo com Santos (2020), observa-se a ausência de direito a um entorno. Neste sentido, ele esclarece que no Brasil as pessoas deslocam-se no território nacional cada vez mais e que essas migrações são forçadas, ligadas à “inacessibilidade a bens e serviços essenciais” (p.60). Ou seja, as migrações em função de sobrevivência

ocorrem em função da ineficiência do Estado de bem-estar, que continua ao longo da vida daqueles mais vulneráveis ou da população pobre.

A Figura 15 apresenta os principais fluxos migratórios para a região de Carajás e o município de Parauapebas, de acordo com os dados da pesquisa. A imagem permite visualizar nitidamente a importância da migração em função do projeto extrativista “Programa Grande Carajás”, dentre os quais destaca-se fluxos advindos dos estados de Minas Gerais, Goiás, Tocantins e Maranhão.

Figura 15. Principais fluxos migratórios para o município de Parauapebas



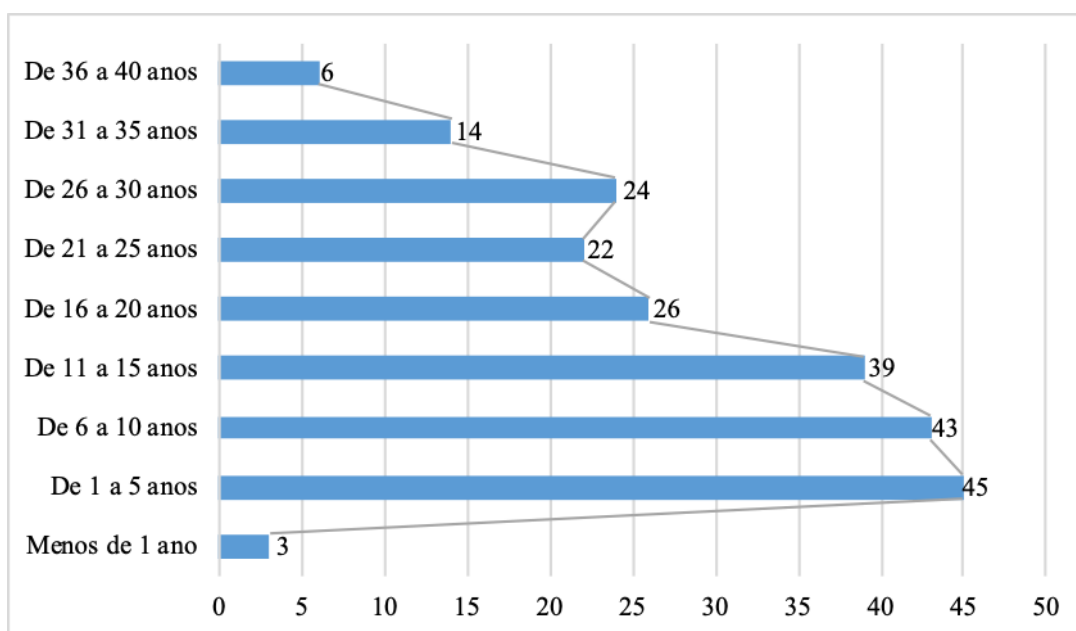
Fonte Elaborado para a pesquisa (2023).

Ainda neste sentido, no âmbito do pertencimento, foi levantado há quantos anos aqueles que não são naturais de Parauapebas estão estabelecidos na cidade.

Os dados foram agrupados em faixas com intervalos de um período de 5 anos para melhor visualização. A Figura 16 demonstra que a maioria dos participantes está estabelecida em Parauapebas há no máximo 5 anos, representando pouco mais de 20% da amostra, com 45 pessoas. Em seguida, 43 respondentes estão fixados no município em um intervalo entre 6 e 10 anos, ou seja, aproximadamente 19% dos participantes. Em terceiro lugar, aqueles que residem entre 11 e 15 anos, com 39 pessoas, sendo pouco mais de 17%. Aqueles que estão fixados em Parauapebas há mais de 16 anos representa uma parcela consideravelmente menos, caindo para o patamar de 26 pessoas, seguidos daqueles que estão na faixa entre 21 e 25 anos, e logo depois, aqueles que estão em Parauapebas há no máximo 30 anos.

Um dado importante é sobre aqueles que estão no município há um período superior a 31 anos, com pouca incidência neste estudo. Apenas 14 respondentes estabeleceram-se em Parauapebas entre 31 e 35 anos atrás e, finalmente, apenas 6 pessoas (2,67%) declararam que residem há mais de 36 anos.

Figura 16. Tempo de residência no município de Parauapebas



Fonte Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

A última categoria da Dimensão 1 investiga os bairros e/ou distritos que residência dos participantes, com a finalidade de verificar quais regiões da cidade podem ser mais ou menos representativas em processos de consulta pública.

A pesquisa alcançou 51 bairros, com concentração de participantes em poucos bairros. A Tabela 4 demonstra que a maioria reside em apenas cinco bairros, sendo: a) Cidade Jardim, b) Parque dos Carajás, c) União, d) Nova Carajás, e) Primavera, respondendo por aproximadamente 42% da amostra. Neste momento é importante ressaltar que estes bairros são centrais e possuem imóveis de padrão mais elevado.

Tabela 4. Bairros com maior concentração de participantes da pesquisa

Bairros mais representados	Nº	Nº
	Absoluto	Percentual
Cidade Jardim	37	16,51%
Parque dos Carajás	19	8,48%
União	13	5,80%
Nova Carajás	13	5,80%
Primavera	12	5,36%
Total	94	41,95%

Fonte Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

Aqueles menos representativos na amostra, com apenas um participante, somam 22 bairros. Trata-se de regiões mais afastadas do centro urbano, bairro mais periféricos, como o “Palmares Sul”, que localiza-se em uma região de transição entre zona urbana e rural e possui assentamento e população em situação de vulnerabilidade. O Quadro 11 apresenta os bairros menos representativos nessa pesquisa.

Quadro 11. Bairros menos representativos na pesquisa

Bairros com apenas um (01) representante na pesquisa	
"17"	1
Alvorá	1
AMEC VILLE	1
Alto Bonito	1
Industrial	1
Novo Brasil	1
Bom Jesus 2	1
Caetanópolis	1
Chácara das Estrelas	1

Bairros com apenas um (01) representante na pesquisa	
Esplanada	1
Ipiranga	1
Jardim América 2	1
Jardim Eldorado	1
Jardim Planalto	1
Jardins	1
Liberdade II	1
Loteamento Triunfo	1
Morada Nova	1
Nova Esperança 2	1
Nova Vida II	1
Parque das Nações I	1
Palmares Sul	1
Total	22

Fonte Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

A Dimensão 01 levantou dados e informações de natureza sócio demográfica, a fim de conhecer o perfil da amostra, ou seja, daqueles que estão mais propensos a realizar a participação em pesquisas de consultas públicas voltadas às questões ambientais do município.

A seguir, o Quadro 12 apresenta uma visão geral do perfil dos participantes, como resultado da inferência à partir dos 224 respondentes. Observa-se que o público é, sobretudo, constituído pelo gênero feminino, com idade entre 29 e 38 anos, com pós-graduação, de raça parda e oriundos do nordeste, com tempo médio de residência em Parauapebas entre 1 e 5 anos. Essas pessoas residem, principalmente, nos bairros centrais, como Cidade Jardim e Parque dos Carajás, e finalmente, tomaram conhecimento da pesquisa por meio de mídias sociais (*Facebook e Instagram*).

Quadro 12. Síntese da Seção Sociodemográfica do survey com a população

Fatores	Predominância
Gênero	Feminino (50,67%), Masculino (49,33%)
Idade	De 29 a 38 anos (37,5%)
Escolaridade	Pós-graduação (31,99%)
Raça	Pardos (56,2%)
Região de origem	Nordeste (25,4%)
Tempo de residência no município	De 1 a 5 anos (20%)
Bairros mais representados na pesquisa	Cidade Jardim (16,5%) e Parque dos Carajás (8,4%)
Conhecimento da pesquisa	Mídias Sociais (65,6%)

Fonte Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

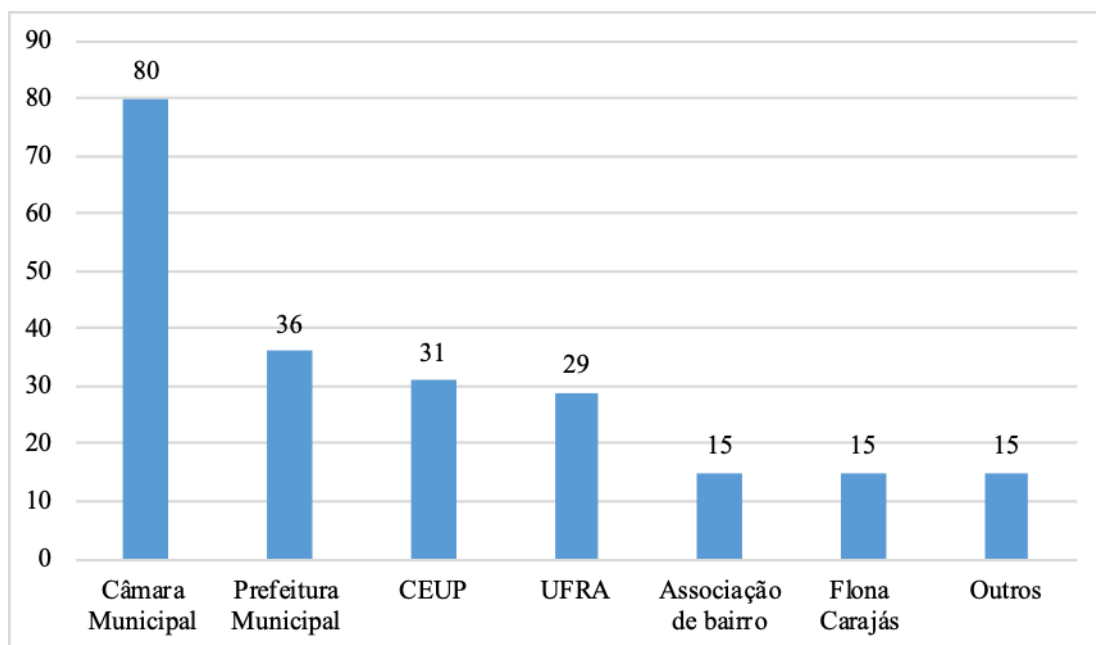
5.2. Dimensão 02 – Participação Social

A dimensão 02, dividida em seis questões, investiga especificamente os fatores e dificuldades da população em exercer a participação social em reuniões, conselhos e espaços de políticas públicas.

A primeira categoria de pesquisa levantou quais locais poderiam facilitar a inserção e frequência dos respondentes em processos participativos do município. Para não gerar confusão acerca da intenção da pergunta, estabeleceu-se o critério de objetividade, cujas opções de respostas considerou órgãos em diferentes localidades do município, desde a área urbana e central, onde encontra-se a Câmara Municipal, Prefeitura e o Centro de Educação Universitária de Parauapebas (CEUP), até a zona rural, onde encontra-se a Universidade Federal Rural da Amazônia em um extremo e na direção contrária, também em área rural, a Unidade de Conservação “Flona Carajás”.

A maioria considera que processos participativos na Câmara Municipal podem facilitar a sua participação, com sinalização de 80 respondentes, ou 35%, mais de 1/3 da amostra. Em seguida, foi apontado por 36 respondentes, ou 16% da amostra que a Prefeitura Municipal é o local mais facilitador. Em terceiro lugar, o Centro Universitário de Parauapebas (CEUP), localizado no bairro central “Cidade Nova” é o local mais adequado para pouco mais de 13% da amostra, ou 31 respondentes. Em seguida, a Universidade Federal, que localiza-se na zona rural, a 7 quilômetros da entrada da cidade, também foi apontada por 29 respondentes (12,9%) como facilitador da participação em processos participativos (Figura 17).

Figura 17. Locais adequados para processos participativos, segundo a população



Fonte Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

Também foram assinalados como locais facilitadores da participação social: A Unidade de Conservação Floresta Nacional de Carajás, Associações de bairros e “outros”, os quais registraram 15 manifestações, 6,70% da amostra.

Ao assinalar “outros”, os respondentes deveriam indicar os locais que poderiam facilitar a participação social. Assim, o Quadro 13 demonstra as manifestações.

Quadro 13. Outros locais lembrados como facilitadores da participação social em Parauapebas

Outros/ Manifestações	Nº Absoluto
UPA Cidade Jardim	2
Rodovia PA 160	1
Escolas de bairros	3
Centro Cultural de Parauapebas	2
Secretaria Municipal de Saúde	1
Doceria Karina	1
SENAI	2
Distrito Palmares Sul	1
Nenhum	2
Total	15

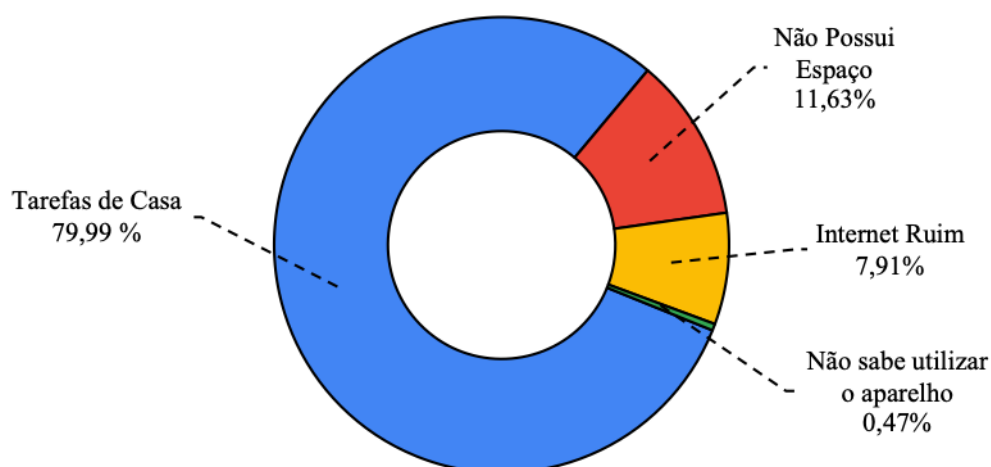
Fonte Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

Outra questão investigada é em relação à natureza da participação, seja presencial ou virtual. Essa categoria traz luz à possibilidade de transpassar dificuldades em promover espaços e processos participativos, especialmente de forma aleatória e estratificada, já que o acesso, transporte e recursos são fatores que a literatura aponta como limitadores da participação.

Neste sentido, a foi questionado se os participantes sentem-se aptos a manusear e fazer uso de equipamentos eletrônicos e participar de ações digitais. Essa questão foi respondido por todos os participantes e apenas um respondente apontou possuir dificuldades por não saber manusear computadores e equipamentos. Portanto, 223 participantes, ou seja, 99,55% da amostra dizem sentir-se apto a participar virtualmente de ações e processos digitais.

Também foi questionado os motivos que podem ser empecilhos à participação virtual, ou seja, de forma remota. Para quase 80% dos respondentes, a maior dificuldade é a rotina de tarefas domésticas. Em seguida, com um percentual muito menor, 11% disseram não possuir um local adequado e um dado que merece destaque é que apenas 7% da amostra informou que não possui um serviço de internet de qualidade. A Figura 18 demonstra esses resultados.

Figura 18. Percentual dos entrevistados em relação a dificuldades em Participação em eventos digitais

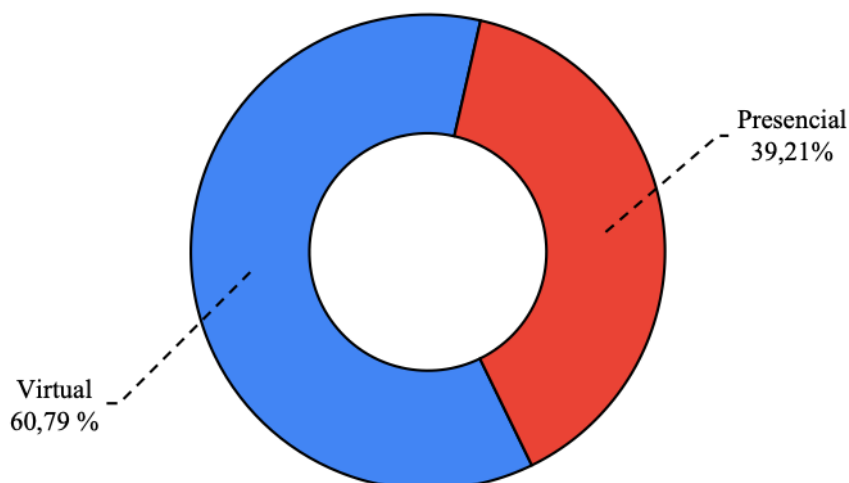


Fonte Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

Apesar de 223 respondentes (99,5%) sinalizarem que possuem condições de participação virtual, ao serem questionados se preferem exercer a participação de forma virtual ou presencial, o resultado apresenta-se mais polarizado. Aqueles que preferem os meios virtuais em processos participativos somam 60,79% dos respondentes. Já os participantes que preferem exercer a participação de forma presencial representam 39,21% da amostra.

Esse resultado demonstra que, ainda que a maioria da amostra prefira as ações virtuais, uma parcela importante e considerável ainda prefere que a participação seja promovida de forma presencial. A Figura 19 demonstra essa divisão entre a participação virtual e presencial.

Figura 19. Percentual dos entrevistados em relação a forma de participação

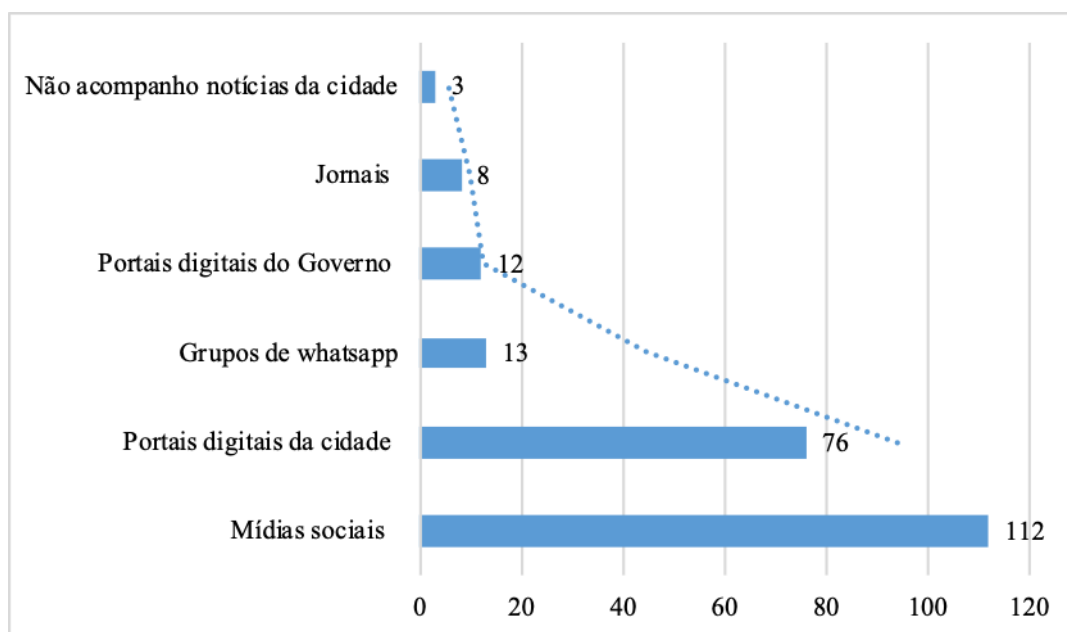


Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

Ainda nesta linha de investigação, a pesquisa perguntou sobre os veículos de notícias locais mais utilizados pela população. Os dados demonstrados na Figura 20 evidenciam que os meios virtuais são os mais utilizados, com destaque para uso de mídias sociais (*Instagram* e *Facebook*), com 112 participantes ou 50% da amostra. Em seguida, 76 pessoas (33,9%) disseram que acessam os portais digitais de veículos de notícias locais. Houve ainda quem dissesse que se informa por meio de informações compartilhadas no aplicativo de mensagens instantâneas *WhatsApp* (13 pessoas, ou 5,8% da amostra). Apenas 5,35% ou 12 respondentes sinalizaram utilizar portais oficiais do município para acesso à notícias locais.

Esse resultado é importante por dois motivos: 1) revela que as redes sociais estabeleceram-se como meio de acesso à informação, 2) o percentual de participantes que busca e acessa notícias do próprio município não passa de 50%, havendo ainda aqueles que não informam-se sobre acontecimentos locais.

Figura 20. Meios de acesso às informações do município



Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

A Tabela 5 demonstra os resultados da segunda dimensão da pesquisa, que investiga os fatores da participação, especialmente entre ações presenciais e virtuais. A amostra permite inferir que a participação popular no município de Parauapebas pode obter melhores resultados se promovida na Câmara ou na Prefeitura Municipal e que a modalidade virtual ainda é preferida, embora boa parte prefira ações presenciais devido às dificuldades com tarefas domésticas e por não possuir um local silencioso para acesso. Trata-se de uma população com acesso à internet de forma quase absoluta e que enveredam nas redes sociais pessoais e em sites de notícias locais para informarem-se sobre questões do próprio município.

Tabela 5. Síntese da Seção de Participação Social do *survey* com a população

Fatores	Predominância
Locais facilitadores	Câmara Municipal (35,71%) e Prefeitura (16,07%)

Fatores		Predominância
Facilidade de uso de ferramentas digitais		Sim (99,5%)
Dificuldades de participação virtual	Tarefas domésticas (75,4%) e Local silencioso (11%)	
Natureza das ações participativas		Virtual (60,79%)
Veículos de acesso à informação	Mídias sociais (50%) e Portais de notícias locais (33,9%)	

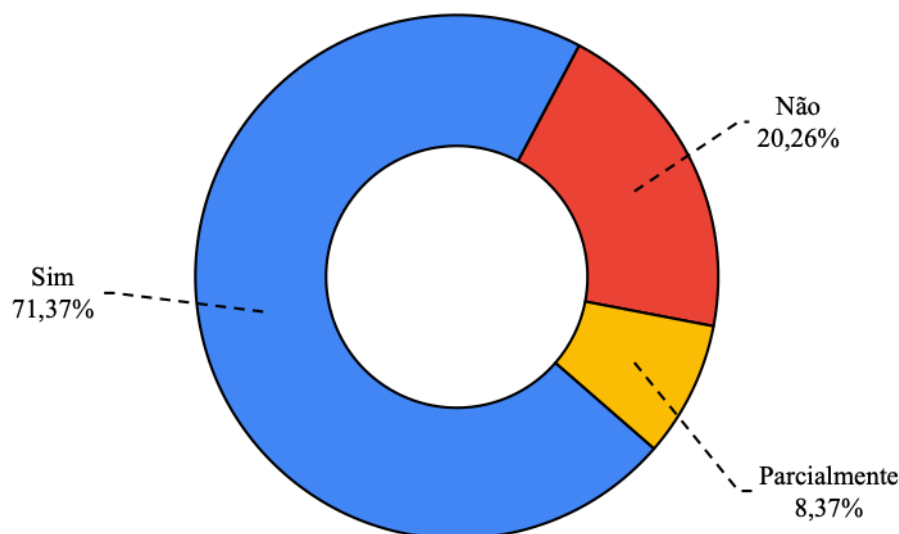
Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

A terceira dimensão da pesquisa voltou-se a investigar as oportunidades e necessidades percebidas e o relacionamento entre municípios e Poder Público, permitindo desta forma, conhecer o município por meio da visão de sua população.

O fato de tratar-se de uma cidade da Amazônia, que se desenvolveu à partir da atividade extrativista em escala industrial, cujas dinâmicas são dependentes dessa economia de escala (enclave), as questões dessa dimensão são pertinentes também na investigação de possíveis vetores de diversificação e fortalecimento econômico, inclusão e justiça social, já que em municípios com grandes projetos, mecanismos econômicos e sociais menores são preteridos frente à indústria.

A primeira questão investiga a percepção da população sobre as oportunidades que o município proporciona [ou não]. Ao serem questionados se, na visão pessoal, o município de Parauapebas proporciona oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional, 158 respondentes, ou seja, 71,37% da amostra disse que enxerga oportunidades, conforme a Figura 21.

Figura 21. Percentual dos entrevistados que enxergam oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional em Parauapebas

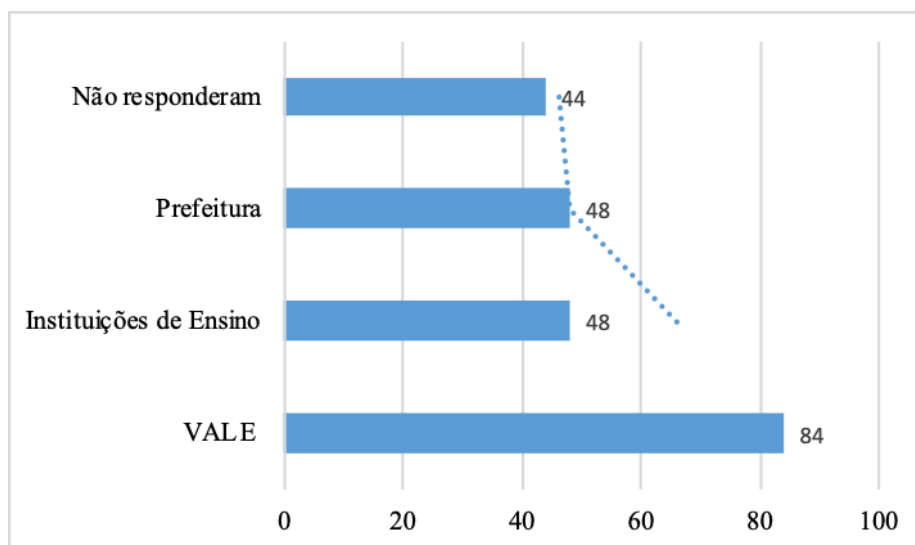


Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

Em seguida, foi perguntado em quais setores ou localização geográfica do município os participantes enxergam oportunidades. A grande maioria, com 84 pessoas, 37,5% da amostra, disseram que as oportunidades encontram-se na mineradora Vale S.A. Depois, os participantes dividiram-se entre a Prefeitura Municipal e as Instituições de Ensino, com 21,42% para cada categoria como oportunidades. Nota-se que os respondentes apontaram as Instituições de Ensino como fonte de oportunidades, podendo estar relacionado à formulação da questão, que pergunta tanto oportunidades profissional como pessoal.

Outro fator de destaque é que a maioria da população tem a percepção de que as oportunidades encontram-se no setor de mineração, conforme a Figura 22.

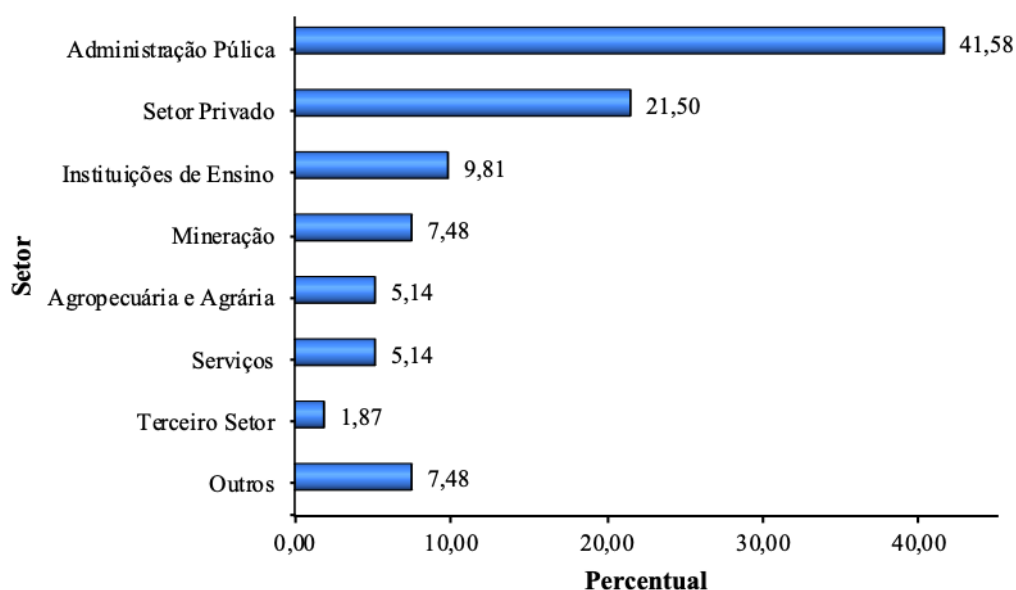
Figura 22. Setores em que percebe mais oportunidades



Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

Em relação às oportunidades, foi perguntado ainda sobre os setores em que a população gostaria de encontrar mais oportunidades, com destaque para a Administração Pública (41,58%), seguido do setor privado, com 21,5%. As instituições de ensino também aparecem nos resultados e indica que parte dos respondentes atribui a oportunidade de desenvolvimento pessoal ao ensino superior, com 9,81% dos participantes. A mineração (7,48%) e agropecuária (5,14%) também foram lembradas, conforme demonstrado na Figura 23.

Figura 23. Setores que os respondentes enxergam oportunidade de desenvolvimento pessoal



Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

Nesta seção foi abordado ainda sobre a qualidade de vida no município de Parauapebas, com levantamento dos fatores que são geradores de bem-estar e de mal-estar na população. Quanto às atividades de bem-estar percebidas pela população, 63 respondentes da pesquisa informaram que o município não oferece atividades de bem-estar, seguido daqueles que apontaram espaços públicos, com apenas 11% dos participantes. Essas e as demais atividades apontadas podem ser visualizadas na Tabela 6.

Neste momento, faz-se um resgate teórico de Milton Santos, ao defender a concepção de “espaço sem cidadãos”. Para Santos (2020), cidades que existem em função do capital, são fundadas pelo Estado para atender e servir à economia e não à sociedade (p.60).

Quanto aos fatores que causam mal-estar, a maioria absoluta assinalou infraestrutura e serviços públicos, com 39% dos respondentes. A segunda atividade apontada foi “desordem”, com 18% dos participantes. Nas respostas apareceu ainda aqueles que disseram que não há nenhum fator gerador de mal-estar (10,11%), seguidos daqueles que correlacionam a gestão do município ao mal-estar (8,51%). A Tabela 6 apresenta os resultados dessas questões.

Tabela 6. Atividades que Causam Bem-Estar e Atividades que Causam Mal-Estar no município de Parauapebas

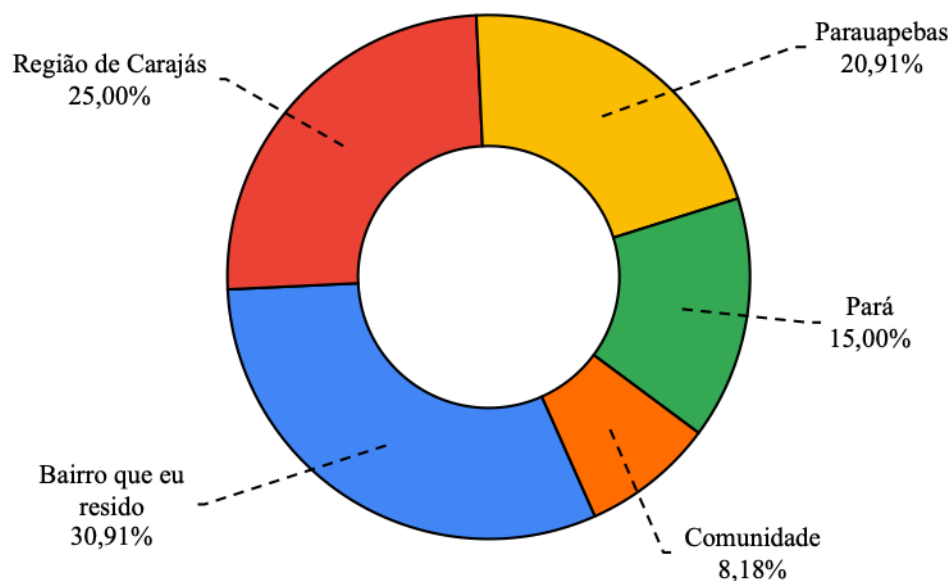
Variável	Categoria	Quantidade	Percentual
Atividade de Bem-Estar	Nenhuma	63	31,81
	Espaços Públicos	26	13,13
	Atividades Esportivas	22	11,11
	Lazer	22	11,11
	Serviço Público	18	9,09
	Espaços Privados	10	5,05
	Festivais	9	4,55
	Instituições Ensino\Religiosas	9	4,55
	Projetos Sociais	7	3,54
	Outros	12	6,06
	Total	198	100,00
Atividade de Mal-Estar	Infraestrutura e Serviços	74	39,35
	Desordem	35	18,62
	Nenhuma	19	10,11

Variável	Categoria	Quantidade	Percentual
	Administração Pública	16	8,51
	Violência	15	7,98
	Poluição	14	7,45
	Mineração	9	4,79
	Desmatamento	6	3,19
	Total	188	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

A pesquisa investigou ainda sobre a identificação dos participantes ao município, disponibilizando opções para que os participantes apontassem aquela que mais se identificam, permitindo esboçar uma análise sobre o pertencimento. Os resultados demonstram que a área do bairro é mais familiar do que o município como um todo, e ainda, é possível perceber que a população identifica-se mais com “Carajás” do que com o próprio município. Para 25% dos respondentes Carajás é mais familiar do que Parauapebas, com 20,9% dos participantes. Uma possível explicação para isso é o fator histórico de migração populacional em função de emprego em “Carajás”, no Programa Grande Carajás, cujos movimentos de ocupação tiveram início antes mesmo da existência do município, que inclusive passou a existir oficialmente anos depois do início das atividades em Carajás, região que reúne diversos municípios de mineração, conforme demonstrado na Figura 24.

Figura 24. Elementos de identificação pessoal em relação ao local habitado



Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

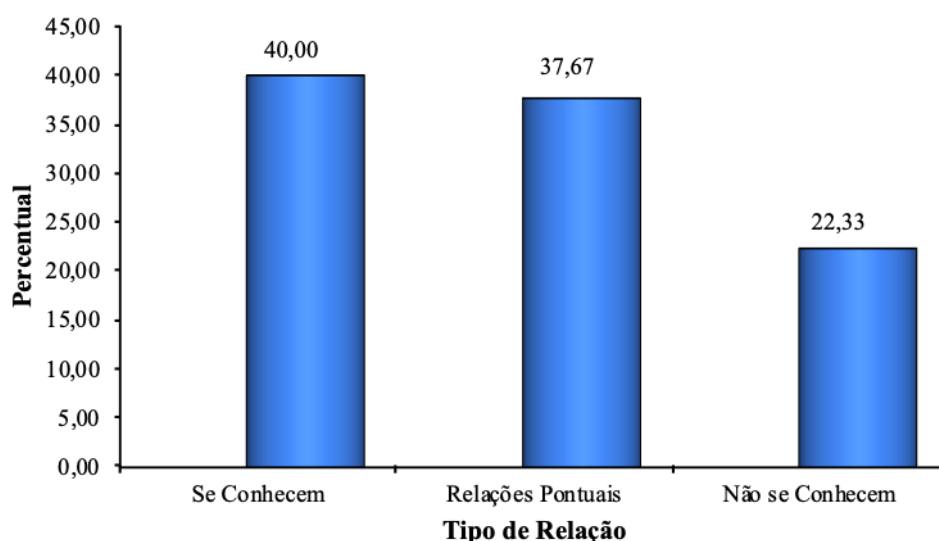
Ainda no âmbito sobre bem estar no município, enveredou-se para uma investigação acerca do senso comunitário e das relações entre as pessoas do mesmo bairro, fatores estabelecidos pela ferramenta C.L.E.A.R para conhecimento sobre o nível de engajamento cidadão e cívico ou propensão para tal de sua população

Pateman (1992) de posse das contribuições de Rousseau para as teorias democráticas, ressalta que para o autor, a participação possui a função de “integração”, fazendo com que, no exercício da participação, cidadãos isolados se reconheçam no senso de comunidade. Desta forma, a participação para Rousseau, tanto por meio da experiência possibilitada quanto em relação aos resultados que pode propiciar àquilo que buscam os cidadãos e ao próprio sistema político, direciona o cidadão isolado para a experiência social, reverberando-se em um senso de comunidade (Pateman, 1992, p.41-42).

Assim como Rousseau, para Mill, outro autor notável no tecer das teorias democráticas, a participação tem função integrativa, pois é por meio da discussão política que o indivíduo torna-se “conscientemente” membro de uma comunidade maior, passando a “sentir que pode fazer algo pelo bem comum” quando é necessário (Pateman, 1992, p.49).

A Figura 25 demonstra que os respondentes afirmaram que as pessoas, em seus bairros, “se conhecem” (40%), têm relações pontuais (37,67%) e ainda, 22,33% afirmam que vizinhos não se conhecem, revelando assim, um fraco relacionamento comunitário. Neste momento, é válido lembrar que a cidade possui boa parte da população flutuantes, que fixa-se no município somente em função de emprego e atribuições nas atividades de mineração. Essa população, bastante expressiva, geralmente não desenvolve pertencimento territorial e cultiva relações sociais mais voltadas àqueles com quem possui relações em função do trabalho.

Figura 25. Percepção acerca das relações entre os moradores do mesmo bairro em Parauapebas

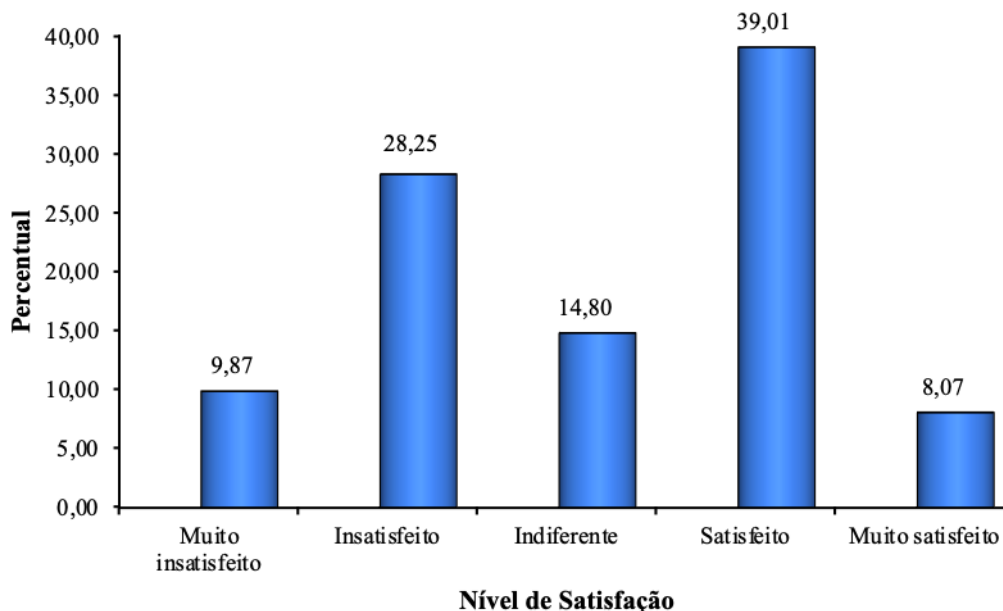


Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

Foi perguntado ainda sobre a percepção de satisfação quanto ao bairro em que os participantes residem, cujas respostas dividem-se entre aqueles que sentem-se satisfeitos e aqueles que são insatisfeitos com os seus bairros. Os resultados ficaram bastante segmentados, com tímida diferença entre os “satisfeitos” e “não satisfeitos”. Para a leitura deste resultado, foram agrupados aqueles que assinalaram “muito insatisfeito”, “insatisfeito” e “indiferente”, representando pouco mais de 52% das pessoas que inclinam-se a não gostar das condições dos seus bairros. Aqueles que estão satisfeitos com o local onde residem somam 47,08% entre “muito satisfeitos” e “satisfeitos”. A Figura 26

evidencia a satisfação entre os participantes da pesquisa em relação aos seus bairros.

Figura 26. Satisfação da população com o local em que reside



Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

Em seguida, a pesquisa levantou a confiança da população no Poder Público Municipal, que resultou em apenas 5,3% de participantes que confiam plenamente na Administração de Parauapebas, seguido daqueles que “confiam com dúvidas”, com 27,6%. O maior resultado dessa questão foi registrado pela categoria daqueles que “não confiam plenamente”, com 31,24% dos respondentes e 24% daqueles que “não confiam de forma nenhuma”. Excluindo as categorias de confiança plena e indiferentes, os respondentes das outras categorias somam 83,03% dos participantes que dizem não confiar no Poder Público de Parauapebas.

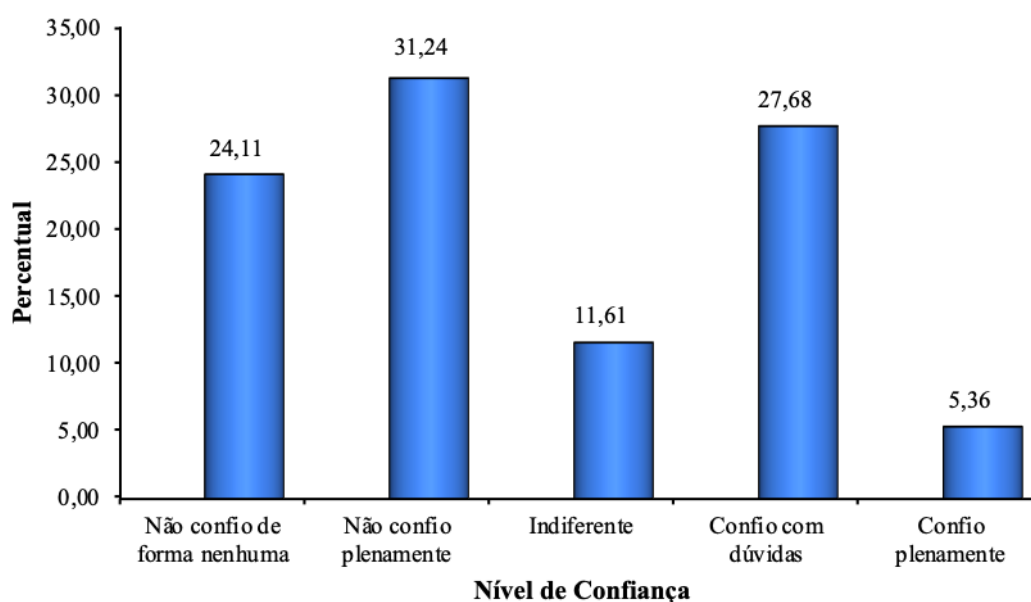
Gohn (2019) ressalta que a desconfiança da sociedade brasileira nos políticos têm levado os jovens à descrença [e afastamento] da política.

Para Tatagiba (2022), o controle social permitido pela participação social promove a “*accountability*”, na qual os atores da participação atuam como “controladores democráticos de governantes e da gestão pública”. A desconfiança e o sentimento de não representação dos direitos de grupos

específicos, foram fatores impulsionadores da participação social em maior escala e em nível nacional (Tatagiba, 2022).

A Figura 27 demonstra os graus de confiança da população na Gestão do município.

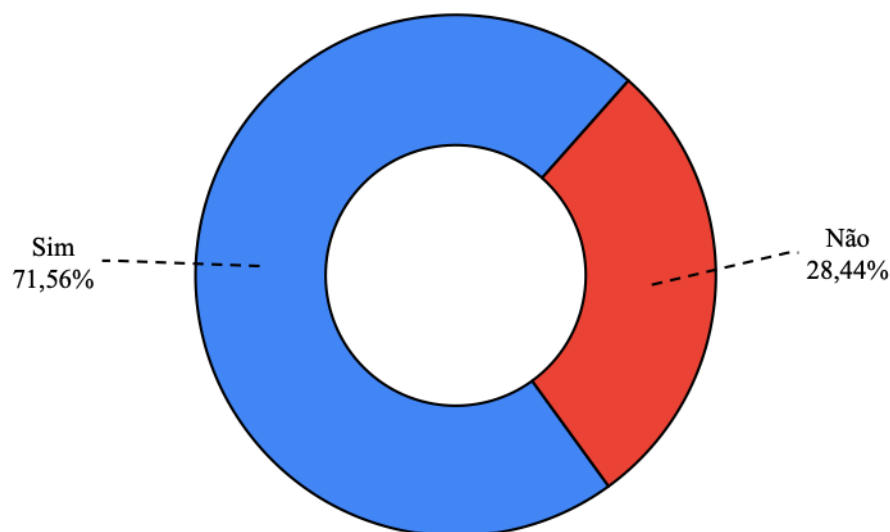
Figura 27. Confiança da população no Poder Público de Parauapebas



Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

Ainda em relação sobre a gestão municipal, foi perguntado se os participantes percebem tratamento diferenciado à diferentes grupos de pessoas ou atores do cenário municipal, ou seja, se alguns grupos possuem mais voz do que outros. A Figura 28 registra os resultados dessa investigação, na qual percebe-se que, para mais de 71% dos participantes há diferença na força entre os atores junto ao Poder Público.

Figura 28. Percepção quanto à voz e força de alguns atores sobre outros junto ao Poder Público



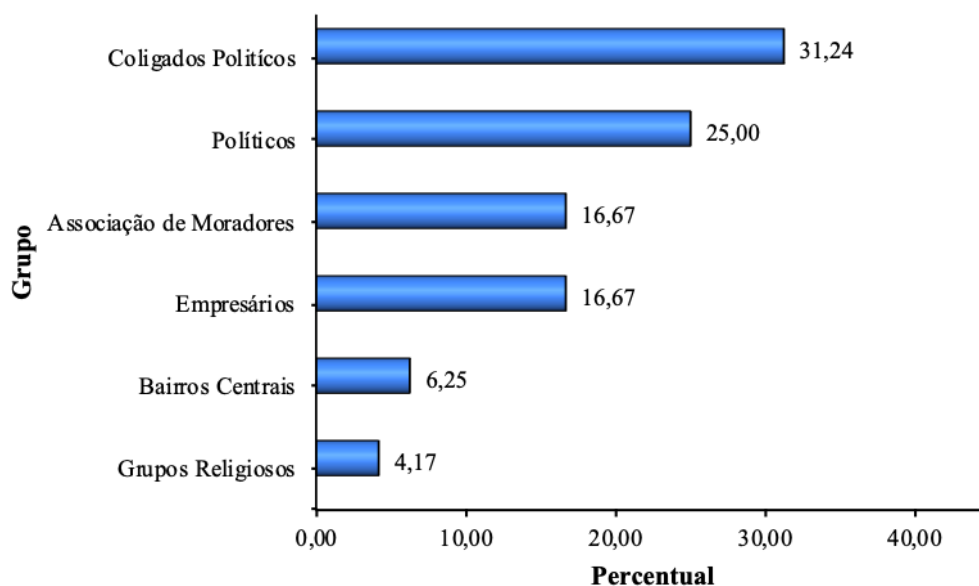
Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

Os participantes apontaram ainda aqueles que possuem maior representatividade junto à Administração Pública, com destaque para aquelas pessoas que têm aproximação com políticos, seguidos de associações de moradores e empresários. Na listagem aparece ainda “bairros centrais”, uma vez que os participantes apontaram que essa região é a aquela com maior propensão a receber mais recursos, além de instituições religiosas.

Nesse ponto, os estudos da teoria democrática no viés interpretativo de Cole apresenta elementos para entender a percepção dos participantes da pesquisa quanto a sensação de injustiça no sistema representativo. Para Cole, esse sistema é “enganoso”, já que ele pressupõe que os cidadãos podem ser representados de forma homogênea e também não há formas de controlar os representantes políticos no sistema representativo. Para Cole, a representação é contrária à participação, uma vez que ao eleger um político, deixa-se que ele governe pelos outros (Pateman, 1992, p.54).

A Figura 29 demonstra que, para mais de 56% dos participantes, pessoas próximas aos políticos do Executivo e Legislativo têm mais voz no atendimento de suas demandas.

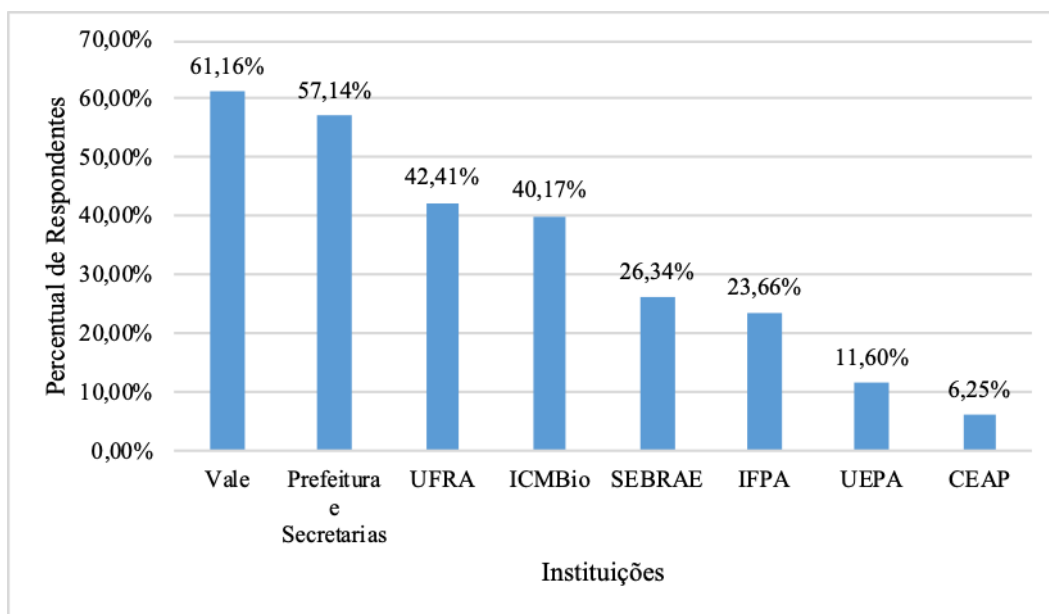
Figura 29. Grupos sociais ou atores com mais força junto ao Poder Público de Parauapebas



Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

Finalmente, esta seção investigou as instituições que podem exercer maior influência nas dinâmicas municipais, perguntando aos participantes aquelas que eles já tomaram serviço ou se relacionaram. A Figura 30 demonstra que 61,16% dos participantes apontam a Vale como a instituição que têm mais proximidades, seguido da Prefeitura Municipal e Secretarias, com 57%, em terceira colocação, a Universidade Federal Rural da Amazônia, com 42% de representatividade e o ICMBio com 40%, além do SEBRAE, IFPA, UEPA e CEAP, que também foram lembradas pelos participantes.

Figura 30. Instituições que representam maior identificação e proximidade



Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

5.3. Dimensão 04 - Dimensão Ambiental

A última dimensão, e a mais extensa, do instrumento de pesquisa junto à população, investigou fatores ambientais do município à partir da percepção popular. Aqui, é importante registrar que entende-se como “fatores ambientais”, tanto aqueles em relação aos problemas urbanísticos e do ambiente, inclusive sobre o bem estar no local em que residem, mas também remete aos mecanismos de participação ambiental, como o relacionamento com as estruturas voltadas à preservação, no tocante aos Conselhos de Gestão de Unidades de Conservação.

A primeira questão desta seção investigou a acessibilidade aos locais públicos, perguntando se existem lugares onde a população não consegue frequentar, no intuito de saber se existem espaços comunitários de lazer ou então de serviços públicos, mas que a população não tem recursos para acessar, seja transporte, distância, informações acerca do local, ou recursos financeiros. Um número expressivo, 78 participantes, representando 41,4% informaram que não conseguem frequentar locais públicos, apontando diversos motivos para isto. Dentre os motivos elencados, destacam-se a falta de transporte (34,5%), distância (17,2%), falta de infraestrutura (10%) e segurança (7,2%) e os empecilhos menos expressivos são custos e informação. Ressalta-

se ainda que 28 respondentes sinalizaram outros fatores que os impedem de frequentar lugares no município, dentre os quais, os respondentes informaram que trata-se de locais “que não são agradáveis”. A Tabela 7 demonstra esses resultados

Tabela 7. Existência de locais públicos em que não consegue frequentar, acompanhado dos motivos

Variável	Categoria	Quantidade	Percentual
Há locais públicos que não consegue frequentar?	Sim	110	58,51
	Não	78	41,49
	Total	188	100,00
Motivo	Falta de Transporte	38	34,55
	Distância	19	17,27
	Falta de Infraestrutura	11	10,00
	Falta de Segurança	8	7,27
	Custo Elevado	3	2,73
	Falta de Informação	3	2,73
	Outros	28	25,45
	Total	110	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

Além disso, chama-se a atenção especialmente para as queixas dos munícipes em relação ao acesso à “Flona” Carajás, fazendo menção aos passeios turísticos e espaços de lazer no interior da Unidade de Conservação, que só podem ser realizados mediante acompanhamento de um Guia Ambiental credenciado no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que realiza a gestão das Unidades de Conservação Federais localizadas na região. São comercializados diversos passeios turísticos para visitação ao interior da UC, como a “Rota Carajás”, que percorre diversos espaços no interior da floresta. Porém, as visitas guiadas são operadas por uma empresa de turismo credenciada junto ao município, com valores inacessíveis para parte da população⁴².

⁴² A Floresta Nacional de Carajás é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, com diversos passeios e roteiros mapeados pelo ICMBio e comercializados pela Cooperativa de Turismo Ecológico de Parauapebas (Cooperture), credenciada junto ao município. Essa é basicamente a única forma da população acessar os espaços de lazer no interior da UC, já que é exigido que os grupos de passeio sejam acompanhados por um Guia Ambiental credenciado no ICMBio e na Prefeitura Municipal. Os passeios em grupos ocorrem geralmente aos sábados, com custo médio de R\$130 por pessoa. Se não for grupo agendado para visitação escolar ou científica, o acesso da população à Flona Carajás resume-se a essa modalidade. Aos finais de semana, também é possível visitar o Parque Zoobotânico, nas mediações das operações da Vale, no interior na UC. O Parque Zoobotânico é mantido pela mineradora como

Os relatos coletados pela pesquisa evidenciam um sério problema que retrata a desigualdade de acesso aos espaços do próprio município por parte da população, e como agravante, trata-se de uma Unidade de Conservação Federal, que tem como princípio ser área de preservação, visitação e uso público, que deveriam garantir o direito à participação nesses espaços. A dificuldade de acesso ao balneário “Garimpo das Pedras” também foi lembrado pelos respondentes. A seguir, o Quadro 14 reúne alguns registros dos participantes em relação à falta de acesso à área:

Quadro 14. Manifestações quanto à dificuldade de frequentar a “Flona” Carajás

Manifestações dos respondentes
“Sim. Carajás. Por causa da distância”
“Sim, Parque Zoobotânico de Carajás, pois é longe e caro para quem está desempregado. Em Parauapebas tudo fica difícil”
“Sim, a Flona pela distância é alguns lugares precisar autorização especial”
“Parque dos Carajás, um lugar criado para o lazer, mas que fica praticamente limitado a quem reside mais próximo ou possui transporte particular”
“Os locais que estão situados no interior da Flona - cachoeiras, lagoas, grutas”
“O zoológico é lindo, mas acho distante”
“A Serra de Carajás tem acesso restrito”
“Floresta de Carajás, pois o acesso é apenas público até o Núcleo Urbano e o transporte público é inacessível ao uso público”

Fonte: Produzido à partir dos registros da pesquisa (2023).

Ainda em relação à falta de acesso à Flona Carajás, a população delata dois problemas gerados pela ausência de políticas públicas e serviços públicos de qualidade. O primeiro diz respeito à inexistência de uma política de subsídio para passeios guiados ao local para a população que não tem condições de pagar, mas que tem o direito de frequentar esse espaço público, conforme prevê o Decreto-Lei que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Outro problema causado pela ausência ou ineficiência de políticas públicas refere-se ao transporte no município. Neste momento aborda-se aqui a questão de que não há transporte coletivo satisfatório para atender a população.

projeto de responsabilidade ambiental, a entrada é mais acessível, mas o transporte também fica a cargo do visitante.

Ainda, a dificuldade de acesso ao “Garimpo das Pedras” também merece atenção desta pesquisa. Informações levantadas pelos registros de diário de campo revela tratar-se de um balneário com piscina natural de águas quentes e o seu nome se deve ao fato de que localiza-se no local onde está estabelecida uma das maiores minas de gemas naturais do Brasil, com destaque para a ametista. As rochas de ametistas extraídas do Garimpo das Pedras possuem alto teor de pureza e são exportadas para a China, principal comprador, para lapidação e beneficiamento. Essa é uma das quatro minas de ametistas de maior expressividade do país e, por isso, recebe a atenção e visitas de compradores internacionais.

Acontece que o acesso ao Garimpo das Pedras é dificultado devido ao interesse em manter a população afastada desse sítio, com evidentes dinâmicas de dominação e exploração nesse território, com tanta geração de riquezas, e a sua comunidade vive em situação de acentuada pobreza. É importante lembrar também que o Poder Público não possui controle dessa área, tão pouco poder de fiscalização ambiental, com urgência para a questão, uma vez que a área recebe frequentes explosões para abertura de minas e descarte irregular de resíduos.

Prosseguindo na análise dos resultados desta seção, perguntou-se acerca dos problemas ambientais percebidos pela população em seus bairros ou ruas. Esta, revela-se como uma das questões centrais para esta etapa do estudo, já que permitiu a identificação dos problemas ambientais na visão da população do município, embasando debates públicos e fomentando a realização das audiências.

Para esta questão estruturada, foram disponibilizadas alternativas e os respondentes podiam eleger mais de um problema ambiental, como se observa na Tabela 8. Os principais problemas apontados pela população de Parauapebas são: Saneamento básico (70%), Poluição atmosférica por queimadas (66,5%), falta de acesso à água (49,5%), com destaque ainda para a coleta incorreta de resíduos (46,4%) e áreas de alagamento (37,9%). O desafio ambiental menos representativo é “deslizamentos”, assinalado por 4% dos respondentes.

Os três principais desafios ambientais apontados pela população foram debatidos nas audiências públicas organizadas pela pesquisa.

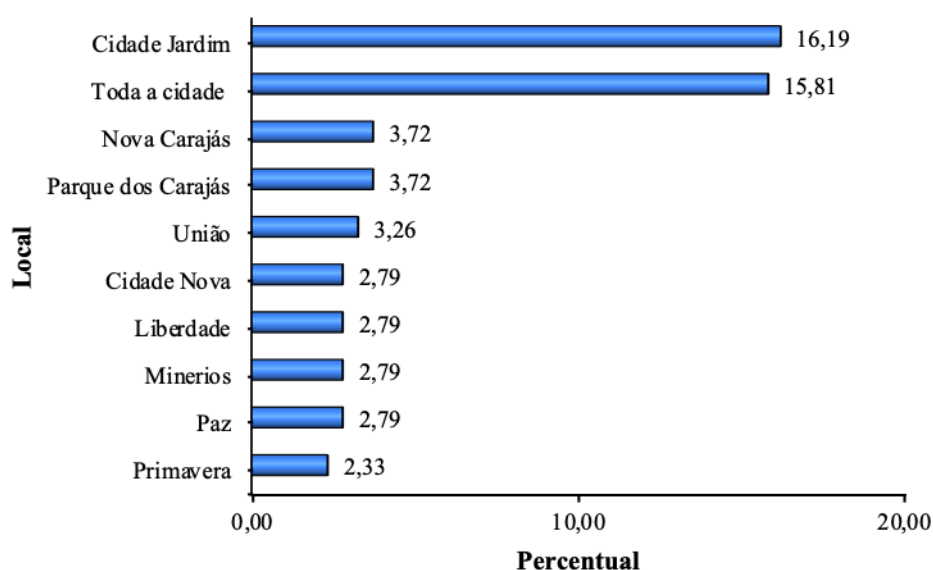
Tabela 8. Problemas Ambientais apontados pela população de Parauapebas

Problemas	Percentual	Número absoluto
Saneamento Incorreto	70,08%	157
Poluição Atmosférica por Queimadas	66,51%	149
Asfalto (ausência ou qualidade ruim)	64,28%	144
Falta de acesso à água	49,55%	111
Coleta incorreta de Resíduos/Lixo	46,42%	104
Qualidade da Água	44,64%	100
Áreas de alagamento	37,90%	85
Iluminação Pública	35,71%	80
Desmatamento ilegal	20,08%	45
Falta de acesso à energia	18,75%	42
Regularização Fundiária	12,05%	27
Deslizamento	4,01%	9

Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

Em seguida, foi perguntado sobre os locais de ocorrências dos problemas apontados, cujos resultados podem ser visualizados na Figura 31:

Figura 31. Bairros apontados com ocorrência dos problemas ambientais



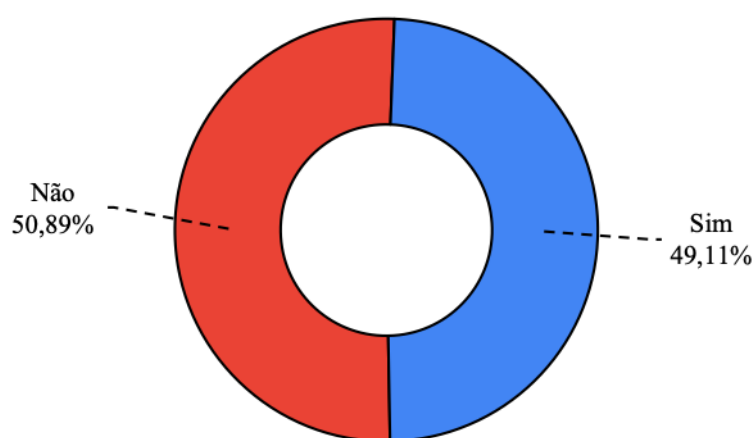
Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

Percebe-se que, além dos respondentes informarem que os problemas são generalizados, com ocorrência no município como um todo, os bairros em que são apontados os problemas são centrais, sendo: Cidade Jardim, Nova Carajás, Parque dos Carajás e União. Os bairros apontados, de forma geral, não são áreas de vulnerabilidade ambiental e social, assim, essa ressalva se

faz importante para que seja possível perceber que, não necessariamente são os bairros com maior vulnerabilidade ambiental [e não são], mas representam aqueles em que reside a população mais propensa a participar, como os respondentes da pesquisa.

A próxima pergunta refere-se ao conhecimento da população sobre mecanismos de denúncias de irregularidades ambientais e se sabem os canais apropriados para registros. O resultado demonstra que boa parte dos respondentes não sabem onde realizar denúncias ambientais. Esse dado pode evidenciar um exercício de cidadania fraco, com pouco comprometimento em relação às denúncias de irregularidades no próprio município, já que metade dos participantes informou que não têm conhecimento, e isso é especialmente preocupante pelo fato de se tratar de um município amazônico, com dilemas ambientais latentes. A Figura 32 demonstra os resultados sobre o conhecimento acerca de canais de denúncia ambiental.

Figura 32. Conhecimento sobre canais para denúncia ambiental

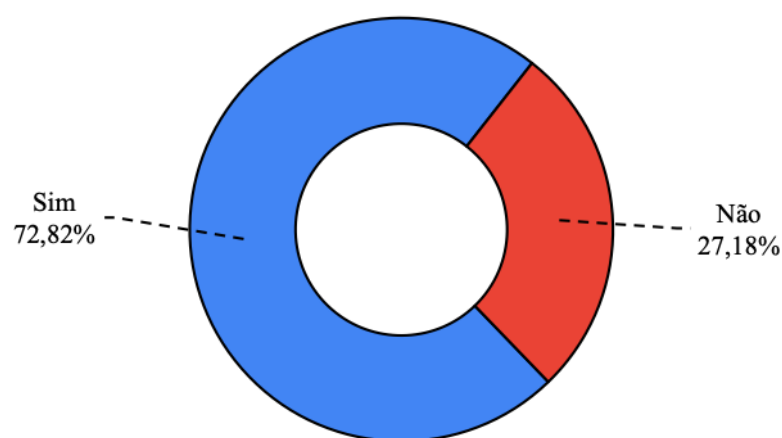


Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

Em seguida, foi perguntado sobre a existência de espaços de uso coletivo e de lazer no bairro dos respondentes, levantando ainda possíveis sugestões para a criação de espaços necessários, sendo a visão pessoal dos participantes.

A Figura 33 demonstra que 27,18% dos respondentes informaram que não fazem uso de espaços coletivos, o que revela um dado importante de ser investigado, uma vez que trata-se de quase 1/3 dos participantes.

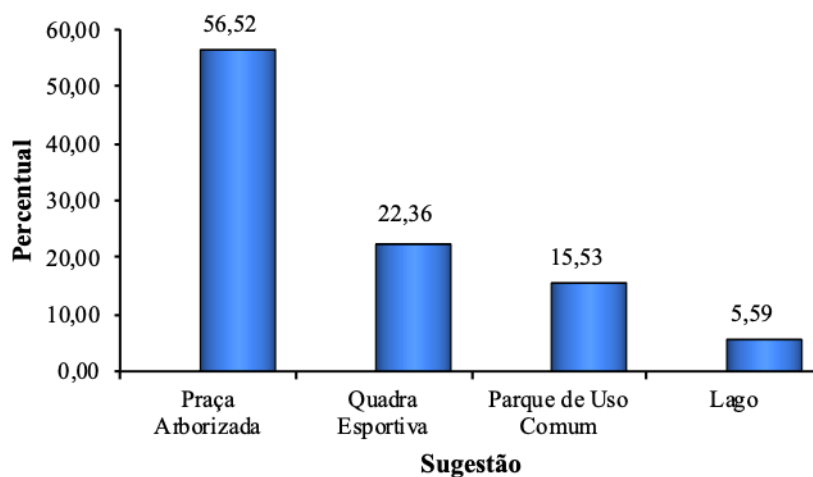
Figura 33. Percentual dos entrevistados sobre o uso de espaços coletivos do município de Parauapebas



Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

A Figura 34 apresenta as sugestões da população para criação de espaços públicos, deflagrando assim, as carências do município na visão da população.

Figura 34. Percepção da população quanto à necessidade de novos espaços públicos em Parauapebas



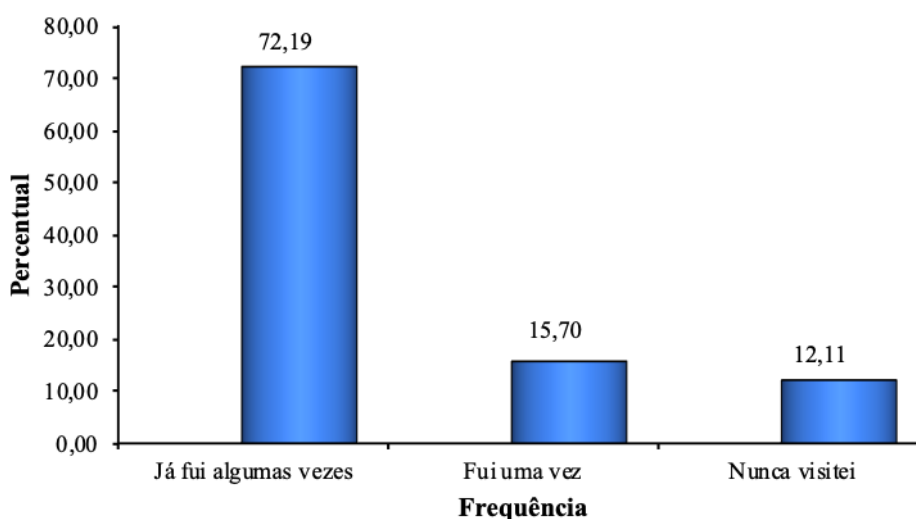
Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

Ainda no sentido de uso dos espaços públicos e em vista à importância das Unidades de Conservação para o município e a região de Carajás, a

pesquisa investigou também fatores de participação no âmbito das Unidades de Conservação.

Foi perguntado sobre a frequência de visitas à “Flona Carajás” e os resultados demonstram que, embora a grande maioria tenha informado que já frequentou algumas vezes (72%), é importante o olhar sobre aquela parcela da população que não têm acesso ou não frequenta este importante espaço público, especialmente no tocante à inserção da população nas Unidades de Conservação como estratégia de conservação e manutenção das áreas protegidas. Neste sentido, nota-se que 27% dos respondentes não têm hábito de fazer uso da Flona Carajás, entre aqueles que visitaram apenas uma vez e os que ainda não conhecem, respondendo por pouco mais de 12% da amostra. A Figura 35 demonstra esses resultados.

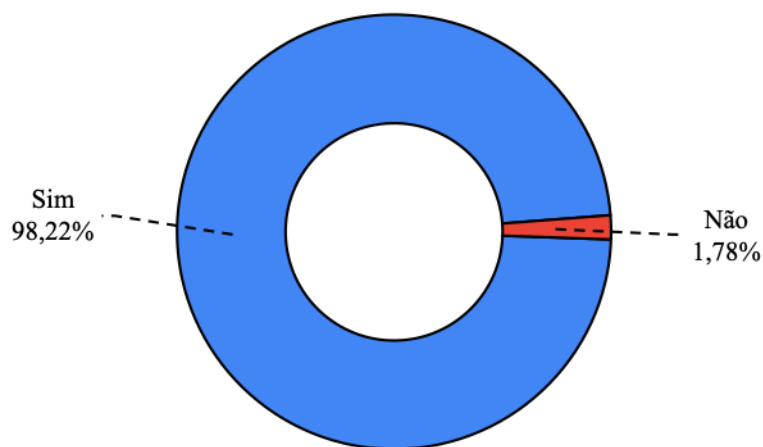
Figura 35. Frequência de visita da população à Floresta Nacional de Carajás



Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

Ainda referindo-se à Floresta Nacional de Carajás, a pesquisa questionou se a população têm conhecimento de que trata-se de um área protegida por lei. A Figura 36 demonstra que quase a totalidade da população possui o conhecimento dessa informação. Esse fator revela-se de grande importância devido ao fato de que atividades ambientais ilegais e, portanto, criminosas, serem uma realidade em Parauapebas, inclusive no interior desta unidade de Conservação.

Figura 36. Percentual dos entrevistados acerca do conhecimento de que a “Flona Carajás” é uma Unidade de Conservação protegida por lei

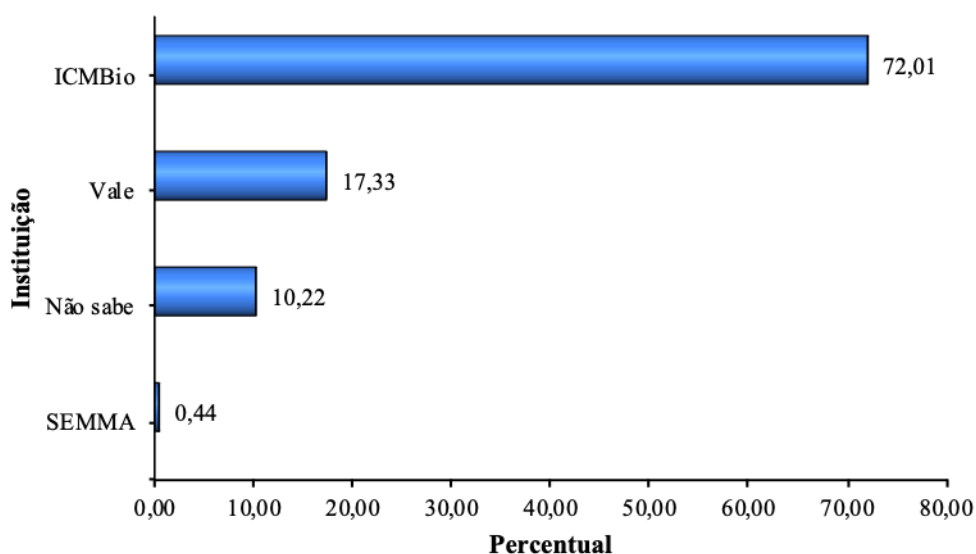


Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

Outra questão empreendida foi quanto à gestão da Unidade de Conservação, para verificar se existe um conflito de identidade entre a população, uma vez que a empresa Vale S.A. realiza o controle de acesso na portaria e está instalada no interior da Floresta Nacional de Carajás desde muito antes da criação da Unidade de Conservação, onde estão localizadas as operações de mineração.

A Figura 37 demonstra que, embora uma parcela dos respondentes acredite que a área é gerida pela mineradora (17,33%), a grande maioria tem conhecimento de que o ICMBlo é o órgão federal responsável pela gestão da Unidade de Conservação. Contudo, volta-se para o fato de que 10% dos respondentes afirmam não saber qual instituição é responsável pela área. Esse fator é especialmente importante, pois corrobora a tese de que não há informações ambientais suficientes no município. Somando-se aqueles que acreditam que a gestão da Flona fica a cargo da Vale e aqueles que desconhecem a responsabilidade da gestão, somam mais de 27% dos respondentes, reafirmando a importância da questão em torno da necessidade de reforçar as informações acerca das questões ambientais, conforme evidenciado em outros momentos dessa pesquisa.

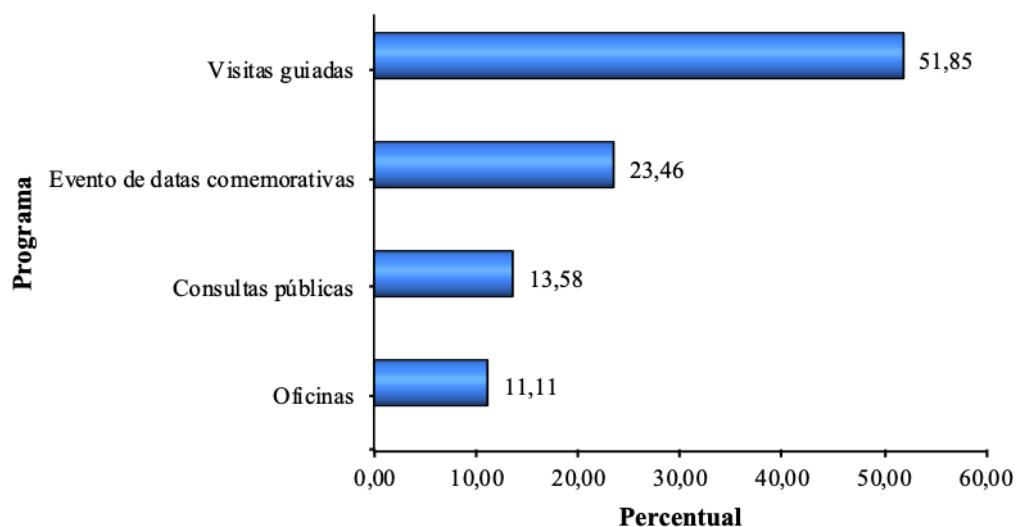
Figura 37. Conhecimento sobre a instituição que realiza a gestão da “Flona Carajás”



Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

Outra questão que investigou a inserção da sociedade civil nas Unidades de Conservação, perguntou se os respondentes já frequentaram alguma ação educacional na Flona, uma vez que a Educação Ambiental Pública é tratada como tema estratégico no âmbito da gestão dessas áreas pelo ICMBio para defesa dos territórios destinados à preservação e na imposição de limites ao avanço das atividades minerárias em seu interior. Assim, perguntou-se em relação aos motivos de incursão na UC. Os resultados demonstrados na Figura 38 demonstra que as visitas guiadas são a maioria absoluta, seguido de eventos em datas comemorativas. Observa-se ainda que pouco mais de 13% dos respondentes já participaram de ações voltadas à Consultas Públicas e 11% de oficinas.

Figura 38. Natureza das atividades que os respondentes já participaram na “Flona Carajás”

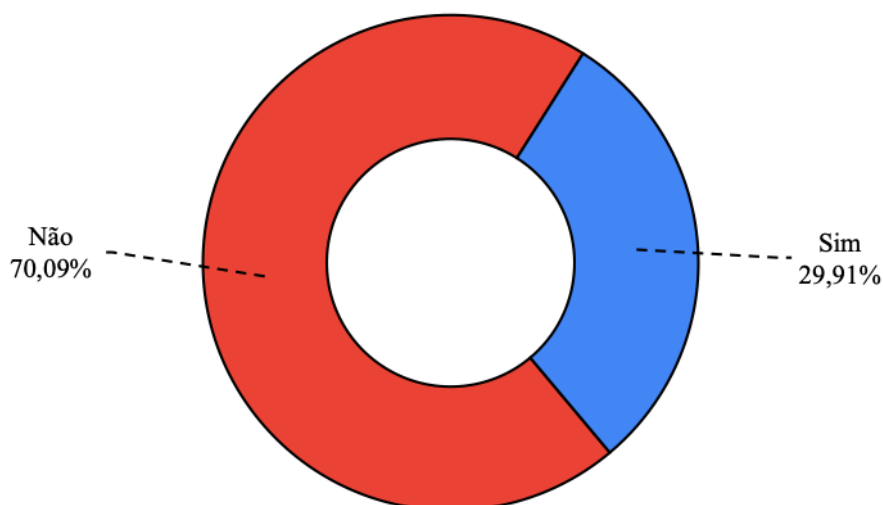


Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

Na pesquisa, investigou-se ainda se a população sabe que a Sociedade Civil pode participar do Conselho de Gestão da Floresta Nacional de Carajás. Os respondentes demonstram que a população não tem conhecimento dessa possibilidade, o que é de especial atenção, uma vez que essa pesquisa busca instituir um arranjo participativo para transpassar a esfera da informação e representação. Portanto, sem difusão da informação e incentivos, a população não tem condições de participar de reuniões ou até mesmo de se candidatar a ocupar um espaço no Conselho.

Os resultados apresentados na Figura 39 evidenciam a emergente necessidade de fortalecimento da informação no âmbito da gestão ambiental pública, particularmente objetivando a consolidação de Conselhos e Instrumentos participativos.

Figura 39. Percentual dos entrevistados em relação à participação no Conselho da “Flona Carajás”



Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

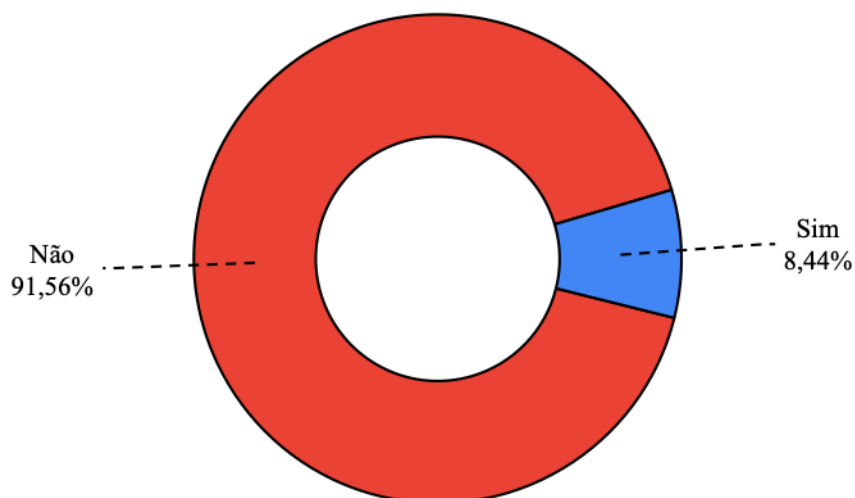
A pergunta possibilitou opcionalmente a manifestação dos motivos para a não participação. O Quadro 15 elenca alguns fatores apontados pelos respondentes, dentre os quais, evidencia-se a falta de informação como um problema central da “não participação”.

Quadro 15. Fatores apontados como motivadores da não participação no âmbito do Conselho de Gestão da Floresta Nacional de Carajás

Motivos apontados para a não participação
Falta de conhecimento e informação
Não sei a finalidade do órgão
Desconheço os conselhos municipais
Não sei como participar
Não sabia que podia
É a primeira vez que tenho essa informação
Não sabia que este conselho existia e se há plano de manejo
Não sei quando acontecem as reuniões
Eu nem sabia que existe uma gestão da “Flona”
Falta de campanhas de estímulo
Não tenho interesse

Quando questionado se os respondentes já participaram de alguma reunião do Conselho de Gestão da Floresta Nacional de Carajás, o resultado foi ainda mais negativo, no qual mais de 91% apontam nunca ter presenciado nenhuma reunião, conforme demonstrado na Figura 40.

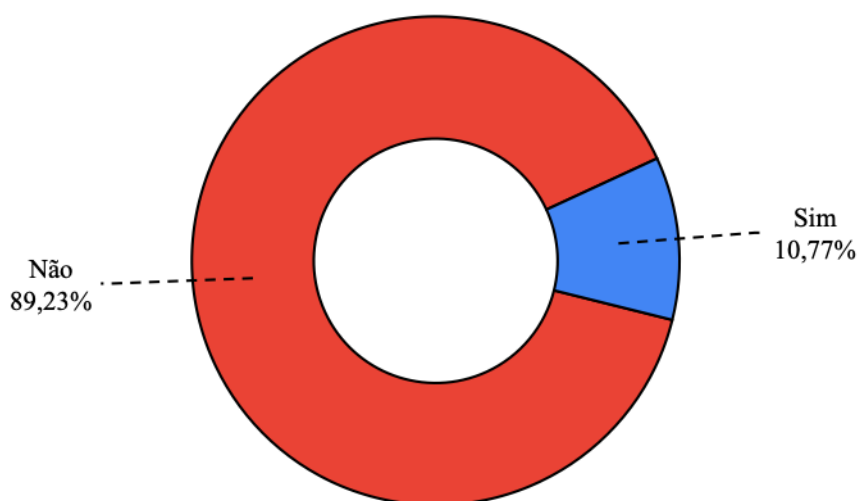
Figura 40. Percentual dos entrevistados em relação à participação em reuniões do Conselho da “Flona Carajás”



Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

Finalmente, a pesquisa questionou se os respondentes já participaram de alguma reunião de Conselho de Gestão de outra Unidade de Conservação, perguntando ainda em qual Conselho se deu participação em caso afirmativo. Os resultados continuam corroborando o distanciamento entre a população e a gestão das áreas de proteção ambiental no entorno de Parauapebas. A Figura 41 demonstra que apenas 10% informaram que já participaram de reuniões no âmbito de Conselhos de Gestão das Unidades de Conservação.

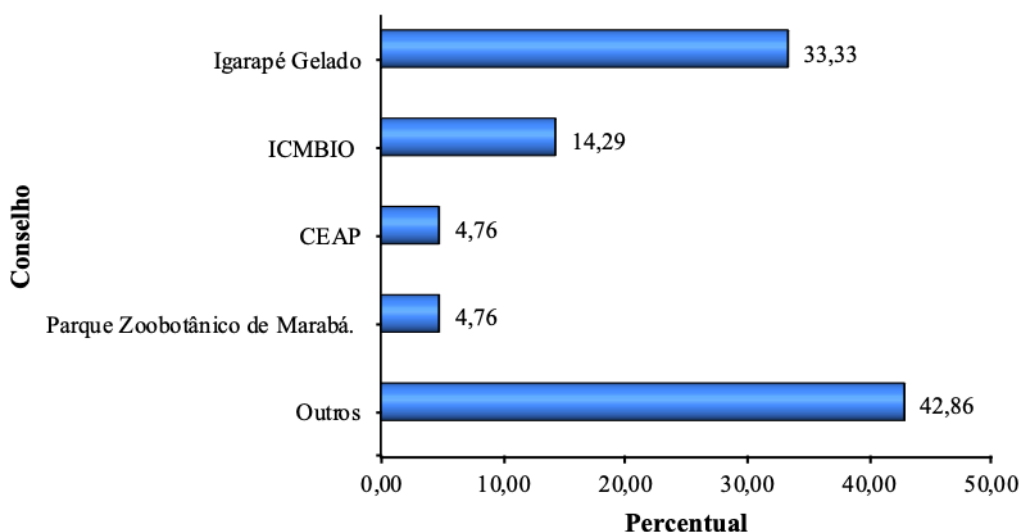
Figura 41. Percentual dos entrevistados que responderam se frequentam o Conselho de outra Área de Preservação Ambiental



Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

Dentre as experiências participativas em Conselhos Ambientais, os respondentes apontaram a Área de Proteção Ambiental (APA) do Igarapé Gelado, também sob gestão do ICMBio, além de outros Conselhos geridos pelo órgão. Foi informado ainda a participação em experiências no âmbito do Centro de Educação Ambiental de Parauapebas e o Parque Zoobotânico do município de Marabá, mantido pela Vale. Os dados encontram-se na Figura 42.

Figura 42. Percentual dos entrevistados que conhecem ou frequentam Conselhos de outras Unidades de Conservação



Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

A seguir, apresenta-se o Quadro 16, contendo o resumo das questões investigadas nesta seção da pesquisa junto à população local, que investigou a relação entre sociedade e meio ambiente, particularmente o conhecimento e inserção em áreas voltadas à preservação ambiental e unidades de Conservação, contemplando assim, a gestão ambiental pública em Parauapebas.

Quadro 16. Síntese dos resultados da Seção 4 – Dimensão Ambiental

Fatores	Predominância
Existem locais que não consegue frequentar	Sim (58,51%) x Não (41,49)
Problemas ambientais relatados	Saneamento (70,08%), Poluição atmosférica (66,51%), Asfalto (64,28%)
Outros problemas ambientais informados	Alagamentos, Ausência de acessibilidade
Conhece canais de denúncia ambiental	Não (50,89%), Sim (49,11%)
Espaços de uso coletivo no bairro	Praças arborizadas (56,52%), Quadra Esportiva (22,36%), Parques (15,53%) e Lago (5,59%)
Frequenta a UC Flona Carajás	Já fui algumas vezes (72,19%)
Sabia que a Flona Carajás é uma UC protegida por lei	Sim (98,22%)
Sabe qual Instituição realiza a gestão da UC	ICMBio (72,01%), Vale (17,33%)
Já participou de alguma ação na UC Flona Carajás	Visitas guiadas (51,85%)
Sabia que a população pode participar das	Não (70,09%)

Fatores	Predominância
reuniões do conselho da UC	
Já participou de alguma reunião do conselho da UC	Não (91,58%)
Conhece Conselho de outra APA	Não (89,23%)

Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

5.4. Participação pública para defesa de direitos de acesso em matéria ambiental em Parauapebas

A seção 5.3 demonstrou os resultados da pesquisa na dimensão ambiental, incluindo a participação popular em conselhos ambientais no âmbito da Floresta Nacional de Carajás e outras Unidades de Conservação situadas em Parauapebas. Os problemas ambientais apontados pelos respondentes nesta seção permitiu o delineamento das etapas posteriores da pesquisa, viabilizando os experimentos participativos [audiências públicas] para escuta da população à partir dos elementos levantados pela própria população.

Neste sentido, a pesquisa reafirma a investigação por mecanismos participativos em toda a sua estruturação e isso faz com que se direcione para a reflexão sobre o quanto se produz de contribuição para investir de autonomia e poder a sociedade civil do município de Parauapebas.

O percurso da pesquisa pode ser visto também como um processo que imbuí-se de algum grau de aprendizado para a população do estudo, pelo menos no sentido de demonstrar que é possível e exequível a prática de participação ambiental de forma a engendrar diálogos, encaminhamentos e soluções.

O planejamento da pesquisa atentou-se na comunicação com a população local, como é possível observar mais a frente, na seção 7.3, explicitando a relevância do envolvimento dos cidadãos para que fosse possível, em uma arena participativa e com atenção primordial nas falas pertencentes às narrativas populares, a construção de um experimento para a própria população imbuir-se de uma perspectiva de institucionalização de uma participação ambiental e do fortalecimento dos direitos de acesso.

Esse processo de criação de estratégias para alcançar e envolver a população, imprimindo a imagem de que a pesquisa assenta-se na natureza

participativa e pode produzir efeitos positivos, não só na materialidade de melhoria de serviços públicos, mas no estabelecimento de um campo bastante demarcado de que a sociedade civil possui instrumentos e mecanismos, e ainda, um espaço para a sua organização. Todo esse processo deflagra uma aprendizagem em direção a produção de valores comunitários, cidadãos e democráticos.

Pateman (1992) lembra que os estudos de Davis apontam a teoria da democracia participativa como um “propósito ambicioso” de educação do povo no sentido comunitário, com capacidades para viver em uma organização de comunidades, e que para isto, a atividade política e o governo devem promover a educação pública no sentido da participação.

Ainda de acordo com Pateman (1992), é o processo de participação que assegura a efetivação da igualdade política em assembleias e espaços deliberativos, onde interesse público é cumprido. Nesses espaços, segundo Rousseau, é ideal que não haja a presença de grupos organizados, apenas indivíduos, para que incorrer na escolha ou votação injusta, favorecendo aqueles grupos mais organizados.

Na teoria de Rousseau, a participação é educativa, pois o cidadão aprende durante o processo, especialmente a considerar assuntos além seus “próprios e imediatos interesses privados” e aprende que o interesse público e o privado estão entrelaçados. Para ele, a lógica dos processos participativos está estabelecida de forma que o cidadão sinta-se comprometido a usar o seu senso de justiça para deliberar, e ainda, ao desempenhar um papel de cidadão no processo participativo, não percebe conflitos entre os anseios da esfera privada e pública (Pateman, 1992).

Tatagiba (2022) esclarece três efeitos ocasionados pela participação e que tecem a sua força como instituição democrática. O primeiro é a legitimidade que a participação produz, segundo é que ela anula a natureza indireta da política e o terceiro é em relação aos “horizontes morais” que ela projeta na ação política.

O princípio educativo está entrelaçado non princípio participativo, fazendo com que os cidadãos desenvolvam estímulos e capacidades progressivamente ao exercer a participação, estabelecendo assim, um processo “auto-sustentável” (Pateman, 1992).

Ainda em relação ao caráter educativo, outra característica altruísta é percebida por Rousseau, que defende que há uma inter-relação entre a autoridade das instituições e as atitudes psicológicas de cada cidadão.

Tatagiba (2022) ressalta o controle democrático como uma inflexão que se faz da participação, ou seja, uma das funções percebidas pelos estudos das teorias democráticas. A participação no sentido de controle democrático consiste na capacidade dos atores sociais influenciarem ou induzirem os agentes do poder público, superando o único modo de controle por meio do voto na democracia representativa.

Unificando os dois sentidos levantados nesta seção, tanto da educação, quanto do controle dos cidadãos, um estudo desenvolvido por Arnstein em 1969, que se tornou clássico e amplamente difundido, estipula uma escala de graus de poder do cidadão no processo participativo, cuja representação recebe a denominação de “Escada da Participação”.

Esse modelo, conforme pode ser visto na Figura 43, elenca os passos da participação. A base da representação denota uma ausência de participação, com a figuração de dois estágios: manipulação e terapia. Segundo Oliveira e Ckagnazaroff (2023), esses primeiros estágios, onde não há participação, são observados em regimes autoritários, com o objetivo que não permitir a participação popular.

O terceiro e quarto níveis – informação e consulta – ocorrem quando há uma concessão limitada de poder [se é que esse nível pode ser chamado de poder cidadão], quando há apenas o acesso a informações de direitos básicos. Mesmo que a sociedade apresente algum grau de organização, neste nível não há garantias de que a opinião pública possa influenciar as políticas.

No quinto degrau, intitulado de “pacificação”, os participantes podem emitir a sua opinião, mas sem garantias de que as suas manifestações poderão influenciar as decisões, uma vez que os governantes não são obrigados a tal consideração.

O sexto degrau, intitulado de “sociedade” ou “parceria” significa que os participantes podem negociar com os governantes, configurando uma “coparticipação”. No sétimo degrau, denominado de “delegação de poder”, os representantes da sociedade civil estão em maioria nos fóruns e espaços

participativos, ganhando condições de assegurar os interesses públicos por meio da participação.

O oitavo degrau refere-se a um controle por parte dos cidadãos, com o poder centrado nesses atores, sem a necessidade de gestores públicos para representá-los (Oliveira; Ckagnazaroff, 2023; Hamerski, 2020; Carpentier, 2018; Arnstein, 1969).

Voltando-se ao município de Parauapebas, os esforços desta pesquisa permitem projetar as dinâmicas de participação ambiental, tanto aquelas diagnosticadas, como aquelas empreendidas pelo Fórum no modelo de Arnstein, possibilitando a discussão sobre o percurso dos direitos de acesso em matéria ambiental no município analisado, somando-se às outras discussões estabelecidas nesta pesquisa.

O diagnóstico realizado por meio da Ferramenta C.L.E.A.R, utilizando-se dos dados levantados junto à população e ao Poder Público demonstra nos capítulos 4, 5 e 6 os resultados sobre a investigação que levantou o comportamento da participação social.

Os dados da pesquisa revelam que as informações ambientais no município de Parauapebas são centralizadas nos Secretários Municipais e na Secretaria de Governo e que o conteúdo divulgado nos espaços de comunicação da Prefeitura Municipal de Parauapebas volta-se mais para a promoção e legitimação [tentativa] do governo do que no sentido de oferecer subsídios para a difusão do conhecimento nos direitos de acesso e de cidadania.

A participação social enquanto instituição democrática não conta com programas de educação, de treinamento dos servidores, de fortalecimento comunitário e cívico e muito menos com um espaço de apoio material e de encontros para organizações e movimentos sociais.

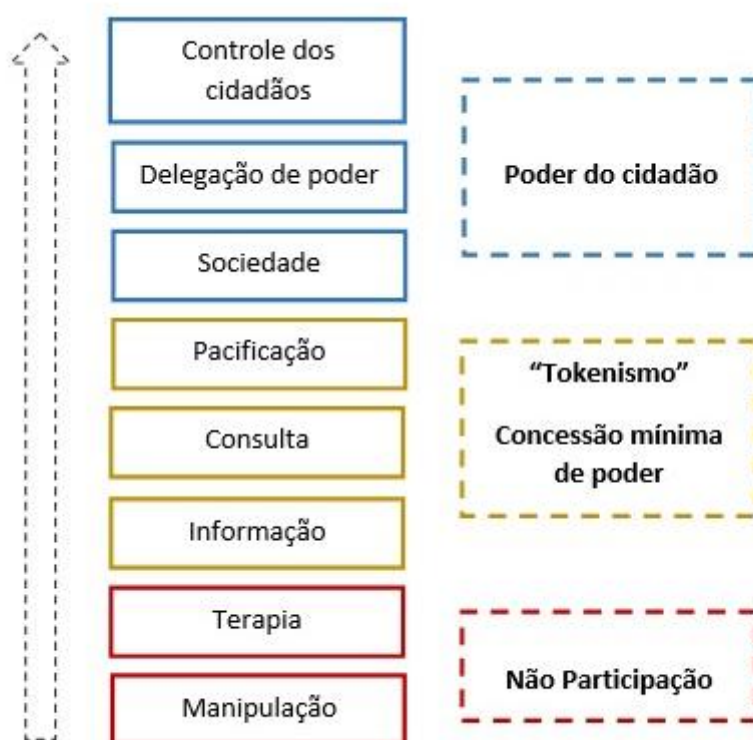
O Fórum - experimento idealizado no âmbito desta pesquisa - proporcionou um caminho de aprendizagem para a participação, que reúne todos os estudos e análises que foram realizadas e constam nos resultados desta investigação. Todo o percurso percorrido, com a materialização das audiências públicas, as solicitações e manifestações da população e a projeção desse material nos encaminhamentos como sugestões de ações e políticas para o fortalecimento da democracia ambiental em Parauapebas permitem

dizer que o experimento participativo possibilitou evidenciar que a sociedade civil organizada e munida de instrumentos e apoio já conseguiu alcançar o sétimo degrau, denominado de “Delegação de poder”. Segundo Oliveira e Ckagnazaroff (2023), neste patamar, os representantes da sociedade civil são a maioria no fórum, ganhando força para reivindicar e assegurar os interesses dos cidadãos.

Portanto, este pode ser considerado mais um fator de classificação ou medição do estudo desenvolvido no município de Parauapebas, cuja escala desenvolvida por Arnstein corrobora os resultados que foram produzidos para fortalecimento da democracia participativa no município da pesquisa.

A seguir, a Figura 43 demonstra a escala de poder cidadão desenvolvida por Arnstein, modelo que se tornou um instrumento elementar nos estudos sobre participação social.

Figura 43. Modelo de Participação Social de Arnstein



Fonte: Desenvolvido pelo autor, com base em Arnstein (1969) e Oliveira e Ckagnazaroff (2023)

6. AS PERSPECTIVAS INSTITUCIONAIS DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL: ENTREVISTAS COM O PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Este capítulo envereda para a perspectiva dos gestores públicos sobre a participação social no município do estudo. Para isto, foram realizadas entrevistas junto ao Poder Público Municipal e constitui uma etapa importante da pesquisa, cujo roteiro foi estruturado com base na ferramenta C.L.E.A.R de diagnóstico em participação social.

As entrevistas para este estudo foram estruturadas essencialmente com base no roteiro sugerido pela metodologia adotada, especialmente a dimensão que investiga as dinâmicas empreendidas em busca da participação popular. Contudo, o roteiro empregado nesta investigação constitui-se de outras duas dimensões, objetivando conhecer fatores importantes no cerne socioambiental e em correlação à participação social na construção de um ambiente democrático e em direção à justiça ambiental. Desta forma, foi construído um roteiro semiestruturado com três dimensões, sendo: 1) Perfil pessoal do respondente e experiência no cargo, 2) Conflitos, enfrentamentos e desafios socioambientais do município, 3) Participação social.

Entre essas três dimensões, o roteiro possui 29 questões, sendo a de participação social a mais extensa. O roteiro de entrevistas utilizado nesta pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética de Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos ⁴³ e pode ser visualizado no Apêndice A.

Foram enviados ofícios para os e-mails institucionais das Secretarias Municipais elencadas previamente como importantes para o estudo, sendo aquelas cuja área de atuação são centrais para o funcionamento do município, considerando as suas características de formação territorial e atividade econômica, e ainda, a intenção investigativa do estudo. Desta forma, foram consideradas aquelas que atuam na área ambiental, como mineração, agropecuária e produção rural, regularização fundiária, dentre outras. Os ofícios com a apresentação da pesquisa e solicitação do agendamento da

⁴³ Protocolo de aprovação do roteiro de entrevistas pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEP-UFSCar): 54830021.3.0000.5504.

entrevista foram enviados duas vezes para os endereços de e-mails dos Secretários divulgados no site da Prefeitura Municipal de Parauapebas.

A primeira observação ocorre em função das devolutivas realizadas pelas Secretarias Municipais, com atenção para o fato de apenas o *WhatsApp* ter sido utilizado como canal de mensagens, nunca por e-mail, e ainda, apenas duas Secretarias retornaram, sendo: SEMURB e SEMMECT, as quais procuraram espontaneamente o pesquisador para agendamento da entrevista.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) não retornou aos e-mails e ofícios com a solicitação de entrevista, e por se tratar da Secretaria central para o estudo, o pesquisador reforçou a solicitação pessoalmente com representantes da SEMMA nas audiências públicas, convocada pelo MPPA. Assim, a entrada nesta Secretaria ocorreu após o contato direto com servidores nas audiências, e portanto, por indicação.

Nesta Secretaria foram realizadas três entrevistas, uma vez que a SEMMA possui algumas divisões internas e diferentes áreas de atuação. Foram entrevistadas as áreas: i) Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM), ii) Regularização de Licenciamento Ambiental Rural, iii) Educação Ambiental. A seguir, a Figura 44 retrata a visita do pesquisador ao Departamento de Relações com a Comunidade (DRC) para aplicação do instrumento de coleta de dados. A entrevista foi concedida pelo Coordenador de Relações com a Comunidade.

Figura 44. Procedimento de entrevista junto ao Departamento de Relações com a Comunidade (DRC) de Parauapebas



Fonte: Registros da Pesquisa (2023).

As entrevistas aconteceram presencialmente, no âmbito de cada Secretaria Municipal, de acordo com a data e horário disponibilizados pelos participantes e ocorreram logo na semana seguinte ao término das audiências públicas – entre os dias 22 e 29 de maio de 2023.

Em tempo, é de grande importância registrar que, durante a execução das entrevistas, ocorreu um evento no âmbito da gestão municipal que dificultou o acesso e influenciou a dinâmica da pesquisa. No mês de maio de 2023, a Vara da Fazenda Pública de Parauapebas, por meio de sentença judicial⁴⁴, acolhendo um pedido do Ministério Público do Estado do Pará (MPAA), ordenou a demissão imediata de cerca de 2.500 funcionários contratados da Prefeitura Municipal de Parauapebas, devido ao excesso de contratações sem concurso público.

Uma vez que este acontecimento impactou as dinâmicas da gestão pública do município nas semanas de realização dos procedimentos da pesquisa, impôs resistência e dificuldades para acesso às Secretarias Municipais para realização das entrevistas devido à redução no número de

⁴⁴ <https://www.oliberal.com/politica/justica-manda-prefeitura-parauapebas-exonerar-servidores-contratados-1.681923>

colaboradores em todas as divisões da prefeitura, e ainda, percebeu-se um receio e incerteza no ambiente, causando receio nos servidores em participar da pesquisa naquele momento. Portanto, acredita-se que este evento influenciou a participação na pesquisa.

A análise das entrevistas debruçou-se sobre a técnica de análise de conteúdo, alicerçando-se nas diretrizes de Bardin, autora indeclinável para esta etapa da pesquisa, possibilitando a lapidação do conteúdo obtido junto aos entrevistados em direção ao objetivo de identificar e contextualizar o tratamento que a Participação Social vêm recebendo pela Gestão Pública em Parauapebas-PA.

Avançando no uso das técnicas para a análise das entrevistas, o primeiro passo consistiu em traçar as categorias importantes para o estudo, por meio de agrupamento das questões que investigam um objeto comum. Desta forma, o pesquisador revisou o roteiro de entrevistas e identificou as perguntas que estão entrelaçadas e agrupou em categorias, intitulando-as de acordo com os objetivos das perguntas e da pesquisa.

Assim sendo, chegou-se a 7 categorias de análise, distribuídas entre as seções do roteiro, com predominância de categorias na terceira seção, que trata diretamente a participação social, portanto, a mais extensa.

O conteúdo foi distribuído nos quadros construídos comparativamente entre os entrevistados, ou seja, de forma vertical, permitindo visualizar lado a lado as respostas para a mesma questão, registrando, assim, o conteúdo central da resposta de cada respondente, o que Bardin (2021) estipula como “grelhas de análise”. Ressalta-se ainda que, nem todas as questões estão contempladas nos quadros, excluindo aquelas menos centrais e mais justificadas para a ambientação e contextualização do pesquisador.

A seguir consta o Quadro 18, com as categorias de análise construídas para a análise das entrevistas, inicia-se com a categoria que busca conhecer os projetos e autonomia da Secretaria/ órgão, posteriormente as políticas públicas ambientais e as suas carências, e finalmente, as categorias que investigam os procedimentos em participação social.

Quadro 17. Categorias de análise do conteúdo das entrevistas

Seção 1 – Perfil pessoal e experiência profissional no município e no cargo	
Categoria 01 Projetos e autonomia da Secretaria/ Órgão	1.4.Exerce projetos ou tem inserção em área rural, distrital ou comunidades tradicionais? 1.5.Os projetos que você trabalha ou já trabalhou nesse cargo/ secretaria, são pré-definidos de uma hierarquia superior ou você tem participação e autonomia? 1.6.Pode citar os projetos mais desafiadores? Seja em andamento ou já finalizados. 1.7.Você ou sua equipe recebem treinamento ou cursos de atualização frequentemente? Ou com qual frequência? 1.8.Qual temática você percebe maior despreparo da sua secretaria? Seja Produção e manejo, proteção de áreas de preservação, combate às queimadas, mineração ilegal, etc.
Seção 2 – Conflitos, desafios e enfrentamentos socioambientais municipais	
Categoria 02 Políticas Públicas Ambientais	2.2. Quais as necessidades das políticas públicas ambientais? 2.3. Quais os maiores desafios ambientais para o município atualmente?
Seção 3 – Participação Social	
Categoria 03 Envolvimento do servidor com a Participação Social	3.1. Você sabe quais conselhos municipais existem? Quais? 3.2. Você constitui algum conselho? Se sim, nas reuniões de conselho, você percebe presença daqueles que têm cadeira ou a presença da população também? Se não, por que você não participa? 3.3. Você considera que a participação social seja imprescindível para o sucesso de algum projeto atual? Ou foi essencial para algum projeto concluído?
Categoria 04 Promoção da Participação Social	3.4. De que forma a secretaria promove a participação social? 3.5. Você considera a participação alcançada efetiva? Das experiências existentes, que nível alcançou?
Categoria 05 Metodologia e estruturação da Participação Social	3.6. De que forma o município busca envolver os cidadãos nos processos de tomada de decisão? 3.7. Quando houve a promoção da participação, alguma metodologia foi seguida? Seja de diagnóstico e consulta? 3.8. Você já recebeu treinamento sobre participação social?

Categoria 06 Meios para a Participação Social	3.9. O município procura usar a internet para o engajamento? 3.10. As atividades participativas são normalmente realizadas em instalações oficiais? O município já experimentou locais menos comuns para incentivar a participação (por exemplo, as casas dos cidadãos, escolas, supermercados, shoppings, associações) 3.11. O município oferece incentivos aos cidadãos para participar? (por exemplo, honorários, presentes, equipamentos de TI, melhorias de serviços, descontos sobre as taxas) Quem participa? Quais grupos e faixas etárias.
Categoria 07 Êxito e melhoria da Participação Social	3.12. Estas formas de engajamento são suficiente para alcançar todos os diferentes segmentos da comunidade (grupos de jovens / idosos, minorias étnicas, etc.)? 3.13. Quais são os procedimentos para assegurar que a voz do cidadão é considerada na tomada de decisão? 3.14. Que esforços o município está fazendo para melhorar a comunicação de suas decisões aos cidadãos? 3.15. O município conta com um programa de educação dos cidadãos em relação à participação?

Fonte: Elaborado pelo autor (2023), com base em Comissão da Europa (2008).

A primeira dimensão revela que a Gestão Pública no município de Parauapebas-PA é centralizadora, com pouca autonomia das Secretarias para o desenvolvimento de ações e projetos, os quais são apreciados e liberados pelo prefeito. O “Gabinete”, como se referem os entrevistados é bastante lembrado pelos servidores como limitador de projetos e ações de suas pastas e competências, delimitando, inclusive, a participação interna dos servidores.

Percebe-se que o desenvolvimento de projetos em áreas rurais é tímido, e quando possui, não transpassa o nível de educação ambiental, e em face às políticas públicas de desenvolvimento territorial, foram apontados projetos que não saíram da fase licitatória ou do planejamento, como a “Usina Fotovoltaica na Terra Indígena” e “Comunidade Mineral”, que busca regulamentar a mineração em pequena escala, combatendo as atividades ilegais e criminosas. Neste quesito, os respondentes lembram que a fiscalização é insuficiente e ineficaz, apresentando-se como um desafio na atuação da gestão ambiental pública, inclusive no combate à mineração ilegal e à invasão de áreas protegidas.

Outro desfaio apontado, o qual merece distinção, é a dificuldade do Departamento de Relações com a Comunidade (DRC) de atender às demandas populares e efetivar uma negociação e acolhimento daquilo que é requerido pela sociedade. O litígio na resolução das questões populares encontra-se especialmente de forma interna, ou seja, na prefeitura municipal, reduzindo, portanto, esta divisão da gestão pública à ouvidores da população, uma vez que o departamento revela “dificuldades em apresentar as demandas populares ao Gabinete”. O respondente apontou que o DRC limita-se a atender solicitações dos vereadores, ponto este que foi lembrado por outros respondentes em diversas questões da entrevista.

Este quesito recebe desdobramento nesta análise, pois, constata-se a dicotomia entre um departamento que deveria ser atuante, especialmente na promoção da participação popular, engendrando mecanismos de efetivação da voz da população nas decisões do município, o que está bastante distante de acontecer. Sobretudo, a visita do pesquisador ao departamento permitiu a observação *in loco* da obsolescência de tal divisão, com servidores que demonstram não ter um rol de atribuições.

Assim posto, as relações com as comunidades deflagram ações assistencialistas e promocionais e um departamento subutilizado e submisso, com alocação de servidores sem funções, com a gravidade dos limites políticos e institucionais impostos ao departamento, que se populariza nos bairros mais vulneráveis com ações esporádicas e promocionais, como a celebração de datas comemorativas.

Ainda acerca dos projetos socioambientais desenvolvidos no município, além de serem limitados à informação e educação ambiental, as iniciativas mais consistentes em termos de impactos locais e tecnologias acabam não se viabilizando, sobretudo, por questões políticas. Isso ficou evidente nas entrevistas, uma vez que o pesquisador se deparou com uma ausência de entusiasmo dos servidores, que ao mencionar ideias, proposições e projetos que outrora já foram planejados, revelam que comumente eles são arquivados e descontinuados pelo “Gabinete”, pois há sempre uma demanda de ordem política para atender, além da ausência de treinamentos e desenvolvimento de competências.

Percebe-se que as iniciativas e projetos de educação ambiental centralizam-se nas áreas urbanas e distritais, com pouca inserção nas áreas rurais.

Os respondentes revelaram ainda uma dificuldade do Poder Público em lidar com desafios comuns, como a prevenção de queimadas e na regularização de bairros, já que esse processo ainda não está finalizado, uma vez que o município foi criado recentemente, há apenas 34 anos.

A primeira seção da entrevista junto ao Poder Público do município de Parauapebas-PA demonstra uma gestão centralizadora, com pouco incentivo à projetos inovadores ou de importância significativa junto às comunidades, sobretudo aquelas localizadas no campo. Especialmente, constata-se que a divisão dedicada à recepção e atendimento de demandas sociais é figurativa, sem autonomia e força institucional para representar os interesses da população.

Pateman (1992) encontra na teoria de Mill a explanação de que a centralização do poder é uma ameaça ao espírito democrático e não possibilita a criação de liberdade política. Mill se refere à centralização do poder pelo Estado Nacional em detrimento à liberdade dos governos subnacionais, afirmando que “de nada servem o sufrágio universal e a participação nacional, se o indivíduo não foi preparado para uma participação local; pois é nesse nível que ele aprende a se autogovernar” (Pateman, 1992, p.46). Embora Mill se refira a relação entre governo nacional e subnacional, aqui abre um parênteses para esboçar aquilo que a centralização do poder no âmbito da Prefeitura Municipal de Parauapebas acarreta em termos de participação e da democracia ambiental, uma vez que não há participação e autonomia nem mesmo no próprio funcionalismo público.

Essa centralização revelada pelos respondentes e a inibição de práticas participativas na gestão pública podem evidenciar o que Mill classifica como “legislação classista” daqueles que operacionalizam o poder, o que o autor reconhece como uma atuação “utilitária” da participação (Pateman, 1992). Embora essa discussão caiba em diversos pontos evidenciados nesta pesquisa, aqui o objetivo é discorrer sobre a forma de governo centralizadora, utilizando a participação [quase inexistente] apenas como protetora e garantidora de estabilidade do sistema de governo.

Calgaro *et al.* (2022) ressaltam que o exercício da cidadania exige que os cidadãos sejam incluídos nas questões locais e de decisão pública. Para a inserção dos indivíduos em debates políticos, sociais e principalmente, ambientais, é preciso que sejam reforçados dois fatores: a) publicidade – que consiste em informar sobre os direitos e poderes dos cidadãos e as prerrogativas, com os instrumentos jurídicos; b) mobilização – que exige a motivação por parte dos agentes públicos, fortalecimento de sindicatos e divulgação sobre de decisões e soluções ambientais surgidas da própria população.

O Quadro 19 demonstra comparativamente a participação das Secretarias participantes.

Quadro 18. Apresentação dos resultados das entrevistas junto ao Poder Público de Parauapebas, referente à categoria “Projetos e autonomia da Secretaria/ Órgão”

Categoria 01 – Projetos e autonomia da Secretaria/ órgão						
Questão/ Órgão	DRC	COMAM	SEMMA Educação Ambiental	SEMMA Licenciamento Ambiental Rural	SEMTECT	SEMURB
1.4.Exerce projetos ou tem inserção em área rural, distrital ou comunidades tradicionais?	“Apenas Entidades do terceiro setor, sindicatos e associações de moradores”	-	“Está no PPA, mas não conseguimos” Apenas a título de informação sobre queimadas	“Área rural, com pequeno, médio e grande produtor”	“Sim, na Terra Indígena do povo Xikrins” Projetos nunca saíram da fase licenciatória	Distrital – (Centros administrativos)
1.5. Os projetos que você trabalha ou já trabalhou nesse cargo/ Secretaria, são pré-definidos de uma hierarquia superior ou você tem participação e autonomia?	“Tem que estar alinhado ao Gabinete de Governo, pois o DRC está ligado ao Gabinete”	-	“São definidos por hierarquia superior há alguns anos, não houve modificação”	“São definidos por instância superior, o “gestor que bate o martelo” – o Secretário de Meio Ambiente.	“O Darci é um prefeito muito bom de trabalhar porque ele dá autonomia, ele diz “não inventa, vai atrás do que funciona”	Não temos projeto com a comunidade (participação social), apenas ações educativas

1.6. Pode citar os projetos mais desafiadores? Seja em andamento ou já finalizados.	Tornar as entidades do terceiro setor independentes , menos dependentes do poder público (Cooperativas e Associações),	-	“Queimadas – porque não há mudanças no projeto [de combate] e ele não traz mudanças na realidade”	Programa Município Verde (SEMAS-PA) Projeto Semeador de Águas (município)	“Comunidade Mineral” Complexo, com diálogo entre a mineradora , os pequenos mineradores, o poder público e a comunidade.	Lei dos Bairros – regularizar os bairros Remanejamento dos feirantes na Praça dos Metais / reforma da “Feira do Produtor”
1.7. Você ou sua equipe recebem treinamento ou cursos de atualização frequentemente? Ou com qual frequência?	Não recebemos , solicitamos.	Não , mas depende de setor.	Não , só por conta própria. Não existe capacitação interna	Sim, semestralmente. Cursos sobre o CAR , a maior parte em Belém	Sim , buscam qualificar a equipe, em cursos no MME e ANM e na Secretaria de Tecnologia e Mineração do Estado do Pará	Não , não por falta de solicitação e envio de ofícios... sempre é negado pelo Gabinete do Prefeito
1.8. Qual temática você percebe maior despreparo da sua secretaria?	Manifestações da comunidade. Encontramos difficuldade em apresentar ao governo as reivindicações da comunidade.	Desconhecimento das normas ambientais dos próprios servidores	Mineração ilegal	Queimadas urbanas, preservação dos rios , e dificuldade de cumprimento das leis , dificuldade de fiscalização.	Tecnologia , por conta das mudanças que sempre ocorrem, pois temos só um analista de sistemas e o restante é da administração.	Não existem controles rígidos de áreas públicas A SEMURB deveria ter controle das áreas públicas , mas não tem. Quem decide é o gabinete.

Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

A segunda seção do instrumento de entrevistas, por meio da categoria única, intitulada “Políticas públicas ambientais”, investiga a percepção das Secretarias Municipais sobre os desafios em projetos e ações governamentais no tocante ao meio ambiente em Parauapebas. Foram realizadas quatro perguntas nesta etapa da entrevista, e apenas duas foram agrupadas por similaridade na categoria de análise, as quais se apresentam no Quadro 19.

Ainda em relação à percepção ambiental, os entrevistados foram questionados se a Gestão Pública entende que a mineração é uma atividade sustentável, uma vez que é a principal dinâmica econômica de Parauapebas. As respostas diversificaram-se entre si e demonstraram opiniões diferentes, mas com um ponto de convergência, a necessidade de diversificação econômica. Um dos entrevistados informou que isso sempre é discutido nas reuniões de secretariado, mas “que ainda não se sabe como fazer”. Contudo, na percepção do COMAM – Conselho Municipal de Meio Ambiente, por meio de sua representante, “ainda nem se pensa nisso em Parauapebas”. Isso revela um problema clássico e estrutural que se desenha em municípios com economia extrativista - a dependência econômica da atividade de mineração. Em Parauapebas já se reconhece, ainda que timidamente, o problema econômico e desenvolvimentista que esse tipo de atividade gera, a dependência. Entretanto, os entrevistados revelam que o Poder Público não possui ainda uma clareza definida da dimensão do problema.

Posteriormente, a segunda pergunta desta insere-se na categoria quanto às políticas públicas necessárias no município. Três problemas principais destacam-se por meio das respostas obtidas, sendo: a) ausência de fiscalização ambiental, b) saneamento básico, c) monitoramento de áreas protegidas.

Ao lembrar a necessidade de intensificação [ou execução mínima] de fiscalização, os entrevistados lembrar dois fatores que colaboram para a insuficiência de fiscalização: 1) falta de autonomia e 2) isolamento das Secretarias, as quais não atuam conjuntamente.

O apontamento da fiscalização como procedimento deficitário e insuficiente em Parauapebas reforça aquilo que foi respondido na primeira seção, de que a mineração ilegal é uma realidade no município e, dentre outros danos, aqueles ambientais estão danificando o rio Parauapebas. Nesta

conjuntura, a mineração ilegal revela-se como uma realidade no cenário desta pesquisa e um entrave para a regulamentação de políticas públicas. A ilegalidade da atividade mineral é uma realidade em toda a Amazônia e, segundo o Atlas do Problema Mineral Brasileiro (2023), publicado pela Observatório dos Conflitos de Mineração no Brasil, a extração ilegal representou a 3ª maior violência causada pela mineração em 2020, tendo o minério de ferro, o principal extraído em Parauapebas, como o principal metal em que ocorrem os conflitos (Observatório dos Conflitos de Mineração no Brasil, 2023).

O saneamento foi lembrado pela maioria como uma necessidade de políticas públicas. Nesta perspectiva, insere-se a realidade local, com imagens que denunciam a urgência de medidas para ampliar a rede de esgoto de Parauapebas, situação registrada pela pesquisa *in loco*.

Durante visita à Secretaria Municipal de Mineração, Ciência e Tecnologia (SEMMECT), que localiza-se próxima ao Complexo Jardim Tropical, área periférica [distante do centro urbano], foi registrado lançamento de efluentes nas ruas do bairro.

A Figura 42 revela um cenário impactante, com poças de esgoto que formam-se nas calçadas e entradas das casas.

Figura 42. Lançamento de esgoto doméstico em rua do bairro Tropical, Parauapebas-PA



Fonte: Registros da Pesquisa (2023).

O saneamento [falta de] é um problema generalizado no município, podendo ser visualizado nos mais diversos bairros, sem distinção entre áreas centrais e periféricas, com maior agravamento nesta última. À vista disso, o esgotamento incorreto, lembrado pelos entrevistados do Poder Público como uma realidade ainda longe de ser modificada, permeia áreas centrais da cidade, em meio às avenidas principais. Na Figura 43, é possível verificar resquício de efluentes domésticos em vala causada pelo asfaltamento de baixa qualidade. A área retratada na imagem localiza-se no bairro Parque dos Carajás, loteamento privado e a aproximadamente 150 metros da avenida principal de Parauapebas, a PA 275, que liga a rodovia ao acesso à portaria da Unidade de Conservação e entrada das operações da Vale, a Mina de Carajás e corta o município.

Figura 43. Acúmulo de efluentes domésticos e asfaltamento precário na região central do município de Parauapebas-PA



Fonte: Registros da Pesquisa (2023).

Na sequência, a outra pergunta da categoria de políticas públicas, investigou os desafios ambientais na visão dos respondentes. As respostas foram diversificadas, revelando alguns problemas ambientais existentes em Parauapebas, com destaque para: i) atuação da mineradora, b) comprometimento ambiental dos gestores, c) aprimoramento do processo de licenciamento ambiental municipal, d) mineração ilegal, e) falta de conscientização da população e dos gestores.

De forma geral, a percepção dos respondentes é de que os problemas ambientais são acarretados pela fiscalização insuficiente, ou seja, a falha no combate aos problemas e crimes ambientais está imbricada na própria atuação do Poder Público, inclusive no combate à mineração ilegal, que foi apontada como uma realidade de Parauapebas-PA.

A representante da SEMMA, que atua junto ao licenciamento ambiental rural frisou que o garimpo ilegal está assoreando a bacia do rio Parauapebas, a

qual estende-se por mais municípios e que, sem o reforço do IBAMA e da Polícia Federal, o município não consegue combater a mineração ilegal. Ainda, a servidora da pasta ambiental lembrou que a gestão de bacias hidrográficas é realizada pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará (SEMAS-PA), uma vez que não há comitês gestores regularizados e em funcionamento no estado.

A categoria “Políticas Públicas Ambientais” considerou as duas questões centrais para entender os desafios em torno da questão ambiental no município. Porém, no roteiro original havia mais duas perguntas, as quais foram realizadas nas entrevistas, mas que não computam o quadro desta categoria. As respostas na íntegra podem ser conferidas no conteúdo original das entrevistas.

Neste sentido, foi perguntado se a gestão municipal entende que a mineração é uma atividade sustentável. As respostas divergentes demonstram que essa questão é delicada para o município, especialmente no tocante à dependência econômica da atividade minerária, revelando ainda que a gestão municipal tem debatido esse aspecto com as Secretarias, mas que os debates não produzem efeitos de forma a gerar transformações significativas, como se observa na fala “O município entende que existem outras matrizes econômicas, mas não consegue diversificar a sua economia [...] e não é por falta de recursos”, e ainda: “Eu acredito que eles ainda nem pensaram nisso, nem analisaram”.

Outra pergunta foi realizada e que não compõe a categoria “Políticas Públicas Ambientais” refere-se quanto ao desempenho do município na busca de equilíbrio ambiental, pergunta para a qual houve convergência para a percepção de um desequilíbrio.

Dentre os representantes do Poder Público que participaram da pesquisa, uma participante atrela o desequilíbrio ambiental com o licenciamento ambiental inadequado no município, como se observa: “Desequilíbrio total a médio e longo prazo. A SEMMA não consegue lidar nem com licenciamento de baixo impacto, como oficinas mecânicas, e o pior é em empreendimentos de maior impacto”.

Outro respondente esclarece que as políticas públicas ambientais do município são ineficazes e contribuem com um desequilíbrio ambiental:

“Precisa trabalhar mais as políticas públicas para atingir um equilíbrio, pois são incipientes. Se existe um plano de desenvolvimento para o município, ele precisa ser executado”.

Desta forma, a seção 2 de análise das entrevistas que levantou aspectos relacionados aos desafios e conflitos ambientais e necessidades em políticas públicas, revela que a gestão do município de Parauapebas é ineficiente na fiscalização e licenciamento ambiental e que possui como principais embates a mineração ilegal, saneamento e uso do solo e áreas públicas. O Quadro 16 apresenta os destaques apontados pelos respondentes para as questões de políticas públicas ambientais.

Araóz (2020) lembra os impactos poluidores da mineração e do emprego de novas tecnologias para a atividade, possibilitando uma exploração muito maior e, inclusive, de jazidas de grau inferior. Dentre as consequências danosas apontadas por Araóz na dinamitação de quantidades impressionantes de 150 mil toneladas de rochas diariamente em somente uma mina, destaca-se como passivos ambientais minérios: toda a instalação, efluentes, emissões de gases, depósitos de resíduos e aquelas operações que tornam-se inativas e, portanto, passivos ambientais permanentes.

Além dos impactos localizados e identificáveis, Araóz lembra que não se trata apenas de mensurar os danos locais e sim em toda a “megaescala” minerárias, ou seja, em toda a estrutura montada na Amazônia, desde ferrovias, portos, operação de mina e etc. Segundo o autor, a mineração industrial, devido ao seu porte colossal, cria um imenso campo de perigos socioambientais, que, além dos riscos perceptíveis e calculados, criam outras condições de vulnerabilidade e perigo às populações do entorno [muitas vezes invisíveis e intencionalmente imensuráveis] (Araóz, 2020, p.198).

Nessas megaoperações, com imensos parques industriais, o poder do de fiscalização de conformidade ambiental, à cargo do estado ou do município, inserida em uma área descomunal e com inúmeros pontos de operações, é minimamente tímido. Conforme apontado pelos representantes municipais, o maior problema ambiental em Parauapebas resume-se à fiscalização – ou seja: falta de pessoal e de recursos [se essa discussão adentrar na lógica de um Estado empresarial, imediatista e extrativista, é possível conjecturar que essa

insuficiência de fiscalização ambiental nesses ambientes não seja sem intenção].

A insuficiência de fiscalização ambiental e de políticas ambientais responsáveis para a intervenção requerida nesses projetos, deflagra domínios do capital sobre a natureza (Araóz, 2020). Nesse cenário, são produzidos riscos ambientais – inclusive no entorno, os quais o autor intitula como “socialmente fabricados e politicamente distribuídos (Araóz, 2020, p.198).

Ainda, outra questão levantada pelos respondentes é que as políticas ambientais de Parauapebas carecem de melhorias no saneamento e na proteção de áreas verdes protegidas. Para Araóz (2020) os danos e impactos ambientais no entorno refletem na vida e na saúde da população, pois, segundo ele, “não há dano ao ambiente que não cause impacto sobre a saúde das populações”. Para o autor, a abordagem correta é “corpos-territórios afetados”.

Para Santos (2020), territórios sem participação social são espaços “sem cidadãos”. Além da participação, Santos esclarece que esses espaços carecem de serviços públicos básicos e garantias de direitos fundamentais (p.59).

Esses espaços sem cidadãos, sem participação pública foi, talvez, uma das maiores heranças do governo militar, cujo enfraquecimento dos direitos de acesso assentou-se pela insuficiência de representação de interesses populares e de articulação movimentos sociais. Isso não ocorreu por acaso ou em consequência, fez parte do projeto de ocupação liderado pelo totalitarismo do governo militar “[núcleo dominante]” – produzir territórios sem cidadania.

A sociedade local foi tolhida em suas possibilidades de fortalecimento e crescimento de um espírito comunitário e na organização de movimentos de uma sociedade que pudesse levantar interesses populares e produzir conflitos reais – de interesses entre os populares e o Estado. Somente após o enfraquecimento do Regime de Ditadura Militar instalado no Brasil, é que a sociedade civil encontra possibilidades de começar a se expressar novamente e reagir, dentro das suas possibilidades, a todas as violações que sofria, inserindo os interesses populares na pauta política sobre a Amazônia (Soares, 2021).

Quadro 19. Apresentação dos resultados das entrevistas junto ao Poder Público de Parauapebas no âmbito da categoria de políticas públicas ambientais

Categoria 02 – Políticas Públicas Ambientais						
Questão/ Órgão	DRC	COMAM	SEMMA Educação Ambiental	SEMMA Licenciamento Ambiental Rural	SEMMECT	SEMURB
2.2. Quais as necessidades das políticas públicas ambientais?	Fiscalização	Saneamento Proteção de APPs	Saneamento Gestão de áreas verdes Resíduos sólidos	Proteção de APPs, de rios e igarapés e nascentes, Políticas de incentivo ao produtor rural para a preservação. União das Secretarias para executar a legislação municipal no âmbito de queimadas, desafio político	Fiscalização - autonomia para fiscalizar e punir infratores ambientais	Gestão e descarte de resíduos – doméstico, industrial e comercial Catálogo das áreas públicas que são desafios de limpeza urbana
2.3. Quais os maiores desafios ambientais para o município atualmente?	Limites à gestão da empresa que tem a concessão (Vale) Há uma disparidade muito grande entre os dados divulgados e a realidade.	Possuir gestores com comprometimento ambiental	Regularização do uso do solo Licenciamento Ambiental adequado	Atividades ilegais , como os garimpos clandestinos , que estão assoreando a bacia do rio Parauapebas e outras	Invasões e a mineração em pequena escala.	Conscientização pública/ política do espaço público e meio ambiente.

A terceira seção de análise volta-se às questões que investigam especificamente aspectos relacionados à participação social, em diversos aspectos. Para isto, foram estruturadas cinco categorias de análise, as quais pesquisam desde o envolvimento do servidor com a participação social, como aspectos estruturantes e formais por parte do município, tais como: promoção, metodologias, recursos e avaliação da participação social. As perguntas empreendidas nesta seção foram construídas a partir da ferramenta C.L.E.A.R., com as adaptações necessárias a esta pesquisa.

A primeira categoria foi intitulada de “Envolvimento do servidor com a Participação Social” e é composta por três perguntas. A primeira investigou se os respondentes, e portanto, representantes do Poder Público têm conhecimento de quais conselhos municipais existem. Os respondentes demonstram que não conhecem claramente os conselhos do município, lembrando mais daqueles que pertencem à sua área de atuação. O Conselho Municipal de Meio Ambiente, central para esta pesquisa, não foi lembrado por alguns respondentes. Isto evidencia que, possivelmente, os conselhos municipais, enquanto instrumentos de gestão participativa.

Ainda, é importante atentar-se ao fato de que, ao serem questionados sobre a participação em algum conselho, a maioria (4 dos 6 respondentes) informou que não constitui nenhum conselho.

Outro aspecto revelado quanto aos conselhos municipais é que as reuniões são frequentadas por aquelas pessoas que possuem cadeira, cuja representação, muitas vezes pode ser escolhida estrategicamente, inserindo pessoas que representem os interesses de agentes políticos, como afirmou um respondente que “a presença é daqueles que têm cadeira, que são escolhidas estrategicamente e destinadas para entidades ligadas aos vereadores”.

Percebe-se que os conselhos municipais sofrem, portanto, influências, direcionamentos e manipulação quanto à participação e constituição para atender aos interesses de políticos.

A terceira questão desta categoria revela-se como um outro fator que deflagra a insuficiência da participação social no município. Ao perguntar se os respondentes consideravam a participação imprescindível para o sucesso de algum projeto, os respondentes sinalizam positivamente, mas não conseguem

informar nenhum projeto participativo, com exceção do projeto “Semeador de Águas”, lembrado pela representante da SEMMA, o qual consistiu na visita à sítios e propriedades rurais para levar informações sobre o processo de Cadastro Ambiental Rural (CAR) e licenciamento ambiental.

Neste momento, é importante realizar a ressalva de que, embora seja uma forma de participação comunitária (e social), a visita às propriedades selecionadas não é a forma de participação social investigada nesta pesquisa. Portanto, além desse envolvimento comunitário direcionado com um público de interesse, os respondentes não informaram projetos em e com participação social. Em resumo, a categoria revelou conselhos municipais com participação representativa estrategicamente direcionada à atender aos objetivos de agentes políticos, baixo envolvimento de servidores com instrumentos participativos e difusão de conselhos. O Quadro 20 demonstra os resultados para a categoria 3, de “Envolvimento do servidor com a Participação Social”.

Quanto ao funcionamento de conselhos municipais e da participação popular, especialmente na observação da não institucionalização e difusão de tais espaços, Araóz (2020, p.246) esclarece que o funcionamento destes espaços, colaboram com a criação do que o autor denomina de “zonas de veto e censura”, que exercitam a cidadania e que a inibição destes espaços “resguarda e garante os direitos dos investidores” e que, nesse sentido, políticas de Estado são paradigmáticas das exigências do capital. Assim, Araóz sinaliza estes espaços funcionando em favor dos interesses do capital (p.246). Os planos capitalistas-empresariais se concretizam na “expropriação política”, por meio de governos representativos, que defendem ou revestem-se dos “planos desenvolvimentistas” do empresariado (p. 246).

Quadro 20. Apresentação dos resultados das entrevistas junto ao Poder Público de Parauapebas, referente à categoria sobre o envolvimento dos servidores com a Participação Social

Categoria 03 – Envolvimento do servidor com a Participação Social						
Questão/ Órgão	DRC	COMAM	SEMMA Educação Ambiental	SEMMA Licenciamento Ambiental Rural	SEMMECT	SEMURB
3.1. Você sabe quais conselhos municipais existem? Quais.	Tenho conhecimento de alguns: saúde, educação, idoso, pessoa com deficiência, da mulher, da criança e adolescente	Sim – Juventude, Tutelar, Habitação, Saúde, Educação	Comam, criança e adolescente, pessoas com deficiência, condcap e do idoso e saúde (deve ter mais, mas não me recordo).	Só conheço o da Flona e o COMAM. [Não sei se o da APA é separado. Ah, é sim porque eu faço parte no da APA].	Cultura, Assistência Social, Saúde, Habitação, Juventude, Idoso,	Habitação, saúde, deficiente, meio ambiente , Flona, CONDCAP, Terras, conselho gestor do Plano Diretor
3.2. Você constitui algum conselho? Se sim, nas reuniões de conselho, você percebe presença daqueles que têm cadeira ou a presença da população também? Se não, por que você não participa?	Não participo de nenhum conselho atualmente. Presença daqueles que têm cadeira e que são escolhidos estrategicamente.	Não constituo nenhum conselho	Não constituo nenhum conselho	Constituo o Conselho da APA Observo a frequência só de quem tem cadeira.	Não constituo nenhum Conselho Assumi muita responsabilidade como secretário e falta tempo.	Participo do Conselho de Habitação , de terras e do Plano Diretor Habitação e população vai bastante às reuniões.
3.3. Você considera que a participação social seja imprescindível para o sucesso de algum projeto atual? Ou foi	Com certeza Não consigo recordar nenhum agora.	Sim, mas não tem nada	Sim, considero essencial,	É essencial, mas não me recordo de nenhum [...]	O projeto Semeador de Águas – ação	A gente não consegue atender às

Categoria 03 – Envolvimento do servidor com a Participação Social						
essencial para algum projeto concluído?		concluído	mesmo quando o projeto não deu certo		“Dedo de Prosa” que é realizado mensalmente em áreas rurais e levam informações sobre CAR, licenciamento, crédito.	demandas da população

Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

A categoria 4 investiga a promoção da participação social por meio de três perguntas, sendo que a primeira questiona as formas de promoção adotadas pelas Secretarias Municipais. Percebe-se que os participantes tiveram diferentes entendimentos acerca da pergunta.

Contudo, ressalta-se que as estratégias citadas não apontam a promoção da participação social, com exceção de um respondente que lembrou de um instrumento participativo importante, o Plano Plurianual (PPA), revelando ainda as estratégias adotadas para promoção desse instrumento: “A participação social é promovida por meio do PPPA (Plano Plurianual), que é promovido nas ruas. O PPA de 2021 foi colocado em locais estratégicos nas cinco zonas do município, além de um link publicado no site e nas redes sociais da Prefeitura Municipal, além de divulgação por e-mail pela ASCOM (Assessoria de Comunicação da Prefeitura)”. Ainda é possível citar que algumas ações apontadas pelos respondentes não se tratam de promoção da participação social, mas de atividades finalísticas das Secretarias Municipais, as quais desdobram-se em uma participação da população, como ações de educação ambiental e congressos de mineração.

A segunda questão dessa categoria investigou a efetividade alcançada pela participação social empreendida por cada Secretaria e nas suas experiências, e unanimemente revelam que a participação social empreendida foi insuficiente e não é exitosa. Os respondentes esclarecem que quantitativamente, a participação é “frustrante”. E ainda, um dos participantes atribui a frustração devido à impossibilidade de atender às demandas da população nas experiências participativas, pois não consegue êxito no âmbito político para prosseguir no atendimento aos anseios da população, revelando que “não tem água e não tem saneamento” [em referência aos bairros que receberam ações participativas por parte da Secretaria].

Um dos representantes da SEMURB disse que “a população não aparece”, em menção às ações em participação social, mas na pergunta anterior, o respondente informou que esta Secretaria não realiza ações no âmbito da participação social, o que corrobora a suspeita de que os representantes do Poder Público se contradizem e confundem a promoção da participação social, que foi perguntada aqui, com ações e processos de oferta de serviços públicos voltados à população.

Os resultados da participação social na visão dos representantes do Poder Público revelam um ponto importante desta investigação: a insuficiência da participação popular é resultado da falta de estruturas e espaços voltados ao mecanismo.

O tratamento conferido pelo Poder Público municipal à participação torna-se ainda mais preocupante por tratar-se de um município extrativista, com projetos e conflitos socioambientais de grande impacto. Abramovay (2022) ressalta que a participação popular é condição para uma governança pública e integra a infraestrutura necessária para o desenvolvimento sustentável na Amazônia. O autor enfatiza ainda que as consultas populares na Amazônia, quando acontecem, estão organizadas de forma burocrática, que desencoraja a participação.

Para Abramovay (2022), a participação real e bem informada pode ser aprendida com experiências internacionais, que apresentam um “leque amplo” de eventos e mecanismos bem sucedidos (p.29).

No contexto amazônico, Abramovay (2022) defende a ideia de que a participação e a informação produzem capacidades de populações locais se organizarem e “vocalizarem” os seus interesses, convertendo-se em importantes protagonistas nos grandes projetos amazônicos (p.28).

A participação social, garantida no Estado Democrático de Direito no Brasil pela Constituição “Cidadã” de 1988 em diversos artigos, é também reforçada como instrumento indissociável do Estado de Direito e da busca pela justiça por instrumentos e tratados internacionais, como o Acordo de Escazú, voltado aos direitos de acesso em matéria ambiental, abordados nesta pesquisa.

Vale lembrar aqui que as estruturas da Administração Pública do município de Parauapebas que relativizam a participação social, encontram correspondência nas políticas territoriais do passado, quando da criação do ditatorial⁴⁵ Programa Grande Carajás, que desdobrou-se como um projeto de exploração mineral e consequente desenvolvimento regional a partir de

⁴⁵ Aqui, o termo “ditatorial” refere-se ao fato do Programa Grande Carajás ter sido criado pelo Decreto Lei nº 1.813 de 24 de novembro de 1980 da cúpula do governo civil-militar (1964 - 1985), após a decretação de recesso do Congresso Nacional, o que fez com que tal projeto fosse aprovado em caráter *Ad Referendum*, sem apreciação do parlamento e sem consulta popular.

decretos centralizadores, sem nenhuma participação das populações locais, nas décadas de 1970 e 1980.

Para Santos (2020), esses projetos, desenvolvidos no modelo econômico conhecido como “milagre econômico” tem suas raízes na mesma ideologia da supressão de liberdades civis. Para o autor, trata-se de um modelo político e social que ocasiona a eliminação da cidadania para o “alargamento” de uma classe média em detrimento dos pobres. Esse crescimento econômico, baseado em setores produtivos agravou as injustiças sociais e desigualdade.

Quadro 21. Apresentação dos resultados das entrevistas junto ao Poder Público de Parauapebas, referente à categoria “Promoção da Participação Social”

Categoria 04 – Promoção da Participação Social						
Questão/ Órgão	DRC	COMAM	SEMMA Educação Ambiental	SEMMA Licenciamento Ambiental Rural	SEMMECT	SEMURB
3.4. De que forma a secretaria promove a participação social?	Através do PPA: Plano Plurianual, vamos às ruas.	Educação Ambiental	A SEMMA não promove a participação social. Exceto quando tem um interesse da Câmara.	Através da Educação Ambiental , tenta por regiões localizar os presidentes de associações e mantem diálogo, fazem diagnóstico das atividades realizadas.	Por meio de congressos e orientação, a relação com a comunidade acontece apenas como orientação. Não temos muito relacionamento com a população.	Nem é participação , só através da educação urbana, apenas informando. A comunidade não atua com a SEMURB em nenhuma decisão

Categoria 04 – Promoção da Participação Social						
Questão/ Órgão	DRC	COMAM	SEMMA Educação Ambiental	SEMMA Licenciamento Ambiental Rural	SEMMECT	SEMURB
3.5. Você considera a participação alcançada efetiva? Das experiências existentes, que nível alcançou?	Sucesso nesse projeto, mas buscam um retorno do poder público. A reclamação é água e saneamento. Não tem asfalto, água, asfalto e saneamento. Água em caminhão pipa.	É muito complicado falar pelo setor, mas dentro do que é proposto, sim	Não, é bastante frustrante.	Não é efetiva, percebemos relutância do produtor rural com a SEMMA, pois acham que é só fiscalização e atuação.	Não tem muita relação, mas os congressos e as campanhas realizadas tiveram boa visibilidade.	Não, nem nas audiências públicas. A população não comparece.

Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

A categoria seguinte, intitulada de “metodologia e estruturação da participação social”_realizou três perguntas sobre aspectos técnicos para a promoção da participação. A primeira pergunta remete aos esforços do município em envolver os cidadãos nos processos de tomada de decisão. As respostas demonstram que o envolvimento dos munícipes e a participação da população nas questões políticas não é uma prioridade da gestão municipal. Um respondente citou que a prefeitura de Parauapebas realizava “assembleias nos bairros”, assim como reuniões com lideranças comunitárias, mas que “no atual governo não tem acontecido”.

Outro representante do Poder Público informou convictamente que o município “não consegue envolver a população, o cidadão é ignorado”. Um terceiro participante considera que a representação do cidadão pode ocorrer por meio do COMAM, e pontua: “mas existe pouca representação de pessoa física, apenas empresários [...] não há participação do público comum”. Outros dois respondentes citaram o “Gabinete”, referindo-se ao gabinete do prefeito nas estratégias de participação social, explicando: “Isso se dá pelo Gabinete e indicação dos vereadores para os projetos”.

A segunda pergunta desta categoria levantou se foi adotada alguma metodologia com a finalidade de aumentar a participação. Os respondentes revelaram desconhecimento e distanciamento com tal questão, com exceção do DRC, que informou que o seu instrumento participativo – que consiste em um questionário simples e semiestruturado para levantamento de problemas dos bairros – foi elaborado pela equipe do próprio departamento e revisado pela pedagoga do DRC, cujo instrumento elaborado pelo DRC e fornecido ao pesquisador pode ser visualizado no Anexo II. Nesse momento da entrevista, o respondente revelou que o instrumento [que ele se orgulha pelo trabalho em equipe para a elaboração de um questionário para aplicação junto à população em áreas mais vulneráveis] foi aplicado no bairro “Complexo Tropical”, que é um dos mais pobres do município e que não possui rede de coleta e tratamento de esgoto e a maioria do bairro ainda não possui água encanada, ou o fornecimento de água. Por isso, o instrumento que pode ser conhecido nos anexos da pesquisa levanta a questão sobre o fornecimento de água, perguntando se ele ocorre em caminhão pipa e quantas vezes na semana.

Esse é um ponto de bastante atenção e criticidade que foi conhecido pela pesquisa ao longo de seu percurso. A falta de água em alguns bairros, com maior complexidade no “complexo Tropical”, e o fornecimento por caminhões pipa em alguns dias da semana foi revelado e corroborado por participantes da audiência pública sobre água e saneamento, ao questionar exatamente essa questão ao MPPA e aos representantes do SAAEP. Na fala do cidadão, que consta no relatório da audiência e na seção 7.7 deste estudo, observa-se:

Participante 02:

“Tem que acabar com abastecimento de caminhão pipa e ter água nas torneiras, pois diversos bairros não tem água nas torneiras, como o Jardim Tropical”.

“Como a população pode solicitar uma audiência para tratar esta questão do abastecimento por meio de caminhão pipa? É preciso formalizar?”

Participante 03:

“O Complexo Tropical tem um sistema próprio de água que seca durante uma parte do ano.

“Por que o SAAEP ainda utiliza caminhão pipa até hoje e por que o PROSAP que está construindo e sanando um problema que não foi sanado pelo SAAEP?”

A fala enunciada pelo participante “02” ao Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) questionando sobre como solicitar uma audiência pública revela ainda duas problemáticas tratadas por esta pesquisa – a falta de acesso à informação e à justiça ambiental.

A falta de acesso à água encanada, além da inexistência de rede de coleta e tratamento de esgoto é uma grave violação de direitos humanos. As Nações Unidas classificou o direito à água como um direito humano fundamental por meio da resolução nº 64/292 de julho de 2010.

O direito à água e saneamento foi reconhecido pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em julho de 2010, como um Direito Humano Fundamental, por meio da resolução nº 64/292. Dessa forma, entende-se que o acesso ao referido bem deve ser garantido à população (Nações Unidas, 2023).

A Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou em 2023 a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/21 para tornar o acesso à água um direito previsto na Constituição Federal (Câmara dos Deputados, 2023).

A última pergunta desta categoria investigou a importância interna da participação social atribuída pela gestão municipal, por meio da capacitação dos servidores e questionou se os participantes já receberam treinamento sobre o tema. Todos os respondentes sinalizaram negativamente, informando que não receberam treinamento sobre participação social, com exceção do representante da SEMMECT, que informou já ter participado de ações ofertadas pelo DRC, mas isso não foi lembrado pelo representante do departamento citado.

Em suma, esta categoria demonstra que o município de Parauapebas não prioriza o envolvimento da população em processos de tomada de decisão, assim como não faz uso de ferramentas e técnicas para aumentar a participação, e ainda, as estratégias de participação social [se há alguma] resumem-se em uma questão centralizada no gabinete do prefeito, e portanto, uma questão obscura, conforme demonstrado pelos respondentes.

A evolução dos debates da representação na democracia e a necessidade de ampliar o cânone democrático (Santos, 2019), como defende em sua obra “Demodiversidade”, na qual esclarece que existem muitas possibilidades de democracia e de governo para além daquela tradicional, da democracia indireta, à partir do voto, que têm demonstrado nas últimas décadas estar em crise – a crise da representatividade.

Para Santos (2016), a crise é tal que é necessário “democratizar e democracia”. Com isso, Boaventura estabelece que o atual modelo de governo institucionalizado e em prática em todo o mundo, o da democracia representativa, está apresentando “disfunções” em todo o mundo, não somente na América Latina.

A negação de direitos ambientais e direitos fundamentais e coletivos encontrada por esta pesquisa, especialmente no caso do acesso à água e ao saneamento básico, tão expressiva em um município da ordem econômica como Parauapebas apresenta elementos [neste momento abarca-se somente parte dos elementos] que permite conjecturar que a falta de esforços,

estruturas e iniciativas para o fortalecimento da organização da sociedade civil e os seus movimentos de representação política não são sem intenção.

Avritzer (2016), defende que a participação social só terá a sua expressividade alargada se “os limites do presidencialismo do coalizão forem tratados”, o que o autor explica pelos limites impostos à democracia pelos interesses de agentes políticos – nada de novo para a democracia brasileira, que como visto no capítulo 3, desde o início da ocupação da Amazônia, a participação popular é enfraquecida para atender aos interesses privados na política – um regime de governo cujo democracia inclina-se aos interesses do capital e de uma oligarquia dominante (Loureiro, 2022; Soares, 2021; Loureiro, 2019; Pateman, 1992; Avritzer, 2016).

Para Avritzer (2016), um Congresso conservador, voltado aos próprios interesses, envolve a concessão de valores e benefícios financeiros exorbitantes para os parlamentares, além de uma agenda “moral regressiva”, que frequentemente avança no retrocesso aos direitos de minorias. Especialmente no âmbito de participação ambiental na Amazônia, Marina Silva e Chico Mendes foram precursores no estabelecimento de uma agenda ambiental participativa, ligada a movimentos sociais quando do período de constituição do Partido dos Trabalhadores (PT). No primeiro momento de atuação do partido, essa agenda ligada aos interesses de ambientalistas e movimentos de povos da floresta ganhou importância para o partido, o que mais tarde, na eleição do Presidente Lula em seu primeiro mandato, em 2003, não se consolidou, justamente pela contraposição de interesses dominantes (Avritzer, 2016).

Quadro 22. Apresentação dos resultados das entrevistas junto ao Poder Público de Parauapebas, referente à categoria “Metodologia e estruturação da Participação Social”

Categoria 05 – Metodologia e estruturação da Participação Social						
Questão/ Órgão	DRC	COMAM	SEMMA Educação Ambiental	SEMMA Licenciamento Ambiental Rural	SEMMECT	SEMURB
3.6. De que forma o município busca envolver os cidadãos nos processos de tomada de decisão?	Assembleias de bairros, mas nesse último governo não tem acontecido. Reuniões com lideranças comunitárias no governo anterior.	Não consegue, o cidadão é ignorado.	[sinal negativo com a cabeça] Através do Comam talvez, existe pouca representação de pessoa física, apenas empresários grandes e o pessoal da OAB.	Não sei te responder, o Secretário pode te responder.	Isso foge da nossa competência, pois isso se dá mais pelo Gabinete e pelo DRC e indicação dos vereadores para os projetos, que ajudam a direcionar aqueles que a SEMMECT realiza.	Só o Gabinete pode responder.
3.7. Quando houve a promoção da participação, alguma metodologia foi seguida? Seja de diagnóstico e consulta?	O instrumento foi criado pelo DRC, com auxílio dos pedagogos do departamento.	Não sei	Não sei	Ao construir o projeto Semeador de Águas, buscamos literatura e realizamos idas a campo, com pranchetas recolhendo	Não sei responder	Audiência no formato tradicional Chamamento público, apresentação do projeto e abertura para dúvidas da

Categoria 05 – Metodologia e estruturação da Participação Social						
Questão/ Órgão	DRC	COMAM	SEMMA Educação Ambiental	SEMMA Licenciamento Ambiental Rural	SEMMECT	SEMURB
				informações e via GPS, com planejamento anterior.		comunidade, com o pessoal técnico presente para responder.
3.8. Você já recebeu treinamento sobre participação social?	Não	Eu fiz por iniciativa própria, mas não ofertado pela gestão	Não , só busquei informações por conta própria .	Não	Sim , com o Gabinete e com o DRC que mostrou como atender a população e como trabalhar com a comunidade.	Nenhum curso ou treinamento sobre participação social .

Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

A categoria 6, composta por três perguntas, envereda para uma investigação acerca dos meios utilizados para a promoção da participação. A primeira questão levanta sobre o uso da internet para motivar o engajamento da população, para a qual os respondentes informaram que a Prefeitura Municipal de Parauapebas utiliza a internet e as redes sociais, de forma geral. Porém, algumas particularidades nas falas dos entrevistados demonstram que a internet é utilizada para autopromoção do governo e dos agentes políticos, e ainda, denunciam um uso comercial, e no máximo informativo.

Um respondente esclareceu: “Usa a internet, mas não com essa finalidade. O uso é para autopromoção das figuras do legislativo que estão à frente das Secretarias. Nada se reverte pensando na população”.

Outro participante da pesquisa informou ainda que existe um aplicativo, intitulado “E-Parauapebas”, com a disponibilização de informações para a população.

Outra pergunta desta categoria investiga os locais de realização das ações participativas e os respondentes informaram que o município procura realizar ações em bairros e fora das instalações oficiais. Os participantes lembraram-se de ações e audiências realizadas pontualmente e citam alguns projetos desenvolvidos pelas suas Secretarias como ações em participação social, e novamente percebe-se uma certa confusão entre o conceito de participação popular e a oferta de serviços públicos à população.

A última questão desta categoria, também embasada no roteiro da ferramenta C.L.E.A.R, pergunta se o município oferece algum benefício aos cidadãos como forma de incentivo à participação. Neste quesito, confirma-se a confusão com o conceito de participação investigado, uma vez que um participante citou como benefício à participação “IPTU verde”. Outros respondentes citaram que é comum a disponibilização de lanches para os participantes, transporte e brindes para algumas ações junto às comunidades. Ainda, percebe-se o consenso de que benefícios poderiam melhorar a participação, no que se percebe: “Não há recompensas, não existe, mas deveria ter, como um sorteio ou um lanche”.

A categoria 6 “meios para a participação social” deflagrou que o município não utiliza a comunicação virtual para promover o engajamento e participação da população em políticas públicas, fazendo o uso de forma

comercial, buscando a validação positiva e legitimação da Administração Municipal.

Quadro 23. Apresentação dos resultados das entrevistas junto ao Poder Público de Parauapebas, referente à categorias “Meios para a Participação Social

Categoria 06 – Meios para a Participação Social						
Questão/ Órgão	DRC	COMAM	SEMMA Educação Ambiental	SEMMA Licenciamento Ambiental Rural	SEMMECT	SEMURB
3.9. O município procura usar a internet para o engajamento?	Sim, através da Ascom, mas não obtém eficiência no retorno	Sim, redes sociais	Não, usa a internet mas não com essa finalidade. A finalidade é auto promoção das figuras do legislativo que estão à frente das Secretarias. Nada se reverte para o espaço público e população.	Só divulgação de ações na internet, Instagram.	Sim, a SEGOV criou aplicativos para relação com a comunidade. Aplicativo E-Parauapebas oferece serviços na área da saúde, informações turísticas, ouvidoria. É gratuito.	Sim, a SEMURB também, mas existia uma resistência. Hoje tem assessoria de comunicação. Tem instauram há um ano, com interação mais de servidores e quando informam que terá limpeza, a população reage e reclamando
3.10. As atividades participativas são normalmente realizadas em instalações oficiais? O município já experimentou locais menos comuns para incentivar a participação (por exemplo, as casas dos cidadãos, escolas, supermercados, shoppings, associações)	Sim, vai aos bairros.	A SEMMA vai até as escolas, com vários projetos Já teve audiência em bairros e ginásios	Já realizamos atividades em locais não oficiais. A semana da árvore foi até o shopping, foi realizado um	O projeto realizou apenas uma reunião na SEMMA, mas providenciou transporte para a comunidade, mas o projeto vai até a comunidade.	Na SEMMECT fez o projeto “Geologia na escola” que levou dialogo sobre mineração nas escolas para mostrar os	As audiências foram realizadas na Câmara Municipal

Categoria 06 – Meios para a Participação Social						
Questão/ Órgão	DRC	COMAM	SEMMA Educação Ambiental	SEMMA Licenciamento Ambiental Rural	SEMMECT	SEMURB
			stand para doação de mudas, mas não é uma participação social efetiva.		impactos e ouvir os alunos.	
3.11. O município oferece incentivos aos cidadãos para participar? (por exemplo, honorários, presentes, equipamentos de TI, melhorias de serviços, descontos sobre as taxas) Quem participa? Quais grupos e faixas etárias.	Não tenho conhecimento	Não	É comum oferecer lanches, transporte e brindes.	Na maior parte das reuniões têm lanche para os participantes.	Tem o projeto de IPTU verde	“Não existe, mas deveria ter , como um sorteio, um lanche, deveria ter uma recompensa”.

Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

A última categoria de análise das entrevistas junto ao Poder Público de Parauapebas remete ao sucesso das ações e iniciativas em participação social, ou ainda, à avaliação dos esforços para a promoção de uma esfera participativa entre a população.

A primeira questão investiga se as formas de engajamento são suficientes para alcançar todos os segmentos da sociedade, como grupos minoritários. Todos os respondentes concordaram de que as formas utilizadas atualmente não são suficientes para o alcance da população, inclusive apontando a comunicação com a população como insuficiente e ineficaz. As respostas comprovam que as ações não abrangem uma estratificação exitosa e, portanto, demonstra que os esforços estão aquém do que é necessário para promoção de uma participação efetiva, como se observa: “Não, a gente não tem um olhar múltiplo”, e ainda: “Não, a gente não consegue abranger toda a comunidade. É bem difícil realizar essas reuniões [participativas].

Outra questão levantada pela ferramenta C.L.E.A.R. e replicada por esta pesquisa, diz respeito aos procedimentos oferecidos pelo município para assegurar que a voz do cidadão é considerada na tomada de decisão. Os representantes do Poder Público apontam as audiências públicas e a Câmara Municipal como um espaço para que a população possa enunciar a sua voz e efetivar a participação popular nas políticas públicas. Contudo, um participante relata que a participação insuficiente da população pode ocorrer em função da comunicação falha. Um dos participantes informou ainda que o município possui ouvidoria, manifestando dúvida quanto ao seu funcionamento: “Hoje existe uma ouvidoria, mas questiono a sua efetividade”.

Os esforços da gestão municipal para melhorar a comunicação com a população foi questionada e as respostas são divergentes, pois cada participante tem uma perspectiva baseada na sua atuação. O representante do DRC, por exemplo, informou que a sua equipe percorre com frequência os bairros, buscando cumprir o seu papel de aproximação com a população, sobretudo aquela mais vulnerável. Entretanto, em outras questões desta entrevista ficou evidente que essa comunicação não é efetiva no sentido de acolhimento das demandas populares. Foi informado ainda que existem planos de criação de um canal de *WhatsApp* para informações à população.

Outro representante informou: “A coordenação de comunicação tem trabalhado de forma incansável para mostrar o que a prefeitura está fazendo, estão investindo muito em divulgação daquilo que a prefeitura faz, utilizando *outdoors*, propagandas virtuais, na televisão e em rádios”. Essa resposta reforça que a Administração Pública de Parauapebas utiliza os espaços de comunicação com a finalidade de autopromoção do governo e de agentes políticos, buscando legitimar a atuação da gestão e centrando os esforços de comunicação no nível de informação e não de engajamento para a participação da população.

A última investigação desta categoria perguntou se o município possui algum programa de educação dos cidadãos para a participação. Para esta questão, três respondentes informaram que o município não possui e dois sinalizaram que acreditam que o DRC desenvolve, por ser de sua competência. O representante do Departamento de Relações com a Comunidade informou que realiza o incentivo à participação por meio de “mobilização”, cuja iniciativa teve início em 2021 e eles entendem como um programa de educação em cidadania e participação, sem especificar com maior riqueza de detalhes em que consiste a iniciativa, mas informou que carece ainda de parcerias internas com outras Secretarias e Autarquias. É evidente que as Secretarias Municipais esperam que a mobilização, como programas, ações e educação para a participação sejam desenvolvidas pelo DRC, que informou que as suas atribuições e o desempenho de suas atividades são limitadas pela cúpula mais alta do Poder Executivo.

Seguindo o roteiro de entrevistas, foi realizada uma última pergunta aos participantes, a qual não foi incluída nas categorias de análise, pelo fato de possuir um caráter subjetivo e interpretativo, e também porque o conteúdo desta questão já está dissolvido e inculido em diversas outras perguntas.

Ainda assim, esta pergunta suscitou uma reflexão entre os esforços da gestão municipal e o desempenho de ações voltadas à institucionalização da participação social nas políticas públicas locais. A pergunta refere-se à percepção dos respondentes quanto à assertividade na participação social. Assim, perguntou-se: “Se a participação for insuficiente no município, você atribui isso à que?”

Houve consenso entre os respondentes de que a insuficiência da participação social em Parauapebas é uma consequência da ausência de esforços e importância que deveriam ser dedicados pela gestão municipal, e ainda, os respondentes apontaram também a postura e comportamento da população em não exercer a participação. Entretanto, uma ressalva se faz necessária aqui, pois é preciso conhecer e analisar os elementos que constituem o distanciamento entre a população e o processo de formulação e decisões nas políticas públicas municipais.

Um dos participantes pontuou a informação como fator determinante para a participação, além do desinteresse intrínseco à população na sua visão, como se observa: “[Atribuo] à gestão municipal e à população, pois existem dois lados. Aquele que tem informação e não participa e aquele que não tem informação para a participação”. Outros dois participantes lembraram do descrédito da população no Poder Público, e um deles frisou: “[Atribuo] ao descrédito da população nos políticos ou nas políticas. A gestão municipal é desacreditada por boa parte da população, pois veem como ato político e falam: Isso não sai do papel, é só política”.

Um respondente correlacionou a participação da população com a visão de barganha de promessa eleitoral em campanhas políticas. Assim, em sua visão, benefícios ou a garantia de ter a sua demanda escutada e atendida são determinantes para a participação popular: “[Atribuo] à vontade (falta de) do munícipe, que deseja uma solução sem ter que se envolver [...] As organizações de reuniões políticas são sofisticadas, com infraestrutura e participação da comunidade. Os políticos levantam as demandas das comunidades e se eles “prestassem”, eles incorporariam essas demandas nos Planos de Governo. Nas audiências públicas a população pensa “não vou tirar nada daqui”, então eles acreditam mais em reuniões de campanha do que em audiências públicas”.

Outro fator apontado por um participante é o fato do município de Parauapebas ser o que ele denominou de “cidade operária”, com grande parte da população com origem de outros locais, comprometendo o senso de pertencimento e comprometimento com questões locais.

Quadro 24. Apresentação dos resultados das entrevistas junto ao Poder Público de Parauapebas, referente à categoria “Êxito e melhoria da Participação Social”

Categoria 07 – Êxito e melhoria da Participação Social						
Questão/ Órgão	DRC	COMAM	SEMMA Educação Ambiental	SEMMA Licenciamento Ambiental Rural	SEMMECT	SEMURB
3.12. Estas formas de engajamento são suficiente para alcançar todos os diferentes segmentos da comunidade (grupos de jovens / idosos, minorias étnicas, etc.)?	Não são suficientes.	Não. Mas às vezes há coisas acontecendo em outras secretarias que eu não sei.	A gente não tem um olhar múltiplo.	A gente não consegue abranger toda a comunidade.	Não sei	Não sabemos informar Pertinente à Ascom, mas deve ser as mídias sociais
3.13. Quais são os procedimentos para assegurar que a voz do cidadão é considerada na tomada de decisão?	A Câmara Municipal (deveria)	Sessões na Câmara e audiências A câmara está fazendo um projeto de sessões nos bairros Ouvidoria Municipal	Tem que partir deles [cidadãos] Eles têm que se organizar em grupos maiores, com mais organização social, para dar força à voz.	Só por meio de audiências públicas e muita gente não participa por falha na comunicação e por falta de interesse.	Por meio dos vereadores. A Câmara tem sido muito atuante	Aproximação política e requerimentos e ofícios
3.14. Que esforços o município está fazendo para melhorar a comunicação de suas decisões aos cidadãos?	Há a intenção de criação de um canal de WhatsApp da prefeitura para avisos.	Não sei responder	O uso de redes sociais	Através das Audiências Já foram realizadas pela SEMMA, agora ocorrem pelo PROSAP	A coordenação de comunicação tem trabalhado de forma incansável	A ASCOM tem um horário na rádio BIP – Boletim de Informações da Prefeitura,

Categoria 07 – Êxito e melhoria da Participação Social						
Questão/ Órgão	DRC	COMAM	SEMMA Educação Ambiental	SEMMA Licenciamento Ambiental Rural	SEMMECT	SEMURB
	Ida aos bairros , como o projeto piloto no VS10, que darão segmento aos demais bairros e zona urbana.				P para mostrar o que a prefeitura está fazendo, muito investimento com a divulgação do que prefeitura está fazendo. Outdoor, propagandas virtuais, na televisão e nas rádios.	informa as ações gerais da prefeitura... acontece toda sexta-feira.
3.15. O município conta com um programa de educação dos cidadãos em relação à participação?	Sim O DRC realiza o incentivo por meio do programa “mobilização”, começou em 2021, o programa é aplicado pelo DRC.	Não sei te informar	Não	Não. Realiza educação ambiental pela SEMMA e pelo CEAP (escolas).	Programa do DRC que incentiva a participação em políticas públicas, com associações.	Não. talvez o DRC possa responder

Fonte: Elaborado pelo autor à partir dos dados da pesquisa (2023).

Finalmente, após passar por cada questão que constituiu o roteiro de entrevistas junto ao Poder Público Executivo do município de Parauapebas, é possível engendrar uma análise vertical, sobre os pontos comuns levantados e o que estas falas produzem de entendimento no enredo desta pesquisa.

Constata-se que os esforços e estruturas voltas à participação social são insuficientes e não é trabalhado internamente com os servidores, tão pouco existe um plano consistente de participação social no município, embora exista uma divisão da prefeitura municipal de Parauapebas voltada às questões comunitárias – o Departamento de Relações com a Comunidade, que possui pouca autonomia e representatividade junto ao Poder Público. Esse departamento desenvolve ações de natureza filantrópica e assistencialista, embora tenha capacidade [inclusive ociosa e subjugada] para fortalecer diretrizes e uma política de participação social. Neste sentido, percebe-se que existe a estrutura e os servidores para tal, mas a participação social e o atendimento de demandas populares são vetadas por instância superior.

No âmbito dos Conselhos Municipais, deflagra-se uma participação representativa e manipulada de forma a eleger conselheiros que estejam alinhados com os objetivos de vereadores e secretários municipais, e ainda, com pouca divulgação e difusão da informação. Outro aspecto relevante é a confusão percebida entre o mecanismo participação social e o relacionamento com a população na oferta de serviços públicos.

O próximo capítulo apresenta as ações empreendidas no âmbito do mecanismo participativo testado, o Fórum de Cidadãos Participantes de Carajás.

7. FÓRUM DE CIDADÃOS PARTICIPANTES DE CARAJÁS: Experimentação de mecanismo participativo na Amazônia

7.1. Escopo, estrutura e planejamento de um novo modelo para a participação

O Fórum de Cidadãos Participantes de Carajás representa os esforços para desenvolvimento de um mecanismo inovador em participação social na Amazônia, buscando transpassar dificuldades da democracia representativa, e ainda, combinando diferentes ferramentas que podem possibilitar um maior alcance da população. Esse modelo almejado, intitulado aqui também de “arranjo participativo”, já que combina o uso de diferentes ferramentas, mecanismos, ações e eventos foi estruturado e testado nessa pesquisa, que apresenta neste capítulo todo o caminho percorrido, assim como as percepções e registros do pesquisador.

Alves (2017) ressalta a necessidade de um mecanismo de controle que possibilite o monitoramento de processos que empenham recursos públicos, visando atender as necessidades da população, ao mesmo tempo que registre as manifestações da esfera pública e que provoque e possibilite sanções ao poder público que não atende aos princípios da administração pública. Segundo Alves (2017), esse mecanismo de controle deve ser exercido por instituições independentes e com prerrogativa para manejar os instrumentos de operacionalização dessa nova forma de controle, o que no caso desta pesquisa foi o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA).

Como ponto de partida, é importante esclarecer a denominação “Fórum” e os princípios que embasam esse espaço ou mecanismo de participação popular, e portanto, formulação de políticas públicas, surgiu a partir da inquietação pela busca de um novo modelo de participação, que produza mais garantias do que audiências públicas tradicionais, sabidamente duvidoso no panorama amazônico, é advinda ainda da constatação de que a participação social é insuficiente no Brasil e na América Latina, regiões com democratização tardia e constituições recentes, enfrentando desafios ainda maiores na Amazônia.

Os territórios amazônicos, como já estabelecido nesta pesquisa, guardam conflitos de diversas naturezas, especialmente no uso e ocupação da terra, e ainda, múltiplas regiões disputadas pela indústria, que exerce forças injustas sobre povos tradicionais e comunidades locais, são cenários de disputas para o desenvolvimento de atividades. O avanço das atividades predatórias e extrativistas sobre a Amazônia e solicitações de licenciamento ambiental, produzem, inevitavelmente, a necessidade de mais escuta das comunidades do entorno, além de audiências e consultas. A aproximação com a realidade de comunidades e populações em situação de negação ou inacessibilidade de direitos ambientais, leva a busca por mecanismos de facilitação de acessos de direitos em matéria ambiental.

Sobre esses espaços e momentos de diálogo com as comunidades interessadas nos empreendimentos que avançam sobre a Amazônia, é reconhecido pela literatura jurídica, os indícios [muitas vezes comprovadamente] de manipulação, assédio e violências aos povos, munícipes e moradores locais que desejam expressar a sua opinião e publicizar as narrativas populares sobre o próprio território.

Historicamente, movimentos sociais, lideranças comunitárias e ambientais, são perseguidas e silenciadas na Amazônia, inclusive por meio de ameaças e violências, cuja realidade desdobra-se em um instrumento de diretrizes de proteção aos ambientalistas e lideranças de povos tradicionais pela primeira vez no Acordo de Escazú, especificamente no Art 9º, parágrafo 2, no qual se lê “Cada parte tomará as medidas adequadas e efetivas [...] para proteger a liberdade de opinião e expressão, o direito de reunião e associação pacíficas e o direito a circular livremente, bem como sua capacidade de exercer os direitos de acesso” (Nações Unidas, 2023).

Ainda, são conhecidos movimentos de impedimento de acesso às audiências públicas em licenciamento de empreendimentos predatórios e extrativistas, como por exemplo, relatos de audiências com a presença de guardas selecionando a autorizando a entrada de pessoas, impedindo o acesso por parte de movimentos sociais e lideranças do terceiro setor.

Assim, diferentes públicos e atores exercem forças bastante distintas nos territórios amazônicos, até mesmo para exercer o direito fundamental de participação e enunciação em espaços públicos. Isto posto, os poucos

elementos lembrados anteriormente, os quais produzem efeito sobre a complexidade da Amazônia, são suficientes para comprovar a ineficiência dos modelos atuais de participação social, que não produzem garantias além do nível de informação. As audiências, por si só, quando democráticas, representativas e estratificadas, muitas vezes acabam por produzir elementos processuais e arquivadas. Esses processos geram estranhamento mais adiante, quando grandes empresas e empreendimentos obtêm licença de operação nos locais para os quais há provas suficientes de inconformidade ambiental e social, com as devidas tentativas de manifestações da população local [provas desprezadas e silenciadas], a exemplo de processos de licenciamento de grandes projetos extrativistas ou de importantes impactos negativos, como hidrelétricas, mineração, extração madeireira e etc.

Acompanhando o crescente interesse industrial sobre a região há algumas décadas, o crescimento populacional e o povoamento produzem a necessidade de defesa dos direitos dessa população, a qual encontra-se em absoluta desigualdade de forças, de informações e de condições e recursos de participação, além da urgente defesa dos direitos da natureza.

A participação social na Amazônia, sobretudo, denota a voz da sociedade e do ambiente pela preservação de recursos, histórias, simbologias, culturas e territórios, significando-se como o mecanismo de escuta das narrativas populares e da possibilidade de conhecimento de dinâmicas e violências invisibilizadas.

A participação pública assenta-se na centralidade da discussão dos direitos de acesso em matéria ambiental para promoção de um Estado Socioambiental de Direito. Esse direito é assegurado pelo princípio 10 da Rio-92, conforme abordado anteriormente nesta pesquisa, e reverberou-se no Acordo de Escazú, expresso no Artigo 7, o qual condiciona o dever do Estado na asseguarção de tal direito.

Segundo Gohn (2019), a participação no Brasil sob o enfoque do papel da sociedade civil, vem demonstrando a abertura de vias e canais institucionais de participação no sentido de “controle social dos cidadãos”. A autora ressalta ainda que de forma positiva, a participação acontece nas práticas e relações presentes e produzidas pela sociedade civil, com notável atuação de movimentos, sindicatos e organizações sociais.

Tatagiba (2022) ressalta que o aumento de mecanismos participativos e, portanto, do campo da participação, produziu a necessidade de avaliar a efetividade das instituições democráticas, especialmente no tocante às deliberações que são elaboradas. Esse questionamento surge no sentido de que é necessário esclarecer se os instrumentos participativos, que aumentaram muito em número na era PT, singularmente conselhos e conferências nacionais (Tatagiba, 2022; Avritzer, 2016; Gohn, 2019), têm efeito prático e se os recursos investidos nessas inovações institucionais garantem retorno em melhorias participativas (Tatagiba, 2022).

Para a autora, a proporção que os novos mecanismos e instrumentos participativos tomou remete a uma “nova camada institucional de funcionamento do Estado”, e não mais em iniciativas isoladas de participação (Tatagiba, 2022).

O avanço no número e na forma das iniciativas em participação social permitiram a inovação democrática que volta-se ao controle social, remodelando a equação “participação-representação”, surgindo assim novas possibilidades e mecanismos de controle democrático (Tatagiba, 2022).

Nesta seção ressalta-se os motivos da busca pelo fortalecimento de um mecanismo de democracia participativa, perspectiva esta que encontra-se imbricada na linha condutora de toda a pesquisa, que revela-se pela inserção dos cidadãos locais na lógica do controle social, na negociação de suas necessidades junto ao Poder Público, além da representação política. Neste sentido, se utiliza aqui da “Teoria do Agir Comunicativo” de Habermas, por meio da qual, o autor enxerga a possibilidade de aproximação do Direito com o contexto social, buscando romper com as tensões existentes entre a normativa do ordenamento jurídico e o ambiente social no qual desenvolvem-se as relações, como já abordado no capítulo 2.

Habermas se apoia no argumento de que as relações sociais e positividade gerada nessas relações embasam a institucionalização do direito natural, ancorado no contrato social. Assim, a vontade consensual dos participantes validam o processo decisório e a vontade do legislador. Desta forma, para Habermas (1997), as condições para a democracia e os processos democráticos encontram-se no contrato da sociedade de Rousseau, que prediz como condição à democracia a soberania do povo.

Para Habermas (1997), Rousseau estabelece essa soberania popular por meio da socialização, processo no qual indivíduos se desfazem de interesses privados e buscam interesses do bem comum.

É na regulação de um sistema de direitos que situa-se entre os direitos privados e públicos que atua o cidadão na teoria do discurso, em um sistema com posições pré-estabelecidas dos participantes, no qual há um consenso de suas posições. Por meio da comunicação, os atores buscam validar os seus planos de ação com o consentimento obtido pela posição pré-estabelecida dos participantes. Assim, por meio do princípio da democracia e não de valores pessoais, o processo tem legitimação. Desta forma, Habermas (1997) esclarece que a democracia é resultante da junção entre o discurso e o ordenamento jurídico. Assim, a soberania popular reside, portanto, em espaços que propiciam o discurso e a produção de consenso.

Contudo, Habermas ressalta que o discurso e a forma jurídica resultantes das interações não fundamentam, por si só, nenhum direito. O princípio do discurso reveste-se de um princípio da democracia somente se houver a interligação com o “médium do direito”, enaltecendo a autonomia pública (Habermas, 1997).

Assim, a teoria inaugurada por Habermas, de que o “agir comunicativo” dos cidadãos produz em si só [estabelecido em um espaço planejado, com os atores e papéis demarcados] uma força democrática, é aquilo que se busca no âmago desta pesquisa – que reconhece em Habermas fundamentação para a proposição realizada – o “Fórum de Cidadãos”.

Outra perspectiva conceitual que se recorre aqui é o direito à cidade, que está presente nesta pesquisa, já que aborda políticas públicas ambientais no município de Parauapebas. Os dados obtidos junto à população local e no âmbito das audiências públicas revelam que a população do município estudado sofre as consequências de um processo de crescimento acelerado e desordenado, guardando desigualdades de acessos aos espaços coletivos, aos serviços públicos e até mesmo ao direito do exercício da cidadania.

Oliveira e Neto (2020) definem as cidades como resultados de “promessas de uma vida digna”, que nos tempos contemporâneos se transformaram em conflitos e tensões de direitos não correspondidos, o que posteriormente transformou-se na agenda do “direito à cidade” – conceito com

múltiplos sentidos, no qual apresentam-se as reivindicações dos cidadãos. Essa definição dada pelos autores às cidades, tanto no sentido ideal, como na deturpação das funções sociais, são percebidas claramente no município de Parauapebas, no decorrer da pesquisa. A cidade tem a sua origem a partir das operações de mineração da Mina de Carajás, que atraiu uma miríade de migrantes de todo o país, que ansiavam em uma vida mais digna e confortável. Em 30 anos, a região passou de povoado à uma cidade média, com mais de 260 mil habitantes, acumulando diversas desordens e desarranjos, desviando daquela cidade que era prometida aos trabalhadores da mineração na fase de abertura do Projeto Grande Carajás. Não diferente de outras cidades brasileiras, especialmente aquelas que estão circundadas por fabulosos empreendimentos do capital, Parauapebas apresenta-se como um território de discrepâncias, que são reveladas ao longo da pesquisa. Entre os maiores volumes de operação mineral do mundo, com importância global, a cidade que possui arrecadação estratosférica, tem um Poder Público que não garante infraestrutura, como saneamento básico, água tratada, asfalto e educação de qualidade. A não garantia desses serviços e direitos fundamentais, universais e coletivos é também a não garantia de usufruição da cidade – que não garante espaços adequados, contemplativos e inclusivos.

Colenci e Oliveira (2023) ressaltam que o processo histórico de crescimento desordenado das cidades, e em consequência a produção de desigualdades no âmbito desses municípios fez surgir o Direito Urbanístico, que abarca as mudanças sociais ocorridas no processo de crescimento urbano e as injustiças causadas e encontra correspondência normativa nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, que tratam a política urbana. Especialmente no artigo 182 destaca-se a função social no desenvolvimento urbano, que fica sob a responsabilidade do Poder Público Municipal, que por meio do planejamento urbano e do instrumento de Plano Diretor “tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” (BRASIL, 2023).

O direito à cidade apresenta uma correspondência às lutas e vozes de cidadãos, inclusive de movimentos sociais, que reivindicam o direito à moradia, aos serviços públicos, ao espaço e aos bens de consumo. Esse direito, segundo Harvey (2014), “surge nas ruas e nos bairros como um grito de

socorro e amparo dos oprimidos e pessoas em situação de vulnerabilidade. Este, é portanto, um campo em que se pode estabelecer as leituras e análises que se propõe esta pesquisa, com os dados empíricos.

No cenário internacional, o direito à cidade, conceito que originou-se nos estudos de Lefebvre⁴⁶ passou a ser destacado em documentos, convenções e tratados, inclusive no âmbito da ONU, que inserem o conceito na esfera dos direitos humanos e fundamentais e a partir disso, conduziram para a internalização nos ordenamentos jurídicos nacionais, como o Estatuto da Cidade no Brasil (Oliveira; Neto, 2020).

Um marco na discussão internacional do Direito à Cidade foi construído no Fórum Social Mundial em 2006 – a “Carta Mundial pelo Direito à Cidade” (Oliveira; Neto, 2020).

Especialmente no tocante à participação social no planejamento urbano, o Estatuto da Cidade foi o instrumento que viabilizou políticas públicas participativas para as cidades, ampliando o olhar sobre a busca por municípios democráticos, impulsionando o direito à cidade, com o estabelecimento de debates sobre as necessidades e expectativas de todos os cidadãos sobre espaços públicos coletivos nos municípios, possibilitando, portanto, a exequibilidade da “função social” dos municípios (Colenci; Oliveira, 2023).

O Estatuto da Cidade estabelece o interesse social e ambiental no centro do seu escopo, como se observa na definição da lei:

“Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; II – gestão democrática por meio da

⁴⁶ O termo “direito à cidade” consagrou-se a partir de estudos e a obra de mesmo nome de Henri Lefebvre, que estudou a perda das características orgânicas da cidade com o avanço do capitalismo e da industrialização. As cidades experimentam a segregação social por meio do espaço urbano, destacando os diferentes acessos aos espaços, serviços e direitos (Lefebvre, 2004; Oliveira; Neto, 2020)

participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social (Brasil, 2023).

Outra seção da Lei de Estatuto da Cidade que merece destaque aqui é intitulada de “Gestão Democrática da Cidade”, a qual estabelece os artigos:

“Art. 43. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos: I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal; II – debates, audiências e consultas públicas; III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal; IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. Art. 44. No âmbito municipal, a gestão orçamentária participativa de que trata a alínea f do inciso III do art. 4º desta Lei incluirá a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal. Art. 45. Os organismos gestores das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas incluirão obrigatória e significativa participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, de modo a garantir o controle direto de suas atividades e o pleno exercício da cidadania”. (Brasil, 2023).

Neste sentido, a pesquisa voltou-se para os esforços de estruturação e testagem de um mecanismo e processos de participação social, que produza mais garantias, facilitado conjuntamente entre o Ministério Público e a Universidade Pública Federal, importantes atores locais para a transparência e integridade do processo, imbuindo segurança e confiabilidade ao mecanismo testado.

A combinação de diferentes ferramentas e procedimentos, tanto presenciais como virtuais, esta última para com a intenção de investigar a efetividade de ações digitais para a promoção da participação popular, resultou em um arranjo, com o objetivo de estabelecer um modelo para o desenvolvimento de ações participativas assertivas, estratificadas e deliberativas.

A seguir, a Figura 45 retrata o pesquisador apresentando o projeto na abertura da audiência pública “Asfaltamento e Infraestrutura”, realizada no Centro Universitário de Parauapebas (CEUP). Na imagem é possível visualizar o banner com a identidade do fórum, no qual constam as instituições parceiras e facilitadoras e um QR Code para acesso ao site do projeto. O uso de QR

Code para facilitação do acesso à informação, assim como a preocupação com a identidade visual permeou todas as ações executadas no experimento.

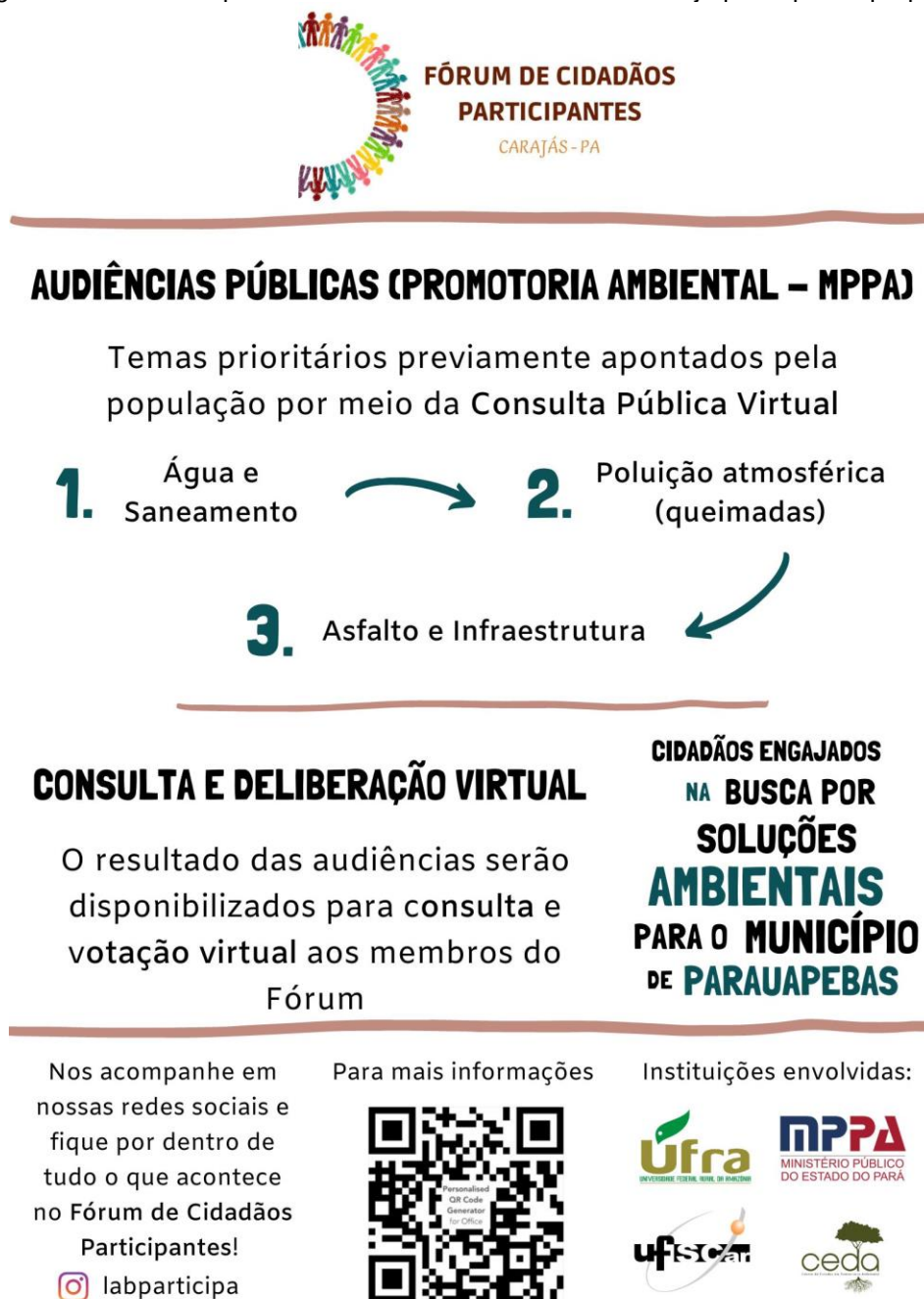
Figura 45. O pesquisador proferindo uma fala na abertura da Audiência Pública sobre Asfaltamento e Infraestrutura em Parauapebas



Fonte: Registros da Pesquisa (2023).

A Figura 46 ilustra os processos estabelecidos no Fórum de Cidadãos Participantes de Carajás, na qual é possível evidenciar que a sua estruturação baseia-se em audiências públicas promovidas para o debate acerca dos problemas ambientais levantados pela população. É possível perceber a preocupação com a apresentação e a clareza das informações direcionadas à população.

Figura 46. Encarte explicativo sobre o funcionamento do arranjo participativo proposto



Fonte: Registros da Pesquisa (2023).

7.2.O Fórum como espaço de identificação comunitária: a construção de uma identidade visual com elementos regionais e simbologias

O Acordo de Escazú, em seu Artigo 7º, parágrafo 13, ressalta que “cabe a cada Estado Parte incentivar a implementação ou uso de espaços já existentes apropriados à participação e consultas ambientais, espaços estes que possibilitarão a participação de diversos grupos sociais e setores, promovendo o diálogo, interação de diferentes saberes e valorização do conhecimento local” (Nações Unidas, 2023).

Neste sentido, a concepção do Fórum como mecanismo para impulsionar a participação popular em políticas públicas no município da pesquisa, sendo especialmente uma cidade na Amazônia, cercada de conflitos socioambientais, buscou despertar o senso de pertencimento, pluralidade, cidadania, e, portanto, direitos e deveres cidadãos para com o ambiente habitado. Para isso, a construção da identidade visual do projeto, como primeiro passo, carregou o desafio de incorporar elementos com os quais os cidadãos pudessem se identificar.

A responsabilidade de gerar identificação e conquistar a confiança das pessoas era também uma questão estratégica, de modo que a apresentação visual estimulasse a vontade dos cidadãos de conhecerem o projeto, e além disso, demonstrar que o fórum possuía potencial impacto nas políticas públicas, podendo reverberar-se em melhorias efetivas para o município, e de forma mais próxima, para o seu próprio bairro.

O processo de planejamento atentou-se a particularidades e elementos que pudessem contribuir com a construção de uma identidade plural, coletiva e comunitária, como preconiza o Comitê Europeu para Desenvolvimento Local e Regional (CDLR) como componentes de uma cultura voltada à participação em nível local (Comissão da Europa, 2008)

Sobretudo, além da identidade visual, ao longo do processo de construção de toda a comunicação do projeto, tomou-se o cuidado de incorporar elementos locais e/ou regionais em todas as mensagens e comunicações uma vez que a aproximação do público de interesse poderia ocorrer por meio da disseminação da informação, que foi uma questão central

para este projeto. Desde o planejamento dos instrumentos de levantamento de informações e de comunicação, apropriou-se de um cuidado e responsabilidade com a construção das mensagens, considerando o ambiente e suas especificidades, como o nível educacional, a pluralidade étnica, racial e de gênero. Ainda, no *survey* realizado, a dificuldade de acesso à informação no âmbito de políticas públicas locais e de processos participativos foi apontada pela população como um grande dificultador do exercício cidadão em Parauapebas-PA, o que reforçou o compromisso da pesquisa em se imbuir de cuidado com a informação.

Envereda-se agora para o ponto de partida do projeto, que é a definição do título do mecanismo de participação estruturado e testado por esta pesquisa, o “Fórum de Cidadãos Participantes de Carajás”.

A nomenclatura escolhida carrega a intenção da pesquisa, que é a atuação efetiva e participativa dos cidadãos locais, comprometidos com a manutenção da qualidade do ambiente do município, que está localizado na mesoregião de Carajás-PA.

O título apresenta, assim, toda a simbologia intrínseca à Carajás, ou seja, de uma região especial de ações pela preservação da biodiversidade, dos povos tradicionais, pela redução das desigualdades e a construção de municípios com qualidade de vida para as suas populações. É importante ressaltar que fora adotada a nomenclatura “Carajás” e não “Parauapebas” no título do mecanismo, pois na consulta realizada junto à população, uma pergunta específica questionou sobre a identificação dos respondentes, e a maioria informou que identificava-se mais com “Carajás” do que com “Parauapebas”. Essa peculiaridade deve-se, provavelmente, ao fato de que o município iniciou-se no Núcleo Urbano de Carajás, com a construção das primeiras moradias pela CVRD⁴⁷, fazendo com as pessoas migrassem para a região para trabalhar “em Carajás”. Ademais, a macrorregião em que insere-se

⁴⁷ A Companhia Vale do Rio Doce, ainda estatal no ano de 1985, que atualmente é a Vale S.A, foi responsável pela construção das primeiras unidades residenciais na região, inseridas no interior da Floresta Nacional de Carajás, onde foi construído o Núcleo Urbano de Carajás, juntamente com estrada, aeroporto e toda a infraestrutura para início das operações na Mina de Carajás. O “Núcleo” como é chamado atualmente é um loteamento restrito aos trabalhadores de cargos estratégicos e patentes altas da Vale. Assim, o Núcleo de Carajás atende historicamente pelo início do povoamento onde mais tarde viria a pertencer ao município fundado de Parauapebas.

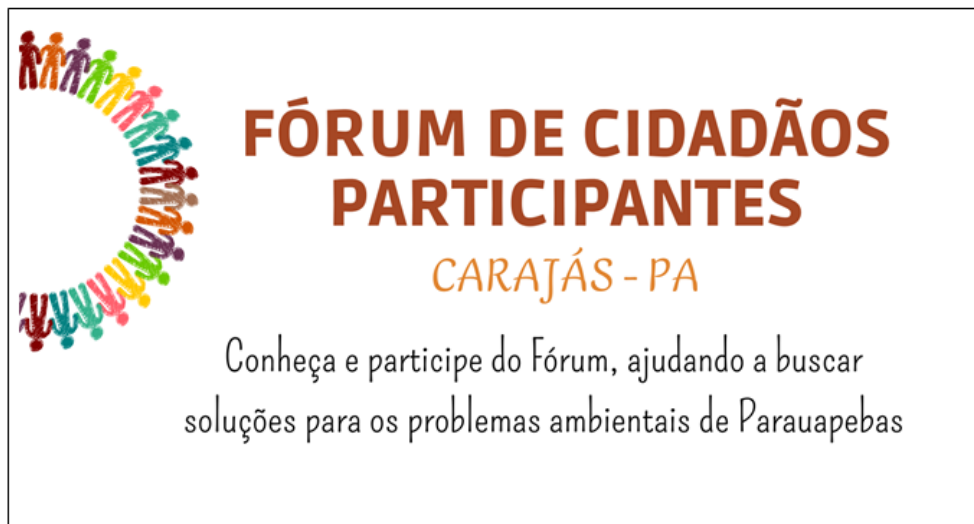
o município é denominada de Carajás, perfazendo aproximadamente 11 municípios, todos com atividades minerárias.

Ainda, o compromisso principal da pesquisa, ou do mecanismo estruturado reside na palavra “fórum”, que intencionalmente foi escolhida para traduzir aquilo que é pretendido neste espaço, a reunião de cidadãos de discutem problemas ambientais, deliberam e emitem um documento solicitando providências, com a força de “juízes do próprio espaço”.

Esse conceito denota que os participantes possuem poder para a tomada de decisão, atuando de forma deliberativa, sendo, portanto, o próprio poder cidadão.

A identidade visual apresenta de forma clara, simples e objetiva o nome do projeto em cor marrom, referindo-se aos aspectos territoriais, e ainda, apresenta à esquerda uma imagem lúdica e colorida representando a união das pessoas, interligadas em torno do mesmo objetivo, que é a atuação cidadã no próprio município. A Figura 47 demonstra a marca idealizada e a frase de chamamento utilizadas como slogan do projeto.

Figura 47. Identidade visual e slogan do Fórum de Cidadãos Participantes de Carajás



Fonte: Registros da pesquisa (2023).

Foi estruturado também para testar o uso da arena virtual em políticas públicas, buscando observar se as redes digitais, por si só, produzem efeito ou garantias para a participação.

De certa forma, a pesquisa foi movida, sobretudo, por esta questão, em busca de comprovação se a internet promove espaços participativos suficientes

ou exitosos. Esta hipótese de pesquisa, dentre tantas outras imbuídas nesta investigação, se faz ainda mais motivadora e intrigante quando no ambiente amazônico, pois, seria está uma nova forma de superação das dificuldades em participação social na Amazônia, ambiente conflituoso e em permanente disputa pelo uso e ocupação do solo.

A estruturação do fórum como arranjo participativo traz consigo em sua formulação, uma série de ferramentas e mecanismos que foram testados ao longo do caminho na construção da pesquisa, por isso, o seu caráter inovador para a região do estudo.

7.3.A informação no âmbito do arranjo participativo: experimentação do uso de redes virtuais para promoção de direitos de acesso

O presente estudo recorreu ao uso de redes virtuais para a difusão da informação e chamamento da população para as ações e experimentos empreendidos com a finalidade específica de investigar se o uso do ambiente virtual pode produzir efeitos positivos para maior alcance da população e, desta forma, impulsionar espaços de participação pública, fomentando a democracia participativa.

Durante todo o percurso da pesquisa, preocupou-se com a gestão da informação, de modo que os participantes e todos aqueles que quisessem conhecer o projeto pudessem acessar facilmente os conteúdos. Para isto, o projeto de democracia participativa empreendido pela pesquisa, o Fórum de Cidadãos Participantes de Carajás, contou com uma página institucional.

O site do projeto passou a existir desde a primeira etapa da pesquisa, quando da aplicação do questionário junto à população local, antes mesmo da definição do formato de espaço participativo – o fórum – e das audiências públicas. Neste sentido, é válido ressaltar que na primeira fase do projeto ainda não se sabia que o experimento assumiria a denominação de “Fórum”.

Assim, pensou-se na denominação de um mecanismo que pudesse dar suporte a todo o experimento e que gerasse uma percepção positiva e estimulasse a confiança do público que se pretendia atingir. Desta forma, a nomenclatura do espaço de suporte às ações da pesquisa foi estabelecida

como “Laboratório de Participação Social e Desenvolvimento Local (LAB-Participa), que assumiu a identidade virtual da pesquisa.

A identidade LAB-Participa foi atribuída às redes virtuais (*Facebook* e *Instagram*) e ao site⁴⁸, mídias que atuaram na difusão da informação em todas as etapas da pesquisa, desde a divulgação do formulário eletrônico do *survey* com a população, até o chamamento dos cidadãos para as audiências públicas. A Figura 48 ilustra o perfil do projeto na rede social *Instagram*.

Figura 48. Perfil do LAB-Participa no *Instagram*



Fonte: Registros da pesquisa (2023).

Na Figura 49 é possível observar a página na internet dedicada ao projeto, na qual eram postados conteúdos e o formulário de acesso ao *survey*, na primeira etapa da pesquisa.

⁴⁸ O domínio do projeto é www.labparticipa.org

Figura 49. Interface da página virtual do projeto



Fonte: Registros da pesquisa (2023).

Soma-se às estratégias de divulgação do projeto, a solicitação à instituições de ensino locais e parceiras para difusão em suas páginas virtuais, redes sociais e difusão entre os discentes. As mídias digitais para divulgação foram pensadas em um formato que permitissem o envio por e-mail, difusão no “WhatsApp” e em redes sociais. A estratégia principal focalizou na disseminação virtual, justamente porque era a intenção da pesquisa investigar a validade desse formato de divulgação para a participação popular.

A Figura 50 ilustra a arte confeccionada para difusão junto às instituições locais, com sinalização de que o projeto estava presente nas redes virtuais.

Figura 50. Divulgação do projeto e as suas redes sociais para outras instituições

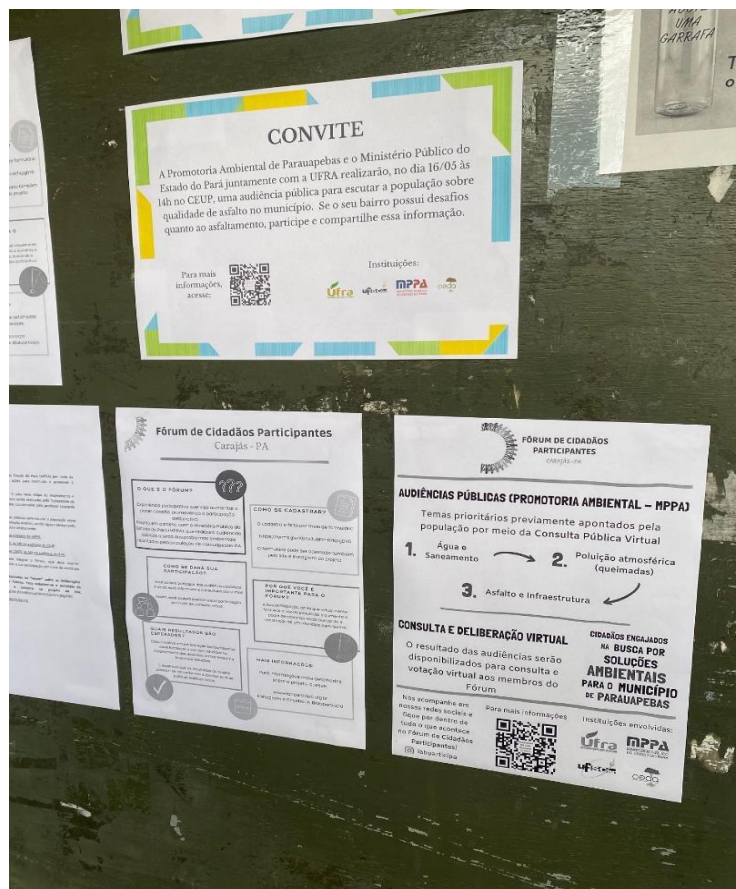


Fonte: Registros da pesquisa (2023).

Contudo, também foram envidados esforços de divulgação presencial, com afixação de cartazes em locais estratégicos, como os locais de realizações das audiências públicas e em instituições de ensino. A afixação da divulgação em locais físicos utilizou-se de um modelo de “convite” para a população com o chamamento, para que os leitores sentissem que aquela divulgação contemplava a sua pessoa, e ainda, foi empregada uma identidade visual chamativa e colorida.

A Figura 51 demonstra essa estratégia secundária de divulgação que foi utilizada para alcançar pessoas que não fossem atingidas pelos anúncios promovidos nas redes sociais.

Figura 51. Divulgação presencial das audiências públicas promovidas pela pesquisa



Fonte: Registros da pesquisa (2023).

A estratégia principal de difusão da informação para os experimentos empreendidos pela pesquisa – a utilização de redes virtuais para mobilização e alcance da população de interesse para ações participativas em políticas públicas vêm sendo debatido pela literatura, produzindo opiniões divergentes entre pesquisadores e resultados diferenciados para cada contexto.

No ambiente desta pesquisa especificamente - território de mineração e grandes empreendimentos extrativistas na Amazônia – dotado de complexidade e injustiças de acesso à informação, à participação e, por fim, à justiça ambiental, como evidenciado pelos resultados da pesquisa nos capítulos 4 e 5, a *internet* pode ser um instrumento de grande valia.

Para Castells (2017) a *internet* é o meio de comunicação que fundamenta as relações de uma “nova organização social”, na qual passa a

existir uma nova “geografia de conexões e sistemas”. Para Lubiana (2021), a *internet*, além de um dispositivo tecnológico, possibilita a organização em rede. Assim, por meio desse dispositivo, surgem novas mobilizações e “expressões de protestos”, atingindo as instituições e alterando as relações sociais (Lubiana, 2021).

Habermas, que já fora citado nesta pesquisa pela sua contribuição com a “Teoria do Agir Comunicativo” para as teorias democráticas, faz uma leitura importante sobre o avançar no uso de redes virtuais. Para o autor, a *internet* e a virtualidade produziram uma “mudança estrutural da esfera pública”. Habermas (2023) afirma que a função política da esfera pública sofre impacto pelas mudanças em uma “nova configuração da vida democrática”.

Para o autor, a mudança estrutural com o avanço das relações virtuais, não propicia claramente uma melhoria na democracia – o que o autor denomina de “esfera semipública”, na qual ele destaca a “função representativa de uma sociedade de singularidades” (Habermas, 2023, p.19). Sob a óptica de Habermas, a arena pública não se estabelece legitimamente nas redes virtuais, e tão pouco pode afirmar-se que é uma ferramenta que possibilita o aumento da democracia participativa.

Contudo, é preciso atentar-se aos ganhos possibilitados pela virtualidade, como a oportunidade de rápida disseminação da informação em pouco tempo e com potencial de alcance de grande parte da população [dependendo do contexto e da taxa de conectividade local]. Segundo o Plano Diretor de Parauapebas, o município possui aproximadamente 91% da população residindo em área urbana (Parauapebas, 2021). Ainda que esse dado seja imbuído de dicotomia, já que ele exclui a população em zona rural, ainda assim, é um avanço saber que as redes virtuais podem alcançar mais de 90% da população do município de estudo.

Para Di Felice *et al.* (2017), o “ativismo digital” e a participação virtual representam muito mais do que a demarcação de espaços políticos, produzem a transformação da “condição habitativa”, em que o indivíduo pode transpassar as suas características limitantes (geograficamente, institucionais e políticas) e possibilitam a expressão do cidadãos em um novo arranjo existencial.

A apropriação das redes virtuais pelos indivíduos do século XXI faz com que Di Felice *et al.* (2017) denominem de “*médium digital*” os cidadãos que,

fazendo uso da *internet*, podem expressar-se publicamente e realizar interconexões sem limitações e acessar a informação de forma “sem precedentes” (Di Felice *et al.* 2017, p. 24-25).

A facilitação de acesso à informação, como colocado pelos autores, interessa nesta discussão, uma vez que o acesso à informação é um dos eixos do tripé da democracia ambiental, cujo direito é emergente no município da pesquisa, conforme demonstram os resultados das audiências públicas (vide capítulo 7) e os resultados do diagnóstico com uso da Ferramenta C.L.E.A.R (vide capítulo 4).

Para Huws (2022), a forma mais positiva de experimentos no uso de tecnologias no sentido de produção de efeitos práticos é desenvolvê-los em comunidades locais, possibilitando a reunião das partes interessadas para o desenvolvimento de soluções para as suas necessidades – de modo que os moradores sejam “democraticamente responsáveis” por tais soluções.

As soluções reais e factíveis para comunidades se contrapõem à burocracia do Estado Neoliberal, que não consegue produzir soluções adequadas às necessidades reais da população.

Neste sentido, Huws (2022) ressalta que existe na sociedade civil a possibilidade de realização de um projeto democrático, reconhecendo as capacidades e construindo relações horizontais entre diferentes instituições. Esse arranjo pode dirimir questões relacionadas aos direitos fundamentais e coletivos da população local. Essas abordagens colaborativas locais, de baixo pra cima, devem ser discutidas abertamente em nível local, fazendo com que a população possa se sentir comprometida, desde que se sinta consultada (Huws (2022, p.142). A autora cita o setor de transportes como um exemplo de serviço público no qual já se percebe o impacto positivo de plataformas virtuais, voltando-se em benefícios para a sociedade, como a empresa Uber, que apresenta uma solução mais acessível em preços e informações para os cidadãos.

A seguir, a Figura 52 demonstra um encarte para divulgação eletrônica do experimento realizado pela pesquisa sob a denominação de “Fórum de Cidadãos Participantes de Carajás”, no qual é possível evidenciar a presença de *QR Code* para facilitação de acesso à informação e a inserção de uma

imagem do município, com a finalidade de gerar reconhecimento com as questões do município.

Figura 52. Divulgação do Fórum em parceria com o MPPA



Fonte: Registros da pesquisa (2023).

A Tabela 9 apresenta a promoção do instrumento de pesquisa junto à população por meio do *Instagram*. A principal discussão que se estabelece aqui é a possibilidade de alcance e retorno que as redes virtuais podem propiciar para experiências participativas.

Os resultados descritos na tabela permitem algumas observações e discussões. A primeira é que não por acaso há uma linha escrito “Erro na promoção”, já que a sétima postagem não aconteceu por uma instabilidade na ferramenta de promoção da publicação. Isso demonstra que o planejamento de experimentos que se utilizam de ferramentas digitais pode sofrer algum comportamento inesperado, tendo em vista que o funcionamento dessas ferramentas não está completamente no domínio do pesquisador.

A discussão mais importante a partir da observação dos dados da Tabela 9 é em relação ao alcance propiciado pela ferramenta. Percebe-se que a última postagem, por meio de anúncio promovido durante dez dias, chegou a atingir mais de vinte mil pessoas, com a visita de aproximadamente 57 pessoas ao perfil. Esse alcance ocorreu em função de duas variáveis, sendo: 1) quantidade de dias de anúncio, 2) o valor investido nessa promoção. Logo, para projetos e experimentos que tenham maior orçamento, há mais possibilidades de alcance da população que se deseja. Contudo, a quinta coluna evidencia que a taxa de retorno, ou seja, as pessoas que efetivamente tocaram no anúncio, não passou de 0,016% em nenhum período.

Esse resultado é tímido quantitativamente, mas ele é relativo, pois como será evidenciado no Quadro 25, nesse período de maior alcance, foi obtido o retorno de 51 respondentes – o que é um número satisfatório para um período de oito dias de uma pesquisa que já estava disponível há alguns meses. Além disso, deve-se considerar que toda participação é satisfatória, ainda que tímida e é necessário lembrar que o retorno ou engajamento da população não é uma conta simples de ser explicada por algoritmos.

Tabela 9. Alcance do anúncio da pesquisa com a população por meio do *Instagram*

Postagem/ Data	Quantidade de Dias	Pessoas Alcançadas	Toques no Anúncio	Porcentagem entre contas alcançadas e toques no anúncio	Visitas ao Perfil	Curtidas na postagem
1ª Postagem 22 Agosto de 2022	5	5.170	22	0,004%	7	10
2ª Postagem 09 Setembro 2022	5	5.750	57	0,009%	18	28
3ª Postagem 19 Setembro de 2022	5	1.905	23	0,012%	10	12
4ª Postagem 26 Setembro de 2022	7	5.964	86	0,014%	18	79
5ª Postagem 05 Outubro de 2022	7	7.756	129	0,016%	38	57
6ª Postagem 14 Outubro de 2022	5	13.056	132	0,010%	36	129
7ª Postagem 19 Outubro	Erro na promoção					
8ª Postagem 01 de Novembro de 2022	10	20.673	270	0,013%	57	208

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa (2023).

A seguir, o Quadro 25 detalha a quantidade de respondentes por período. É necessário ressaltar que estes participantes não chegaram ao instrumento eletrônico da pesquisa necessariamente por meio dos anúncios no *Instagram*, uma vez que a pesquisa contou com outras fontes de divulgação.

Quadro 25. Correlação entre respondentes da pesquisa eletrônica e a divulgação paga do instrumento no *Instagram*

Períodos da divulgação	Respondentes no período
22 a 27/08/2022 – 5 dias	1 respondente
09 a 14/09/2022 – 5 dias	14 respondentes
19 a 23/09/2022 – 5 dias	6 respondentes
26/09 a 02/10/2022 – 7 dias	26 respondentes
06/10 a 11/10/2022 – 7 dias	25 respondentes
14/10 a 18/10/2022 – 5 dias	27 respondentes
01/11 a 09/11/2022 – 10 dias	51 respondentes

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa (2023).

Outra medida adotada para difusão do experimento e das audiências públicas, especificamente, refere-se à solicitação de publicação e divulgação em sites de notícias locais. Além do conteúdo enviado pelo pesquisador para publicação, alguns espaços produziram matérias jornalísticas sobre a arena participativa que se estruturou junto ao MPPA, o “Fórum de Cidadãos Participantes de Carajás”.

A rádio local “Arara Azul”, bastante popular no município, produziu uma matéria e veiculou em sua página na internet com o seguinte título “UFSCAR e UFRA promovem em parceria com o Ministério Público do Pará, o Fórum de Cidadãos Participantes de Carajás”. Neste veículo, foi realizada ainda a divulgação na programação da rádio, em espaços de anúncios pagos. Foram contratados dois anúncios para cada audiência pública, com uma inserção no período da manhã e outra no período da tarde, nos dias que antecederam os eventos.

Outras mídias jornalísticas noticiaram a realização de ações do Fórum. As notícias⁴⁹ foram produzidas a pedido do pesquisador na tentativa de utilizar todas as fontes possíveis de difusão da informação.

7.4.A Universidade Pública como agente estruturante e propositor do experimento em participação social

A pesquisa foi estruturada a partir de ações e processos inerentes e em consequência da inserção e vivência do pesquisador no ambiente de estudo, alicerçados pela pesquisa-ação. Isto foi possível, uma vez que o pesquisador pertence à uma Universidade Pública Federal, no campus de Parauapebas-PA, entrelaçando a construção da proposta de pesquisa com a percepção do pesquisador acerca das dinâmicas de participação social em políticas públicas ambientais.

É, portanto, justamente a inserção do pesquisador e o seu pertencimento ao local de estudo que fez surgir um olhar investigativo e a propositura de construção de um modelo assertivo e conectado à realidade local.

A Universidade presente no município tem a sua centralidade na área de Ciências Agrárias e Ambientais, justamente pela sua localização e atuação na Amazônia, região em que é fundamental uma atuação conjunta de atores para o fortalecimento de políticas públicas ambientais. A exemplo disso, a universidade possui cadeira em diversos conselhos, como o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM) e no âmbito das Unidades de Conservação, integra o Conselho da Floresta Nacional de Carajás, do Parque Nacional dos Campos Ferruginosos e o Conselho da Área de Proteção Ambiental do Igarapé Gelado (APA), além de possuir representação em grupos

⁴⁹ As notícias estão disponíveis nos links:

1 – Rádio Arara Azul: <https://araraazulfm.com.br/noticia/1383934/ufscar-e-ufra-promovem-em-parceria-com-o-ministerio-publico-do-para-o-forum-de-cidadaos-participantes-de-carajas>

2 – Site Infopebas: <https://www.infopebas.com/cultura/projeto-forum-de-cidadaos-participantes-de-carajas/>

3 – Site Pebinha de Açúcar: <https://pebinhadeacucar.com.br/audiencia-publica-do-mp-e-ufra-aborda-saneamento-basico-em-parauapebas/>

4 – Site Zé Dudu: <https://www.zedudu.com.br/parauapebas-audiencia-publica-aborda-demandas-de-saneamento-basico/>

5 – Site do Ministério Público do Estado do Pará: <https://www2.mppa.mp.br/noticias/mppa-realiza-audiencia-publica-para-debater-agua-e-saneamento.htm>.

especiais de trabalho, como o de prevenção ao desmatamento e o grupo de combate às queimadas, ambos geridos pela Gestão Pública Municipal.

Em vista disso, a Universidade pública local assume um compromisso nos debates e espaços de discussão em políticas públicas locais, produzindo contribuições no âmbito do ensino, pesquisa e extensão e na busca de parcerias e na oferta de pareceres técnicos e qualificados.

A atuação da universidade em questões inerentes ao seu próprio território fortalece o seu compromisso no fortalecimento de políticas públicas locais e regionais, se faz singular na Amazônia, ambiente demarcado de especificidades e com constantes ações de discussão, revisão e construção de normativas de proteção ambiental, à medida que as cidades crescem e a população da região se torna mais numerosa.

Uma iniciativa neste sentido, e ainda, de forma participativa, é o Projeto Político Pedagógico e Educação Ambiental (PPPEA) das Unidades de Conservação do Mosaico de Carajás, cujo projeto consistiu em um processo de construção de um plano estratégico para fortalecer as ações de educação ambiental, difusão da informação e relacionamento entre a Sociedade Civil e as Unidades de Conservação. O PPPEA da “Flona Carajás” foi construído pelo NGI Carajás/ ICMBio⁵⁰

7.5. A adesão do Ministério Público do Estado do Pará à pesquisa

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio da Promotoria de Justiça de 2ª Entrância, aceitou a solicitação de participação na pesquisa e atuou como agente facilitador das audiências públicas realizadas em Parauapebas no âmbito da pesquisa. O Promotor de Justiça da vara de Meio Ambiente aderiu à proposição e conduziu as audiências públicas, atuando ainda no sentido de convocação dos representantes do Poder Público e das Secretarias e Órgãos envolvidos em cada audiência.

O MPPA também tem o papel de encaminhar o Documento Síntese que será produzido como produto do Fórum de Cidadãos Participantes de Carajás após a consulta aos participantes membros do projeto em participação social

⁵⁰ NGI Carajás é o Núcleo de Gestão Integrada das Unidades de Conservação Federais localizadas em Carajás e responde pelo escritório regional do ICMBio em Parauapebas.

ao Poder Público Executivo de Parauapebas solicitando providências e respostas à população.

Assim, o MPPA possui papel fundamental na pesquisa, que desenvolve um arranjo participativo com a participação central da Promotoria de Justiça, inclusive para a produção de legitimidade e de garantias.

7.6. Audiências Públicas do MPPA e Fórum de Cidadãos Participantes no município de Parauapebas-PA

As audiências públicas constituíram a primeira fase do Fórum de Cidadãos Participantes, servindo como um importante instrumento de levantamento de informações acerca dos desafios ambientais, estabelecendo a escuta de narrativas populares, e ainda, promovendo espaços abertos, com ampla divulgação e chamamento para a promoção das audiências e da pesquisa, fomentando e difundindo, assim, o Fórum.

No âmbito das audiências públicas enquanto instrumento participativo de escuta da população, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) esclarece que trata-se de um mecanismo, que dentre outros, fora fortalecido na experiência do MPSP, por meio da contribuição de diversos atores que apoiaram a consolidação da ação estratégica do órgão, dentre eles, a Academia e a Sociedade Civil, formando uma rede de apoio à atuação do MPSP e na construção de seu plano geral de atuação, que resultou em um Plano Geral de Atuação do Ministério Público e em um guia para realização de audiências públicas (MPSP, 2024).

O Ministério Público de São Paulo (MPSP) destaca a importância das audiências públicas e escutas sociais como instrumentos elementares da democracia participativa, especialmente na defesa do Estado Democrático de Direito, resgatando também os ataques recentes às instituições democráticas [referindo-se ao governo de extrema direita de 2018-2022] (MPSP, 2024). Assim, a publicação “Guia prático para realização de audiências públicas e escutas sociais” do órgão estadual insere a participação popular em sua atuação estratégica e essencial para a retomada e defesa de um Estado Democrático (MPSP, 2024).

As audiências públicas são concebidas em seu instrumento normativo original⁵¹, artigo 1º, inciso 1º, pelo Conselho Nacional do Ministério Público, como:

“Reuniões organizadas pelo Ministério Público e abertas à manifestação de qualquer cidadão, tendo por objetivo situações dos quais decorra ou possa decorrer lesão a interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, reuniões estas que apresentam como finalidade colher, junto à sociedade e ao Poder Público, elementos de prova e de convicção que permitam ao Membro do Ministério Público viabilizar ou pleitear corretamente a solução de demandas sociais ou para prestar contas de atividades desenvolvidas” (MPSP, 2024).

Na publicação, o Ministério Público do Estado de São Paulo esclarece ainda que uma atuação institucional eficiente depende que os servidores à frente de processos investigativos conheçam a realidade social da população em questão, especialmente os acessos desses cidadãos aos direitos fundamentais e sociais, por meio da aproximação com a sociedade do entorno da sua comarca (MPSP, 2024).

A Lei Orgânica do Ministério Público, promulgada por meio da Lei nº 8.625 de 12 de fevereiro de 1993 insere as audiências públicas entre as atribuições do Ministério Público, como se observa:

“Cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhe o respeito: I – pelos poderes estaduais ou municipais; II – pelos órgãos da Administração Pública Estadual ou Municipal, direta ou indireta; III – pelos concessionários e permissionários de serviço público estadual ou municipal; IV – por entidades que exerçam outra função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública. No exercício das atribuições a que se refere este artigo, cabe ao Ministério Público, entre outras providências: (...) IV – promover audiências públicas e emitir relatório, anual ou especiais, e recomendações dirigidas aos órgãos e entidades mencionadas no caput deste artigo, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito” (Brasil, 2024; MPSP, 2024).

A imprescindibilidade de audiências públicas no âmbito da Amazônia e dos grandes empreendimentos do setor primário, é ressaltada por Avritzer (2016), que resgata o processo de construção da Usina de Belo Monte, também no estado do Pará. As consultas públicas estabelecidas no processo de licenciamento e autorização para a construção da usina deflagram um campo de disputas de interesses. De um lado, os movimentos sociais,

⁵¹ A Resolução nº 82/2012 do Conselho Nacional do Ministério Público instituiu as audiências públicas no âmbito do órgão ministerial, cujo instrumento foi posteriormente reforçado pelas resoluções nº 159/2017 e nº 207/2020 (MPSP, 2024).

indígenas e o Ministério Público e a empresa Eletronorte do outro. A Procuradoria Geral da República (PGR) investigou o processo de licenciamento e considerou o resultado das audiências como “duvidoso”, por não considerar que o tempo destinado ao processo foi o adequado – reforçado pelo Artigo 7º, parágrafo 5º do Acordo de Escazú, mas principalmente, indícios de manipulação da participação (Avritzer, 2016).

Para Alves (2017), o Ministério Público tem o poder atribuído de “dever-exigir” prestação de contas de uma gestão pública que não atue nos padrões constitucionais, incluindo a promoção de direitos positivos, ou seja, aqueles que regem a vida social de um determinado local. Esse dever de fiscalização atribuído ao órgão, Alves (2017) intitula como poder de “*accountability* horizontal”, que é exatamente a fiscalização e observância da atuação de outros agentes constituintes do Poder Público.

Para o conceito de “*accountability*” do Ministério Público, Alves (2017) atribui um sentido mais amplo, ressaltando que é possível que o órgão atue juntamente com a sociedade e em demandas específicas e situacionais junto aos grupos de interesse do debate, configurando uma “*accountability* social”.

No âmbito desta pesquisa, vale-se muito de uma concepção recente de escuta da sociedade civil desenvolvida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que formula uma prática denominada de “Escuta social”, com um caráter menos burocrático e mais informal, apresenta no âmbito ministerial uma nova recomendação na forma de estabelecer uma interlocução contínua com as populações do entorno de atuação do órgão.

A “escuta social”, técnica publicada em documento institucional em 2024, prediz que o ato consiste em ouvir a população em formato ou mecanismo público devidamente planejado, mas de forma menos burocrática ou formal como uma audiência e sem a finalidade de produção de provas no âmbito de inquérito civil (MPSP, 2024). Ainda, o documento reforça que a técnica deve ser utilizada para identificação das demandas populares, buscando identificar as necessidades de políticas públicas, cuja falha possa necessitar de atuação do Ministério Público.

Essa técnica, na experiência do Ministério Público do Estado de São Paulo, tem possibilitado maior contato com movimentos sociais, pesquisadores

e a academia e representantes dos municípios aos quais tem-se aplicado, alargando o acesso à justiça, inclusive (MPSP, 2024).

Neste sentido, o MPSP entende que trata-se de uma abordagem inovadora de aproximação entre os Promotores de Justiça e a população local, uma vez que, compete-lhes ainda “Os deveres funcionais dos membros do Ministério Público, além de outros previstos na Constituição e na lei: (...)XVI – é de sua atribuição dar atendimento e orientação jurídica aos necessitados (MPSP, 2024).

A presente pesquisa empreendeu ações participativas, rotuladas como audiências públicas. Primeiro, pelo fato que os eventos seguiram o rigor previsto em uma audiência pública tradicional, com a facilitação do MPPA, que por sua vez realizou as convocatórias ao Poder Público Executivo, e também pelo desconhecimento da técnica de “Escuta social”, que se aplicaria às ações realizadas neste estudo, uma vez que se tratou de uma escuta das demandas, ainda que com uma temática estabelecida, não estavam inseridas no contexto de nenhum inquérito – embora as materialidades produzidas pudessem ser usadas para tal. Contudo, adotou-se a denominação de “audiência pública”.

Foram realizadas três audiências públicas, cujas temáticas representam os problemas ambientais mais lembrados pelos moradores de Parauapebas na consulta pública realizada de forma virtual no ano de 2022 por esta pesquisa⁵², sendo: i) água e saneamento, ii) queimadas e poluição atmosférica, iii) asfaltamento.

Nesta seção é possível conhecer os resultados das audiências públicas, à partir dos diálogos produzidos, as demandas e as manifestações dos representantes do Poder Público. Sobretudo, são apresentados ainda elementos e percepções pertinentes às dinâmicas e ao ambiente destes eventos, que revelam-se como registros importantes para entendimento das dificuldades encontradas na realização da pesquisa.

Para o de rigor e legitimidade, as audiências foram executadas pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), especificamente pela Promotoria

⁵² Refere-se aqui ao *survey* realizado com os moradores do município de estudo entre junho e outubro de 2022, realizado de forma virtual, cujo roteiro estruturou-se com base na ferramenta C.L.E.A.R. Os três impasses ambientais mais lembrados pelos respondentes correspondem às temáticas das audiências públicas e os resultados completos do levantamento são apresentados no capítulo reservado para isto.

de Justiça de Parauapebas, que aderiu à proposta da pesquisa e facilitou as ações juntamente com o “Fórum de Cidadãos Participantes de Carajás”.

Aqui abre-se uma reflexão sobre o papel do Ministério Público junto à democracia e às garantias de direitos humanos, coletivos e ambientais. Alves (2017) ressalta que, de acordo com o Artigo 127 da Constituição Federal, cabe ao Ministério Público brasileiro a defesa dos direitos sociais, que é obrigação do Estado brasileiro sob a óptica de uma “social-democracia”.

O Ministério Público é a instituição designada pela Constituição Federal para o estabelecimento de procedimentos fiscalizadores para garantia e proteção do patrimônio público, social e interesses difusos e coletivos, sendo eles: ação penal, ação civil pública e inquérito civil (Lima *et al.* 2023; Alves, 2017).

Desta forma, o órgão ministerial é incumbido constitucionalmente como “guardião dos interesses difusos e coletivos”, especialmente do meio ambiente (CNMP, 2024; Rodrigues; Marinho, 2023; Oliveira *et al.* 2022; Alves, 2017).

Neste sentido, o Conselho Nacional do Ministério Público ressalta que cabe ao órgão executar as ações para uma efetiva proteção ao patrimônio natural. Ainda, ressalta que o MP deve atuar na tutela do direito de proteção do meio ambiente, dispondo de instrumentos processuais e extraprocessuais para cumprir a sua função (CNMP, 2024).

Em relação às atribuições do Ministério Público, o CNMP esclarece que também é dever do MP fiscalizar e fomentar a observância dos princípios da Administração Pública e a utilização de recursos públicos. Neste sentido, deve atuar de forma preventiva e resolutiva em relação aos prejuízos causados à população pela “gestão inadequada ou malversação do Erário” (CNMP, 2021).

Um estudo publicado por Albuquerque *et al.* (2023) que investiga a atuação do Ministério Público Federal no controle do desmatamento em assentamentos na Amazônia Legal ressalta a litigância estratégica por meio de ações civis públicas. Os instrumentos de litigância, segundo os autores, têm o potencial de “transformação social no caso de desigualdades estruturais e relações de poder”. Para Albuquerque *et al.* (2023), a litigância representa uma ferramenta de reivindicação de direitos sociais, especialmente de populações vulneráveis e marginalizadas, como no caso de uma miríade de comunidades na Amazônia.

Assim posto, os autores reconhecem o Ministério Público como ator imbuído de capacidade para produzir mudanças no Estado, agindo para a responsabilização. O Ministério Público, ao instrumentalizar mecanismos de litigância estratégica e atuação junto ao Judiciário, pode provocar uma repercussão nas políticas públicas, especialmente naquilo que diz respeito aos direitos e proteção (Albuquerque *et al.* 2023).

Ainda de acordo com o estudo de Albuquerque *et al.* (2023), ressalta-se alguns elementos positivos adquiridos na litigância estratégica, especiais a este estudo, sendo: 1) voz às populações marginalizadas; 2) capacidade de resposta do Poder Judiciário; 3) capacidade do julgador; 4) comprometimento da autoridade e cumprimento das determinações; 5) mudanças nas políticas sociais (Albuquerque *et al.* 2023).

Esta pesquisa entende o potencial de modificação das políticas estatais visando o reconhecimento de direitos de populações excluídas ou vulneráveis e, por isso, recorreu ao Ministério Público Estadual para operacionalização do experimento de democracia direta.

Porém, é importante também que se lembre aqui, ainda que rapidamente, dos limites do órgão e o comportamento descoincidente daquele que é esperado do Ministério Público pelas atribuições constitucionais, o que Rodrigues e Marinho (2023) entendem como “sobrecarga” de atribuições.

No decorrer desta pesquisa, durante as negociações com a Promotoria de Justiça de Parauapebas e no planejamento das audiências públicas ensejadas nesta pesquisa, o Promotor de Justiça demonstrou desconforto na possibilidade de realização das ações em período divergente ao de expediente comercial e propôs que as audiências não ocorressem em bairros periféricos e afastados do centro urbano de Parauapebas.

Ainda que com essas limitações condicionantes, o Promotor de Justiça aceitou prontamente colaborar com a pesquisa, inserindo o MPPA como agente facilitador. Neste sentido, destaca-se brevemente o preceito do Ministério Público que insere a obrigatoriedade de escuta e acesso da população ao órgão, naquilo que se lê:

“Como é dever institucional do (a) Promotor (a) de Justiça defender os direitos e interesses da sociedade e zelar para o efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos

direitos assegurados na Constituição Federal, é imprescindível que habitualmente abra canais institucionais para ouvir a sociedade destinatária da sua atuação e que venha a ouvi-la para bem conhecê-la, com metodologia e sistematização, de forma ampla – embora não se vincule ao quanto ouvido –, o que, dentre outras providências, deve se dar por meio dessas reuniões abertas ao público” (MPSP, 2024).

O resgate desse trecho em que o Ministério Público ressalta a importância de estabelecer o acesso à população, promovendo reuniões abertas e no âmbito de sua atuação é ressaltado aqui para destacar a obrigação normativa à garantia de acesso. A primeira audiência pública, que debateu o tema do acesso e qualidade da água, realizada na sede do Ministério Público de Parauapebas, deflagrou falas importantes dos cidadãos que revelam o distanciamento entre a população local e o MPPA. Na ocasião, foram registradas manifestações no diário de campo da pesquisa, a saber:

“- eu nem sabia que a gente podia entrar aqui”;

“- a população que precisa ser escuta de verdade não está aqui, eles têm medo de vir ao Ministério Público”;

“- muita gente nem sabe que tem um prédio do Ministério Público aqui”;

“- qualquer pessoa pode vir aqui fazer uma denúncia?”

Em uma pesquisa conduzida por Oliveira *et al.* (2022) com Promotores de Justiça e Procuradores da República lotados no Ministério Público do Estado de São Paulo sobre a promoção da democracia participativa, por meio do uso de instrumentos participativos nas ações desenvolvidas no Ministério Público, percebe-se que a incorporação de procedimentos participativos no âmbito do MP ainda é bastante tímida.

Os participantes da pesquisa revelaram que há pouco envolvimento da população nos procedimentos ambientais, assim como um interesse relativo em envolver a população nos procedimentos ambientais de suas atribuições – uma vez que a maioria dos representantes do Ministério Público responderam que variam entre “pouco” e “regularmente” algum interesse no envolvimento dos cidadãos, resultando em 64% (Oliveira *et al.* 2022).

O Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) pondera que a participação social no âmbito de seu exercício ministerial, especialmente materializada no exemplo de audiências públicas, é um importante mecanismo que possibilita a escuta da sociedade civil em determinada discussão,

permitindo ao servidor ministerial, além de aprimorar a sua tomada de decisões, empregar legitimidade social naquilo que delibera (MPSP, 2024).

Contudo, mesmo com as controvérsias de sua atuação, reforçadas pela pesquisa conduzida por Oliveira *et al.* (2022), o Ministério Público é o órgão central na defesa dos direitos ambientais no Brasil. Ainda que os dispositivos legais e normativos do MP não obriguem a realização de audiências e ações participativas, o Ministério Público de São Paulo enfatiza que atos que possibilitem a oitiva da população no debate de demandas de interesse social na defesa do regime democrático são “aconselháveis e convenientes” por serem empreendidas pelos Promotores de Justiça (MPSP,2024).

Ainda neste sentido, Farias *et al.* (2023) ressaltam que a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) reforçou o papel do MP nas ações de responsabilização por danos ambientais, tanto na esfera civil como criminal.

As audiências desta pesquisa foram realizadas no mês de maio de 2023, ajustando-se à agenda e disponibilidade do promotor de justiça. Inicialmente, o planejamento metodológico da pesquisa previa uma reunião/ consulta aos membros cadastrados no fórum na semana seguinte à cada audiência, ou seja, a dinâmica planejada foi alterada de forma à conciliar os procedimentos desta pesquisa com a disponibilidade da Promotoria Ambiental, uma vez estabelecido que o MPPA seria o agente facilitador das audiências. Assim, as três audiências ocorrerem durante o mês de maio, sem um intervalo regular entre uma e outra, impossibilitando, o espaçamento previamente planejado e simétrico entre os três eventos, apresentando desafios quanto à promoção, registro, envolvimento dos atores do poder público e da sociedade civil.

As audiências, com os respectivos temas e locais, ocorreram conforme detalhado no Quadro 27.

Quadro 26.Temas e locais das Audiências Públicas realizadas pela Pesquisa juntamente com o MPPA

Data	Horário	Título	Local
03/05/2023 – quarta-feira	14 horas	Água e Saneamento Básico	MPPA
16/05/2023 – terça-feira	14 horas	Asfaltamento e Infraestrutura Urbana	CEUP
19/05/2023 – sexta-feira	14 horas	Queimadas e Poluição Atmosférica	IFPA

Fonte: Registros da pesquisa (2023).

A partir do Quadro 27, é importante ressaltar aqui alguns elementos que permitem tecer uma análise quanto à diversificação de agenda e horários dos eventos. Em primeiro lugar, todas as audiências foram realizadas às 14 horas e em dias úteis, atendendo a uma exigência da Promotoria de Justiça.

Observa-se, portanto, que as audiências públicas para discussão popular de passivos ambientais ocorreram em horário comercial e dias úteis, excluindo a possibilidade de participação daqueles que trabalham. Esse dado é de especial relevância, uma vez que a pesquisa busca meios de ampliar o acesso à participação e justamente a promoção de mecanismos mais abrangentes e inclusivos, na contramão daquilo que foi praticado neste experimento. Contudo, ainda que sabendo que esta condicionante solicitada pelo MPPA seria um fator de exclusão, esta pesquisa vale-se dos registros para tecer as suas conclusões.

Outro fator importante de ser ressaltado é que todas as audiências foram realizadas em locais na região central da cidade, próximos ao comércio, de forma a propiciar o acesso por meio de transporte público, conforme apontado no *survey* pelos moradores de Parauapebas. Porém, é necessário enveredar para a discussão de que as audiências ocorreram apenas em instituições nesta região, com prédios e instalações adequadas, conforme solicitado pela Promotoria⁵³

Embora tenham ocorrido em instituições na região central e de acesso mais facilitado, conforme indicação da própria população, neste quesito incorre a observância de que não foi realizada nenhuma audiência em bairros vulneráveis, conforme era desejado pelo escopo da pesquisa, apontado pelos participantes e praticado em outras experiências exitosas, como as audiências promovidas pelo PROSAP e pelo FCP de São Carlos-SP⁵⁴. Durante a

⁵³ Durante a primeira audiência pública do projeto, realizada em 03/05, no auditório do MPPA, representantes da Sociedade Civil questionaram a realização de ações desta natureza no prédio do MPPA, indagando sobre a possibilidade, e ainda, indicando a necessidade de realização de audiência pública nos bairros periféricos, pobres e mais afetados com os problemas tratados. Em resposta, conforme consta no relatório da audiência, o Promotor de Justiça informou que não é necessário que o MPPA vá até os bairros, uma vez que qualquer cidadão pode acessar o prédio do MPPA e registrar denúncias.

⁵⁴ As audiências públicas realizadas pelo Fórum de Cidadãos Participantes de São Carlos-SP, juntamente com o Ministério Público do Estado de São Paulo, por meio da Promotoria de Justiça da vara de São Carlos-SP, foram realizadas em quadras poliesportivas de escolas públicas estaduais nos bairros mais afetados, como “Cidade Aracy” e “São Carlos VIII”, cuja proposição foi realizada pela Promotoria de Justiça. Essa experiência participativa aconteceu

estruturação da pesquisa e após a primeira audiência, houve tratativas com o Promotor de Justiça para realização das duas últimas audiências em uma escola ou espaço adequado nos bairros em regiões não centrais e mais afetados, mas tal tentativa não obteve êxito e a adesão da Promotoria Ambiental.

O Promotor de Justiça, que ocupava o cargo na 6ª vara de Parauapebas há pouco mais de um ano, revelou que não tinha experiência na realização de audiências públicas e que o MPPA de Parauapebas não realizou nenhuma ação desta natureza desde quando assumiu o cargo.

Neste momento do texto, abre-se um parêntese para registro de uma informação obtida no decorrer da pesquisa, pois chama a atenção a rotatividade de promotores de justiça de competência ambiental no município. O promotor que participou das audiências e estava lotado em Parauapebas há pouco mais de um ano, já havia solicitado remoção para outra comarca, explicando que a dificuldade de fixação de promotores de justiça ocorre em função da distância do município em relação à capital, Belém-PA.

Ainda que se reconheça em caráter inegável a receptividade da Promotoria de Justiça Ambiental de Parauapebas à proposição da pesquisa, contudo, foi observado um MPPA com rotatividade de promotores, resistência no desenvolvimento de ações participativas em regiões periféricas e vulneráveis e não disposto na realização de audiências em horários flexíveis, tão pouco aos sábados, conforme era intenção inicial da pesquisa.

Em tempo, registra-se ainda poucos esforços na difusão da informação às comunidades e à população local, pois o MPPA possui apenas um site que é centralizado na sede do MPPA. Localmente, a informação é difundida com afixação em um mural físico localizado no *hall* do prédio do MPPA, conforme lembrou o promotor ao questionamento de um participante da audiência de água e saneamento, perguntando por qual o meio em que a população pode se informar sobre os inquéritos e procedimentos instaurados e acompanhados pelo MPPA.

Ainda neste sentido, no que concerne o acesso à informação e à participação, investigados por esta pesquisa, volta-se agora especialmente

para o acesso da população à sede do MPPA em Parauapebas. Durante o período de divulgação da primeira audiência, registrou-se questionamentos e manifestações sobre o desconhecimento da existência de um prédio do Ministério Público no município, até mesmo por docentes da universidade. Registra-se ainda que, para acesso ao auditório ou outros espaços no interior do MPPA, com a devida autorização, é necessário realizar cadastro e estar portando documento de identificação. Após o cadastramento e autorização, sob o olhar do vigia que faz a segurança do espaço, é possível acessar a audiência pública.

Esses procedimentos de segurança para acesso ao local foram lembrados por participantes presentes na ocasião como fatores “dificultadores” da participação, como explicitou uma representante da sociedade civil, em sua fala, exemplificando que “a população que precisa ser escutada, que é realmente vulnerável, não estava ali e que as pessoas têm medo de ir ao MPPA”.

Enveredando para a análise do aproveitamento do evento para a produção de debates significativos, manifestações da sociedade civil e representantes do poder público, e portanto, os resultados das audiências públicas empreendidas pelo Fórum de Cidadãos Participantes de Carajás, juntamente com a Promotoria de Justiça de Parauapebas, apresenta-se a seguir os resultados alcançados para cada evento.

Os diálogos e manifestações, assim como os demais aspectos estruturantes das audiências constam nos relatórios elaborados, contendo integralmente aquilo que foi produzido nestes espaços de participação popular ambiental em Parauapebas e podem ser visualizados nos Apêndices.

Para uma análise horizontal, ou seja, individual de cada evento, é apresentado a seguir os principais resultados, ou seja, as manifestações e solicitações populares e a participação dos representantes do Poder Público em cada audiência pública.

7.7. Audiência Pública de Água e Saneamento

7.7.1. Divulgação e Promoção da Audiência Pública

Os esforços de divulgação da audiência pública de água e saneamento centraram-se nas mídias sociais, com difusão virtual. Para isto, utilizou-se principalmente a rede social *Instagram*, por meio da ferramenta de contratação de anúncios.

Outra mídia utilizada foi a disseminação do convite pela rede *WhatsApp*, com arte digital e vídeo com animação. A divulgação foi enviada também por e-mail, tanto para a comunidade acadêmica, quanto para aqueles que já haviam se cadastrado no projeto na fase anterior, ou seja, aqueles que participaram da consulta pública virtual (*survey*) para o diagnóstico ambiental.

Além disso, o anúncio foi veiculado no perfil do *Instagram* do projeto, com publicação nos “*stories*” repetidamente, além de publicação permanente no “*feed*”. Ainda, foi lançado mão do recurso de anúncio na rádio local, a “Arara Azul”, que possui grande audiência no município de Parauapebas-PA.

A seguir, é possível evidenciar a arte publicitária criada para promoção da audiência pública de água e saneamento, a qual foi disseminada virtualmente.

Figura 53. Divulgação da audiência pública de Água e Saneamento em Parauapebas



Fonte: Registros da Pesquisa (2023).

- **Definição do tema da audiência: “água e saneamento”**

A temática retratada na audiência pública – água e saneamento – foi elencada pela população local do município de Parauapebas-PA em uma pesquisa (*survey*) de consulta pública realizada entre junho e outubro de 2022, de forma virtual, como um dos principais desafios ambientais.

Para pouco mais de 70% dos respondentes da pesquisa, água é o principal enfrentamento necessário à gestão pública, tanto o fornecimento, quanto a rede de esgotamento doméstico. Assim, a temática água e saneamento representa uma emergência em Parauapebas, realidade também do restante da Amazônia.

Portanto, a pesquisa evidenciou a urgência em discutir a realidade no fornecimento de água e saneamento no município de estudo, definindo desta forma, a temática da primeira audiência pública do projeto, realizada em 03/05/2023.

À partir do chamamento público, de toda a sociedade civil, com estratégias de divulgação por meio de mídias digitais, e ainda, com a participação de representantes do Poder Público Executivo Municipal, convocados pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e sob a liderança da Promotoria Ambiental da vara de Parauapebas, na data de 03/05/2023 realizou-se a audiência pública intitulada de “Desafios de água e saneamento em Parauapebas-PA” no auditório no MPPA, na região central da cidade.

Estiveram presentes representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), do Serviços Autônomo de Água e Esgoto de Parauapebas (SAAEP), do Programa de Saneamento de Parauapebas (PROSAP) e demais participantes interessados, totalizando aproximadamente 60 participantes, incluindo os atores proponentes.

A audiência foi estruturada em três momentos, sendo: i) abertura e apresentação da ação, do projeto e dos objetivos envolvidos, conduzido pelo promotor de justiça e pelo pesquisador; ii) participação livre da sociedade civil e manifestação dos presentes, com direcionamento de questionamentos aos representantes do Poder Público, iii) manifestação e resposta dos representantes técnicos do Poder Público, ou seja, aqueles que foram convocados pelo MPPA – SAAEP, PROSAP e SEMMA.

No primeiro momento, o promotor de justiça acolheu aos presentes, apresentando a intenção da audiência, contextualizando a parceria entre a Promotoria Ambiental de Parauapebas e o Fórum de Cidadãos Participantes, que realizou a provocação para que a ação ocorresse. Ainda neste momento, o pesquisador apresentou o projeto e as ações previstas adiante, esclarecendo a metodologia traçada para a audiência.

Logo, iniciou-se o segundo momento, ou seja, de manifestação dos presentes e direcionamento de questões, dúvidas e solicitações à Gestão Municipal e aos técnicos de água e saneamento.

Esta etapa respondeu pelo momento mais importante da ação, no qual registrou-se os questionamentos e solicitações dos presentes, os quais são descritos integralmente a seguir, empregando a nomenclatura de “participante” para cada cidadão que fez uso da palavra.

- **Manifestações e solicitações realizadas pelos cidadãos**

A seguir, é possível conhecer os relatos e manifestações registradas na audiência, de forma integral.

Participante 01:

“Todo mundo precisa falar e ter acesso, pois faz 10 anos que a gente procura a prefeitura e não somos atendidos, a exemplo do Complexo VS10, Jardim América. O maior problema é não ter o retorno do poder público [...] É necessário trazer mais atores, como a Vale e vereadores do município para essas discussões”.

Participante 02:

“Tem que acabar com abastecimento de caminhão pipa e ter água nas torneiras, pois diversos bairros não tem água nas torneiras, como o Jardim Tropical”.

“Como a população pode solicitar uma audiência para tratar esta questão do abastecimento por meio de caminhão pipa? É preciso formalizar?”

Participante 03:

“O Complexo Tropical tem um sistema próprio de água que seca durante uma parte do ano.

“Por que o SAAEP ainda utiliza caminhão pipa até hoje e por que o PROSAP que está construindo e sanando um problema que não foi sanado pelo SAAEP?”

“Ainda, como é o pagamento da água utilizada pela Vale?”

Participante 04:

“O único programa que trouxe algum retorno para o município foi o PROSAP”

“A sociedade tem medo de entrar aqui, o MPPA precisa ir aos bairros”

“A sociedade utiliza a rede Arara Azul para informação, o Instagram ainda é elitizado”

Participante 05:

“É preciso verificar o problema de água no Parque dos Carajás, que já foi notificado pelo MPPA ao SAAEP e os moradores dizem que continua o problema de fornecimento”.

“No bairro da Paz empossa água nas canaletas, não tem escoamento, eu já protocolei na prefeitura, mas não obtive retorno”.

“O bairro Cidade Jardim teve que fazer um reservatório próprio, pois a água falta e não tem força”.

Participante 06:

“A ineficiência do SAAEP não é solucionada com privatização ou terceirização, como querem passar para a população, dizendo que é a solução. O saneamento e o fornecimento de água e esgoto precisam funcionar”.

Participante 07:

“Não é procurar culpados, é ter retorno, redes sociais não atingem a todos. Taxas abusivas e desculpas esfarrapadas por parte do poder público que não são freadas”

“Por que só metade dos bairros são atendidos?”

Participante 08:

“Os dados demonstram a indignação da população com o SAAEP, que não cumpre o seu papel de eficiência do serviço público”

“No bairro Cidade Jardim, a água causava alergia e saía turva”

“Eu procurei o SAAEP umas 4 vezes, até que eles foram ao local retirar uma amostra e nunca deram retorno”

Participante 09:

“Como o Ministério Público dá publicidade às ações?”

Participante 10:

“Gostaria de sugerir que a audiência pública seja realizada em uma quadra na escola em um bairro, pois a população realmente vulnerável não está aqui. A população mais vulnerável não terá acesso se as audiências ocorrerem no MPPA, as audiências precisam ir aos bairros, quem está nessa audiência não é a população que mais sofre”.

“Parte da população tem que buscar água diariamente para ter em casa, carregando baldes”.

“O problema não é falta de recurso e o caminho não é a privatização, como estão falando no município”.

“O MPPA tem que responsabilizar os gestores, sendo mais contundente”.

Participante 11:

“O MPPA já emitiu algum TAC ao SAAEP, como está?”

Participante 12:

“Qual o planejamento do SAAEP? O que já tem programado para atender à população e qual o percentual que será obrigado a atender?”

Participante 13:

“O novo cemitério será construído junto às margens do Rio Parauapebas, como está a licença ambiental disso?”

Participante 14:

“As obras do PROSAP na entrada do condomínio Amecville está infiltrando água e destruindo o asfalto, como resolver?”

- **Resumo das solicitações ao Poder Público**

À partir das manifestações e questionamentos dos representantes da sociedade civil que estavam presentes, apresenta-se a seguir um quadro que sintetiza as solicitações e demandas apresentadas na audiência.

Quadro 27. Síntese dos questionamentos apresentados pela população na audiência de água e saneamento de Parauapebas

Questionamento / Solicitação	Direcionamento
Existe uma previsão de findar a entrega de água com caminhões pipas e entregar água nas torneiras nesses bairros?	SAAEP/ Gabinete
Quais bairros ainda recebem caminhões pipas?	SAAEP/ Gabinete
Quando o bairro Tropical receberá visitas e uma conversa com os moradores, como já foi solicitado?	SAAEP/ PROSAP
O aumento na tarifa de água, como falado, foi justificado ou comunicado? Mediante a esse aumento, quais ações e serviços avançarão e serão supridos?	SAAEP
Há planos de expansão da rede de atendimento? Quais os prazos e bairros serão atendidos brevemente?	SAAEP/ PROSAP
Qual o planejamento do SAAEP até 2030? Por que a população e sociedade organizada não conhecem os projetos do SAAEP?	SAAEP
O problema de fornecimento no Parque dos Carajás, que foi notificado pelo MP, foi resolvido pelo SAAEP?	SAAEP
Situação da S11 D, com a construção da rodovia e abastecimento de água, como pode ser cobrado e verificado?	SAAEP

Fonte: Elaborado à partir dos registros da pesquisa (2023).

- **Respostas dos representantes do Poder Público**

O terceiro momento da audiência foi destinado à manifestação e resposta do pessoal técnico especializado do Poder Público sobre o assunto. Nesta tratativa, por se tratar da temática da água e saneamento, envolveu os representantes do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parauapebas (SAAEP), do Programa de Saneamento e Microdrenagem de Parauapebas

(PROSAP) e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Parauapebas (SEMMA).

- **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parauapebas (SAAEP)**

Os questionamentos levantados pelos participantes dirigiram-se, em sua maioria, para o SAAEP, que contou com dois representantes, sendo o chefe de gabinete da autarquia e o diretor de planejamento, os quais fizeram alguns esclarecimentos, a saber:

Esclareceram que o aumento da tarifa foi amplamente divulgado e lembraram ainda que os problemas com abastecimento não são resolvidos rapidamente, pois aumentou a demanda em 6 milhões de litros com o rápido crescimento populacional dos últimos anos.

O SAAEP está no limite físico de aumento a produção, esgotando a sua capacidade, esclarecendo ainda que é necessário realizar a construção e aumentar a estação de tratamento. A obra, junto com o PROSAP já teve início, encontrando-se com 10% construída.

Um dos bairros que ela vai atender é o Complexo Tropical, cuja rede só será atendida quando a obra for concluída. Até lá, serão atendidos por caminhões pipa. Informaram ainda que necessitam da ampliação da estação, que depende do PROSAP.

O diretor de planejamento informou que o SAAEP não é sustentável e que o seu custo atualmente é de R\$80 milhões por ano e que a tarifa que estava em R\$1,50 mm³/ água cobria apenas 25% dos custos.

Foi realizado um estudo sobre custos no SAAEP e permitiu saber que em 2022, 20% no orçamento anual foram gastos em infraestrutura e redes.

O diretor informou um prazo de mais 1,5 anos/ 2 anos para o jardim tropical ser atendido. Finalmente, informaram que a fiscalização de poços em empresas e indústria é realizada pela SEMMA, por meio dos engenheiros.

- **Programa de Saneamento e Microdrenagem de Parauapebas (PROSAP)**

O Coordenador Geral do Programa de Saneamento e Microdrenagem de Parauapebas (PROSAP) também fez uso da palavra, esclarecendo o trabalho que o Programa está desenvolvendo e respondeu aos questionamentos:

Ele informou que já foram realizadas 10 audiências desde o começo do projeto, nas quais a população pôde participar e fazer suas perguntas, e para cada etapa do projeto, são realizadas audiências públicas.

O PROSAP realiza as audiências nas escolas, nas quadras das escolas, com os afetados. A última audiência teve uma participação de aproximadamente 288 pessoas, com mais prazo de divulgação e mais recursos, contando com a estrutura institucional da prefeitura.

Esclareceu ainda que a expansão do bairro Altamira foi feito sem planejamento da rede de abastecimento em 2004, causando problemas.

Reforçou a fala do SAAEP de que a capacidade de investimentos e planejamentos não acompanhou o rápido crescimento populacional.

Ele reconheceu a necessidade de reforçar a comunicação do PROSAP para a população, pois faz 7 anos que o Projeto está instalado e a população ainda não sabe sobre o seu funcionamento e os investimentos, assim como os prazos.

A capacidade de produção da cidade hoje é de quase 300 mil habitantes, mas a perda dessa produção é de aproximadamente 60%.

Reforçou que a prefeitura hoje subsidia quase 90% do custo do SAAEP, porque a inadimplência é muito grande.

Informou que há uma tecnologia sendo trazida de Israel para o PROSAP para identificação de perdas na rede.

Inicialmente, em 2020, a prioridade era tratar a drenagem na região do mercado, que foi resolvido, assim como no Igarapé e Tropical e na entrada do Amecville

O município ainda tinha estações construídas pela Vale na implementação do município, insuficientes hoje, e que estão sendo substituídas pelas estações do PROSAP.

O coordenador informou ainda, que, atualmente o município coleta 20% e trata 8% do esgoto.

- **Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA)**

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) também esteve presente, representada pela sua Assessora Jurídica, acompanhando os trabalhos, já que a audiência reside no âmago ambiental. Ao final, a

representante respondeu aos poucos questionamentos direcionados à Secretaria.

A advogada da SEMMA foi questionada especificamente acerca da atuação da secretaria no licenciamento do novo cemitério municipal e respondeu que não saberia responder, já que o estudo é realizado pelos técnicos, mas que os interessados podem solicitar os autos do processo para verificação do parecer técnico.

- **Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), Promotoria de Justiça da Vara de Parauapebas**

Os questionamentos foram, em sua maioria, direcionados aos órgãos técnicos de gestão de água e saneamento – SAAEP e PROSAP – com poucas dúvidas endereçadas à SEMMA e ao MPPA, este último recepcionou alguns questionamentos quanto aos procedimentos fiscalizatórios e de realização de audiências nas comunidades, para aproximação das populações mais vulneráveis.

O Promotor de Justiça, que conduziu a audiência, fez algumas considerações, esclarecendo que o MPPA está aberto à população e que, não necessariamente, o MPPA precisa realizar audiências nos bairros para interagir com as comunidades.

Quando questionado sobre a questão tarifária, o Promotor esclareceu que o MPPA havia sido acionado apenas naquele dia (03/05).

Ainda, em relação à publicidade das ações, o Promotor esclareceu que as são publicadas no Diário Oficial e afixadas no hall do prédio do MPPA.

Quanto em relação ao SAAEP, o Promotor informou que não existem TACs, apenas recomendações emitidas.

A seguir, é possível visualizar alguns registros fotográficos da audiência pública que tratou de água e saneamento, ocorrida no prédio do MPPA em Parauapebas. A Figura 54 retrata a mesa diretiva do evento, com participação do pesquisador e do Promotor de Justiça acompanhado por uma servidora do MPPA.

Figura 54. Mesa diretiva da audiência pública sobre água e saneamento



Fonte: Registros da pesquisa (2023).

Na Figura 55 é possível observar a manifestação de um representante da sociedade civil no plenário do MPPA na ocasião da audiência sobre água e saneamento.

Figura 55. Manifestação de cidadão na audiência sobre água e saneamento



Fonte: Registros da pesquisa (2023).

7.6. Audiência Pública sobre Asfaltamento e Infraestrutura

Os esforços de divulgação da audiência pública asfaltamento e infraestrutura centraram-se nas mídias sociais, com difusão virtual. Para isto, utilizou-se as redes sociais *Facebook* e *Instagram*, por meio da ferramenta de contratação de anúncios.

Outra mídia utilizada foi a disseminação do convite pela rede *WhatsApp*, com arte digital e vídeo com animação. A divulgação foi enviada também por e-mail, tanto para a comunidade acadêmica, quanto para aqueles que já haviam se cadastrado no projeto na fase anterior, ou seja, aqueles que participaram da consulta pública virtual (*survey*) para o diagnóstico ambiental.

Além disso, o anúncio foi veiculado no perfil do *Instagram* do projeto, com publicação nos “*stories*” repetidamente, além de publicação permanente no “*feed*”.

Ainda, foi veiculado anúncio na rádio local, a “Arara Azul”, popular no município de Parauapebas-PA e em sites de notícias locais.

A seguir, é possível evidenciar a arte publicitária criada para promoção da audiência pública asfaltamento e infraestrutura, a qual foi disseminada virtualmente.

Figura 56. Divulgação da audiência pública de Asfaltamento e Infraestrutura em Parauapebas



Fonte: Registros da Pesquisa (2023).

7.7. Definição do tema da audiência: “Asfaltamento e Infraestrutura”

A temática retratada na audiência pública – água e saneamento – foi elencada pela população local do município de Parauapebas-PA em uma pesquisa (*survey*) de consulta pública realizada entre junho e outubro de 2022, de forma virtual, como um dos principais desafios ambientais.

Para pouco mais de 64% dos respondentes da pesquisa, o asfalto é um dos principais enfrentamentos necessários à gestão pública. Desta forma, a temática representa uma emergência em Parauapebas, realidade também do restante da Amazônia.

Portanto, a pesquisa evidenciou a urgência em discutir a qualidade [ou ausência] do asfalto no município de estudo, definindo desta forma, a temática da segunda audiência pública do projeto, realizada em 16/05/2023.

- **A Audiência Pública: Questões e debates produzidos**

À partir do chamamento público para a sociedade civil, com estratégias de divulgação por meio de mídias digitais, e ainda, com a participação de representantes do Poder Público Executivo Municipal, convocados pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e sob a liderança da Promotoria Ambiental da vara de Parauapebas, na data de 16/05/2023 realizou-se a audiência pública intitulada de “Asfaltamento e Infraestrutura em Parauapebas-PA” no auditório do Centro Universitário de Parauapebas (CEUP), na região central da cidade.

Estiveram presentes representantes da Secretaria Municipal de Obras (SEMOB), Secretaria Municipal de Urbanismo (SEMURB), Secretaria Municipal de Segurança Institucional e Defesa Pessoal (SEMSI), além de um Procurador do Município e demais participantes interessados, totalizando aproximadamente 53 participantes, incluindo os atores proponentes.

A audiência foi estruturada em três momentos, sendo: i) abertura e apresentação da ação, do projeto e dos objetivos envolvidos, conduzido pelo promotor de justiça e pelo pesquisador; ii) participação livre da sociedade civil e manifestação dos presentes, com direcionamento de questionamentos aos representantes do Poder Público, iii) manifestação e resposta dos representantes técnicos do Poder Público, ou seja, aqueles que foram convocados pelo MPPA: SEMOB, SEMURB e SEMSI.

No primeiro momento, o promotor de justiça acolheu aos presentes, apresentando a intenção da audiência, contextualizando a parceria entre a Promotoria Ambiental de Parauapebas e o Fórum de Cidadãos Participantes, que realizou a provocação para que a ação ocorresse. Ainda neste momento, o

pesquisador apresentou o projeto e as ações previstas adiante, esclarecendo a metodologia traçada para a audiência.

Logo, deu-se início ao segundo momento, ou seja, de manifestação dos presentes e direcionamento de questões, dúvidas e solicitações à Gestão Municipal e aos técnicos em obras e infraestrutura.

Esta etapa respondeu pelo momento mais importante da ação, no qual registrou-se os questionamentos e solicitações dos presentes, os quais são descritos integralmente a seguir, empregando a nomenclatura de “participante” para cada cidadão que fez uso da palavra.

7.7.1. Manifestações e solicitações realizadas pelos cidadãos

A seguir, é possível observar os relatos e manifestações registradas na audiência.

Participante 01:

“O Poder Público sabota a participação da população. Eu participo das audiências populares, porém há um desvio dos entes públicos conduzindo para que os assuntos sejam direcionados e ao invés da população participar, ela se torna meramente um objeto”.

Participante 02:

“Por que o PROSAP não está na audiência? Existe um cronograma de asfalto na cidade? Quantos km? Quais bairros estão nesse cronograma? E os outros bairros? Quem faz a manutenção e quem fiscaliza? Eu moro no Parque dos Carajás e afirmo que quando chove há dano no asfalto. Por que não há asfalto bem planejado?”

Participante 03:

“Por que os tapa buracos é algo paliativo e sem qualidade? Sempre acontecem acidentes, principalmente com motociclistas”

“Não há interesse de resolver o problema. Há muitos problemas e poucas soluções”.

Participante 04:

“A rede de esgoto cai no rio Parauapebas”

“O Ministério Público deveria fortalecer as APPs como áreas de estudos”

“Sabemos que é preciso investir no turismo na cidade, porém a cidade não tem estrutura para receber visitantes. A infraestrutura não é levada a sério”

“O meio ambiente nunca esteve em tanta crise como nos tempos atuais”

“Parauapebas poderia ser um farol, por ter a maior mina de ferro do mundo e uma das maiores reservas florestais”

“O morro em frente à delegacia precisa de proteção, o MP precisa atuar na fiscalização”

Participante 05:

“Está chegando o fim do inverno amazônico e se inicia a operação tapa buracos, porém a qualidade do material é muito aquém do contratado. Quem acompanha e fiscaliza essas operações?”

Participante 06:

“Por que durante o licenciamento dos bairros, esses não receberam o mínimo de estrutura?”

“O que o poder público faz em relação as águas residuais de piscinas?”

Participante 07:

“Por que os bairros planejados não possuem a infraestrutura básica? A população não tem o direito de ir e vir em virtude da péssima de qualidade no município”

“Tanto os loteamentos privados, quanto o bairro dos minérios não receberam infraestrutura”

Participante 08:

“Eu sou representante de uma empresa que produz uma tecnologia que garante a qualidade para fabricação de asfalto. A empresa tem cliente no mundo todo e aqui em Parauapebas eu nunca consegui nem ser recebido pela Prefeitura, pois a gestão me ignora”.

Participante 09:

“A população joga água na rua, os moradores jogam objetos nas bocas de lobo. E o que o município tem feito para resolver?”

“Se falou antigamente na possibilidade do controle de trafegabilidade e de peso nas rotas públicas, o que se tem feito?”

“O poder público deveria inserir nas escolas um projeto para conscientizar os pais, para que a educação ambiental seja ampliada”.

Participante 10:

“Eu moro em um bairro que tem asfalto e saneamento, mas fico indignado por ver a cidade sem cuidados. Por que a prefeitura não vislumbra oferecer ao município um serviço de qualidade?”

“O município está preocupado com o asfaltamento? No último projeto de lei que entrou na Câmara Municipal não há previsão de asfaltamento, e sim de manutenções”

“Qual o plano de Parauapebas para os próximos anos? O acabamento do asfalto é ruim. Qual o papel da sociedade?”

Participante 11:

“O asfalto de do núcleo urbano de Carajás é de excelente de qualidade, cidade poderia usar o mesmo modelo. Por que andar tanto, sendo que aqui temos uma boa referência?”

“Canaã dos Carajás tem uma usina asfáltica e por que aqui não tem?”

“A cobrança de IPTU, deveria haver desconto”.

“Os vereadores não estão aqui acompanhando e nem fiscalizando. Por que não estão aqui?”

Participante 12:

“Qual a probabilidade ou possibilidade de construção de uma usina asfáltica?”

7.8. Resumo das solicitações ao Poder Público

A partir das manifestações e questionamentos dos representantes da sociedade civil que estavam presentes, apresenta-se a seguir um quadro que sintetiza as solicitações e demandas apresentadas na audiência.

Quadro 28. Síntese dos questionamentos apresentados pela população na audiência de água e saneamento de Parauapebas

Questionamento / Solicitação	Direcionamento
Existe um cronograma de asfalto na cidade?	SEMOB
Quem fiscaliza o trabalho asfáltico? Publicitar a fiscalização do processo	SEMOB/ SEMURB
Fortalecer as APPs como área de preservação e estudos	MPPA/SEMURB/ Prefeitura
Fiscalização sobre o lançamento de resíduos no rio Parauapebas “A rede de esgoto cai no rio Parauapebas”	SEMMA
Fortalecimento e difusão sobre as APPs e os usos para a sociedade	SEMMA
Reforçar a fiscalização ambiental no morro em frente à delegacia, que precisa de proteção	SEMMA/ SEMURB
Controle de trafegabilidade e de peso nas rotas públicas, em função do peso excessivo dos caminhões de grande porte,	SEMOB/ SEMURB

Questionamento / Solicitação	Direcionamento
os quais danificam os asfaltamentos	
Inserção de verba para novos trechos de asfaltamento na LOA	SEMOB/ SEFAZ
Apresentar o plano de asfaltamento para os próximos anos	SEMOB
Construção de usina asfáltica	SEMOB/ Gabinete
Recapeamento das vias intrafegáveis	SEMOB
Construção dos terminais de integração de transporte urbano	SEMURB/ Gabinete

Fonte: Registros da Pesquisa (2023).

7.9. Respostas dos representantes do Poder Público

O terceiro momento da audiência foi destinado à manifestação e resposta do pessoal técnico especializado do Poder Público sobre a problemática discutida. Nesta tratativa, por se tratar da temática de asfaltamento e infraestrutura urbana, envolveu os representantes da Secretaria Municipal de Obras (SEMOB), Secretaria Municipal de Urbanismo (SEMURB) e Secretaria Municipal de Segurança Institucional e Defesa do Cidadão (SEMSI), além de representante da Procuradoria do Município, que pediu para compor a mesa.

Na ocasião desta audiência, a segunda empreendida pela pesquisa, percebeu-se um ambiente com certa hostilidade, o que ficou evidente com as manifestações dos cidadãos presentes denunciando uma irritação com os representantes do Poder Público no tocante à asfaltamento e infraestrutura, tema bastante crítico no município de Parauapebas-PA. Uma representante da sociedade civil, ao pedir a fala, pronunciou “O senhor mente, Sr. Castilho, o senhor mente repetidamente” portando-se ao Secretário Municipal de Obras, que informou um plano que cobertura asfáltica que a população demonstrou não ter conhecimento, e ainda, deflagrou-se uma discordância entre os participantes com aquilo que era proferido pelo Secretário.

A postura do gestor chamou a atenção pela forma com que ele comunicou os trabalhos e aquilo que estava planejado no escopo da Secretaria de Obras, como se estivesse sendo debatido dois municípios diferentes, um na visão do Secretário e outro na visão da população.

Essa forma de agir, desconsiderando os fatos e cobranças apresentadas pela população, insistindo nos planos ainda não executados, alguns não contratados e outros ainda não licitados para pavimentação das vias do

município, é uma prática comum no discurso de agentes públicos quando em situações poucos confortáveis e encontra explicação na “lógica do contraditório”, recurso linguístico reproduzido em falas de “adversário” (Mota; Kant de Lima, 2022).

Na lógica do contraditório no discurso do agente público, segundo Mota e Kant de Lima, (2022), incorre na necessidade de um terceiro, com autoridade, interromper e direcionar a discussão, impondo uma instrumentalidade ao argumento. Neste sentido, a base da argumentação não necessita de empiria ou comprovação para a sua validade, que fica a cargo da persuasão. Esse comportamento, segundo os autores, também produz uma “verdade pré-validada” no entendimento daqueles que compartilham do mesmo entendimento, “apartado” de uma coletividade.

Esse discurso linguístico, é portanto, aquilo que reproduziu o Secretário de Obras, ao tentar validar um serviço público que estava sendo duramente rebatido pelos presentes. Para Mota e Kant de Lima, (2022), a “lógica do contraditório” é utilizada em um espaço de debate que não procura o consenso, mas que objetiva “desqualificar sistematicamente” os argumentos da outra parte.

Ainda em referência aos recursos linguísticos usados em uma arena de debates públicos, Mota e Kant de Lima, (2022) lembram sobre uma “racionalidade cismática”, que é percebida atualmente nesses espaços. Para os autores, a cisma que circunda as falas dos atores na arena pública é entendida como o ato de “convencer, de vencer e de convencionar a outra parte com o seu ponto de vista”. Utilizando-se da cisma, “se suspende a negociação e se imprime unilateralmente e arbitrariamente uma visão enrijecida sobre as coisas e pessoas” (Mota; Kant de Lima, 2022).

Esse esclarecimento trazido à luz pelos autores parece dizer muito mais sobre o comportamento do Poder Público do que dos cidadãos em geral. Embora os representantes da sociedade civil tenham apresentado um ponto de vista petrificado, os seus argumentos são validados pelos exemplos empíricos, verídicos, vivenciados e contextualizados.

Essas reflexões do estudo de Mota e Kant de Lima, (2022) demonstram que o discurso e o comportamento dos gestores públicos na arena de debates

são revestidos de artimanhas para tentar produzir uma verdade que consiga rebater as acusações levantadas pela população/

Algumas imagens feitas pelo pesquisador retratam a qualidade do asfalto nas ruas do município de Parauapebas, as quais ilustram o debate produzido e as acusações levantadas pelos participantes da “Audiência Pública sobre Asfaltamento e Infraestrutura em Parauapebas”.

Figura 57. Asfaltamento próximo à Avenida Potiguar, no bairro dos Carajás



Fonte: Registros do Pesquisador (2023)

Essa condição do asfalto é percebida em todo o município. Na imagem a seguir, observa-se a o asfaltamento precário no bairro “Cidade Jardim”, uma área central de Parauapebas, em uma via de acesso à “Rodovia PA 160”, uma das principais vias do município. Na Figura 58 é possível evidenciar o agravante de que no asfalto fragmentado, observa-se a presença de lançamento de esgoto, ou seja, lançamento em via urbana, prática comum no município.

Figura 58. Asfaltamento com a presença de esgotamento sanitário no bairro “Cidade Jardim”



Fonte: Registros do Pesquisador (2023)

A imagem seguinte, observada na Figura 59, denuncia a condição do asfalto junto a um estabelecimento privado de uma rede nacional de drogarias, localizado na avenida “PA-275”, principal via do município. A imagem revela ainda o acúmulo de poças de água esverdeada, indicando a presença de lançamento de esgotamento doméstico.

A imagem revela a evidente divisão entre o espaço público e o privado, com a ineficiência da gestão pública na garantia de serviços e urbanismo para a população. Secchi (2019) ressalta que a urbanização reflete o agravamento da desigualdade por meio de problemas próprios de um projeto de cidade. Para Secchi, as cidades são construídas de forma que não se consiga superar as desigualdades.

Figura 59. Asfaltamento com a presença de esgotamento sanitário no bairro “Cidade Jardim”



Fonte: Registros do Pesquisador (2023).

Colocados alguns registros da pesquisa sobre as condições de asfaltamento do município, realizados no mesmo período da audiência pública que debateu a infraestrutura das vias de Parauapebas, em seguida é possível conhecer as falas do Poder Público em resposta aos questionamentos da população.

- **Secretaria Municipal de Obras (SEMOB)**

Os questionamentos levantados pelos participantes dirigiram-se, em sua maioria, para a SEMOB, que foi representada pelo Secretário Municipal, o qual esclareceu alguns pontos para os presentes, sendo:

O Secretário lembrou que os hábitos culturais da população não ajudam na manutenção do asfalto, como o descarte de água de piscinas nas ruas.

Quanto ao questionamento sobre a construção de usina asfáltica, ele informou que, para colocar em funcionamento, é preciso comprar os produtos para produzir o asfalto e que produzir o asfalto não é a solução, devido à falta de capacidade do poder público, e por isso, a terceirização continua sendo

mais vantajoso. Informou ainda que apenas uma usina não resolveria, pois não cobriria os 1.500 km de Parauapebas, e estão fazendo estudo de viabilidade.

O Secretário esclareceu o município possui 1.500 km de asfalto de vias urbanas, sendo 1.050 km de asfalto tratado e usinado, em bairros e loteamentos, 98 km de vias não asfaltadas e 42 km de vias com “semi” asfalto. Foi informado ainda que possui 80 km contratados de manutenção de asfalto e para o ano de 2023, há capacidade contratada de entregar 54 km de asfalto tratado, e há 80 km contratados.

Foram informados ainda, os seguintes serviços em execução e contratação:

- Complexo VS-10: 7 km de tratamento
- Jardim Bethânia: 6,5 km de broquetes
- Parque das Nações: 8,5 km de asfalto
- Cidade Jardim: Projeto em andamento da 5ª e 6ª etapa, com drenagem e a 9ª etapa com 23 km em projeto.

O Secretário comunicou ainda que a 6ª etapa do Nova Carajás está com problema grave de drenagem, precisando de 11 quilômetros de drenagem, cujo contrato para execução está em elaboração.

Para o bairro Montes Claros, o contrato de asfalto também encontra-se em elaboração, e ainda, mais 128 km de asfaltamento em projetos, que ainda não estão contratados.

Também foi esclarecido que há dois contratos assinados com seis equipes e até o final do ano serão mais dois contratos, expandindo par 15 equipes de pessoal que atua no recapeamento. Assim, até o final do ano de 2023, conseguirão atender 100% das ruas que estão “intrafegáveis”

Quanto ao questionamento sobre o controle de tráfego de veículos pesados, informou que são 600 ônibus em três turnos, ou seja, mais de 2.000 transportes coletivos em ônibus pesados diariamente, o que faz com que o desafio seja ainda maior.

Finalmente, o Secretário informou que quem contrata, executa e fiscaliza, é a própria SEMOB, ou seja, todo o processo é realizado pela Secretaria.

- **Secretaria Municipal de Urbanismo (SEMURB)**

O Engenheiro da Secretaria citou a Lei nº 6.766 para regularização fundiária do município de novos loteamentos, esclarecendo que a lei não estipula claramente sobre a obrigação de sistemas de saneamento, e não diz que o saneamento é coletiva, rede coletora de esgoto, a obrigação era individual. À partir de 2017 já é exigido o sistema de esgotamento em todos os novos loteamentos, isso ocorre nas etapas 9, 10 e 11 do Cidade Jardim, que exige o tratamento coletivo.

Informou ainda que a SEMURB tem *WhatsApp* para denúncias, possui poucos fiscais e que a população tem que denunciar e que as denúncias são anônimas.

- **Secretária de Segurança Institucional e Defesa do Cidadão (SEMSI)**

A representante da SEMSI informou que o bairro Maranhão é uma área de risco de deslizamento, com 4 setores de risco, sendo dois com grau alto e dois com grau muito alto. A Defesa Civil faz o levantamento das famílias que residem nessas áreas, que são 250 famílias, cujo monitoramento é redobrado durante o período de chuvas.

O Plano de Mobilidade tem um levantamento e previsão de construção de 3 terminais de integração, sendo um na portaria, um na loja Havan e um próximo ao cemitério. Foi feito um mapeamento que está finalizando para mapear as rotas dos ônibus fretados que buscam os funcionários nas suas casas, para que o transporte público funcione e leve os funcionários até o último terminal, próximo da portaria, para diminuir o fluxo de veículos pesados.

- **Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), Promotoria de Justiça da Vara de Parauapebas**

Os questionamentos foram, em sua maioria, direcionados aos órgãos técnicos e de gestão de obras e asfalto. Ainda assim, o Promotor de Justiça, que conduzia a audiência fez algumas considerações, esclarecendo que a aproximação da sociedade com o poder público é essencial, que a própria população pode comparecer ao MPPA para fazer relatos de alguma obra, que tem a equipe de apoio técnico e um corpo de engenheiros do MPPA, que analisarão aquilo que a sociedade apontou. Informou ainda que a equipe do

MPPA Parauapebas tem capacidade de avaliar as obras, mas para isso é necessário a participação da sociedade.

A seguir observa-se os registros realizados durante a audiência ocorrida nas dependências do Centro Universitário de Parauapebas (CEUP). A Figura 60 demonstra a manifestação de participante durante o evento.

Figura 60. Manifestação de representante da sociedade civil durante audiência pública sobre asfaltamento e infraestrutura em Parauapebas



Fonte: Registros da Pesquisa (2023).

A Figura 61 retrata a mesa diretiva da audiência pública de asfaltamento e infraestrutura urbana composta por representantes do Poder Público Executivo e pelo Promotor de Justiça, facilitador da ação.

Figura 61. Mesa diretiva da audiência pública de asfaltamento e infraestrutura



Fonte: Registros da Pesquisa (2023).

7.10. Audiência Pública sobre Queimadas e Poluição Atmosférica

7.10.1. Divulgação e promoção da audiência pública

Os esforços de divulgação da audiência pública “Queimadas e poluição atmosférica em Parauapebas” centraram-se nas mídias sociais, com difusão virtual. Para isto, utilizou-se as redes sociais *Facebook* e *Instagram*, por meio da ferramenta de contratação de anúncios.

Outra mídia utilizada foi a disseminação do convite pela rede *WhatsApp*, com arte digital e vídeo com animação. A divulgação foi enviada também por e-mail, tanto para a comunidade acadêmica, quanto para aqueles que já haviam se cadastrado no projeto na fase anterior, ou seja, aqueles que participaram da consulta pública virtual (*survey*) para o diagnóstico ambiental.

Além disso, o anúncio foi veiculado no perfil do *Instagram* do projeto, com publicação nos “*stories*” repetidamente, além de publicação permanente no “*feed*”.

Ainda, foi veiculado anúncio na rádio local, a “Arara Azul”, popular no município de Parauapebas-PA e em sites de notícias locais.

A seguir, é possível evidenciar a arte publicitária criada para promoção da audiência pública de queimadas e poluição atmosférica, a qual foi disseminada virtualmente.

Figura 62. Divulgação da audiência pública sobre Queimadas e Poluição Atmosférica em Parauapebas-PA



Fonte: Registros da Pesquisa (2023).

7.10.2. Definição do tema da audiência: “Queimadas e Poluição Atmosférica”

A temática retratada na audiência pública – queimadas e poluição atmosférica – foi elencada pela população local do município de Parauapebas-PA em uma pesquisa (*survey*) de consulta pública realizada entre junho e outubro de 2022, de forma virtual, como um dos principais desafios ambientais. Para pouco mais de 66% dos respondentes da pesquisa, o combate aos incêndios é um dos principais enfrentamentos necessários à gestão pública.

Desta forma, a temática representa uma emergência em Parauapebas, realidade também do restante da Amazônia.

Portanto, a pesquisa evidenciou a urgência em discutir a gestão de combate aos incêndios e poluição atmosférica no município de estudo, definindo desta forma, a temática da terceira audiência pública do projeto, realizada em 19/05/2023.

7.10.3. A audiência pública: questões e debates produzidos

À partir do chamamento público para a sociedade civil, com estratégias de divulgação por meio de mídias digitais, e ainda, com a participação de representantes do Poder Público Executivo Municipal, convocados pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e sob a liderança da Promotoria Ambiental da vara de Parauapebas, na data de 19/05/2023 realizou-se a audiência pública intitulada de “Queimadas e Poluição Atmosférica em Parauapebas-PA” no auditório do Instituto Federal do Pará (IFPA), na região central da cidade.

Estiveram presentes a Secretaria Municipal de Segurança Institucional e Defesa Pessoal (SEMSI), com representantes da Defesa Civil, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) e demais participantes interessados, totalizando aproximadamente 53 participantes, incluindo os atores proponentes.

A audiência foi estruturada em três momentos, sendo: i) abertura e apresentação da ação, do projeto e dos objetivos envolvidos, conduzido pelo promotor de justiça e pelo pesquisador; ii) participação livre da sociedade civil e manifestação dos presentes, com direcionamento de questionamentos aos representantes do Poder Público, iii) manifestação e resposta dos representantes técnicos do Poder Público, ou seja, aqueles que foram convocados pelo MPPA: SEMSI e SEMMA.

No primeiro momento, o promotor de justiça acolheu aos presentes, apresentando a intenção da audiência, contextualizando a parceria entre a Promotoria Ambiental de Parauapebas e o Fórum de Cidadãos Participantes, que realizou a provocação para que a ação ocorresse. Ainda neste momento, o

pesquisador apresentou o projeto e as ações previstas adiante, esclarecendo a metodologia traçada para a audiência.

Logo, deu-se início ao segundo momento, ou seja, de manifestação dos presentes e direcionamento de questões, dúvidas e solicitações à Gestão Municipal e aos técnicos da Defesa Civil.

Esta etapa respondeu pelo momento mais importante da ação, no qual registrou-se os questionamentos e solicitações dos presentes, os quais são descritos integralmente a seguir, empregando a nomenclatura de “participante” para cada cidadão que fez uso da palavra.

7.10.4. Manifestações e solicitações realizadas pelos cidadãos

A seguir, é possível observar os relatos e manifestações registradas na audiência.

Participante 01:

“Eu estudei queimadas no doutorado, e uma coisa que as pessoas não imaginam é o gasto que elas geram, principalmente na área da saúde. Isso é uma cultura, as pessoas queimam o lixo”.

Participante 02:

“Eu acompanho sobre queimadas desde 2005, pois trabalhei na minuta da legislação de queimadas”.

“Tem muita queimada no município em função da quantidade de loteamentos. O cidadão queima o mato dos lotes em virtude de segurança pública, para o mato não ficar alto e não servir de esconderijo. A lei foi construída pautada nisso, mas em resumo a lei está na gaveta, pois ela não tem sido efetivada”.

“Infelizmente há uma falta de ação dos órgãos que tinham que realizar o combate a incêndios. A SEMMA está na ponta final, que é na parte da atuação, atuando ainda massivamente com a educação ambiental”.

“A população deveria cobrar as Secretarias para atuarem, para que o problema final não fossem somente as atuações”.

“Os órgãos ambientais deveriam mobilizar ações para cumprir a lei”.

“Falta fiscalização de cumprimento das normas, cobrar da SEMURB um relatório de atuações. A lei também deveria atuar na área rural, mas eu nem vou entrar nesse mérito”.

Participante 03:

“Eu tenho uma avó que mora no bairro Tropical e ela precisa constantemente sair de casa em virtude de queimadas. O que ela precisa fazer quando tiver queimadas?”

“O alto bonito tem um matagal muito grande, eles não tem incentivo para limpar, o bairro não é limpo e não é incluído nas ações do governo”.

“Existe algum parâmetro voltado para a gestão ambiental ou para a efetividade de governança ambiental dentro do município?”

Participante 04:

“Eu participei de todas as audiências e percebo que a sociedade está prejudicada por não haver efetividade da legislação. Existe um grupo de trabalho no município, porém não existe ações desse grupo”.

“A própria gestão é o problema para a implementação de políticas públicas”.

“A Ascom não tem dinheiro para fazer campanhas, a SEMMA tem 24 milhões disponíveis para essas ações, porém, não se sabe para onde está indo esse dinheiro para utilizar no combate de incêndios”.

“Existem recursos, mas eles não estão sendo aproveitados como deveria”

Participante 05:

“O IBAMA implantou um projeto e zerou as queimadas na APA do Igarapé Gelado, oferecendo alternativas como mecanização, criação de abelhas e peixes”.

“Quem está monitorando os morros e áreas frequentes de queimadas? Quais as alternativas tem sido eficientes?”

Participante 06:

“A gente precisa que seja explicado o fluxograma do que fazer quando inicia o fogo. Como fazer o combate ao incêndio? Como é o processo?”

Participante 07:

“Reforço a pergunta dos colegas, pois temos dúvidas sobre a responsabilidade de cada órgão. Quem devemos procurar?”

“Eu moro no Amecville e a gente sofre com as queimadas dos morros em volta”

Participante 08:

“O que fazer quando o órgão público não atende às solicitações da sociedade?”

Participante 09:

“Eu colaborei na construção da minuta da lei municipal de queimadas e enfatizo a questão da responsabilidade, que é do proprietário. Quanto aos morros e áreas públicas, é responsabilidade do município cercar os morros”.

“Os prazos estão vencidos e a sociedade precisa cobrar para que a prefeitura possa agir”.

7.10.5. Resumo das solicitações ao Poder Público

À partir das manifestações e questionamentos dos representantes da sociedade civil que estavam presentes, apresenta-se a seguir um quadro que sintetiza as solicitações e demandas apresentadas na audiência. O Quadro 30 retrata as questões produzidas e os direcionamentos.

Quadro 29. Síntese dos questionamentos apresentados pela população na audiência de água e saneamento de Parauapebas

Questionamento / Solicitação	Direcionamento
Existe um plano de combate aos incêndios com responsabilidades de cada órgão?	SEMMA/ SEMURB/ SEMSI/ Gabinete
Existe um relatório público de autuações de terrenos/ lotes não limpos?	SEMURB
Como é a prevenção [de queimadas] no complexo Tropical?	SEMURB
Existe um plano de limpeza no bairro Alto bonito? Os lotes estão com mato alto.	SEMURB
Quais as ações/ atuação do Grupo de combate aos incêndios?	SEMMA
Qual recurso e como a SEMMA emprega para o combate a incêndios e queimadas?	SEMMA
Existe um monitoramento de áreas públicas e vulneráveis a incêndios?	SEMMA/ SEMURB
Como é o fluxograma de atuação dos órgãos no combate às queimadas? Quais as competências de cada um?	SEMSI/ SEMMA
Os morros e APPs estão monitoradas? Estão cercadas?	SEMMA
Apresentação do relatório da Defesa Civil de combate à incêndios	Defesa Civil/ SEMSI

Fonte: Elaborado à partir dos registros da pesquisa (2023).

7.10.6. Respostas dos representantes do Poder Público

O terceiro momento da audiência foi destinado à manifestação e resposta do pessoal técnico especializado do Poder Público sobre a problemática discutida. Nesta tratativa, por se tratar da temática de combate às queimadas e poluição atmosférica, envolveu os representantes da Defesa Civil, alocados na Secretaria Municipal de Segurança Institucional e Defesa do

Cidadão (SEMSI), além da Assessora Jurídica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA).

- **Defesa Civil – Secretaria Municipal de Segurança Institucional e Defesa do Cidadão (SEMSI)**

Os questionamentos foram direcionados, em sua grande maioria, para o pessoal especializado no combate à situações emergenciais e riscos, por meio da equipe da Defesa Civil, cujo coordenador fez algumas considerações e esclarecimentos, a saber:

O papel da defesa civil é articulador, trabalha na gestão de riscos e deslizamentos. Tem trabalhado nos órgãos de combate aos incêndios e vêm trabalhando com a SEMMA e o Corpo de Bombeiros. Em 2021 eram 24 brigadistas, em 2022 foram 22 brigadistas, 2023 apenas 17 brigadistas, e a equipe é composta por 1 bombeiro e 4 brigadistas.

Trabalham das 07h às 22h de forma ininterrupta e monitoram os maiores horários de pico, que são das 15h às 19h, cujos dados compõem os dados do relatório do ano seguinte.

O planejamento envolve gestão ambiental, treinamentos e ações da defesa civil e vem trabalhando com a educação ambiental nas escolas.

A Defesa Civil tem relatórios concretos e coloca à disposição quando solicitado para apresentar as ações executadas durante os anos. Já iniciou o planejamento de 2023 e está inserindo os órgãos responsáveis.

O Coordenador lembrou ainda sobre as características geológicas da região, que causa dificuldades de acesso aos morros, dentre eles o da região do condomínio Amecville, pois não possuem suporte, e além disso existe um problema antrópico, pois a origem dos incêndios é sempre de resíduos.

Foi informado ainda que 40% foram queimadas em lotes e 25% áreas de preservação. Existe uma campanha da Defesa Civil de combate ao incêndio, porém, existe uma complexidade de recursos.

Existe o disque 190 na cidade, que é um canal que recebe qualquer tipo de denúncia. A pergunta sobre o bairro Alto Bonito, é o mesmo caso, pois tem uma complexidade de acesso para roçar e agir de forma preventiva para evitar as queimadas.

Sobre as responsabilidades, a denúncia pode ser feita na SEMMA ou SEMURB, e assim, ser notificado quando o mato está alto.

Informou, finalmente, que a Defesa Civil trabalha em conjunto com os Bombeiros para trabalhar nas ocorrências.

- **Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA)**

A advogada da SEMMA abordou os números do relatório de 2021 e 2022 da Secretaria, informando que possui um plano de combate às queimadas, atuando conjuntamente com a SEMURB, Guarda Municipal e Defesa Civil.

Ressaltou que a SEMMA trabalha com a educação ambiental nas escolas, e ainda, atua depois que o fogo já ocorreu, e na maior parte das vezes não consegue identificar quem iniciou o sinistro.

Em 2022, foram 1523 ocorrências, em 2021 foram 551 e 253 em 2022, sem apontar o motivo provável dessa redução nas denúncias

A representante da SEMMA informou que em 2023 já iniciou conversas com loteamentos, igrejas, escolas para a disseminação da Educação Ambiental e sensibilização, porém, “precisa haver a conscientização e a denúncia, para que ocorra a prevenção”.

“Não esperar a educação ambiental da SEMMA apenas, toda a sociedade civil pode falar e explicar quais os danos ocorrem com as queimadas, sendo agentes multiplicadores”.

Para a servidora, a autuação é uma punição, porém, é mais vantagem trabalhar na prevenção.

- **Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), Promotoria de Justiça da Vara de Parauapebas**

Os questionamentos foram, em sua maioria, direcionados aos órgãos técnicos de atuação ambiental. Ainda assim, o Promotor de Justiça, que conduzia a audiência fez algumas considerações, ressaltando que a população pode acionar o MPPA, para que este cobre a SEMMA e SEMURB. Lembrou ainda que existe o fator cultural, como hábitos e comportamentos da

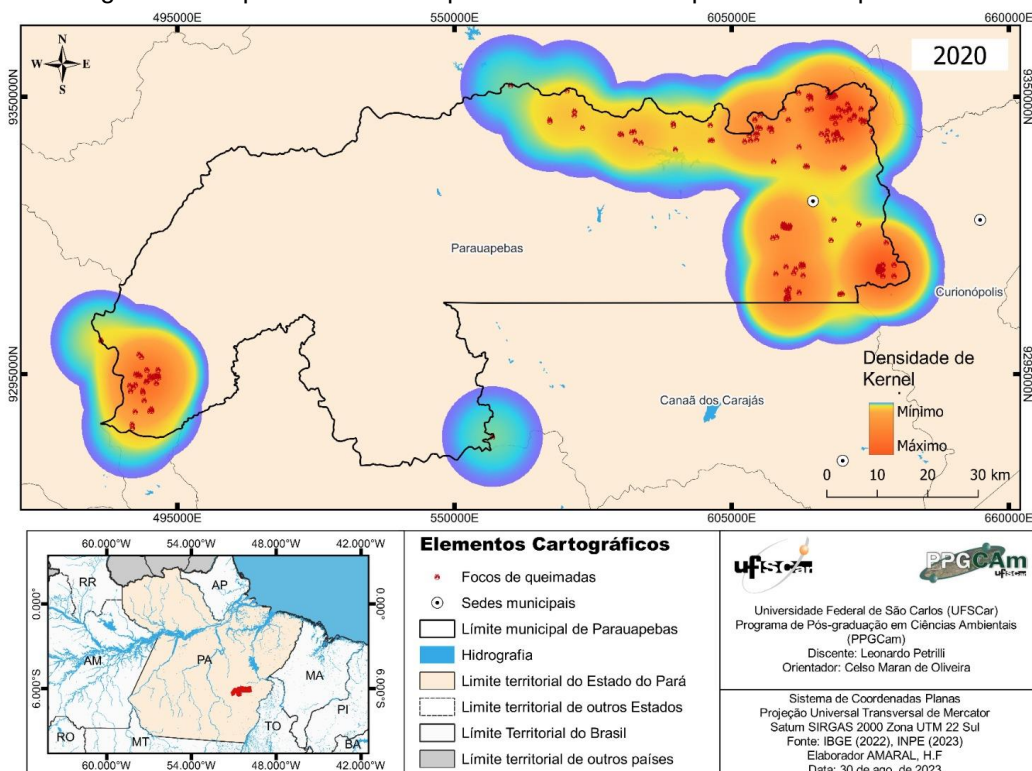
sociedade, no sentido de provocação de incêndios, e que, as denúncias podem ser realizadas 24 horas por dia.

As falas do Poder Público geram dúvidas que não foram satisfeitas quanto às ações de combate aos incêndios e a responsabilidade de cada agente que atua em torno dessa questão.

É perceptível que a falta de informação é um problema que circunda a questão, tanto no sentido da educação ambiental, quanto de atuação em fiscalização. Desta forma, a pesquisa apresenta a seguir um mapa dos focos de queimadas no município de Parauapebas. A Figura 63 imprime a imagem dos locais de maior incidência de queimadas, que representa um problema importante para a gestão ambiental.

É possível evidenciar que os focos de incêndio estão localizados nas áreas de ocupação urbana do município, indicando que causa do problema é antrópica não espontânea. Assim, é factível que o fortalecimento da informação ambiental pode auxiliar nas políticas de combate aos incêndios.

Figura 63. Mapa dos focos de queimadas no município de Parauapebas-PA



Fonte: Elaborado para a pesquisa (2023).

A seguir, verifica-se os registros da audiência pública sobre queimadas e poluição atmosférica em Parauapebas, realizada no auditório do Instituto Federal do Pará (IFPA). Na Figura 64 é possível observar a manifestação do Coordenador da Defesa Civil em resposta aos questionamentos dos participantes.

Figura 64. Explicação de Representante da Defesa Civil na Audiência Pública sobre Queimadas e Poluição Atmosférica



Fonte: Registros da Pesquisa (2023).

A Figura 65 demonstra a mesa diretiva da ação, composta pelo pesquisador e pelo Promotor de Justiça do MPPA.

Figura 65. Mesa diretiva da Audiência Pública sobre Queimadas e Poluição Atmosférica em Parauapebas



Fonte: Registros da Pesquisa (2023).

A próxima seção apresenta as conjecturas possibilitadas a partir dos resultados alcançados e as considerações finais da pesquisa, com as perspectivas e sugestões de ações para a continuidade do trabalho desenvolvido no município de Parauapebas-PA em face da democracia ambiental.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa empreendeu uma investigação acerca da participação social na Amazônia e na experimentação de mecanismos e instrumentos de facilitação dos direitos de acesso ambientais.

Todo o percurso desta pesquisa permitiu deflagrar percepções importantes, as quais auxiliam a feitura de uma compreensão acerca das forças e entraves estabelecidos no campo da participação social e ambiental. Por meio das diretrizes da Pesquisa-Ação, adotando-se de diferentes métodos de coletas de dados, ao final, imprime-se uma imagem mais nítida da democracia ambiental do município de Parauapebas-PA, com o auxílio das lentes investigativas das Ciências Ambientais, Ciências Jurídicas e Ciências Sociais.

A análise dos resultados alcançados apoia-se na literatura da América Latina e Sul Global, já que o ambiente investigado se repete nitidamente em outros países com características geopolíticas semelhantes, e, sobretudo, naqueles países com predominância da Amazônia internacional, com territórios de mineração, cujos dilemas da produção de desigualdade acentuada em territórios com produção econômica de ordem global são comuns à esses locais.

Tratou-se aqui de uma pesquisa extensa, com diversos procedimentos de investigação empírica, que, além dos moldes da Pesquisa-Ação, é necessário reconhecer outro delineamento que constrói-se naturalmente na pesquisa. Assim, a Antropologia do Direito, cuja importância é percebida por meio das investigações estabelecidas na busca de direitos de sujeitos afetados pela insuficiência [ou ausência] de políticas públicas municipais, especialmente no âmbito ambiental. É por meio desses atores que se discute a democracia ambiental no município da pesquisa, no ambiente amazônico.

Ao observar que a pesquisa envereda por campos das Ciências Sociais e do Direito, ainda que em um estudo das Ciências Ambientais, reconhece-se que os procedimentos empíricos desta pesquisa estão, portanto, apoiados na Antropologia Jurídica.

Aqui, entende-se essa área como um campo de investigação amplo, esta pesquisa utiliza-se de registros de diário de pesquisa, inserindo na análise

as informações coletadas de forma não intencional e que são determinantes para o entendimento final, assim como para conhecimento das dinâmicas e fatores inerentes ao ambiente estudado e ao relacionamento entre a sociedade civil e poder público.

Não sem intenção se enfatiza aqui a atuação do Poder Executivo Federal nas diretrizes ambientais, especialmente de direitos de acesso em matéria ambiental, pois a pesquisa evidencia que a atuação superficial e negligente na difusão e institucionalização de mecanismos de direitos ambientais na Amazônia e em Parauapebas-PA encontram correspondência na atuação do Estado brasileiro.

Percebe-se que a participação social, enquanto instituição democrática nacional, fica à cargo da vontade de cada governo, assumindo força ou desvanecendo-se conforme a orientação político-partidária de cada chefe do poder executivo. Assim, a participação cidadã não está consolidada enquanto prática democrática no Brasil, tão pouco a própria democracia participativa.

Da completa negação desse direito de acesso ambiental nos governos de ditadura militar até os governos progressistas de orientação de esquerda, a participação assume a força ou o retraimento que lhe é conferido.

O ponto de partida desta pesquisa encontra-se no cenário militar a partir do golpe de Estado em 1964, época em que se desenhou e se desenrolou o Programa Grande Carajás, esboçado sobre o totalitarismo e autoritarismo impostos ao território amazônico em questão, com edição de decretos-leis e extrapolação dos poderes do poder executivo. Essa forma de agir permeou e orquestrou a abertura da Amazônia para os grandes projetos de exploração de recursos naturais – e assim se cumpriu as primeiras quatro décadas de “desenvolvimento” regional em função do capital sobre particularidades socioambientais locais.

Outro período que mereceu destaque desta pesquisa no tocante à instituição “participação social”, foi durante o governo de Dilma Rousseff, com a criação da Política Nacional de Participação Social, com um dispositivo legal ricamente detalhado, com ganhos importantes para a possibilidade de avanço na institucionalização de parâmetros de direitos de acesso à participação.

Anos depois, após o golpe de Estado em 2016 – e é importante recapitular alguns fatos históricos no fechamento desta pesquisa, uma vez que

a democracia ambiental está imbricada indissociavelmente na democracia brasileira e aos governos e suas orientações partidárias e ideológicas. Nesta perspectiva, a pesquisa evidenciou o perigo que o governo de extrema direita de Jair Bolsonaro representou à democracia e em especial à democracia ambiental, por meio da desregulamentação de instrumentos do ordenamento jurídico ambiental, como a diminuição severa de membros do Conselho Nacional de Meio Ambiente, tentativa de flexibilização do licenciamento ambiental, a extinção de conselhos no âmbito federal e a revogação da Política Nacional de Participação e, ainda, a não ratificação de protocolos internacionais, como o Acordo de Escazú, que especialmente fortalece os direitos de acesso ambientais, estruturado conjuntamente com o Brasil – maior detentor da Amazônia internacional.

Às custas da resistência e do sofrimento do meio ambiente, de povos indígenas e comunidades tradicionais e populações vulneráveis, ao final de 2022, as eleições presidenciais – mecanismo da democracia representativa – elegeram um presidente de orientação progressista e de esquerda, com discurso da promessa de retomada da normalidade do Estado Democrático de Direito.

Assim, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito para o seu terceiro mandato e logo nos primeiros meses de exercício, em janeiro de 2023 criou o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS).

Voltando à tese defendida aqui em segundo plano de que a participação social enquanto instituição democrática nacional desdobra-se a partir da convicção de cada governo, se produzem algumas observações. O SNPS decretado por este último governo apresenta um instrumento interministerial, centralizado na Secretaria Geral da Presidência da República. Com texto vago e pouco detalhado, a participação social não se instrumentaliza em uma agenda nacional capaz de desdobrar o sistema em mecanismos práticos e populares além de algumas conferências nacionais realizadas até o início de 2024.

A cambaleante participação social brasileira, enquanto política institucional em nível nacional, não consegue produzir a segurança instrumental e jurídica necessária estipulada no âmbito de um Estado Socioambiental de Direito.

O Acordo de Escazú, também abordado por esta pesquisa, uma vez que até o momento, seis anos após a sua assinatura, não foi ratificado pelo Estado brasileiro, reafirma a instabilidade do ordenamento jurídico ambiental voltado ao reconhecimento de direitos ambientais. Isso faz lembrar também que as estruturas e obrigações do governo federal para a internalização do instrumento não foram providenciadas, reforçando que a regulamentação de direitos ambientais não é priorizada no Brasil.

A relativização de instrumentos e políticas públicas ambientais, assim como a recente ameaça de ruptura da democracia brasileira exigem o fortalecimento de uma governança pública e da democracia participativa.

O controle social e a inserção da população na perspectiva deliberativa ambiental são requeridos em territórios complexos, especialmente no âmbito de empreendimentos extrativistas na Amazônia brasileira.

O município minerador de Parauapebas revela semelhanças com outras regiões com dinâmicas e ecossistemas semelhantes – tanto naturais como econômicos e sociais. Os territórios de mineração na América Latina, especialmente na Amazônia - mas não somente – transformam-se na materialização do neoliberalismo, onde governos nacionais e locais agem como facilitadores de grandes projetos extrativistas, em uma democracia orientada aos interesses do capital – geralmente estrangeiro. As consequências desses projetos alcunhados de “desenvolvimento nacional” são conhecidos sob as lentes da democracia ambiental, que permitem observar as violações de direitos de povos e da natureza que são provocados localmente em função do avanço das fronteiras econômicas para o interior de seus territórios.

Esse é o emblemático caso de Carajás, cuja riqueza mineral engendrou um dos maiores projetos extrativistas do planeta, possibilitado pelo aval de um perverso Estado Nacional centralizador e com o financiamento do capital estrangeiro, que resultou em políticas permissivas e controle das dinâmicas amazônicas. Nesse sentido, a então estatal Companhia Vale do Rio Doce operacionalizou a ocupação desordenada e violenta da região.

O município de Parauapebas-PA assenta-se sobre uma história de violações de direitos humanos e coletivos e, assim como toda a ocupação da região, seguindo a lógica de municípios mineradores, se fortalece com a renegação de um Estado de Direito Ecológico.

Os três instrumentos de levantamento e produção de dados e informações empreendidos por esta pesquisa dizem muito sobre a desvigorosa relação entre sociedade civil e poder público e os campos de disputa estabelecidos na Amazônia mineral de Carajás.

O procedimento de *survey* junto aos cidadãos revela as narrativas populares acerca de questões importantes aqui, em perspectiva ambiental, estruturação territorial e social e especialmente sobre os direitos ambientais.

Os resultados produzem algumas percepções e preocupações, que serão abordadas aqui. Primeiro, o instrumento virtual de pesquisa demonstra uma participação “elitizada”, com a maioria de pessoas com pós-graduação e em faixa de idade intermediária, sem atingir os idosos do município, além de obter uma representatividade significativa em bairros centrais, praticamente não atingindo as regiões mais periféricas em relação ao centro e mais vulneráveis. Essa observação é importante, pois o uso de instrumento virtual de pesquisa e participação tende a atingir e obter retorno de um público que não é aquele mais vulnerável e que mais é afetado com a negação de direitos ambientais, embora seja difícil estabelecer desta forma.

A seção que investigou especificamente a participação social revela um dado que confirma a suspeita de uma participação “elitizada”, ao obter como resposta que os lugares mais facilitadores da participação seriam a Câmara Municipal de Vereadores e a Prefeitura Municipal de Parauapebas, ambas localizadas em regiões centrais, em vias principais e próximas aos bairros de residência da maior parte dos respondentes. O quesito de preferência pela natureza virtual de participação era esperado, uma vez que tratou-se de um instrumento virtual. Porém, aproximadamente 40% dos respondentes informaram que ainda preferem ações presenciais. Isso reforça que ações participativas no município ganham mais expressividade se ocorrerem presencialmente e além de regiões centrais, com a finalidade de evitar a participação enviesada dos mesmos atores.

Outro resultado importante e que reforça a tese aqui levantada de que não há garantias de direitos ambientais no município de Parauapebas é que parte significativa dos cidadãos participantes apontam que não conseguem acessar e frequentar locais coletivos e públicos, com destaque para a Floresta Nacional de Carajás, uma vez que o acesso é controlado e somente pode ser

realizado na companhia de guia ambiental e o município não possui nenhum programa ou iniciativa de acesso à população pobre e sem condições financeiras, reforçando uma governança pública não voltada ao bem estar e aos valores de gestão comunitária.

A população revelou também os principais problemas ambientais, que desdobraram-se nas audiências públicas, e reforçou ainda a falta de acesso aos espaços públicos. Em relação à participação no âmbito da gestão das Unidades de Conservação, que prediz uma gestão participativa, revela que além de não exercerem a participação, os cidadãos nem sequer sabem que podem participar das reuniões, reforçando que a informação ambiental também não é um direito exercido pela população local – no âmbito da Amazônia, que guarda mais uma ironia da gestão pública e da democracia do meio ambiente no Brasil.

Conhecida a perspectiva dos cidadãos de Parauapebas, a pesquisa investigou a narrativa do Poder Público sobre os direitos de acesso ambientais. Antes do início das entrevistas com os representantes do Poder Executivo, previa-se respostas que tentariam imprimir uma imagem positiva à atuação ambiental e no estabelecimento de estruturas participativas. Ao contrário, os entrevistados, de forma geral, revelaram a negligência do Poder Público na perspectiva de direitos ambientais.

Os representantes do poder público, servidores estatutários (a maioria), demonstram inconformismo com o próprio funcionalismo público e com a centralização do poder e a falta de liberdade e autonomia para aproximar a gestão pública da população.

Desde a ausência de projetos participativos, até o controle de informações e publicações direcionadas à sociedade civil, os participantes revelaram que a participação e a informação não são tratadas como deveria. Ressalta-se aqui que existe um departamento voltado à manutenção do relacionamento com a sociedade civil, o “Departamento de Relações com a Comunidade (DRC)”.

O pesquisador foi recebido pelo coordenador do DRC, que revelou frustração em não poder representar as demandas populares junto ao Poder Público. Nas falas do coordenador foi possível perceber que trata-se de uma divisão figurativa, sem nenhuma autonomia e sem incumbência de reforçar

mecanismos e instrumentos participativos e de cidadania. A ironia da democracia ambiental em um município amazônida repete-se neste quesito, em uma divisão da gestão pública voltada à comunidade, sem participação social. Não há programas e iniciativas de educação para a participação e nem cidadania, promoção de audiências públicas, metodologias inovadoras, cartilhas ou publicações direcionadas a instigar o fortalecimento da democracia, pelo contrário, uma fala na entrevista deflagra que o enfraquecimento da participação social é um projeto bem pensado. Isso fica evidente também na atuação do Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM), que é esvaziado de participação social, e principalmente, de publicização da informação ambiental.

Os dados revelam ainda que o poder público falha na fiscalização ambiental, o que, no âmbito da Amazônia infere-se como permissividade com infrações ambientais.

A terceira etapa empírica desta pesquisa refere-se à realização de audiências públicas juntamente com o Ministério Público do Estado do Pará, por meio da Promotoria de Justiça de Parauapebas, que aceitou a solicitação do pesquisador e atuou como facilitador.

Esta etapa estabeleceu espaços de debates horizontais, com o Poder Público à disposição da sociedade civil cumprindo o seu papel original que é estar a serviço da população e do município, respondendo aos questionamentos e ouvindo aquilo que os presentes apresentavam de demandas.

As audiências produziram ainda a significação de que a gestão pública não é um campo de domínio exclusivo do poder público e, portanto, não pode ser vista como um campo isolado, impermeável e sobrepondo-se às vozes populares. A sociedade civil compõe um campo de ação importante que imbrica-se agora com o campo do poder público na governação de um município minerador com orientação de governo autoritária.

As audiências realizadas guardam, sobretudo, uma conquista importante, pois demonstraram ao poder público local que a sociedade civil, amparada por uma iniciativa da academia, pode ocupar um espaço que deve ser seu e, assim, imbuir-se de um papel ativo na democracia local, transfigurando o seu caráter representativo em participativo. Desta forma, as

experiências participativas advindas de iniciativa espontânea dos cidadãos, demonstra que a governança ambiental pública na Amazônia e em ambientes complexos ganha força ao enveredar no uso de mecanismos de controle social.

Os dados levantados na perspectiva da ferramenta C.L.E.A.R, tiveram as demandas e lacunas levantadas traduzidas como sugestões de ações ou políticas públicas, que fornecem um material valioso na condução de uma gestão para a adoção de mecanismos participativos e o desenvolvimento de um nível mais satisfatório de cidadania e princípios comunitários.

A pesquisa identificou que o acesso à informação é o direito mais negligenciado, seguido da participação e finalmente o acesso à justiça. Neste sentido, a pesquisa produz sugestões de ações para o fortalecimento de uma cultura voltada à participação social, com mecanismos de apoio aos movimentos sociais e à educação ambiental e cívica, engrenagens necessárias de uma governança ambiental mais participativa.

Finalmente, percebe-se que a população local quer e pode ocupar esse lugar deliberativo na defesa da democracia e dos direitos ambientais. Os cidadãos são responsivos ao estímulo para exercer o direito à participação e têm expressividade para direcionar soluções justas à impasses enfrentados na exigência de serviços públicos satisfatórios.

A pesquisa incorreu em limitações, como recursos financeiros e pessoal de apoio, e ainda, encontrou empecilhos no município, como a instabilidade política do Poder Executivo com demissão em massa de funcionários comissionados por determinação judicial no mesmo período dos procedimentos da pesquisa de campo. Outro fator que limitou a continuidade da pesquisa revela-se pela vacância do cargo de Promotor de Justiça Ambiental de Parauapebas entre Junho de 2023, logo após as audiências públicas, até o início de 2024. Espera-se, sobretudo, que esta pesquisa possa efetivamente produzir contribuições às instâncias públicas e possibilitar o reforço da democracia ambiental em Parauapebas-PA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Amazônia: Por uma economia do conhecimento da natureza**. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Elefante, 2016.

ACSELRAD, H. **Políticas territoriais, empresas e comunidades: O neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”**. 1ªed. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2018.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. Amazônia Legal. Disponível em:< <https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/api/records/b1b2ba3d-3ae5-430f-8eba-2df2a400eb69>> Acesso em 04 jul 2022.

ALBUQUERQUE, C. *et al.* Controle do deflorestamento em assentamentos na Amazônia Legal: oportunidades e dificuldades na atuação do Ministério Público Federal. **Revista de Direito Ambiental**. vol.111, p.259-290, 2023.

ALENCAR, R.B.; LIMA, S.A.O.; PINTO, P.H.P.X. Intertextualidade e teimosia em Velha roupa colorida: diálogo entre assum-preto, blackbird e o corvo. **RUS (São Paulo)**, n. 31, p. 4-18, 2021.

ALESSI, G. Salles vê “oportunidade” com coronavírus para “passar de boiada” desregulação da proteção ao meio ambiente. **El País**, 22 de maio de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-22/salles-ve-oportunidade-com-coronavirus-para-passar-de-boiada-desregulacao-da-protecao-ao-meio-ambiente.html> Acesso em: 13 de maio de 2024.

ALVES, J. M. M. **Ministério Público e políticas públicas: ação comunicativa e participação popular para a efetividade dos interesses sociais**. Curitiba: Juruá, 2017.

ANTERO, S. A.; SALGADO, V. A. B. (Org.) **Participação Social: textos para discussão**. Brasília: IABS, 2013.

ARAOZ, H. M. **Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade**. São Paulo: Elefante, 2020.

ARCANJO, D. **OAB e mais de 50 entidades lançam campanha com bandeira pró-democracia e pedem união**. Folha de São Paulo, 2020. Disponível em:< <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/oab-e-mais-50-entidades-lancam-campanha-com-bandeira-pro-democracia-e-pedem-união.shtml>>. Acesso em 22 Ago. 2023.

ARNSTEIN, S. R. A escada da participação cidadã. **Journal of the American Institute of Planners**. vol. 35, n.4, p. 216-224, 1969.

ASSIS, C. C. Democracia Ambiental e os invisíveis: rompendo as barreiras da exclusão socioambiental. **Cadernos de Direito Actual**. n.15. p.352-365, 2021.

ASSIS, W. F. Capitalismo sem democracia: neoliberalismo autoritário e colonização da política. In: ACSELRAD, H. **Neoextrativismo e autoritarismo: Afinidades e convergências**. Rio de Janeiro: Garamond, 2022.

BAPTISTA, B. G. L. *et al.* O direito em perspectiva empírica: práticas, saberes e moralidades. **Revista Antropolítica**, n.51, p.10-35. 2021.

BARBIERI, J. C. Desenvolvimento Sustentável: das origens à Agenda 2030. Petrópolis: Editora Vozes: 2020.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Editora Edições 70: Lisboa, 2021.

BARROS, J. N. A linguagem do “não-direito” no protofascismo brasileiro. In: ACSELRAD, H. **Neoextrativismo e autoritarismo: Afinidades e convergências**. Rio de Janeiro: Garamond, 2022.

BARROSO, L. R; MELLO, P. P. C; Los efectos transformadores del Acuerdo de Escazú. In: GUANIPA, H. J. *et al.* **Comentário al Acuerdo de Escazú sobre derechos ambientales em América Latina y el Caribe**. Bogotá: Fundacion Konrad Adenauer Stiftung, 2023.

BEHS, E. **Coletivo de entidades lança a campanha “Brasil pela democracia e pela vida”**. Instituto Humanitas, 2020. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/600704-coletivo-de-entidades-lanca-a-campanha-brasil-pela-democracia-e-pela-vida>>. Acesso em 20 Ago. 2023.

BELINOT, V; GOMES, V. L. C. Teoria democrática: uma breve análise. **Revista O Cosmopolítico**. Vol. 6, n.1, p.9-23, 2019.

BELLO, E; PAROLA, G. Os direitos de acessos em matéria ambiental e sua efetividade: o meio ambiente digital no futuro acordo regional sobre o princípio 10. **Revista Joaçaba**. v.18, n.3, pp.617-636, 2017.

BENITES, A.; BETIM, F. Ricardo Salles: “passa a boiada” e retira a proteção a manguezais e restingas para promover turismo. **El País**, 28 de setembro de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-28/ricardo-salles-passa-a-boiada-e-retira-a-protecao-a-manguezais-e-restingas-para-promover-turismo.html> Acesso em: 13 de maio de 2024.

BOBBIO, N. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Édipro, 2017.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, P. **Sociologia Geral**: lutas de classificação. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 13 de maio de 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão aprova admissibilidade de PEC que define água potável como direito fundamental. 2023. Disponível em:<<https://www.camara.leg.br/noticias/1007826-COMISSAO-APROVA-ADMISSIBILIDADE-DE-PECQUE-DEFINE-AGUA-POTAVEL-COMO-DIREITOFUNDAMENTAL#:~:text=A%20Comiss%C3%A3o%20de%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20e,fundamentais%20previstos%20na%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Federal>> Acesso em 11 Set. 2023.

BRASIL. Decreto nº 11.406, de 31 de janeiro de 2023. Institui o Conselho de Participação Social da Presidência da República. **Diário Oficial da União**, seção 1, Edição Extra A, p. 1, terça-feira, 31 de janeiro de 2023.

BRASIL. Decreto nº 11.407, de 31 de janeiro de 2023. Institui o Sistema de Participação. **Diário Oficial da União**, seção 1, Edição Extra A, p. 1, terça-feira, 31 de janeiro de 2023.

BRASIL. **Decreto nº7.957 de 12 de março de 2013**. Institui o Gabinete Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente; regulamenta a atuação das Forças Armadas na proteção ambiental; altera o Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7957.htm> Acesso em 14 dez 2022.

BRASIL. Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. **Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm> Acesso em 28 jan. 2024.

BRASIL. Ministério de Meio Ambiente. **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal** (PPCDam). 2016. Disponível em: <<http://redd.mma.gov.br/pt/acompanhamento-e-a-analise-de-impactodaspoliticaspUBLICAS/ppcdam#:~:text=O%20Plano%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20para,desenvolvimento%20sustent%C3%A1vel%20na%20Amaz%C3%B4nia%20Legal>> Acesso em 11 set 2022.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Regional**. Legislação da Amazônia. 2021. Disponível em: < <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/institucional/legislacao-da-amazonia>> Acesso em 09 Ago. 2022.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Regional**. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). 2020. Disponível em:<<https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/institucional/historico-sudam#:~:text=%C3%89%20criada%20com%20a%20finalidade,30%20de%20novembro%20de%201966>> Acesso em 02 jul. 2022.

BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima**. Amazônia. Disponível em:< <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/ecossistemas-1/biomas/amazonia>> Acesso em 07 de Jun. 2022.

BRASIL. Ministro Chefe da Secretaria Geral da República (2023: Márcio Macedo). **Discurso por ocasião da solenidade de criação do Conselho de Participação Social**. Brasília, 31 jan. 2023 f. Disponível em:< chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfindmkaj/viewer.html?pdfurl=https%3A%2F%2Fwww.gov.br%2Fsecretariageral%2Fpt-br%2Fnoticias%2F2023%2Fjaneiro%2Fgoverno-cria-conselho-de-participacao-social-e-reabre-dialogo-com-movimentos-sociais%2F31012023_DiscursoMinistroMarcioMacedo_SGPR.pdf&clen=1152528&chunk=true>. Acesso em 20 Abr. 2023.

BRASIL. Ministro de Estado Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República. (2023: Márcio Macêdo). **Criação do Conselho de Participação Social e do Sistema de Participação Social Interministerial**. Brasília, 31.01.2023. 3f. Disponível em: https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2023/janeiro/governo-cria-conselho-de-participacao-social-e-reabre-dialogo-com-movimentos-sociais/31012023_DiscursoMinistroMarcioMacedo_SGPR.pdf Acesso em: 13 de maio de 2024.

BRASIL. Secretaria Nacional de Participação Social. **Gov.br**, 08 de abril de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/composicao/orgaos-especificos-singulares/snps> Acesso em: 13 de maio de 2024.

BRASIL. **Senado Federal**. Rio 92: vinte e cinco anos. 2017. Disponível em:< <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/589791>> Acesso 12 jul. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Sessão Especial de Debates sobre os 25 anos da Rio-92**. 2017. Disponível em:< chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfindmkaj/https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/589791/001107013_Debates_25_anos_Rio_92.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 12 Mar. 2023.

BROCARD, C. R; GIACOMIN, L. L. **Biodiversidade na Floresta Nacional do Tapajós e na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns**. Santarém: UFOPA, 2022. Disponível em: <https://ppbio.inpa.gov.br/sites/default/files/biodiversidade_flona-resex_final_ebook_0.pdf>. Acesso em 06 abr.2023.

CAMARGO, M. Salles sugeriu aproveitar pandemia para "passar a boiada" no Meio Ambiente. **Exame**, 22 de maio de 2020. Disponível em: <https://exame.com/brasil/salles-sugeriu-aproveitar-pandemia-para-passar-a-boiada-no-meio-ambiente/> Acesso em: 13 de maio de 2024.

CAMPOS, M. **Sem democracia, não há como lutar pelo meio ambiente**. Greenpeace, 2020. Disponível em:<https://www.greenpeace.org/brasil/blog/sem-democracia-nao-ha-como-lutar-pelo-meio-ambiente/>. Acesso em 19 Ago. 2023.

CARPENTIER, N. Além da escada da participação: ferramentas analíticas para a análise crítica dos processos midiáticos participativos. **Revista Mídia e Cotidiano**. Vol.12, n.2, p.245-274, 2018.

CELAC - Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos. **Ministério da Educação**, [s.n.]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/encceja-2/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20742-comunidade-dos-estados-latino-americanos-e-caribenhos-celac> Acesso em 13 de maio de 2024.

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina. 75 años de la CEPAL y el pensamiento cepalino. **Nações Unidas**, [s.n.]. Disponível em: <https://biblioguias.cepal.org/CEPAL75/decada50> Acesso em 13 de maio de 2024.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina. **Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe**. Nações Unidas, 2018. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11362/43611> Acesso em 13 de maio de 2024.

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina. Sobre a CEPAL. **Nações Unidas**, [s.n.]. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/sobre> Acesso em 13 de maio de 2024.

CEPEDA, V. A; PINTO, G. L. H. A teoria do subdesenvolvimento e o projeto desenvolvimentista de Celso Furtado: reflexões sobre os limites do liberalismo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. V.1. n.78, p.135-155, 2021.

COELHO, T. P. **Projeto Grande Carajás**: Trinta anos de desenvolvimento frustrado. Marabá: Editora Iguana, 2015.

COELHO-JÚNIOR, M. G; *et al.* Unmasking the impunity of illegal deforestation in the Brazilian Amazon: a call for enforcement and accountability. **Environmental Research**. Vol.17, n.01. 2022, p.01-06.

COLENCI, P. L; OLIVEIRA, C. M. Direito urbanístico: ramo autônomo. In: OLIVEIRA, C. M; GODOY, J. A. R. **Estatuto da Cidade: avanços e desafios**. 2ª Edição. Tupã: ANAP, 2023

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). **Observatório do Princípio 10 da América Latina e Caribe**. Disponível em:< <https://observatoriop10.cepal.org/es>> Acesso em 10 set. 2023.

COMPANHIA AMBIENTAL DA ESTADO DE SÃO PAULO (CETESB). **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Disponível em>chromeextension://efaidnbmninnibpcapjpcglclefindmkaj/https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-content/uploads/sites/36/2013/12/declaracao_rio_ma.pdf> Acesso em 28 Mar. 2023.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente. O que é o CONAMA? **Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima**, 22 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://conama.mma.gov.br/o-que-e-o-conama> Acesso em 13 de maio de 2024.

CONSELHO DA EUROPA. European Committee on Local and Regional Democracy. CLEAR Tool: Final Version. Strasbourg: CDLR, 2008.

COTA, R. G. Carajás: **A invasão desarmada**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

DEVECCHI, M. F. et. al. Beyond forests in the Amazon: biogeography and floristic relationship os the Amazonian savannas. **Botanical Journal of the Linnean Society**. v.193. n.01, 478-503, 2020.

FARIAS, C. A. *et al.* Instrumentos participativos: análise de seu uso em procedimentos ambientais do Ministério Público. **Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público**. vol. 22. p.187-205, 2023.

FERREIRA, C.S. CELAC. **Portal Contemporâneo da América Latina e Caribe**, Universidade de São Paulo, [s.n.]. Disponível em: <https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-celac> Acesso em 13 de maio de 2024.

FICARRA, M. F. de B. C. **Democracia participativa no mundo e no Brasil: uma solução à crise da representatividade**. São Paulo: D'plácido, 2021.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Bioma Amazônia**. 2021. Disponível em:< <https://www.invivo.fiocruz.br/biodiversidade/bioma-amazonia/>> Acesso em 03 jan. 2023.

GALÚCIO, A. V; PRUDENTE, A. L. **Museu Goeldi: 150 anos de Ciência na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2019.

GIULIETTI, A. M; SOUZA, P. W. M; ZAPPI, D. C. **A viagem, uma introdução incluindo geografia e localização**. In: ZAPPI, D. Paisagens e plantas de Carajás. Belém: Instituto Tecnológico Vale, p.13-28, 2017.

GUANIPA, H. J; PAROLA, G. Acceso a la justicia en asuntos ambientales. *In*: GUANIPA, H. J. *et al.* **Comentário al Acuerdo de Escazú sobre derechos ambientales em América Latina y el Caribe**. Bogotá: Fundacion Konrad Adenauer Stiftung, 2023.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia: Entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, J. **Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa**. São Paulo: Editora Unesp, 2023.

HAMERSKI, B. Participação popular no Brasil: uma análise sobre plebiscito, referendo, iniciativa popular, recall e veto popular. **Revista Controversas e Controvérsias**. Vol. 7, n. 1. p.1-10, 2020.

HARVEY, D. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HUWS, U. **Reinventando o estado de bem-estar**. Campinas: Editora Unicamp, 2022.

IBASE - INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS. **Carajás: o Brasil hipoteca o seu futuro**. Rio de Janeiro: Edições Achiamé, 1982.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades:** Parauapebas. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/parauapebas/panorama>>. Acesso em 12 fev 2023.

IBRAM - INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO. **Gestão e Manejo de Rejeitos de Mineração**. Brasília: IBRAM, 2016. Disponível em: <<https://ibram.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Gestao-e-Manejo-de-Rejeitos-da-Mineracao-2016.pdf>>. Acesso em 05 set 2022.

ICMBio - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Biodiversidade Amazônica**. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/centros-de-pesquisa/biodiversidade-amazonica>> Acesso em 08 mar. 2022.

ICMBio - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Plano de Conservação Estratégico para o Território de Carajás: Sumário Executivo**. Brasília: Qualyta LTDA, 2020.

IMAZON - INSTITUTO DO HOMEM E MEIO AMBIENTE DA AMAZÔNIA. **Imprensa e notícias**. Disponível em: <<https://imazon.org.br/imprensa/>> Acesso em 02 dez 2022.

INSTITUTO ETHOS. **Brasil pela democracia: entidades e movimentos sociais se unem em defesa da democracia e da vida**. [s.d]. Disponível em: <<https://www.ethos.org.br/conteudo/posicionamentos/brasil-pela-democracia-entidades-e-movimentos-sociais-se-unem-em-defesa-da-democracia-e-da-vida/>>. Acesso em 20 Ago. 2023.

IORIS, R. R; SCHNEIDER, A. A **Internacionalização da Amazônia da trajetória da modernização conservadora brasileira**. In: IORIS, R. R; IORIS, A. A. Amazônia no século XXI: trajetórias, dilemas e perspectivas. São Paulo: Alameda, 2022.

IORIS, R. R; IORIS, A. A. R. **Amazônia no século XXI: trajetórias, dilemas e perspectivas**. 1ªed. São Paulo: Editora Alameda, 2022.

KLEIN, O. **Salvar Carajás**. Porto Alegre: L&PM editora, 1982.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2011.

LEFF, E. **Ecologia política**: da desconstrução do capital à territorialização da vida. Campinas: Editora da Unicamp, 2021.

LIMA, L. A. P; SILVA, R. G. C.A Amazônia como espaço de fronteiras e dos territórios do pessimismo. In: Cury, M. J. F. **Territórios e Territorialidades na Amazônia**. Curitiba: CRV, 2017, v. 1, p. 15-38.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia**: Estado, homem, natureza. Belém-PA: Cultural Brasil, 2019.

MALHEIRO, B. C. *et al.* **Dinâmicas regionais da mineração em Carajás**: Da pilhagem de matéria e energia aos múltiplos territórios em resistência. In: WANDERLEY, L. J; COELHO, T. P. Quatro décadas do Projeto Grande Carajás: Fraturas do modelo mineral desigual na Amazônia. Brasília: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, p.22-139, 2021.

MALHEIRO, B. C. P. **Territórios e saberes em disputa: por uma epistemologia da fronteira**. In: TROCATE, Charles. Iguana: reflexão amazônica. 1ª ed. Marabá: Editora Iguana, 2015.

MALHEIRO, B. **Horizontes amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo**. 1ª Edição. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2021.

MARQUES, G. S. **Amazônia: riqueza, degradação e saque**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARQUES, L. **Capitalismo e Colapso Ambiental**. Campinas: Editora Unicamp, 2018.

MARTINS, P. H. **Teoria crítica da colonialidade**. Rio de Janeiro: Ateliê das Humanidades, 2019.

MENEGASSI, D. É hoje: frase de Salles sobre boiada completa um ano. O Eco, 22 de abril de 2021. Disponível em: <https://oeco.org.br/salada-verde/e-hoje-frase-de-salles-sobre-boiada-completa-um-ano> Acesso em: 13 de maio de 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO [MPSP]. **Roteiro prático para realização de audiências públicas e escutas sociais**. 2024. Disponível em:< [Roteiro AudPub e EscutasSoc 2024 \(1\).pdf](#)>. Acesso em 11 Abr.2024.

MOTA, F. R; KANT DE LIMA, R. Pega na mentira: notas antropológicas sobre tempos inquietantes. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**. v 16, n. 2, p. 227-246. 2022.

MOTTA, A. **Democracia é um jogo, mas não é brincadeira**. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. 2021. Disponível em:< <https://ibase.br/democracia-e-um-jogo-mas-nao-uma-brincadeira/>>. Acesso em 17 Ago. 2023.

NALEGACH, C. Préambulo. In: GUANIPA, H. J. *et al.* **Comentário al Acuerdo de Escazú sobre derechos ambientales em América Latina y el Caribe**. Bogotá: Fundacion Konrad Adenauer Stiftung, 2023.

NARCISO, K. R; BERNARDI, R. Estado, responsabilidade e democracia: do ambiental ao ecológico. **Revista Brasileira de Teoria Constitucional**. V.7, n.1, p.39-54, 2021.

OLIVEIRA, A. S. T; DE SOUZA, M. M. F. S; LEITE, F. F. Marcas Intertextuais na canção Velha roupa colorida, de Belchior. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v. 13, n. 3, p. 628-644, 2017.

OLIVEIRA, C. M. *et al.* Ministério Público como promotor da democracia participativa ambiental: análise de experiências no município de São Carlos-SP. **Revista de Direito Ambiental**. vol.108. p.45-68, 2022.

OLIVEIRA, D. J. S; CKAGNAZAROFF, I. B. A participação cidadã como um dos princípios de governo aberto. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**. vol.28, p. 01-20, 2023.

OLIVEIRA, F. M. G; NETO, M. L. S. Do direito à cidade ao direito dos lugares. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**. Vol. 12, n.1, 2020.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL [OAB]. **OAB Nacional participa de lançamento do movimento Brasil pela democracia, Brasil pela vida**. 2020. Disponível em:< <https://www.oab.org.br/util/print/58242?print=Noticia>> Acesso em 19 Ago. 2023.

ORTIZ, G. I. J; MACIEL, W. C. El Foro Latinoamericano de Antropología del Derecho (FLAD): Diálogos, conexiones y retos entre México, Brasil y Argentina. **Vibrant Virtual Brazilian Anthropology**. V.18, n.1. p.1-21. 2021.

PARAUAPEBAS. **Lei Complementar nº24 de 05 de Janeiro de 2021**. Institui o Plano Diretor do Município de Parauapebas e revoga a Lei Municipal nº4.328 de 30 de Dezembro de 2006. Disponível em:< <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-parauapebas-pa>>. Acesso em 06 de Mar. 2022.

PARAUAPEBAS. **Lei nº5.040 de 15 de dezembro de 2021**. Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Parauapebas para o Quadriênio de 2022-2025. Disponível em: < <https://transparencia.parauapebas.pa.leg.br/transparencia/ppa/>> Acesso em 16 Ago 2022.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.

PICKERING, J; et al. Democratising sustainability transformations: Assessing the transformative potential of democratic practices in environmental governance. **Earth System Governance**. Vol.11, p.1-14, 2022.

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Marcos ambientais: linha do tempo dos 75 anos da ONU. **UN Environment Programme**, 26 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.unep.org/pt-br/news-and-stories/story/environmental-moments-un75-timeline> Acesso em 13 de maio de 2024.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Mais de 70 organizações lançam campanha em defesa da vida e da democracia**. 2020. Disponível em: <<https://www.cidadessustentaveis.org.br/noticia/detalhe/mais-de-70-organizacoes-lancam-campanha-em-defesa-da-vida-e-da-democracia>>. Acesso em 21 Ago. 2023.

RANK, H; LOPEZ, M. B. Presentación. *In*: GUANIPA, H. J. *et al.* **Comentário al Acuerdo de Escazú sobre derechos ambientales em América Latina y el Caribe**. Bogotá: Fundacion Konrad Adenauer Stiftung, 2023.

RIO-92. Cúpula da Terra difundiu o conceito de desenvolvimento sustentável. Câmara dos Deputados, [s.n.] Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo/sites-tematicos/rio20/eco-92> Acesso em 13 de maio de 2024.

RODRIGUES, R. V; MARINHO, C. M. O processo de especialização e desespecialização em educação do Ministério Público de Goiás: uma análise da mudança. **Revista Brasileira de Ciência Política**. vol. 41, p.1-33, 2023.

RUVIARO, E. A. De AARHUS a ESCAZÚ: os avanços da governança ambiental participativa no âmbito da União Europeia e da América Latina e Caribe. **Revista do Programa de Direito da União Europeia**, v. 2, p. 53-63, 2023.

SALLES, J. M. **Nossos sonhos passados e presentes para o futuro da Amazônia**. Revista Piauí. Disponível em:< <https://piaui.folha.uol.com.br/o-que-queremos/>> Acesso em 03 set 2022.

SANTANA, A. C. et. al. O valor econômico da savana metalófila da Floresta Nacional de Carajás, estado do Pará: uma contribuição teórica e metodológica. **Revista Teoria e Evidência Econômica**. V.23, nº48, p.9-38, 2017.

SANTOS, M. **O Espaço do cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2021.

SANTOS, R. **História econômica da Amazônia: 1800-1920**. Manaus: Editora Valer, 2019.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2020.

SECCHI, B. **A cidade dos ricos e a cidade dos pobres**. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2019.

SILVA, M. K. **Contribuições da Teoria dos Campos ao estudo das relações entre movimentos sociais e políticas públicas**. In: TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Movimentos sociais e políticas públicas. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

SILVA, S. P; BARBOSA, F. D; HANAI, F. Y. Participação e representatividade no âmbito das legislações ambientais no Brasil. *In*: OLIVEIRA, C. M; BENINI, S. M; LAGARES, L. A. S. **Democracia Ambiental**. Tupã: ANAP, 2021.

SINGER, A; ARAUJO, C; BELINELLI, L. **Estado e democracia**: uma introdução ao estudo da política. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SOARES, F. M. **Amazônia da Ditadura**: uma história dos rios e das estradas na colonização do tempo presente. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2021.

SOUZA, M. **História da Amazônia**: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. Belo Horizonte: Editora Elefante, 2019.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Editora Cortez, 2022.

UNECE – The United Nations Economic Comissions for Europe. **Aarthus Convetion**. 33p. versão português, 2003. Disponível em: <https://unece.org/DAM/env/pp/EU%20texts/conventioninportogese.pdf> Acesso em: 13 de maio de 2024.

URIBE, G. Passar a boiada quer dizer atualizar as normas de todos os ministérios, diz Salles. **Folha de São Paulo**, 23 de maio de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/05/passar-a-boiada-quer-dizer-atualizar-normas-de-todos-os-ministerios-diz-salles.shtml> Acesso em: 13 de maio de 2024.

VALE. S11D: Arrecadação da CFEM de Canaã é 34 vezes maior com produção de ferro. 2020. Disponível em: <https://vale.com/w/s11d-arrecada%C3%A7%C3%A3o-de-cfem-de-cana%C3%A3-%C3%A9-34-vezes-maior-com-produ%C3%A7%C3%A3o-de-ferro> Acesso em 16 maio 2022.

VIDAL, J. P; ELIAS, L. M; TEIXEIRA, E. M. S. F. **Sociedades Complexas**: Observando a Amazônia por meio da visão sistêmica e construtivista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022.

VIEIRA, A. G. D. **O mapa da mina**. Curitiba: Kotter Editorial, 2020.

WANDERLEY, L. J; COELHO, T. P. **Quatro décadas do Projeto Grande Carajás: fraturas do modelo mineral desigual na Amazônia.** Brasília-DF: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à mineração, 2021.

WANDERLEY, L. J; MANSUR, M; CARDOSO, P. V. **Atlas do Problema Mineral Brasileiro.** Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil, 2023.

WENZEL, F. **Instituto O Eco.** A Amazônia já era: Como a imprensa glorificou a destruição da floresta na ditadura militar. 2020. Disponível em:<<https://oeco.org.br/reportagens/a-amazonia-ja-era-como-a-imprensa-glorificou-a-destruicao-da-floresta-na-ditadura-militar/>> Acesso em 03 mar 2022.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim.** Porto Alegre: Editora Penso, 2016.

ZAPPI, D. C; VIANA, P. L.; GIULIETTI, A. M. **O trabalho dos botânicos.** In: ZAPPI, D. Paisagens e plantas de Carajás. Belém: Instituto Tecnológico Vale, 2017. p.41-122.

ZAPPI, D. **Paisagens e Plantas de Carajás.** Belém: Instituto Tecnológico Vale (ITV), 2017.

ZHOURI, A. **Mineração, Violências e Resistências:** Um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá: Editora Iguana, 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: Diagnóstico Socioambiental Participativo de Parauapebas

Pesquisador: Leonardo Petrilli

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 54830021.3.0000.5504

Instituição Proponente: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.848.711

APÊNDICE B – TCLE DA PESQUISA JUNTO À POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ESTUDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

(Resolução CNS 510/2016)

Título da Pesquisa: DIAGNÓSTICO E MAPEAMENTO SOCIOAMBIENTAL PARTICIPATIVO EM PARAUAPEBAS-PA

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa em nível de doutorado intitulada “Diagnóstico e mapeamento socioambiental participativo em ParauapebasPA”, conduzida por mim, Leonardo Petrilli, estudante do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, sob a orientação do Prof. Dr. Celso Maran de Oliveira, da linha de pesquisa Ambiente e Sociedade. Você foi selecionado pelo fato de ser residente de Parauapebas-PA e, por isso, acreditamos que você pode contribuir significativamente com o estudo.

Descrição e Objetivo do Estudo: A pesquisa tem como objetivo conhecer os problemas e conflitos sociais e ambientais no município de Parauapebas-PA à partir da participação social, ou seja, por meio dos relatos da população local e, assim, mapear os problemas e locais onde eles acontecem. Desta forma, busca-se inserir a perspectiva popular sobre os enfrentamentos necessários no âmbito das políticas públicas locais para o desenvolvimento local.

Procedimentos: A sua participação ocorrerá por meio de um questionário semiestruturado com quatro dimensões, as quais foram planejadas para que permitam conhecer o relacionamento da população com os espaços públicos e atores do município. Ao final de cada dimensão, há um espaço, caso você queira inserir alguma contribuição que não tenha sido contemplada nas perguntas apresentadas.

Riscos e Desconfortos: Os riscos da pesquisa podem revelar-se por desconforto ao responder alguma questão ou em relação ao diagnóstico municipal que será construído, não sentindo-se representado ou não identificando-se com o resultado inferido por meio da maioria das respostas. As perguntas não serão invasivas à intimidade dos participantes e o questionário não solicita informações pessoais, de modo que a sua participação não gera identificação. Desta forma, os riscos e constrangimentos serão diminuídos, e os resultados da pesquisa mencionarão aquilo que for inferido com a análise dos dados, referindo-se ao grupo de participantes da pesquisa de forma geral, tratando-os como: “população”, “munícipes”, “residentes”, “participantes” ou “respondentes”.

Riscos da Pesquisa Virtual: A pesquisa acontecerá em um ambiente virtual, e como forma de diminuir os riscos associados ao uso deste tipo de ambiente, serão

tomadas algumas medidas, como: a) os dados e formulários coletados serão extraídos da plataforma e armazenados no computador pessoal do pesquisador proponente, com acesso restrito por meio de senha, b) os dados não serão armazenados em banco de dados do tipo “nuvem”. Por se tratar de uma pesquisa virtual, recomenda-se que o participante salve e archive uma cópia deste termo. O acesso às perguntas somente será possível após o consentimento. A cada dimensão (bloco) da pesquisa, estará descrito a finalidade das perguntas da seção, assim como os objetivos associados às questões, para que o participante saiba previamente sobre o conteúdo que será abordado.

Benefícios Esperados: Com a coleta de dados e desenvolvimento da pesquisa, este estudo poderá contribuir com subsídios para o direcionamento de políticas públicas municipais à partir da construção de um diagnóstico e panorama dos problemas ambientais na visão de sua população.

Custos e Remuneração: Sua participação é voluntária e não haverá compensação em dinheiro pela sua participação. A qualquer momento o (a) senhor (a) pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo profissional, seja em sua relação ao pesquisador, à Instituição em que trabalha ou à Universidade Federal de São Carlos. Todas as informações obtidas através da pesquisa.

A participação é voluntária, isto é, a qualquer momento o (a) senhor (a) irá decidir se deseja participar e preencher o questionário, se deseja desistir da participação durante o preenchimento do questionário e poderá retirar o seu consentimento sem nenhuma penalização ou prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

O (a) senhor (a), ao aceitar participar da pesquisa irá: 1) eletronicamente aceitar participar da pesquisa, o que corresponderá à assinatura deste termo (TCLE), o qual poderá ser impresso ou solicitado ao pesquisador via endereço de e-mail fornecido, se assim o desejar. 2. responder ao questionário on-line que terá tempo gasto para seu preenchimento em torno de 10 minutos. Caso não concorde, basta fechar a página do navegador.

Caso desista de participar durante o preenchimento do questionário e antes de finalizá-lo, os seus dados não serão gravados, enviados e nem recebidos pelo pesquisador e serão apagados ao fechar a página do navegador. Caso tenha finalizado o preenchimento e enviado suas respostas do questionário, não será possível a exclusão da pesquisa, já que o questionário não contempla questões pessoais e não permite a identificação do respondente. As perguntas não são obrigatórias, reservando o direito do participante responder àquelas que desejar.

Você receberá uma via deste termo por e-mail, caso faça essa opção no formulário eletrônico. Ou se desejar, você poderá imprimir uma via deste termo.

Este projeto de pesquisa foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes de pesquisas. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP)** da UFSCar que está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa da universidade, localizado no prédio da reitoria (área sul do campus São Carlos). Endereço: Rodovia Washington Luís km 235 - CEP:

13.565-905 - São Carlos-SP. Telefone: (16) 3351-9685. E-mail: cephumanos@ufscar.br.
Horário de atendimento: das 08:30 às 11:30.

O CEP está vinculado à **Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)** do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e o seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/CONEP. A CONEP tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo CNS, também atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam. Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar - Asa Norte - CEP: 70719-040 - Brasília-DF. Telefone: (61) 3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br.

Dados para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisador Responsável: Leonardo Petrilli

Endereço: Rodovia Washington Luís km 235 - CEP: 13.565-905

Contato telefônico: (16) 996419245 E-mail: leopetrilli@yahoo.com.br

Declaro que li e entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar de forma voluntária.

Declaro ainda que possuo mais de dezoito anos.

Caso não concorde, basta fechar a página do navegador.

Local e data:

Nome do Pesquisador

Nome do Participante

APÊNDICE C – Instrumento de pesquisa junto à população de Parauapebas

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS AMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

Título da Pesquisa: DIAGNÓSTICO E MAPEAMENTO SOCIOAMBIENTAL PARTICIPATIVO EM PARAUAPEBAS-PA

Questionário da Pesquisa

Dimensão 01 – Informações Sociodemográficas

1.1. Como você chegou à essa pesquisa?

- ☐ E-mail
- ☐ Alguma secretaria/ prefeitura
- ☐ Panfleto
- ☐ Mídias sociais (facebook e Instagram)
- ☐ WhatsApp
- ☐ Outro

1.2. Como você se identifica em relação ao seu gênero?

- ☐ Masculino ☐ Feminino ☐ Não me defino/prefiro não informar

1.3. Qual a sua idade? _____

1.4. Qual o seu grau de escolaridade?

- ☐ Não frequentou a escola
- ☐ Educação Infantil
- ☐ Ensino Fundamental I Incompleto
- ☐ Ensino Fundamental I (Até o 5º ano completo)
- ☐ Ensino Fundamental II Incompleto
- ☐ Ensino Fundamental II (Até o 9º ano completo)
- ☐ Ensino Médio Incompleto
- ☐ Ensino Médio (Até o 3º ano completo)
- ☐ Ensino Técnico Incompleto
- ☐ Ensino Técnico
- ☐ Ensino Superior Incompleto
- ☐ Ensino Superior
- ☐ Pós-graduação Incompleta
- ☐ Pós-graduação

1.5. Como você se identifica ?

- ☐ branco
- ☐ preto
- ☐ pardo
- ☐ amarelo

- ☐ Indígena
- ☐ outra

1.6. Qual a sua cidade natal?

1.7. Há quantos anos mora em Parauapebas?

1.8. Qual o nome do bairro ou distrito em que você mora?

Dimensão 02 – Participação Social

2.1. Quais lugares facilitam a sua participação?

- ☐ Prefeitura
 - ☐ Câmara
 - ☐ CEUP (centro de Educação Ambiental de Parauapebas)
 - ☐ UFRA
 - ☐ Associação de bairro/ comunidade
 - ☐ Flona Carajás
 - ☐ Outros - comente algum exemplo ou faça alguma consideração que achar necessário
-

2.2. Você se sente apto a participar de ações digitais e manusear computador, smartphone, internet e etc?

☐ sim ☐ Não Por quê? _____

2.3. Qual a sua maior dificuldade para a participação em eventos/ oficinas digitais?

- ☐ Não tenho acesso à internet em casa
- ☐ A minha internet tem uma qualidade muito ruim
- ☐ não sei ligar o aparelho e conectar
- ☐ Não tenho um espaço da casa tranquilo e silencioso
- ☐ Tarefas e trabalho em casa
- ☐ Não tenho dificuldades

2.4. Qual forma de participação você prefere, se for participar? ☐ Virtual ☐ Presencial

2.5. Qual o principal meio para acesso à informação da cidade você utiliza?

- ☐ Portais digitais da Cidade
- ☐ Portais digitais do Governo
- ☐ Jornais

- ☐ Mídias Sociais
- ☐ Grupos de WhatsApp

2.6. Você sabia que a cidade possui conselhos em que você pode participar para ajudar o município a tomar decisões? Se sim, já participou?

Dimensão 3 – Oportunidades e Desenvolvimento Pessoal

3.1. Você considera que a cidade proporciona oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional?

3.2. Se sim, onde você enxerga oportunidades de desenvolvimento profissional? Ex: Prefeitura, Câmara, Universidade, Vale, etc. É possível também indicar a região geográfica de oportunidades, ex: Cidade Nova, Cidade Jardim, Flona, etc.

3.3. Em quais setores você gostaria de possuir mais oportunidades de trabalho?

3.4. Quais atividades do município proporcionam bem-estar à sua comunidade/vizinhança?

3.5. Quais atividades você considera que geram mal-estar à sua comunidade/município?

3.6. Você ou alguém próximo à você desenvolve ou tem conhecimento para desenvolver alguma atividade abaixo?

- ☐ Artesanato
- ☐ Biojoias
- ☐ Bolos, doces, alimentação
- ☐ Produção familiar de agricultura
- ☐ Atividade extrativista e madeireira
- ☐ Outros – comente _____

3.7. Que local traz mais sensação familiar e de identificação à você?

- ☐ Bairro que mora
- ☐ Comunidade
- ☐ Parauapebas
- ☐ Região de Carajás
- ☐ Pará

3.8. As pessoas no seu bairro/ distrito se conhecem? Têm relação? Ou as relações são mais pontuais?

3.9. Em relação à área em que você vive (bairro ou distrito), como você classifica o seu contentamento? De 1 a 5, sendo 1 muito insatisfeito e 5 muito satisfeito

- (1) Muito insatisfeito
- (2) Insatisfeito
- (3) Indiferente
- (4) Satisfeito
- (5) Muito satisfeito

3.10. Você confia no poder público municipal (prefeitura e secretarias) para tomar decisões que são de interesse da sua comunidade ou cidade?

- (1) Não confio de forma nenhuma
- (2) Não confio plenamente
- (3) Indiferente
- (4) Confio com dúvidas
- (5) Confio plenamente

3.11. Você acha que algumas pessoas/ grupos de pessoas são mais ouvidos e possuem mais vozes no município junto ao poder público municipal/ prefeitura?

() Não () Sim, Quais? _____

3.12. Quais das instituições abaixo você tem ou já teve relação? Quais você já visitou, assistiu evento, participou de alguma ação ou se identifica mais.

- () ICMBio
- () Vale
- () UFRA
- () IFPA
- () CEAP
- () SEBRAE
- () UEPA
- () Prefeitura e Secretarias
- () Outros – Quais? _____

Dimensão 04 – Dimensão Ambiental

4.1. Existem lugares públicos que você não consegue frequentar? (ex.: transporte, distância, não sabe se é permitido, etc) Quais? Por que?

4.2. Você já soube ou já vivenciou algum problema ou conflito relacionado ao meio ambiente em seu bairro? Marque aquilo que você percebe no seu bairro.

- ☐ Áreas de alagamento
- ☐ Deslizamento
- ☐ Saneamento incorreto
- ☐ Poluição atmosférica por queimadas
- ☐ Coleta incorreta de resíduos/ lixo
- ☐ Asfalto (ausência ou qualidade ruim)
- ☐ Falta de acesso à energia
- ☐ Falta de acesso à água
- ☐ Qualidade da água
- ☐ Desmatamento ilegal
- ☐ Regularização fundiária
- ☐ Iluminação pública
- ☐ Outros _____

4.3. Se você indicou algum problema acima, poderia nos ajudar a identificar aonde você encontra esses problemas? Diga o endereço aproximado ou a rua onde esse problema ocorre.

4.4. Você sabe onde poderia fazer uma denúncia em relação à problemas ou conflitos ambientais?

4.5. No seu bairro tem espaços de uso coletivo? Assinale as alternativas abaixo e deixe a sua sugestão para a criação destes espaços, indicando o local da sua sugestão.

- ☐ Praça arborizada (árvores e sombra)
- ☐ Parque de uso comum, ex: com pista de skate, caminhada, etc.
- ☐ Quadras de jogos para uso coletivo
- ☐ Lago
- ☐ Outros, comente:

4.6. Você frequenta a Flona Carajás (Floresta Nacional)? Com qual frequência?

- ☐ Já fui Quantas vezes? _____
- ☐ Nunca visitei

4.7. Você sabia que a Flona Carajás é uma unidade de conservação protegida por lei?

- ☐ Sim
- ☐ Não

4.8. Você sabe qual instituição realiza a gestão da Unidade de Conservação Flona Carajás?

- ☐ ICMBio
- ☐ Vale
- ☐ SEMMA

() Não sei quem realiza a gestão

4.9. Você já participou ou frequentou algum programa educacional na Flona de Carajás?

() Oficina

() Visitas guiadas

() Evento de datas comemorativas

() Consultas públicas

4.10. Você sabia que a população pode participar do conselho de gestão da Flona?

() Sim

() Não

4.11. Você já participou de alguma reunião do conselho de gestão da Flona?

() Sim

() Não, Por que? _____

4.12. Você conhece ou frequenta o conselho de outra APA (Área de Preservação Ambiental)? Se sim, qual?

Este espaço é reservado para ouvi-lo(a) caso queira adicionar algum comentário, fazer sugestão de temas para discussão de políticas públicas, ou sobre alguma questão de ordem social ou ambiental.

APÊNDICE D – Instrumento de pesquisa junto ao Poder Público de Parauapebas

Roteiro Entrevista – Poder Público

Seção 1 – Perfil pessoal e experiência profissional no município e no cargo

- 1.1. Está lotado (a) em qual Secretaria/ Instituição?
- 1.2. Qual a sua função/ cargo atualmente?
- 1.3. Há quanto tempo trabalha nesta instituição? E neste cargo?
- 1.4. Exerce projetos ou tem inserção em área rural, distrital ou comunidades tradicionais?
- 1.5. Os projetos que você trabalha ou já trabalhou nesse cargo/ secretaria, são pré-definidos de uma hierarquia superior ou você tem participação e autonomia?
- 1.6. Pode citar os projetos mais desafiadores? Seja em andamento ou já finalizados.
- 1.7. Você ou sua equipe recebem treinamento ou cursos de atualização frequentemente? Ou com qual frequência?
- 1.8. Qual temática você percebe maior despreparo da sua secretaria? Seja Produção e manejo, proteção de áreas de preservação, combate às queimadas, mineração ilegal, etc.
- 1.9. Você acredita que existe sobreposição/ disputa de poderes pela gestão ambiental no município?

Seção 2 – Conflitos, desafios e enfrentamentos socioambientais municipais

- 2.1. Parauapebas é um município que teve o seu desenvolvimento em função da atividade minerária. Você acredita que a Gestão Municipal entende que essa atividade é sustentável?
- 2.2. Quais as necessidades das políticas públicas ambientais?
- 2.3. Quais os maiores desafios ambientais para o município atualmente?

Seção 3 – Participação Social

- 3.1. Você sabe quais conselhos municipais existem? Quais.
- 3.2. Você constitui algum conselho? Se sim, nas reuniões de conselho, você percebe presença daqueles que têm cadeira ou a presença da população também?

Se não, por que você não participa?

- 3.3. Você considera que a participação social seja imprescindível para o sucesso de algum projeto atual? Ou foi essencial para algum projeto concluído?
- 3.4. De que forma a secretaria promove a participação social?
- 3.5. Você considera a participação alcançada efetiva? Das experiências existentes, que nível alcançou?
- 3.6. De que forma o município busca envolver os cidadãos nos processos de tomada de decisão?
- 3.7. Quando houve a promoção da participação, alguma metodologia foi seguida? Seja de diagnóstico e consulta?
- 3.8. Você já recebeu treinamento sobre participação social?
- 3.9. O município procura usar a internet para o engajamento?
- 3.10. As atividades participativas são normalmente realizadas em instalações oficiais? O município já experimentou locais menos comuns para incentivar a participação (por exemplo, as casas dos cidadãos, escolas, supermercados, shoppings, associações)
- 3.11. O município oferece incentivos aos cidadãos para participar? (Por exemplo, honorários, presentes, equipamentos de TI, melhorias de serviços, descontos sobre as taxas) Quem participa? Quais grupos e faixas etárias.
- 3.12. Estas formas de engajamento são suficiente para alcançar todos os diferentes segmentos da comunidade (grupos de jovens / idosos, minorias étnicas, etc.)?
- 3.13. Quais são os procedimentos para assegurar que a voz do cidadão é considerada na tomada de decisão?
- 3.14. Que esforços o município está fazendo para melhorar a comunicação de suas decisões aos cidadãos?
- 3.15. O município conta com um programa de educação dos cidadãos em relação à participação?
- 3.16. Se a participação for insuficiente no município, você atribui isso à que?

APÊNDICE E – Roteiro original da Ferramenta C.L.E.A.R

DIMENSÃO/ FATOR	VARIÁVEL	ASPECTOS A SEREM LEVANTADOS	NÚMERO/ POSIÇÃO NA MATRIZ
1 “Can do” Podem participar?	Nível Educacional	- Quais os níveis de ensino da localidade? - A maioria das pessoas tem educação básica ou educação superior? <i>Como a imagem difere para diferentes grupos de cidadãos – jovens, idosos pessoas, grupos minoritários?</i>	1.1
	Emprego e Classe Social	- Qual a composição social da localidade? - Qual a proporção entre pessoas desempregadas, exercendo atividade informal, e aquelas que estão empregadas? - Quais os principais empregadores da área? - Existe um problema de desemprego na área? O desemprego está concentrado em partes específicas da comunidade?	1.2 – 1.3
	Demografia	- Qual o perfil etário da população do município? - Que proporção da população pertence a um grupo étnico minoritário? - Quantos grupos étnicos minoritários significativos existem no município? - Quais são as línguas faladas na localidade? - Existem outros fatores demográficos que podem ser significativos para a participação (por exemplo, - Estrutura familiar, concentração estudantil, passageiros)?	1.4 – 1.7
		Os cidadãos têm fácil acesso a recursos apropriados para participação política? Por exemplo, há muitos locais de reunião acessíveis?	

DIMENSÃO/ FATOR	VARIÁVEL	ASPECTOS A SEREM LEVANTADOS	NÚMERO/ POSIÇÃO NA MATRIZ
	Recursos	- Os cidadãos podem ter acesso a computadores, fotocopiadoras ou telefones para ajudá-los participar? - Esses recursos estão disponíveis para aqueles que não têm acesso a eles por meio do trabalho ou em casa? - A mídia local fornece canais de informação e comunicação (por exemplo, TV local, jornal ou rádio)? - Os cidadãos têm tempo para participar?	1.8 – 1.10
	Habilidades / Conhecimento	- Os cidadãos têm as habilidades necessárias para participar da vida política (por exemplo, a capacidade escrever cartas, falar em público, organizar reuniões etc)? - Os cidadãos têm competência para utilizar os recursos em sua comunidade (por exemplo, para usar computadores, Internet etc.)? - Quais habilidades estão em falta? - Alguns grupos de cidadãos têm mais acesso a recursos e mais habilidades para usar os recursos do que outros?	1.11 – 1.14

DIMENSÃO/ FATOR	VARIÁVEL	ASPECTOS A SEREM LEVANTADOS	NÚMERO/ POSIÇÃO NA MATRIZ
2	Identificação/ Pertencimento	Qual é o foco principal da identidade para as pessoas – o bairro local, a cidade ou cidade como um todo, ou a região em que vivem? Quão bem as pessoas no mesmo bairro se conhecem?	

DIMENSÃO/ FATOR	VARIÁVEL	ASPECTOS A SEREM LEVANTADOS	NÚMERO/ POSIÇÃO NA MATRIZ
“Like to” Gosta de Participar?		- Os cidadãos identificam-se com o município? - Quão apegadas são as pessoas à área em que vivem? - Quão importantes são as fontes de identidade não geográficas – como culturais, étnicas, identidade religiosa ou outra identidade filosófica, classe social ou “comunidades de interesse” (entre os jovens, ou gays, ou aqueles com um interesse particular – como esporte)?	2.1 – 2.4
	Homogeneidade	- Quão estável é a população – as pessoas moram no mesmo endereço há muito tempo ou há muita mobilidade? - A comunidade tem um forte senso de história e tradição? - Até que ponto existe uma semelhança de identidade em toda a comunidade (ou seja, são pessoas em grande parte as mesmas – e se não, onde estão as principais clivagens)? - Os valores e prioridades são os mesmos em toda a população – e se não, onde estão os grandes clivagens?	2.5 – 2.7
	Confiança	- Quanto os cidadãos confiam uns nos outros? - As pessoas geralmente ajudam umas às outras ou tendem a colocar o interesse próprio em primeiro lugar? - O comportamento antissocial é um problema? Quanto os cidadãos confiam no município para tomar decisões que sejam do interesse da comunidade como um todo? - Quanto os cidadãos confiam no governo nacional para tomar decisões que estão como interesse da comunidade como um todo?	2.8 – 2.12

DIMENSÃO/ FATOR	VARIÁVEL	ASPECTOS A SEREM LEVANTADOS	NÚMERO/ POSIÇÃO NA MATRIZ
	Cidadania	- Existe um forte espírito comunitário que apoia a ação coletiva? - As pessoas sentem um senso de responsabilidade para com a comunidade? - Existem grupos ou setores da comunidade que provavelmente se sentirão excluídos? - Existe uma sensação no município de que as vozes de alguns grupos são mais legítimas do que outros?	2.13 – 2.16

DIMENSÃO/ FATOR	VARIÁVEL	ASPECTOS A SEREM LEVANTADOS	NÚMERO/ POSIÇÃO NA MATRIZ
3 “Enable to” Estão habilitados?	Tipos de Organização Civil	- Que tipos de organizações cívicas existem e são ativas na localidade (por exemplo, organizações de jovens, grupos, campanhas ambientais, organizações de bem-estar social, pais e professores, associações, grupos desportivos ou de hobbies, associações étnicas, entidades culturais)? - Existe uma lista completa desses órgãos? Quais organizações têm mais membros? Quais têm mais influência na tomada de decisão municipal? - A gama de grupos existentes é suficiente para abordar toda a gama de (políticos) questões em que os cidadãos desejam se envolver?	3.1 – 3.4
	Atividades	- Quão ativas são as organizações cívicas? - Eles estão aumentando em número? A adesão está aumentando? - Esses órgãos procuram influenciar as decisões a nível municipal, ou	3.5 – 3.7

DIMENSÃO/ FATOR	VARIÁVEL	ASPECTOS A SEREM LEVANTADOS	NÚMERO/ POSIÇÃO NA MATRIZ
		envolver-se em serviços locais? • Quais são as principais maneiras de fazer isso?	
	Infraestrutura Cívica	- Existem agências de “guarda-chuva” ou de coordenação que existem especificamente para apoiar o desenvolvimento ou crescimento de organizações cívicas na área? - Eles têm recursos e capacidades suficientes para alcançar uma série de organizações? - Que apoio o município dá às organizações cívicas (por exemplo, doações, instalações ou equipamentos, apoio do pessoal, acesso às instalações, oportunidades para conhecer tomadores de decisão)? - Quais são as principais fragilidades do setor voluntário e comunitário na área? A mídia local apoia o trabalho dos órgãos cívicos (por exemplo, divulgando seus Atividades)?	3.8 – 3.12

DIMENSÃO/ FATOR	VARIÁVEL	ASPECTOS A SEREM LEVANTADOS	NÚMERO/ POSIÇÃO NA MATRIZ
	Formas de Participação	- Como o município procura informar os cidadãos e envolvê-los em processos de tomada de decisão (por exemplo, pesquisas, consultas, grupos focais, júris ou painéis, conselhos consultivos, conselhos escolares e juvenis, fóruns regulares ? - O município procura usar a internet para o envolvimento do cidadão (por	4.1 – 4.2

DIMENSÃO/ FATOR	VARIÁVEL	ASPECTOS A SEREM LEVANTADOS	NÚMERO/ POSIÇÃO NA MATRIZ
4 “Asked to” Perguntados		exemplo, colocar informações on-line, consultas on-line ou fóruns de discussão, uso de e-mail ou SMS?	
	Estratégia	• O município tem uma estratégia de engajamento ou são iniciativas mais tímidas? • O município colabora com outras organizações na consultoria para envolver o público? • Os cidadãos são incentivados a participar (por exemplo, honorários, presentes, equipamentos de TI, melhorias de serviço, descontos nos encargos)? • As atividades de participação são normalmente realizadas em instalações oficiais? O município experimentou com locais incomuns para incentivar a participação (por exemplo, residências, escolas, supermercados)?	4.3 – 4.6
	Alcance e Diversidade	• As formas de engajamento existentes são suficientes para alcançar todas as diferentes setores da comunidade (jovens/idosos, grupos étnicos minoritários, etc.)? • São utilizadas formas particulares de participação para atingir grupos específicos de cidadãos? • Os tomadores de decisão dão maior prioridade às descobertas de algumas formas de participação sobre outros (por exemplo, aqueles que são preferidos pela população)?	4.7 – 4.9

DIMENSÃO/ FATOR	VARIÁVEL	ASPECTOS A SEREM LEVANTADOS	NÚMERO/ POSIÇÃO NA MATRIZ
5 “Responded to” Devolutiva (Feedback) à Participação	Ouvindo	- Quais são os procedimentos para garantir que a voz do cidadão seja considerada na tomada de decisão? - Que mecanismos são usados para alimentar os resultados de consultas ou iniciativas de participação no processo de tomada de decisão?	5.1 – 5.2
	Equilíbrio e Priorização	- Como as opiniões dos cidadãos são equilibradas com as opiniões dos profissionais e membros eleitos, especialmente onde eles divergem? - Quão bons são os tomadores de decisão em entender e levar em conta os pontos de vista dos cidadãos?	5.3 – 5.4
	Feedback e Educação	- Quão bom é o município em explicar aos cidadãos as razões para uma determinada decisão e as formas como as opiniões dos cidadãos foram tidas em conta? - Até que ponto os cidadãos compreendem e aceitam as decisões do município? - Que esforços o município está fazendo para melhorar sua comunicação com os cidadãos? - O município possui um programa de educação cidadã em relação à participação? - O município oferece apoio aos políticos e/ou funcionários para aprender como responder mais eficazmente à participação?	5.5 – 5.8

APÊNDICE F – Relatório de Audiência Pública de Água e Saneamento

Fórum de Cidadãos Participantes de Carajás
Ministério Público do Estado do Pará (MPPA)

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
Água e saneamento em Parauapebas-PA

Parauapebas-PA
Junho de 2023

FICHA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Temática e título:

Água e saneamento

Local de Realização:

Auditório do MPPA

Data e horário:

03/05/2023, às 14h

Agente executor:

MPPA e Fórum de Cidadãos Participantes de Carajás

Órgãos convocados:

SEMMA, SAAEP, PROSAP

Participantes:

Sociedade Civil, Poder Público, Universidade, Representantes de Entidades de Classe e do Terceiro Setor

Divulgação:

Instagram, rádio, e-mail e WhatsApp

1. APRESENTAÇÃO

O presente instrumento apresenta os esforços e resultados de audiência pública realizada no município de Parauapebas-PA em maio de 2023 para discussão sobre os desafios no tocante à água e saneamento. A ação foi executada conjuntamente entre o Fórum de Cidadãos Participantes de Carajás e o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio da Promotoria Ambiental da vara de Parauapebas.

A audiência pública foi coordenada pela Promotoria Ambiental, a qual aderiu à proposição da Academia, por meio do Projeto Fórum de Cidadãos Participantes de Carajás, cujo objetivo reside na busca por propiciar a inserção da sociedade civil em espaços de políticas públicas, e ainda, fomentar um novo arranjo de participação popular, especialmente na esfera ambiental.

Assim, a ação se concretizou em função de uma proposta surgida à partir de um projeto de pesquisa em nível de doutorado, com o desenvolvimento de modelo inovador para a participação deliberativa no interior da Amazônia, e aceito pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPAA).

Deste modo, o presente instrumento retrata o processo em torno da realização da ação “Audiência Pública: Água e saneamento em Parauapebas-PA”, registrando as ações de planejamento e execução do evento.

1.1. Data e local de realização da audiência

A audiência pública “Água e saneamento em Parauapebas” foi realizada no dia 03 de maio de 2023, no auditório do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), na vara de Parauapebas.

O início ocorreu por volta de 14h, registrando evasão dos presentes por volta das 16h55min e com término às 17h15min, contabilizando aproximadamente 57 pessoas.

2. FÓRUM DE CIDADÃOS PARTICIPANTES DE CARAJÁS

O “Fórum de Cidadãos Participantes de Carajás” é um projeto acadêmico, com investigação sobre as dinâmicas de participação social, especialmente a participação ambiental, buscando aumentar o poder cidadão sobre as decisões acerca do próprio município.

O escopo esboçado para o “Fórum” inclui audiências públicas para escutar a sociedade civil sobre os temas mais lembrados pelos munícipes como os maiores problemas ambientais de Parauapebas, em uma etapa anterior, que consistiu em um survey realizado no ano de 2022 para diagnóstico dos desafios a serem enfrentados por meio de políticas públicas.

Isto posto, a audiência pública serviu de subsídio para o funcionamento do Fórum, para fomentar a tomada de decisão popular. Portanto, à partir dos resultados das audiências públicas serão executadas as próximas etapas deste projeto em participação social no sudeste do estado do Pará.

O projeto foi estruturado na Universidade e apresentado ao Ministério Público do estado do Pará (MPPA), especificamente à Promotoria Ambiental de Parauapebas, a qual aceitou a solicitação e aderiu ao projeto como agente facilitador das audiências públicas, conferindo legitimidade e força ao processo.

3. DIVULGAÇÃO E PROMOÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Os esforços de divulgação da audiência pública de água e saneamento centraram-se nas mídias sociais, com difusão virtual. Para isto, utilizou-se principalmente a rede social *Instagram*, por meio da ferramenta de contratação de anúncios.

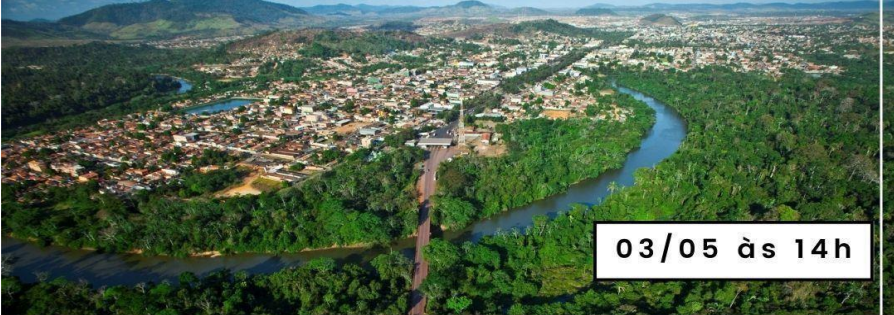
Outra mídia utilizada foi a disseminação do convite pela rede *WhatsApp*, com arte digital e vídeo com animação. A divulgação foi enviada também por e-mail, tanto para a comunidade acadêmica, quanto para aqueles que já haviam se cadastrado no projeto na fase anterior, ou seja, aqueles que participaram da consulta pública virtual (*survey*) para o diagnóstico ambiental.

Além disso, o anúncio foi veiculado no perfil do *Instagram* do projeto, com publicação nos “*stories*” repetidamente, além de publicação permanente no “*feed*”.

Ainda, foi lançado mão do recurso de anúncio na rádio local, a “Arara Azul”, que possui grande audiência no município de Parauapebas-PA.

A seguir, é possível evidenciar a arte publicitária criada para promoção da audiência pública de água e saneamento, a qual foi disseminada virtualmente.

Figura 01 – Divulgação da audiência pública de água e saneamento em Parauapebas



**AUDIÊNCIA PÚBLICA EM PARAUAPEBAS
ÁGUA E SANEAMENTO**

FÓRUM DE CIDADÃOS PARTICIPANTES DE CARAJÁS



Personalised
QR Code
Generator
for Office

Para mais
informações

Projeto inovador em participação social
para discutir problemas ambientais
apontados pela população de
Parauapebas, em parceria com o
Ministério Público do Estado do Pará.

Local: Auditório do MPPA Parauapebas

Instituições
envolvidas:



Ufra
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

ufpa
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

MPPA
MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

ceda
CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES

Fonte: Registros da Pesquisa (2023).

4. DEFINIÇÃO DO TEMA DA AUDIÊNCIA: “ÁGUA E SANEAMENTO”

A temática retratada na audiência pública – água e saneamento – foi elencada pela população local do município de Parauapebas-PA em uma pesquisa (*survey*) de consulta pública realizada entre junho e outubro de 2022, de forma virtual, como um dos principais desafios ambientais.

Para pouco mais de 70% dos respondentes da pesquisa, água é o principal enfrentamento necessário à gestão pública, tanto o fornecimento, quanto a rede de esgotamento doméstico. Assim, a temática água e saneamento representa uma emergência em Parauapebas, realidade também do restante da Amazônia.

Portanto, a pesquisa evidenciou a urgência em discutir a realidade no fornecimento de água e saneamento no município de estudo, definindo desta forma, a temática da primeira audiência pública do projeto, realizada em 03/05/2023.

5. A AUDIÊNCIA PÚBLICA: QUESTÕES E DEBATES PRODUZIDOS

À partir do chamamento público, de toda a sociedade civil, com estratégias de divulgação por meio de mídias digitais, e ainda, com a participação de representantes do Poder Público Executivo Municipal, convocados pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e sob a liderança da Promotoria Ambiental da vara de Parauapebas, na data de 03/05/2023 realizou-se a audiência pública intitulada de “Desafios de água e saneamento em Parauapebas-PA” no auditório no MPPA, na região central da cidade.

Estiveram presentes representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), do Serviços Autônomo de Água e Esgoto de Parauapebas (SAAEP), do Programa de Saneamento de Parauapebas (PROSAP) e demais participantes interessados, totalizando aproximadamente 60 participantes, incluindo os atores proponentes.

A audiência foi estruturada em três momentos, sendo: i) abertura e apresentação da ação, do projeto e dos objetivos envolvidos, conduzido pelo promotor de justiça e pelo pesquisador; ii) participação livre da sociedade civil e manifestação dos presentes, com direcionamento de questionamentos aos representantes do Poder Público, iii) manifestação e resposta dos representantes técnicos do Poder Público, ou seja, aqueles que foram convocados pelo MPPA – SAAEP, PROSAP e SEMMA.

No primeiro momento, o promotor de justiça acolheu aos presentes, apresentando a intenção da audiência, contextualizando a parceria entre a Promotoria Ambiental de Parauapebas e o Fórum de Cidadãos Participantes, que realizou a provocação para que a ação ocorresse. Ainda neste momento, o pesquisador apresentou o projeto e as ações previstas adiante, esclarecendo a metodologia traçada para a audiência.

Logo, iniciou-se o segundo momento, ou seja, de manifestação dos presentes e direcionamento de questões, dúvidas e solicitações à Gestão Municipal e aos técnicos de água e saneamento.

Esta etapa respondeu pelo momento mais importante da ação, no qual registrou-se os questionamentos e solicitações dos presentes, os quais são descritos integralmente a seguir, empregando a nomenclatura de “participante” para cada cidadão que fez uso da palavra.

5.1. Manifestações e solicitações realizadas pelos cidadãos

A seguir, é possível conhecer os relatos e manifestações registradas na audiência, de forma integral.

Participante 01:

“Todo mundo precisa falar e ter acesso, pois faz 10 anos que a gente procura a prefeitura e não somos atendidos, a exemplo do Complexo VS10, Jardim América. O maior problema é não ter o retorno do poder público [...] É necessário trazer mais atores, como a Vale e vereadores do município para essas discussões”.

Participante 02:

“Tem que acabar com abastecimento de caminhão pipa e ter água nas torneiras, pois diversos bairros não tem água nas torneiras, como o Jardim Tropical”.

“Como a população pode solicitar uma audiência para tratar esta questão do abastecimento por meio de caminhão pipa? É preciso formalizar?”

Participante 03:

“O Complexo Tropical tem um sistema próprio de água que seca durante uma parte do ano.

“Por que o SAAEP ainda utiliza caminhão pipa até hoje e por que o PROSAP que está construindo e sanando um problema que não foi sanado pelo SAAEP?”

“Ainda, como é o pagamento da água utilizada pela Vale?”

Participante 04:

“O único programa que trouxe algum retorno para o município foi o PROSAP”

“A sociedade tem medo de entrar aqui, o MPPA precisa ir aos bairros”

“A sociedade utiliza a rede Arara Azul para informação, o Instagram ainda é elitizado”

Participante 05:

“É preciso verificar o problema de água no Parque dos Carajás, que já foi notificado pelo MPPA ao SAAEP e os moradores dizem que continua o problema de fornecimento”.

“No bairro da Paz empossa água nas canaletas, não tem escoamento, eu já protocolei na prefeitura, mas não obtive retorno”.

“O bairro Cidade Jardim teve que fazer um reservatório próprio, pois a água falta e não tem força”.

Participante 06:

“A ineficiência do SAAEP não é solucionada com privatização ou terceirização, como querem passar para a população, dizendo que é a solução. O saneamento e o fornecimento de água e esgoto precisam funcionar”.

Participante 07:

“Não é procurar culpados, é ter retorno, redes sociais não atingem a todos. Taxas abusivas e desculpas esfarrapadas por parte do poder público que não são freadas”

“Por que só metade dos bairros são atendidos?”

Participante 08:

“Os dados demonstram a indignação da população com o SAAEP, que não cumpre o seu papel de eficiência do serviço público”

“No bairro Cidade Jardim, a água causava alergia e saía turva”

“Eu procurei o SAAEP umas 4 vezes, até que eles foram ao local retirar uma amostra e nunca deram retorno”

Participante 09:

“Como o Ministério Público dá publicidade às ações?”

Participante 10:

“Gostaria de sugerir que a audiência pública seja realizada em uma quadra na escola em um bairro, pois a população realmente vulnerável não está aqui. A população mais vulnerável não terá acesso se as audiências ocorrerem no MPPA, as audiências precisam ir aos bairros, quem está nessa audiência não é a população que mais sofre”.

“Parte da população tem que buscar água diariamente para ter em casa, carregando baldes”.

“O problema não é falta de recurso e o caminho não é a privatização, como estão falando no município”.

“O MPPA tem que responsabilizar os gestores, sendo mais contundente”.

Participante 11:

“O MPPA já emitiu algum TAC ao SAAEP, como está?”

Participante 12:

“Qual o planejamento do SAAEP? O que já tem programado para atender à população e qual o percentual que será obrigado a atender?”

Participante 13:

“O novo cemitério será construído junto às margens do Rio Parauapebas, como está a licença ambiental disso?”

Participante 14:

“As obras do PROSAP na entrada do condomínio Amecville está infiltrando água e destruindo o asfalto, como resolver?”

5.2. Resumo das solicitações ao Poder Público

À partir das manifestações e questionamentos dos representantes da sociedade civil que estavam presentes, apresenta-se a seguir um quadro que sintetiza as solicitações e demandas apresentadas na audiência.

Quadro 01 – Síntese dos questionamentos apresentados pela população na audiência de Água e Saneamento de Parauapebas

Questionamento / Solicitação	Direcionamento
Existe uma previsão de findar a entrega de água com caminhões pipas e entregar água nas torneiras nesses bairros?	SAAEP/ Gabinete
Quais bairros ainda recebem caminhões pipas?	SAAEP/ Gabinete
Quando o bairro Tropical receberá visitas e uma conversa com os moradores, como já foi solicitado?	SAAEP/ PROSAP
O aumento na tarifa de água, como falado, foi justificado ou comunicado? Mediante a esse aumento, quais ações e serviços vão avançar e serem supridos?	SAAEP
Há planos de expansão da rede de atendimento? Quais os prazos e bairros serão atendidos brevemente?	SAAEP/ PROSAP
Qual o planejamento do SAAEP até 2030? Por que a população e sociedade organizada não conhecem os projetos do Saaep?	SAAEP
O problema de fornecimento no Parque dos Carajás, que foi notificado pelo MP, foi resolvido pelo SAAEP?	SAAEP
Situação da S11 D, com a construção da rodovia e abastecimento de água, como pode ser cobrado e verificado?	SAAEP

Fonte: Elaborado à partir dos registros da pesquisa (2023).

5.3. Respostas dos representantes do Poder Público

O terceiro momento da audiência foi destinado à manifestação e resposta do pessoal técnico especializado do Poder Público sobre o assunto. Nesta tratativa, por se tratar da temática da água e saneamento, envolveu os representantes do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parauapebas (SAAEP), do Programa de Saneamento e Microdrenagem de Parauapebas (PROSAP) e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Parauapebas (SEMMA).

- **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parauapebas (SAAEP)**

Os questionamentos levantados pelos participantes dirigiram-se, em sua maioria, para o SAAEP, que contou com dois representantes, sendo o chefe de gabinete da autarquia e o diretor de planejamento, os quais fizeram alguns esclarecimentos, a saber:

Esclareceram que o aumento da tarifa foi amplamente divulgado e lembraram ainda que os problemas com abastecimento não são resolvidos rapidamente, pois aumentou a demanda em 6 milhões de litros com o rápido crescimento populacional dos últimos anos.

O SAAEP está no limite físico de aumento a produção, esgotando a sua capacidade, esclarecendo ainda que é necessário realizar a construção e aumentar a estação de tratamento. A obra, junto com o PROSAP já teve início, encontrando-se com 10% construída.

Um dos bairros que ela vai atender é o Tropical, cuja rede só será atendida quando a obra for concluída. Até lá, serão atendidos por caminhões pipa. Informaram ainda que necessitam da ampliação da estação, que depende do PROSAP.

O diretor de planejamento informou que o SAAEP não é sustentável e que o seu custo atualmente é de R\$80 milhões por ano e que a tarifa que estava em R\$1,50 mm³/água cobria apenas 25% dos custos.

Foi realizado um estudo sobre custos no SAAEP e permitiu saber que em 2022, 20% no orçamento anual foram gastos em infraestrutura e redes.

O diretor informou um prazo de mais 1,5 anos/ 2 anos para o jardim tropical ser atendido.

Finalmente, informaram que a fiscalização de poços em empresas e indústria é realizada pela SEMMA, por meio dos engenheiros.

- **Programa de Saneamento e Microdrenagem de Parauapebas (PROSAP)**

O Coordenador Geral do Programa de Saneamento e Microdrenagem de Parauapebas (PROSAP) também fez uso da palavra, esclarecendo o trabalho que o Programa está desenvolvendo e respondeu aos questionamentos:

Ele informou que já foram realizadas 10 audiências desde o começo do projeto, nas quais a população pôde participar e fazer suas perguntas, e para cada etapa do projeto, são realizadas audiências públicas.

O PROSAP realiza as audiências nas escolas, nas quadras das escolas, com os afetados. A última audiência teve uma participação de aproximadamente 288 pessoas, com mais prazo de divulgação e mais recursos, contando com a estrutura institucional da prefeitura.

Esclareceu ainda que a expansão do bairro Altamira foi feito sem planejamento da rede de abastecimento em 2004, causando problemas.

Reforçou a fala do SAAEP de que a capacidade de investimentos e planejamentos não acompanhou o rápido crescimento populacional.

Ele reconheceu a necessidade de reforçar a comunicação do PROSAP para a população, pois faz 7 anos que o Projeto está instalado e a população ainda não sabe sobre o seu funcionamento e os investimentos, assim como os prazos.

A capacidade de produção da cidade hoje é de quase 300 mil habitantes, mas a perda dessa produção é de aproximadamente 60%.

Reforçou que a prefeitura hoje subsidia quase 90% do custo do SAAEP, porque a inadimplência é muito grande.

Informou que há uma tecnologia sendo trazida de Israel para o PROSAP para identificação de perdas na rede.

Inicialmente, em 2020, a prioridade era tratar a drenagem na região do mercado, que foi resolvido, assim como no Igarapé e Tropical e na entrada do Amecville

O município ainda tinha estações construídas pela Vale na implementação do município, insuficientes hoje, e que estão sendo substituídas pelas estações do PROSAP.

O coordenador informou ainda, que, atualmente o município coleta 20% e trata 8% do esgoto.

- **Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA)**

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) também esteve presente, representada pela sua Assessora Jurídica, acompanhando os trabalhos, já que a audiência reside no âmago ambiental. Ao final, a representante respondeu aos poucos questionamentos direcionados à Secretaria.

A advogada da SEMMA foi questionada especificamente acerca da atuação da secretaria no licenciamento do novo cemitério municipal e respondeu que não saberia responder, já que o estudo é realizado pelos técnicos, mas que os interessados podem solicitar os autos do processo para verificação do parecer técnico.

- **Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), Promotoria de Justiça da Vara de Parauapebas**

Os questionamentos foram, em sua maioria, direcionados aos órgãos técnicos de gestão de água e saneamento – SAAEP e PROSAP – com poucas dúvidas endereçadas à SEMMA e ao MPPA, este último recepcionou alguns questionamentos quanto aos procedimentos fiscalizatórios e de realização de audiências nas comunidades, para aproximação das populações mais vulneráveis.

O Promotor de Justiça, que conduziu a audiência, fez algumas considerações, esclarecendo que o MPPA está aberto à população e que, não necessariamente, o MPPA precisa realizar audiências nos bairros para interagir com as comunidades.

Quando questionado sobre a questão tarifária, o Promotor esclareceu que o MPPA havia sido acionado apenas naquele dia (03/05).

Ainda, em relação à publicidade das ações, o Promotor esclareceu que as são publicadas no Diário Oficial e afixadas no hall do prédio do MPPA.

Quanto em relação ao SAAEP, o Promotor informou que não existem TACs, apenas recomendações emitidas.

6. REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA AUDIÊNCIA

Nesta seção é possível verificar os registros da audiência pública intitulada “Água e saneamento em Parauapebas”, realizada em 03/05/2023 no Ministério Público do Estado do Pará (MPPA).

Figura 02 – Mesa diretora da Audiência Pública de água e saneamento



Fonte: Registros da Pesquisa (2023).

Figura 03 – Plenário do MPPA com participantes da audiência pública



Fonte: Registros da Pesquisa (2023).

Figura 04 – Manifestação de representante da Sociedade Civil em audiência pública de Água e Saneamento



Fonte: Registros da Pesquisa (2023).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A audiência pública “Água e saneamento em Parauapebas”, realizada pelo Fórum de Cidadãos Participantes de Carajás e pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio da Promotoria de Justiça de Parauapebas, produziu um debate em torno dos desafios do município acerca da temática água. A ação contou com representantes do Poder Público Municipal, Sociedade Civil, Academia e demais convidados, cujo convite foi amplamente divulgado, tanto por meio de difusão nas redes sociais, como divulgação em rádio local. A sessão ocorreu no auditório do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por se tratar de uma região central.

A audiência ocorreu em decorrência de uma proposição do Projeto “Fórum de Cidadãos Participantes de Carajás”, executada pelo MPPA.

A participação dos presentes, por meio de livre manifestação, resultou em questionamentos, dúvidas e sugestões advindas da população local, à partir de suas narrativas, revelando os enfrentamentos estabelecidos no tocante ao fornecimento, qualidade e tratamento de água e saneamento.

O Quadro 01, da seção 5.2 deste relatório, apresenta as solicitações manifestadas na audiência, dentre as quais, destacam-se a previsão do término de fornecimento de água por meio de caminhões pipa, a expansão da rede e a divulgação do cronograma e plano de trabalho do SAAEP.

Além da oportunidade de manifestação da sociedade civil, o Poder Público convocado pelo MPPA, pôde apresentar a sua perspectiva e ações em andamento.

O pessoal do SAAEP ressaltou que a autarquia tem uma taxa alta de inadimplência e que os seus custos são subsidiados pela Prefeitura, justificando o aumento na tarifa. Ainda, explicou que a rede de Parauapebas atendia à uma cidade pequena, que cresceu muito rapidamente e que a ampliação do sistema de água e esgoto requer tempo.

Entre os diálogos impressos na audiência, este relatório apresentou os questionamentos levantados pelos munícipes, as devolutivas dos representantes da Gestão Municipal e as dinâmicas envolvidas na realização da ação.

Finalmente, ressalta-se que a audiência pública insere-se no rol de ações de um projeto acadêmico, em parceria com a Promotoria Ambiental de Parauapebas, do MPPA, que objetiva fomentar e difundir a participação social deliberativa.

**APÊNDICE G - Relatório de Audiência Pública de Asfaltamento e
Infraestrutura**

Fórum de Cidadãos Participantes de Carajás

Ministério Público do Estado do Pará (MPPA)

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
Asfaltamento e Infraestrutura Urbana em Parauapebas-PA

Parauapebas-PA

Junho de 2023

FICHA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Temática e título:

Asfaltamento e Infraestrutura Urbana

Local de Realização:

Centro Universitário de Parauapebas (CEUP)

Data e horário:

16 de maio de 2023, às 14h

Agente executor:

Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e Projeto Fórum de Cidadãos
Participantes de Carajás

Órgãos convocados:

Secretaria Municipal de Obras (SEMOB), Secretaria Municipal de Urbanismo (SEMURB) e Secretaria Municipal de Segurança Institucional e Defesa do Cidadão (SEMSI)

Participantes:

Sociedade Civil, Poder Público, Representantes de Entidades de Classe e do Terceiro Setor

Divulgação:

Instagram, Facebook, Rádio Arara Azul, Mídias Digitais, E-mail e Instituições parceiras.

1. APRESENTAÇÃO

Este relatório trata dos registros da audiência pública realizada em Parauapebas-PA, em maio de 2023, para a discussão sobre as condições do asfaltamento e infraestrutura do município. A referida audiência foi realizada conjuntamente entre o Fórum de Cidadãos Participantes de Carajás e o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio da Promotoria Ambiental da vara de Parauapebas.

Desta forma, foi coordenada pela Promotoria Ambiental, a qual aderiu à proposição da Universidade, por meio do Projeto Fórum de Cidadãos Participantes de Carajás, cujo objetivo reside na busca por propiciar a inserção da sociedade civil em espaços de políticas públicas, e ainda, fomentar um novo arranjo de participação popular, especialmente na esfera ambiental.

Assim, a ação se concretizou em função de uma proposta surgida à partir de um projeto de pesquisa em nível de doutorado, com o desenvolvimento de modelo inovador para a participação deliberativa no interior da Amazônia, e aceito pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPAA).

Deste modo, o presente instrumento retrata o processo em torno da realização da Audiência Pública “Asfaltamento e Infraestrutura Urbana em Parauapebas-PA”, registrando as ações de planejamento e execução do evento.

1.1. Data e local de realização da audiência

A audiência pública “Asfaltamento e Infraestrutura Urbana em Parauapebas-PA” foi realizada no dia 16 de maio de 2023, no auditório do Centro Universitário de Parauapebas (CEUP).

O início ocorreu por volta de 15h, com término às 17h15min, contabilizando aproximadamente 53 pessoas.

2. FÓRUM DE CIDADÃOS PARTICIPANTES DE CARAJÁS

O “Fórum de Cidadãos Participantes de Carajás” é um projeto acadêmico, com investigação sobre as dinâmicas de participação social, especialmente a participação ambiental, buscando aumentar o poder cidadão sobre as decisões acerca do próprio município.

O escopo esboçado para o “Fórum” inclui audiências públicas para escutar a sociedade civil sobre os temas mais lembrados pelos munícipes como os maiores problemas ambientais de Parauapebas, em uma etapa anterior, que consistiu em um *survey* realizado no ano de 2022 para diagnóstico dos desafios a serem enfrentados por meio de políticas públicas.

Isto posto, a audiência pública serviu de subsídio para o funcionamento do Fórum, para fomentar a tomada de decisão popular. Portanto, à partir dos resultados das audiências públicas serão executadas as próximas etapas deste projeto em participação social no sudeste do estado do Pará.

O projeto foi estruturado na Universidade e apresentado ao Ministério Público do estado do Pará (MPPA), especificamente à Promotoria Ambiental de Parauapebas, a qual aceitou a solicitação e aderiu ao projeto como agente facilitador das audiências públicas, conferindo legitimidade e força ao processo.

3. DIVULGAÇÃO E PROMOÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Os esforços de divulgação da audiência pública asfaltamento e infraestrutura centraram-se nas mídias sociais, com difusão virtual. Para isto, utilizou-se as redes sociais *Facebook* e *Instagram*, por meio da ferramenta de contratação de anúncios.

Outra mídia utilizada foi a disseminação do convite pela rede *WhatsApp*, com arte digital e vídeo com animação. A divulgação foi enviada também por e-mail, tanto para a comunidade acadêmica, quanto para aqueles que já haviam se cadastrado no projeto na fase anterior, ou seja, aqueles que participaram da consulta pública virtual (*survey*) para o diagnóstico ambiental.

Além disso, o anúncio foi veiculado no perfil do *Instagram* do projeto, com publicação nos “*stories*” repetidamente, além de publicação permanente no “*feed*”.

Ainda, foi veiculado anúncio na rádio local, a “Arara Azul”, popular no município de Parauapebas-PA e em sites de notícias locais.

A seguir, é possível evidenciar a arte publicitária criada para promoção da audiência pública asfaltamento e infraestrutura, a qual foi disseminada virtualmente.

Figura 01 – Divulgação da audiência pública de asfaltamento e infraestrutura em Parauapebas-PA



Fonte: Registros da Pesquisa (2023).

4. DEFINIÇÃO DO TEMA DA AUDIÊNCIA: “ASFALTAMENTO E INFRAESTRUTURA”

A temática retratada na audiência pública – água e saneamento – foi elencada pela população local do município de Parauapebas-PA em uma pesquisa (*survey*) de consulta pública realizada entre junho e outubro de 2022, de forma virtual, como um dos principais desafios ambientais.

Para pouco mais de 64% dos respondentes da pesquisa, o asfalto é um dos principais enfrentamentos necessários à gestão pública. Desta forma, a temática representa uma emergência em Parauapebas, realidade também do restante da Amazônia.

Portanto, a pesquisa evidenciou a urgência em discutir a qualidade [ou ausência] do asfalto no município de estudo, definindo desta forma, a temática da segunda audiência pública do projeto, realizada em 16/05/2023.

5. A AUDIÊNCIA PÚBLICA: QUESTÕES E DEBATES PRODUZIDOS

À partir do chamamento público para a sociedade civil, com estratégias de divulgação por meio de mídias digitais, e ainda, com a participação de representantes do Poder Público Executivo Municipal, convocados pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e sob a liderança da Promotoria Ambiental da vara de Parauapebas, na data de 16/05/2023 realizou-se a audiência pública intitulada de “Asfaltamento e Infraestrutura em Parauapebas-PA” no auditório do Centro Universitário de Parauapebas (CEUP), na região central da cidade.

Estiveram presentes representantes da Secretaria Municipal de Obras (SEMOB), Secretaria Municipal de Urbanismo (SEMURB), Secretaria Municipal de Segurança Institucional e Defesa Pessoal (SEMSI), além de um Procurador do Município e demais participantes interessados, totalizando aproximadamente 53 participantes, incluindo os atores proponentes.

A audiência foi estruturada em três momentos, sendo: i) abertura e apresentação da ação, do projeto e dos objetivos envolvidos, conduzido pelo promotor de justiça e pelo pesquisador; ii) participação livre da sociedade civil e manifestação dos presentes, com direcionamento de questionamentos aos representantes do Poder Público, iii) manifestação e resposta dos representantes técnicos do Poder Público, ou seja, aqueles que foram convocados pelo MPPA: SEMOB, SEMURB e SEMSI.

No primeiro momento, o promotor de justiça acolheu aos presentes, apresentando a intenção da audiência, contextualizando a parceria entre a Promotoria Ambiental de Parauapebas e o Fórum de Cidadãos Participantes, que realizou a provocação para que a ação ocorresse. Ainda neste momento, o pesquisador apresentou o projeto e as ações previstas adiante, esclarecendo a metodologia traçada para a audiência.

Logo, deu-se início ao o segundo momento, ou seja, de manifestação dos presentes e direcionamento de questões, dúvidas e solicitações à Gestão Municipal e aos técnicos em obras e infraestrutura.

Esta etapa respondeu pelo momento mais importante da ação, no qual registrou-se os questionamentos e solicitações dos presentes, os quais são descritos integralmente a seguir, empregando a nomenclatura de “participante” para cada cidadão que fez uso da palavra.

5.1. Manifestações e solicitações realizadas pelos cidadãos

A seguir, é possível observar os relatos e manifestações registradas na audiência.

Participante 01:

“O Poder Público sabota a participação da população. Eu participo das audiências populares, porém há um desvio dos entes públicos conduzindo para que os assuntos sejam direcionados e ao invés da população participar, ela se torna meramente um objeto”.

Participante 02:

“Por que o PROSAP não está na audiência? Existe um cronograma de asfalto na cidade? Quantos km? Quais bairros estão nesse cronograma? E os outros bairros? Quem faz a manutenção e quem fiscaliza? Eu moro no Parque dos Carajás e afirmo que quando chove há dano no asfalto. Por que não há asfalto bem planejado?”

Participante 03:

“Por que os tapa buracos é algo paliativo e sem qualidade? Sempre acontecem acidentes, principalmente com motociclistas”

“Não há interesse de resolver o problema. Há muitos problemas e poucas soluções”.

Participante 04:

“A rede de esgoto cai no rio Parauapebas”

“O Ministério Público deveria fortalecer as APPs como áreas de estudos”

“Sabemos que é preciso investir no turismo na cidade, porém a cidade não tem estrutura para receber visitantes. A infraestrutura não é levada a sério”

“O meio ambiente nunca esteve em tanta crise como nos tempos atuais”

“Parauapebas poderia ser um farol, por ter a maior mina de ferro do mundo e uma das maiores reservas florestais”

“O morro em frente à delegacia precisa de proteção, o MP precisa atuar na fiscalização”

Participante 05:

“Está chegando o fim do inverno amazônico e se inicia a operação tapa buracos, porém a qualidade do material é muito aquém do contratado. Quem acompanha e fiscaliza essas operações?”

Participante 06:

“Por que durante o licenciamento dos bairros, esses não receberam o mínimo de estrutura?”

“O que o poder público faz em relação as águas residuais de piscinas?”

Participante 07:

“Por que os bairros planejados não possuem a infraestrutura básica? A população não tem o direito de ir e vir em virtude da péssima de qualidade no município?”

“Tanto os loteamentos privados, quanto o bairro dos minérios não receberam infraestrutura”

Participante 08:

“Eu sou representante de uma empresa que produz uma tecnologia que garante a qualidade para fabricação de asfalto. A empresa tem cliente no mundo todo e aqui em Parauapebas eu nunca consegui nem ser recebido pela Prefeitura, pois a gestão me ignora”.

Participante 09:

“A população joga água na rua, os moradores jogam objetos nas bocas de lobo. E o que o município tem feito para resolver?”

“Se falou antigamente na possibilidade do controle de trafegabilidade e de peso nas rotas públicas, o que se tem feito?”

“O poder público deveria inserir nas escolas um projeto para conscientizar os pais, para que a educação ambiental seja ampliada”.

Participante 10:

“Eu moro em um bairro que tem asfalto e saneamento, mas fico indignado por ver a cidade sem cuidados. Por que a prefeitura não vislumbra oferecer ao município um serviço de qualidade?”

“O município está preocupado com o asfaltamento? No último projeto de lei que entrou na Câmara Municipal não há previsão de asfaltamento, e sim de manutenções”

“Qual o plano de Parauapebas para os próximos anos? O acabamento do asfalto é ruim. Qual o papel da sociedade?”

Participante 11:

“O asfalto de do núcleo urbano de Carajás é de excelente de qualidade, cidade poderia usar o mesmo modelo. Por que andar tanto, sendo que aqui temos uma boa referência?”

“Canaã dos Carajás tem uma usina asfáltica e por que aqui não tem?”

“A cobrança de IPTU, deveria haver desconto”.

“Os vereadores não estão aqui acompanhando e nem fiscalizando. Por que não estão aqui?”

Participante 12:

“Qual a probabilidade ou possibilidade de construção de uma usina asfáltica?”

5.2. Resumo das solicitações ao Poder Público

À partir das manifestações e questionamentos dos representantes da sociedade civil que estavam presentes, apresenta-se a seguir um quadro que sintetiza as solicitações e demandas apresentadas na audiência.

Quadro 01 – Síntese dos questionamentos apresentados pela população na audiência de asfaltamento e infraestrutura saneamento de Parauapebas

Questionamento / Solicitação	Direcionamento
Existe um cronograma de asfalto na cidade?	SEMOB
Quem fiscaliza o trabalho asfáltico? Publicitar a fiscalização do processo	SEMOB/ SEMURB
Fortalecer as APPs como área de preservação e estudos	MPPA/SEMURB/ Prefeitura
Fiscalização sobre o lançamento de resíduos no rio Parauapebas “A rede de esgoto cai no rio Parauapebas”	SEMMA
Fortalecimento e difusão sobre as APPs e os usos para a sociedade	SEMMA

Reforçar a fiscalização ambiental no morro em frente à delegacia, que precisa de proteção	SEMMA/ SEMURB
Controle de trafegabilidade e de peso nas rotas públicas, em função do peso excessivo dos caminhões de grande porte, os quais danificam os asfaltamento	SEMOB/ SEMURB
Inserção de verba para novos trechos de asfaltamento na LOA	SEMOB/ SEFAZ
Apresentar o plano de asfaltamento para os próximos anos	SEMOB
Construção de usina asfáltica	SEMOB/ Gabinete
Recapeamento das vias intrafegáveis	SEMOB
Construção dos terminais de integração de transporte urbano	SEMURB/ Gabinete

Fonte: Registros da Pesquisa (2023).

5.3. Respostas dos representantes do Poder Público

O terceiro momento da audiência foi destinado à manifestação e resposta do pessoal técnico especializado do Poder Público sobre a problemática discutida. Nesta tratativa, por se tratar da temática de asfaltamento e infraestrutura urbana, envolveu os representantes da Secretaria Municipal de Obras (SEMOB), Secretaria Municipal de Urbanismo (SEMURB) e Secretaria Municipal de Segurança Institucional e Defesa do Cidadão (SEMSI), além de representante da Procuradoria do Município, que pediu para compor a mesa.

- **Secretaria Municipal de Obras (SEMOB)**

Os questionamentos levantados pelos participantes dirigiram-se, em sua maioria, para a SEMOB, que foi representada pelo Secretário Municipal, o qual esclareceu alguns pontos para os presentes, sendo:

O Secretário lembrou que os hábitos culturais da população não ajudam na manutenção do asfalto, como o descarte de água de piscinas nas ruas.

Quanto ao questionamento sobre a construção de usina asfáltica, ele informou que, para colocar em funcionamento, é preciso comprar os produtos para produzir o asfalto e que produzir o asfalto não é a solução, devido à falta de capacidade do poder público, e por isso, a terceirização continua sendo mais vantajoso.

Informou ainda que apenas uma usina não resolveria, pois não cobriria os 1.500 km de Parauapebas, e estão fazendo estudo de viabilidade.

O Secretário esclareceu o município possui 1.500 km de asfalto de vias urbanas, sendo 1.050 km de asfalto tratado e usinado, em bairros e loteamentos, 98 km de vias

não asfaltadas e 42 km de vias com semi asfalto. Foi informado ainda que possui 80 km contratados de manutenção de asfalto e para o ano de 2023, há capacidade contratada de entregar 54 km de asfalto tratado, e há 80 km contratados.

Foram informados ainda, os seguintes serviços em execução e contratação:

- Complexo VS-10: 7 km de tratamento
- Jardim Bethânia: 6,5 km de broquetes
- Parque das Nações: 8,5 km de asfalto
- Cidade Jardim: Projeto em andamento da 5ª e 6ª etapa, com drenagem e a 9ª etapa com 23 km em projeto.

O Secretário informou ainda que a 6ª etapa do Nova Carajás está com problema grave de drenagem, precisando de 11 quilômetros de drenagem, cujo contrato para execução está em elaboração.

Para o bairro Montes Claros, o contrato de asfalto também encontra-se em elaboração, e ainda, mais 128 km de asfaltamento em projetos, que ainda não estão contratados.

Foi informado ainda que há dois contratos assinados com 6 equipes e até o final do ano serão mais dois contratos, expandindo par 15 equipes de pessoal que atua no recapeamento.

Até o final do ano de 2023, conseguirão atender 100% das ruas que estão “intrafegáveis”

Quanto ao questionamento sobre o controle de tráfego de veículos pesados, informou que são 600 ônibus em três turnos, ou seja, mais de 2.000 transportes coletivos em ônibus pesados diariamente, o que faz com que o desafio seja ainda maior.

Finalmente, o Secretário informou que quem contrata, executa e fiscaliza, é a própria SEMOB, ou seja, todo o processo é realizado pela SEMOB.

- **Secretaria Municipal de Urbanismo (SEMURB)**

O Engenheiro da Secretaria citou a lei nº6.766 para regularização fundiária do município, para novos loteamentos, esclarecendo que a lei não estipula claramente sobre a obrigação de sistemas de saneamento, e não diz que o saneamento é coletiva, rede coletora de esgoto, a obrigação era individual. À partir de 2017 já é exigido o sistema de esgotamento em todos os novos loteamentos, isso ocorre nas etapas 9, 10 e 11 do Cidade Jardim, que exige o tratamento coletivo.

Informou ainda que a SEMURB tem WhatsApp para denúncias, possui poucos fiscais e que a população tem que denunciar e que as denúncias são anônimas.

- **Secretária de Segurança Institucional e Defesa do Cidadão (SEMSI)**

A representante da SEMSI informou que o bairro Maranhão é uma área de risco de deslizamento, com 4 setores de risco, sendo dois com grau alto e dois com grau muito alto. A Defesa Civil faz o levantamento das famílias que residem nessas áreas, que são 250 famílias, cujo monitoramento é redobrado durante o período de chuvas.

O Plano de Mobilidade tem um levantamento e previsão de construção de 3 terminais de integração, sendo 1 na portaria, 1 na Havan e 1 próximo ao cemitério. Foi feito um mapeamento que está finalizando para mapear as rotas dos ônibus fretados que buscam os funcionários nas suas casas, para que o transporte público funcione e leve os funcionários até o ultimo terminal, próximo da portaria, para diminuir o fluxo de veículos pesados.

- **Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), Promotoria de Justiça da Vara de Parauapebas**

Os questionamentos foram, em sua maioria, direcionados aos órgãos técnicos e de gestão de obras e asfalto. Ainda assim, o Promotor de Justiça, que conduzia a audiência fez algumas considerações, esclarecendo que a aproximação da sociedade com o poder público é essencial, que a própria população pode comparecer ao MPPA para fazer relatos de alguma obra, que tem a equipe de apoio técnico e um corpo de engenheiros do MPPA, que analisarão aquilo que a sociedade apontou.

Informou que a equipe do MPPA Parauapebas tem capacidade de avaliar as obras, mas para isso é necessário a participação da sociedade.

6. REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA AUDIÊNCIA

Nesta seção é possível verificar os registros da audiência pública intitulada “Asfaltamento e Infraestrutura em Parauapebas-PA, realizada em 16/05/2023 no Centro Universitário de Parauapebas (CEUP).

Figura 02 – Mesa diretora da Audiência Pública realizada no CEUP



Fonte: Registros da Pesquisa (2023).

Figura 03 – Participação de representante da SEMURB na audiência de asfaltamento e infraestrutura



Fonte: Registros da Pesquisa (2023).

Figura 04 – Manifestação de representante da Sociedade Civil na audiência pública que tratou dos problemas de asfaltamento em Parauapebas-PA



Fonte: Registros da Pesquisa (2023).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A audiência pública “Asfaltamento e Infraestrutura em Parauapebas”, realizada pelo Fórum de Cidadãos Participantes de Carajás e pelo Ministério Público do Estado do

Pará (MPPA), por meio da Promotoria de Justiça de Parauapebas, produziu um debate em torno dos desafios do município em qualidade de asfaltamento. A ação contou com representantes do Poder Público Municipal, Sociedade Civil, Academia e demais convidados, cujo convite foi amplamente divulgado, tanto por meio de difusão nas redes sociais, como divulgação em rádio local. A sessão ocorreu estrategicamente no Centro Universitário de Parauapebas (CEUP), por se tratar de uma região central e de conhecimento da população.

A audiência ocorreu em decorrência de uma proposição do Projeto “Fórum de Cidadãos Participantes de Carajás”, executada pelo MPPA.

A participação dos presentes, por meio de livre manifestação, resultou em questionamentos, dúvidas e sugestões advindas da população local, à partir de suas narrativas, revelando os enfrentamentos estabelecidos no tocante ao asfalto e infraestrutura.

O Quadro 01, da seção 5.2 deste relatório, apresenta as solicitações manifestadas na audiência, dentre as quais, destaca-se o estudo de implementação de usina asfáltica, plano e cronograma de atendimento dos bairros, fortalecimento da fiscalização de obras e reparos asfálticos.

Além da oportunidade de manifestação da sociedade civil, o Poder Público convocado pelo MPPA, pôde apresentar a sua perspectiva e ações em andamento.

O Secretário de Obras citou os trechos que serão atendidos nos próximos meses e aqueles que estão fase de contratação, esclarecendo ainda que a fiscalização de obras e serviços é realizado pela própria SEMOB.

Entre os diálogos impressos na audiência, este relatório apresentou os questionamentos levantados pelos munícipes, as devolutivas dos representantes da Gestão Municipal e as dinâmicas envolvidas na realização da ação.

Finalmente, ressalta-se que a audiência pública insere-se no rol de ações de um projeto acadêmico, em parceria com a Promotoria Ambiental de Parauapebas, do MPPA, que objetiva fomentar e difundir a participação social deliberativa.

**APÊNDICE H - Relatório de Audiência de Queimadas e Poluição
Atmosférica**

Fórum de Cidadãos Participantes de Carajás

Ministério Público do Estado do Pará (MPPA)

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
Queimadas e Poluição Atmosférica em Parauapebas-PA

Parauapebas-PA

Junho de 2023

FICHA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Temática e título:

Combate à queimadas e poluição atmosférica em Parauapebas-PA

Local de Realização:

Instituto Federal do Pará (IFPA), *campus* de Parauapebas

Data e horário:

19 de maio de 2023, às 14h

Agente executor:

Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e Projeto Fórum de Cidadãos
Participantes de Carajás

Órgãos convocados:

Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), Secretaria Municipal de Segurança Institucional e Defesa do Cidadão (SEMSI), Defesa Civil e Corpo de Bombeiros

Participantes:

Sociedade Civil, Poder Público, Representantes de Entidades de Classe e do Terceiro Setor

Divulgação:

Instagram, Facebook, Rádio Arara Azul, Mídias Digitais, E-mail e Instituições parceiras.

1. APRESENTAÇÃO

Este relatório versa sobre os registros e resultados da audiência pública realizada em Parauapebas-PA, em maio de 2023, para a discussão sobre queimadas e poluição atmosférica no município. A referida audiência foi realizada conjuntamente entre o Fórum de Cidadãos Participantes de Carajás e o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio da Promotoria Ambiental da vara de Parauapebas.

Desta forma, foi coordenada pela Promotoria Ambiental, a qual aderiu à proposição da Universidade, por meio do Projeto Fórum de Cidadãos Participantes de Carajás, cujo objetivo reside na busca por propiciar a inserção da sociedade civil em espaços de políticas públicas, e ainda, fomentar um novo arranjo de participação popular, especialmente na esfera ambiental.

Assim, a ação se concretizou em função de uma proposta surgida à partir de um projeto de pesquisa em nível de doutorado, com o desenvolvimento de modelo inovador para a participação deliberativa no interior da Amazônia, e aceito pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPAA).

Deste modo, o presente instrumento retrata o processo em torno da realização da Audiência Pública “Queimadas e Poluição Atmosférica em Parauapebas-PA”, registrando as ações de planejamento e execução do evento.

1.2. Data e local de realização da audiência

A audiência pública “Queimadas e Poluição Atmosférica em Parauapebas-PA” foi realizada no dia 16 de maio de 2023, no auditório do Centro Universitário de Parauapebas (CEUP).

O início ocorreu por volta de 15h, com término às 17h15min, contabilizando aproximadamente 53 participantes.

2. FÓRUM DE CIDADÃOS PARTICIPANTES DE CARAJÁS

O “Fórum de Cidadãos Participantes de Carajás” é um projeto acadêmico, com investigação sobre as dinâmicas de participação social, especialmente a participação ambiental, buscando aumentar o poder cidadão sobre as decisões acerca do próprio município.

O escopo esboçado para o “Fórum” inclui audiências públicas para escutar a sociedade civil sobre os temas mais lembrados pelos munícipes como os maiores problemas ambientais de Parauapebas, em uma etapa anterior, que consistiu em um *survey* realizado no ano de 2022 para diagnóstico dos desafios a serem enfrentados por meio de políticas públicas.

Isto posto, a audiência pública serviu de subsídio para o funcionamento do Fórum, para fomentar a tomada de decisão popular. Portanto, à partir dos resultados das audiências públicas serão executadas as próximas etapas deste projeto em participação social no sudeste do estado do Pará.

O projeto foi estruturado na Universidade e apresentado ao Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), especificamente à Promotoria Ambiental de Parauapebas, a qual aceitou a solicitação e aderiu ao projeto como agente executor das audiências públicas, conferindo legitimidade e força ao processo.

3. DIVULGAÇÃO E PROMOÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Os esforços de divulgação da audiência pública “Queimadas e poluição atmosférica em Parauapebas” centraram-se nas mídias sociais, com difusão virtual. Para isto, utilizou-se as redes sociais Facebook e Instagram, por meio da ferramenta de contratação de anúncios.

Outra mídia utilizada foi a disseminação do convite pela rede WhatsApp, com arte digital e vídeo com animação. A divulgação foi enviada também por e-mail, tanto para a comunidade acadêmica, quanto para aqueles que já haviam se cadastrado no projeto na fase anterior, ou seja, aqueles que participaram da consulta pública virtual (*survey*) para o diagnóstico ambiental.

Além disso, o anúncio foi veiculado no perfil do Instagram do projeto, com publicação nos “*stories*” repetidamente, além de publicação permanente no “*feed*”.

Ainda, foi veiculado anúncio na rádio local, a “Arara Azul”, popular no município de Parauapebas-PA e em sites de notícias locais.

A seguir, é possível evidenciar a arte publicitária criada para promoção da audiência pública de queimadas e poluição atmosférica, a qual foi disseminada virtualmente.

Figura 01 –Divulgação da audiência pública sobre queimadas e poluição atmosférica em Parauapebas-PA



Fonte: Registros da Pesquisa (2023).

4. DEFINIÇÃO DO TEMA DA AUDIÊNCIA: “QUEIMADAS E POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA”

A temática retratada na audiência pública – queimadas e poluição atmosférica – foi elencada pela população local do município de Parauapebas-PA em uma pesquisa (*survey*) de consulta pública realizada entre junho e outubro de 2022, de forma virtual, como um dos principais desafios ambientais.

Para pouco mais de 66% dos respondentes da pesquisa, o combate aos incêndios é um dos principais enfrentamentos necessários à gestão pública. Desta forma, a temática representa uma emergência em Parauapebas, realidade também do restante da Amazônia.

Portanto, a pesquisa evidenciou a urgência em discutir a gestão de combate aos incêndios e poluição atmosférica no município de estudo, definindo desta forma, a temática da terceira audiência pública do projeto, realizada em 19/05/2023.

5. A AUDIÊNCIA PÚBLICA: QUESTÕES E DEBATES PRODUZIDOS

À partir do chamamento público para a sociedade civil, com estratégias de divulgação por meio de mídias digitais, e ainda, com a participação de representantes do Poder Público Executivo Municipal, convocados pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e sob a liderança da Promotoria Ambiental da vara de Parauapebas, na data de 19/05/2023 realizou-se a audiência pública intitulada de “Queimadas e Poluição Atmosférica em Parauapebas-PA” no auditório do Instituto Federal do Pará (IFPA), na região central da cidade.

Estiveram presentes a Secretaria Municipal de Segurança Institucional e Defesa Pessoal (SEMSI), com representantes da Defesa Civil, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) e demais participantes interessados, totalizando aproximadamente 53 participantes, incluindo os atores proponentes.

A audiência foi estruturada em três momentos, sendo: i) abertura e apresentação da ação, do projeto e dos objetivos envolvidos, conduzido pelo promotor de justiça e pelo pesquisador; ii) participação livre da sociedade civil e manifestação dos presentes, com direcionamento de questionamentos aos representantes do Poder Público, iii) manifestação e resposta dos representantes técnicos do Poder Público, ou seja, aqueles que foram convocados pelo MPPA: SEMSI e SEMMA.

No primeiro momento, o promotor de justiça acolheu aos presentes, apresentando a intenção da audiência, contextualizando a parceria entre a Promotoria Ambiental de Parauapebas e o Fórum de Cidadãos Participantes, que realizou a provocação para que a ação ocorresse. Ainda neste momento, o pesquisador apresentou o projeto e as ações previstas adiante, esclarecendo a metodologia traçada para a audiência.

Logo, deu-se início ao o segundo momento, ou seja, de manifestação dos presentes e direcionamento de questões, dúvidas e solicitações à Gestão Municipal e aos técnicos da Defesa Civil.

Esta etapa respondeu pelo momento mais importante da ação, no qual registrou-se os questionamentos e solicitações dos presentes, os quais são descritos integralmente a seguir, empregando a nomenclatura de “participante” para cada cidadão que fez uso da palavra.

5.1. Manifestações e solicitações realizadas pelos cidadãos

A seguir, é possível observar os relatos e manifestações registradas na audiência.

Participante 01:

“Eu estudei queimadas no doutorado, e uma coisa que as pessoas não imaginam é o gasto que elas geram, principalmente na área da saúde. Isso é uma cultura, as pessoas queimam o lixo”.

Participante 02:

“Eu acompanho sobre queimadas desde 2005, pois trabalhei na minuta da legislação de queimadas”.

“Tem muita queimada no município em função da quantidade de loteamentos. O cidadão queima o mato dos lotes em virtude de segurança pública, para o mato não ficar alto e não servir de esconderijo. A lei foi construída pautada nisso, mas em resumo a lei está na gaveta, pois ela não tem sido efetivada”.

“Infelizmente há uma falta de ação dos órgãos que tinham que realizar o combate a incêndios. A SEMMA está na ponta final, que é na parte da autuação, atuando ainda massivamente com a educação ambiental”.

“A população deveria cobrar as Secretarias para atuarem, para que o problema final não fossem somente as autuações”.

“Os órgãos ambientais deveriam mobilizar ações para cumprir a lei”.

“Falta fiscalização de cumprimento das normas, cobrar da SEMURB um relatório de autuações. A lei também deveria atuar na área rural, mas eu nem vou entrar nesse mérito”.

Participante 03:

“Eu tenho uma avó que mora no bairro Tropical e ela precisa constantemente sair de casa em virtude de queimadas. O que ela precisa fazer quando tiver queimadas?”

“O alto bonito tem um matagal muito grande, eles não tem incentivo para limpar, o bairro não é limpo e não é incluído nas ações do governo”.

“Existe algum parâmetro voltado para a gestão ambiental ou para a efetividade de governança ambiental dentro do município?”

Participante 04:

“Eu participei de todas as audiências e percebo que a sociedade está prejudicada por não haver efetividade da legislação. Existe um grupo de trabalho no município, porém não existe ações desse grupo”.

“A própria gestão é o problema para a implementação de políticas públicas”.

“A Ascom não tem dinheiro para fazer campanhas, a SEMMA tem 24 milhões disponíveis para essas ações, porém, não se sabe para onde está indo esse dinheiro para utilizar no combate de incêndios”.

“Existem recursos, mas eles não estão sendo aproveitados como deveria”

Participante 05:

“O IBAMA implantou um projeto e zerou as queimadas na APA do Igarapé Gelado, oferecendo alternativas como mecanização, criação de abelhas e peixes”.

“Quem está monitorando os morros e áreas frequentes de queimadas? Quais as alternativas tem sido eficientes?”

Participante 06:

“A gente precisa que seja explicado o fluxograma do que fazer quando inicia o fogo. Como fazer o combate ao incêndio? Como é o processo?”

Participante 07:

“Reforço a pergunta dos colegas, pois temos dúvidas sobre a responsabilidade de cada órgão. Quem devemos procurar?”

“Eu moro no Amecville e a gente sofre com as queimadas dos morros em volta”

Participante 08:

“O que fazer quando o órgão público não atende às solicitações da sociedade?”

Participante 09:

“Eu colaborei na construção da minuta da lei municipal de queimadas e enfatizo a questão da responsabilidade, que é do proprietário. Quanto aos morros e áreas públicas, é responsabilidade do município cercar os morros”.

“Os prazos estão vencidos e a sociedade precisa cobrar para que a prefeitura possa agir”.

5.2. Resumo das solicitações ao Poder Público

À partir das manifestações e questionamentos dos representantes da sociedade civil que estavam presentes, apresenta-se a seguir um quadro que sintetiza as solicitações e demandas apresentadas na audiência.

Quadro 01 – Síntese dos questionamentos apresentados pela população na audiência de Queimadas e Poluição Atmosférica de Parauapebas

Questionamento / Solicitação	Direcionamento
Existe um plano de combate aos incêndios com responsabilidades de cada órgão?	SEMMA/ SEMURB/ SEMSI/ Gabinete
Existe um relatório público de autuações de terrenos/ lotes não limpos?	SEMURB
Como é a prevenção no complexo Tropical?	SEMURB
Existe um plano de limpeza no bairro Alto bonito? Os lotes estão com mato alto.	SEMURB
Quais as ações/ atuação do Grupo de combate aos incêndios?	SEMMA
Qual recurso e como a SEMMA emprega para o combate a incêndios e queimadas?	SEMMA
Existe um monitoramento de áreas públicas e vulneráveis a incêndios?	SEMMA/ SEMURB
Como é o fluxograma de atuação dos órgãos no combate às queimadas? Quais as competências de cada um?	SEMSI/ SEMMA
Os morros e APPs estão monitoradas? Estão cercadas?	SEMMA
Apresentação do relatório da Defesa Civil de combate à incêndios	Defesa Civil/ SEMSI

Fonte: Elaborado à partir dos registros da pesquisa (2023).

5.3. Respostas dos representantes do Poder Público

O terceiro momento da audiência foi destinado à manifestação e resposta do pessoal técnico especializado do Poder Público sobre a problemática discutida. Nesta tratativa, por se tratar da temática de combate às queimadas e poluição atmosférica, envolveu os representantes da Defesa Civil, alocados na Secretaria Municipal de Segurança Institucional e Defesa do Cidadão (SEMSI), além da Assessora Jurídica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA).

- **Defesa Civil – Secretaria Municipal de Segurança Institucional e Defesa do Cidadão (SEMSI)**

Os questionamentos foram direcionados, em sua grande maioria, para o pessoal especializado no combate às situações emergenciais e riscos, por meio da equipe da Defesa Civil, cujo coordenador fez algumas considerações e esclarecimentos, a saber:

O papel da defesa civil é articulador, trabalha na gestão de riscos e deslizamentos. Tem trabalhado nos órgãos de combate aos incêndios e vêm trabalhando com a SEMMA e o Corpo de Bombeiros. Em 2021 eram 24 brigadistas, em 2022 foram 22 brigadistas, 2023 apenas 17 brigadistas, e a equipe é composta por 1 bombeiro e 4 brigadistas.

Trabalham das 07h às 22h de forma ininterrupta e monitoram os maiores horários de pico, que são das 15h às 19h, cujos dados compõem os dados do relatório do ano seguinte.

O planejamento envolve gestão ambiental, treinamentos e ações da defesa civil e vem trabalhando com a educação ambiental nas escolas.

A Defesa Civil tem relatórios concretos e coloca à disposição quando solicitado para apresentar as ações executadas durante os anos. Já iniciou o planejamento de 2023 e está inserindo os órgãos responsáveis.

O Coordenador lembrou ainda sobre as características geológicas da região, que causa dificuldades de acesso aos morros, dentre eles o da região do condomínio Amecville, pois não possuem suporte, e além disso existe um problema antrópico, pois a origem dos incêndios são sempre de resíduos.

Foi informado ainda que 40% foram queimadas em lotes e 25% áreas de preservação. Existe uma campanha da Defesa Civil de combate ao incêndio, porém, existe uma complexidade de recursos.

Existe o disque 190 na cidade, que é um canal que recebe qualquer tipo de denúncia. A pergunta sobre o bairro Alto Bonito, é o mesmo caso, pois tem uma

complexidade de acesso para roçar e agir de forma preventiva para evitar as queimadas.

Sobre as responsabilidades, a denúncia pode ser feita na SEMMA ou SEMURB, e assim, ser notificado quando o mato está alto.

Informou, finalmente, que a Defesa Civil trabalha em conjunto com os Bombeiros para trabalhar nas ocorrências.

- **Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA)**

A advogada da SEMMA abordou os números do relatório de 2021 e 2022 da Secretaria, informando que possui um plano de combate às queimadas, atuando conjuntamente com a SEMURB, Guarda Municipal e Defesa Civil.

Ressaltou que a SEMMA trabalha com a educação ambiental nas escolas, e ainda, atua depois que o fogo já ocorreu, e na maior parte das vezes não consegue identificar quem iniciou o sinistro.

Em 2022, foram 1523 ocorrências, em 2021 foram 551 e 253 em 2022, sem apontar o motivo provável dessa redução nas denúncias

A representante da SEMMA informou que em 2023 já iniciou conversas com loteamentos, igrejas, escolas para a disseminação da Educação Ambiental e sensibilização, porém, “precisa haver a conscientização e a denúncia, para que ocorra a prevenção”.

“Não esperar a educação ambiental da SEMMA apenas, toda a sociedade civil pode falar e explicar quais os danos ocorrem com as queimadas, sendo agentes multiplicadores”.

Para a servidora, a autuação é uma punição, porém, é mais vantagem trabalhar na prevenção.

- **Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), Promotoria de Justiça da Vara de Parauapebas**

Os questionamentos foram, em sua maioria, direcionados aos órgãos técnicos de atuação ambiental. Ainda assim, o Promotor de Justiça, que conduzia a audiência fez algumas considerações, ressaltando que a população pode acionar o MPPA, para que este cobre a SEMMA e SEMURB. Lembrou ainda que existe o fator cultural, como hábitos e comportamentos da sociedade, no sentido de provocação de incêndios, e que, as denúncias podem ser realizadas 24 horas por dia.

6. REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA AUDIÊNCIA

Nesta seção é possível verificar os registros da audiência pública intitulada “Queimadas e Poluição Atmosférica em Parauapebas-PA, realizada em 19/05/2023 no Instituto Federal do Pará (IFPA).

Figura 02 – Mesa diretora da Audiência Pública sobre queimadas e poluição atmosférica



Fonte: Registros da Pesquisa (2023).

Figura 03 – Participação de representante da Defesa Civil respondendo à questionamentos dos cidadãos presentes



Fonte: Registros da Pesquisa (2023).

Figura 04 – Auditório do IFPA com público que compareceu à audiência sobre queimadas e poluição atmosférica em Parauapebas



Fonte: Registros da Pesquisa (2023).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A audiência pública “Queimadas e Poluição Atmosférica em Parauapebas”, realizada pelo Fórum de Cidadãos Participantes de Carajás e pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio da Promotoria de Justiça de Parauapebas, produziu um debate em torno dos desafios do município no combate aos incêndios e à poluição decorrente. A ação contou com representantes do Poder Público Municipal, Sociedade Civil, Academia e demais convidados, cujo convite foi amplamente divulgado, tanto por meio de difusão nas redes sociais, como divulgação em rádio local. A sessão ocorreu estrategicamente no Instituto Federal do Pará (IFPA) por se tratar de uma região central e de conhecimento da população.

A audiência ocorreu em decorrência de uma proposição do Projeto “Fórum de Cidadãos Participantes de Carajás”, executada pelo MPPA.

A participação dos presentes, por meio de livre manifestação, resultou em questionamentos, dúvidas e sugestões advindas da população local, à partir de suas narrativas, revelando os enfrentamentos estabelecidos no tocante ao combate às queimadas.

O Quadro 01, da seção 5.2 deste relatório, apresenta as solicitações manifestadas na audiência, dentre as quais, destaca-se a publicidade de ações de prevenção e fiscalização e ainda, publicidade das obrigações e atuação de cada órgão e do Grupo Intersetorial de Prevenção às Queimadas, estabelecido no município.

Além da oportunidade de manifestação da sociedade civil, o Poder Público convocado pelo MPPA, pôde apresentar a sua perspectiva e ações em andamento.

O Coordenador da Defesa Civil ressaltou a previsão de contratação de novas equipes ainda em 2023 e a atuação de sua equipe.

Entre os diálogos impressos na audiência, este relatório apresentou os questionamentos levantados pelos munícipes, as devolutivas dos representantes da Gestão Municipal e as dinâmicas envolvidas na realização da ação.

Finalmente, ressalta-se que a audiência pública insere-se no rol de ações de um projeto acadêmico, em parceria com a Promotoria Ambiental de Parauapebas, do MPPA, que objetiva fomentar e difundir a participação social deliberativa.

ANEXOS

ANEXO I – OFÍCIO DO MINISTRO DA CASA CIVIL SOLICITANDO A REVOGAÇÃO DO SNPS

00025.000439/2019-72



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

EM nº 19

/CC/PR

Brasília, 11 de ABRIL de 2019.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1 Na linha do esforço de racionalização administrativa está sendo proposto a Vossa Excelência a edição de Decreto que *extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal*.

2 Trata-se de proposta busca controlar a incrível proliferação de colegiados no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional por meio da extinção em massa de colegiados criados antes de 1º de janeiro de 2019 cuja recriação não seja proposta de imediato e segundo rígidas regras destinadas a evitar colegiados supérfluos, desnecessários, de resultados práticos positivos desconhecidos e com superposição de atribuições com as de autoridades singulares ou de outros colegiados.

3 A situação do excesso de colegiados é tão grave que não se conseguiu realizar levantamento confiável sobre o total de colegiados existentes na administração pública federal. Pode afirmar, contudo, que os colegiados interministeriais superam o número de trezentos. Já os colegiados no âmbito interno de cada órgão ou entidade são de contagem praticamente impossível.

4 Por meio do Decreto nº 9.191, de 2017, já foram realizados esforços para tentar impedir o crescimento do número de colegiados, mas, a experiência prática demonstrou, esses esforços foram insuficientes e, realmente, são necessárias as duras medidas de racionalização administrativa que estão sendo agora submetidas a Vossa Excelência.

5 Alguns consideram, equivocadamente, que o problema do excesso de colegiado é, apenas, o gasto com diárias e passagens nas reuniões e as expectativas frustradas quanto aos resultados. Sem desmerecer tais problemas, o fato é que o excesso de colegiados resulta em problemas muito mais graves, entre os quais citamos, a título exemplificativo:

- Grande gasto homem/hora de agentes públicos em constantes reuniões de colegiados;
- Elevado número de normas produzidas por colegiados, de modo atécnico e com sobreposição de competências, gerando passivos judiciais e administrativos; e

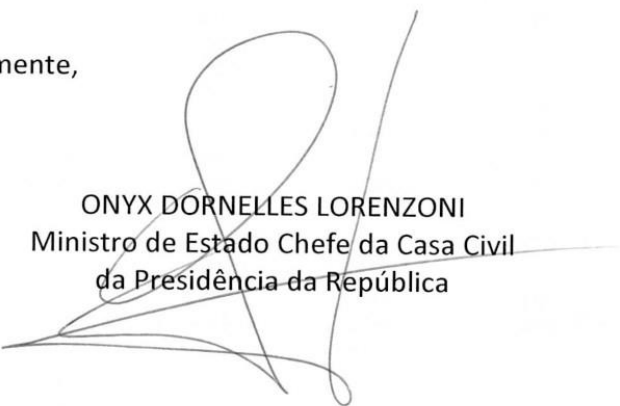
- Grupos de pressão, tanto internos quanto externos à administração, que se utilizam de colegiados, com composição e modo de ação direcionado, para tentar emplacar pleitos que não estão conforme a linha das autoridades eleitas democraticamente.

6 Quanto ao último ponto, cumpre destacar inclusão na proposta da **revogação** do Decreto nº 8.2143, de 2014, que *institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências*. Esse ato, utilizando de linguagem deliberadamente imprecisa, visa estimular a criação e o fortalecimento de colegiados integrados por grupos políticos específicos para se contrapor ao poder das autoridades eleitas tanto para o Executivo quanto para o Legislativo.

7 Verdadeiramente, uma aberração cuja revogação é urgente. Não foi sem motivo que o decreto tornou-se popularmente conhecido como "*Decreto Bolivariano*".

8 Essas, Senhor Presidente, são as razões pelas quais estamos propondo a Vossa Excelência a edição do ato.

Respeitosamente,



ONYX DORNELLES LORENZONI
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

ANEXO II – INSTRUMENTO DE PESQUISA DO DRC PARAUPEBAS



PESQUISA DE OPNIÃO PÚBLICA

IDENTIFICAÇÃO Nome completo:		
Escolaridade:	Telefone: ()	
Endereço:	Nº	Bairro:
Casa própria, alugada ou cedida?		Reside em Parauapebas desde:
1. LEVANTAMENTO DE DADOS		
1.1 Quantas pessoas residem nessa casa? _____		
De 0 a 3 anos _____	De 4 a 5 anos _____	De 6 a 11 anos _____
De 12 a 18 anos _____	De 19 a 59 anos _____	A partir de 60 anos _____
1.2 Você conhece o Departamento de Relações com a Comunidade? () Sim () Não		
1.3 Você faz parte de alguma entidade do Terceiro Setor (associação de moradores, ONG, entidade beneficente, fundações, outras) atuante em seu bairro? () Não () Sim → Qual? _____		
1.4 Quais serviços públicos são oferecidos em seu bairro?		
() Creche – P/ crianças de 0 a 3 anos _____		
() Escola Mun. de Educ. Infantil – P/ crianças de 4 a 5 anos _____		
() Escola Mun. de Ens. Fundamental – 1º ao 9º ano _____		
() Escola de Ensino Médio (antigo 2º grau) _____		
() Educação de Jovens e Adultos _____		
() Transporte Público _____		
() Pavimentação Asfáltica _____		
() Quadra Recreativa _____		
() Posto de Saúde - UBS _____		
() Iluminação Pública _____		
() Saneamento Básico _____		
() Segurança Pública _____		
() Coleta de Lixo _____		
() CRAS _____		
() Praça pública _____		
() Serviço Postal _____		
) Nenhum desses serviços é ofertado _____ 1.5		
Qual a forma de abastecimento de água na sua casa?		
() Rede de abastecimento () Poço () Carro pipa → Qual a frequência do carro pipa? _____		
1.6 Qual a forma de esgotamento sanitário na sua casa?		
() Rede de esgoto () Fossa () O esgoto é despejado na rua 1.7 Cite, por ordem de prioridade, os principais problemas existentes no seu bairro:		
I _____		
II _____		
III _____		
1.8 Você gostaria de deixar alguma sugestão ao DRC? _____		
1.9 Você gostaria de acompanhar as ações da Prefeitura Municipal e do DRC através de um grupo de WhatsApp? () Sim () Não Outras		
observações:		

Data da coleta: / / Entrevistador: _____		

Rua

10, em frente ao Bloco 35, Centro Comunitário Alto Bonito – Telefone (094) 3346 – 8218
E-mail: drc@parauapebas.pa.gov.br